

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Silvio Nececkaite Sant'Anna

**Os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas pelos
alunos de graduação da PUC-SP, *Campus Monte Alegre*, 2005 – 2007:
uma questão acadêmica desafiadora**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2008**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Silvio Nececkaite Sant'Anna

**Os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas pelos
alunos de graduação da PUC-SP, *Campus* Monte Alegre, 2005 – 2007:
uma questão acadêmica desafiadora**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva.

**SÃO PAULO
2008**

Banca Examinadora

Aos Programas Anônimos e Celebrando a Recuperação, que me possibilitaram conservar a sobriedade e o equilíbrio emocional, sem os quais dificilmente estaria vivo, tampouco teria condições para escrever esta tese.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Prof^a Dr^a Maria Lúcia Carvalho da Silva, pelo incentivo, generosidade e presteza no auxílio às atividades e discussões sobre o andamento da pesquisa e elaboração da tese.

Agradeço à Dr^a Márcia Helena de Lima Farias, pela competente assessoria desde a fase anterior à qualificação, pelo espírito inovador e empreendedor e pelas oportunidades de participação em eventos como seminários e congressos.

Agradeço ao psicólogo em dependência química Welodimer Neustädter, que colaborou desde as pesquisas bibliográficas até a finalização da tese.

Agradeço à minha filha Alynne Danielle Nececkaite Sant'Anna, que ajudou desde a aplicação dos questionários aos alunos da PUC-SP, bem como nas fases subseqüentes.

Agradeço à revisora professora Ana Maria F. Barbosa, sem a qual a tese não teria a mesma qualidade.

Agradeço a todas as instituições, que pacientemente, nos atenderam e forneceram dados estatísticos, leis, etc

Agradeço a PUC-SP, pela permissão para realizar a pesquisa nos diversos cursos, entrevistando 1.115 alunos para a realização dos gráficos.

Agradeço à minha esposa Loni Micke, que colaborou de todas as formas possíveis desde a busca de força através de obras como o Al-Anon e do Celebrando a Recuperação, como também na participação e dedicação na fase final da tese, sobretudo pelo apoio espiritual recebido nesses últimos anos.

**“Não há doente mais incurável do que aquele
que não reconhece a sua doença.”**

(Santo Agostinho)

RESUMO

A presente tese trata do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), *campus* Monte Alegre e procede a uma reflexão sobre essa questão, bem como dos estigmas dos alunos envolvidos.

O estudo foi realizado na PUC-SP, universidade responsável pela formação acadêmica de 13.581 alunos no ano letivo de 2007. Dentre estes, foram sujeitos significativos da pesquisa 1.115 estudantes de oito (8) faculdades e vinte e dois (22) cursos de graduação, sendo utilizada a metodologia de natureza quantitativa.

O objetivo geral foi conhecer e analisar a realidade atual dos alunos dos cursos de graduação da PUC-SP, no que tange às evidências empíricas do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas, ou mesmo a dependência química no *campus* Monte Alegre. Propõe-se a aprofundar o debate sobre essa questão visando encontrar outros caminhos que apontem para uma política mais abrangente e efetiva de abordagem, atendimento biopsicossocial e educacional dos envolvidos.

A temática central recai sobre o paradoxo existente entre a proposta acadêmica educacional da PUC-SP e a convivência com o consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas pelos seus alunos, referenciada na literatura biopsicossocial e contemporânea de autores brasileiros e estrangeiros.

Este estudo revelou que o estigma social de que a PUC-SP é um “antro de maconha” é desprovido de comprovação científica, visto que no universo pesquisado, apenas 6% têm simpatia pelo uso de álcool e de outras drogas; 4% sentem curiosidade e 1% não tem opinião formada.

A pesquisa demonstrou também que, na PUC-SP, a insuficiência de políticas adequadas ao enfrentamento do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas, constitui uma questão acadêmica desafiadora.

Palavras-chave: estudantes; Universidade; álcool; drogas.

ABSTRACT

This thesis deals with the harmful consumption and utilization of alcohol and other drugs at Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Monte Alegre campus, and proceeds to discuss this matter, as well as the taints over the students involved.

The study was carried out at PUC-SP, university responsible for the academic formation of 13,581 students in the school year 2007. Among them, 1,115 students from eight (8) colleges and twenty-two (22) graduation courses were significant subjects of the survey, and the quantitative methodology was applied.

The overall purpose was to acknowledge and review the current reality of PUC-SP's graduation course students, with respect to empirical evidence of harmful consumption and utilization of alcohol and other drugs, or even chemical dependency at the Monte Alegre campus. It has proposed to deepen the discussion concerning this issue aiming at finding other ways appointing to a more comprehensive and effective policy of approaching, bio-psycho-social and educational assistance to those involved.

The central theme rests on the existing paradox between PUC-SP's academic educational proposal and the familiarity with the harmful consumption and utilization of alcohol and other drugs by its students, referenced in the bio-psycho-social and contemporaneous literature from Brazilian and foreign authors.

Such study disclosed that the social stigma that PUC-SP is a "marijuana den" lacks scientific substantiation, inasmuch as, out of the searched universe, only 6% are lenient to using alcohol and other drugs; 4% feel curious, and 1% has no strong opinion about it.

The survey evidenced that at PUC-SP there is a deficiency of proper policies to face the harmful consumption and utilization of alcohol and other drugs, establishing a challenging academic question.

Key words: students; University; alcohol; drugs.

RESUME

La présente thèse traite de la consommation et de l'usage nocif d'alcool et d'autres drogues à l'Université Pontificale Catholique de São Paulo (PUC-SP), *campus* Monte Alegre, et développe une réflexion sur cette question, ainsi que des stigmates associés aux étudiants concernés.

L'étude a été réalisée à la PUC-SP, une université ayant assuré la formation académique de 13.581 étudiants pendant l'année scolaire 2007. Parmi ceux-ci, 1.115 étudiants de huit (8) facultés et de vingt-deux (22) cursus de second cycle ont constitué les sujets de la recherche, qui a employé une méthodologie de nature quantitative.

L'objectif général était de connaître et d'analyser la réalité actuelle des étudiants des cursus de second cycle de la PUC-SP, pour ce qui a trait aux preuves empiriques de la consommation et de l'usage nocif d'alcool et d'autres drogues, ou même de la dépendance chimique sur le *campus* Monte Alegre. Il est proposé d'approfondir le débat sur cette question en cherchant à identifier d'autres voies vers une politique plus globale et effective d'abordage et de prise en charge biopsychosociale et éducative des personnes concernées.

La thématique centrale converge sur le paradoxe existant entre la proposition académique éducative de la PUC-SP et la présence de la consommation et de l'usage nocif d'alcool et d'autres drogues par ses étudiants, mentionnée dans la littérature biopsychosociale et contemporaine par des auteurs brésiliens et étrangers.

Cette étude a révélé que le stigmate social selon lequel la PUC-SP est un "antre de la marijuana" est dépourvu de fondement scientifique, puisque dans l'univers étudié, seuls 6% manifestent de la sympathie vis-à-vis de l'usage d'alcool et d'autres drogues; 4% ressentent de la curiosité et 1% sont sans opinion.

La recherche a également démontré l'insuffisance, à la PUC-SP, de politiques appropriées pour faire face à la consommation et à l'usage nocif d'alcool et d'autres drogues, ce qui constitue une question académique stimulante.

Mots-clés : étudiants; Université; alcool; drogues.

LISTA DE SIGLAS

ABEAD	Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas
ACCA	Associação de Controle do Consumo do Álcool
AFAPUC	Associação de Funcionários da PUC
APROPUC	Associação de Professores da PUC
CA / CAs	Centro (s) Acadêmico (s)
CAS	Concentração de Álcool no Sangue
CEBRID	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPE	Centro de Estudos Peirceanos
CID	Código Internacional de Doenças
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
COMFIL	Faculdade de Comunicação e Filosofia
CONAR	Conselho Nacional de Auto-Regulação
FEA	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
FIES	Financiamento Estudantil
HIV	Human Immunodeficiency Virus (Vírus Imunodeficiência Humana)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JUC	Juventude Universitária Católica
LSD	Lysergic Acid Diethylamide (Acido Lisérgico de Dietilamida)
MC's	Racionais MC's é um grupo musical de rap e hip-hop formado por Mano Brown
MEC	Ministério de Educação e Cultura
NIDA	National Institute on Drugs Abuse
OMS	Organização Mundial de Saúde (ONU)
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Programa de Atendimento à Comunidade
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RACI	Rede de Atendimento à Comunidade Interna

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
VRACOM	Vice-Reitoria Comunitária

LISTA DAS ABREVIações DOS CURSOS PESQUISADOS

AD	Administração
AT	Atuariais
CC	Comunicações das Artes do Corpo
CM	Comunicação e Múltiplos Meios
CO	Contábeis
CS	Ciências Sociais
DI	Direito
EC	Economia
FI	Filosofia
FO	Fonoaudiologia
GE	Geografia
JO	Jornalismo
LE	Letras
PS	Psicologia
PU	Publicidade
RI	Relações Internacionais
SS	Serviço Social
TU	Turismo

RELAÇÃO DAS TABELAS DO CAPÍTULO III

Tabela 1	Alunos matriculados por curso no 2º semestre de 2007, na PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre, São Paulo-SP.....	76
Tabela 2	Alunos matriculados por curso e turno no 2º semestre de 2007, na PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre, São Paulo-SP.....	77
Tabela 3	Classes contempladas e amostra dos alunos pesquisados por curso, no período matutino do 2º semestre de 2007, na PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre, São Paulo-SP.....	78
Tabela 4	Classes contempladas e amostra dos alunos pesquisados por curso no período vespertino do 2º semestre de 2007, na PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre, São Paulo-SP.....	79
Tabela 5	Classes contempladas e amostra dos alunos pesquisados por curso no período noturno do 2º semestre de 2007, na PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre, São Paulo-SP.....	79
Tabela 6	Amostra dos alunos pesquisados por curso e ano letivo no período matutino do 2º semestre de 2007, na PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre, São Paulo-SP.....	80
Tabela 7	Amostra dos alunos pesquisados por curso e ano letivo no período vespertino do 2º semestre de 2007, na PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre, São Paulo-SP.....	81
Tabela 8	Amostra dos alunos pesquisados por curso e ano letivo no período noturno do 2º semestre de 2007, na PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre, São Paulo-SP.....	81

RELAÇÃO DOS GRÁFICOS DO CAPÍTULO III
Levantamento estatístico dos questionários aplicados aos alunos de
graduação da PUC-SP, *campus* Monte Alegre

Gráfico 1	Distribuição da amostra por curso em 2007.....	83
Gráfico 2	Distribuição da amostra de estudantes por gênero em 2007.....	84
Gráfico 3	Distribuição da amostra por ano de ingresso na Universidade, no levantamento de 2007.....	84
Gráfico 4	Distribuição da amostra por idade em 2007.....	85
Gráfico 5	Ter presenciado o uso de álcool e de outras drogas no <i>campus</i> , no levantamento de 2007.....	85
Gráfico 6	Atitude dos alunos, caso presenciassem alguém usando drogas no <i>campus</i> , no levantamento de 2007.....	86
Gráfico 7	Opinião dos estudantes ao saber que alunos da PUC usam álcool e outras drogas, no levantamento de 2007.....	86
Gráfico 8	Opinião dos alunos em relação a atitude da Reitoria a respeito do tema, no levantamento de 2007.....	87
Gráfico 9	Atitude dos alunos perante o tráfico de drogas no <i>campus</i> , no levantamento de 2007.....	87
Gráfico 10	Aceitação dos alunos com a presença de polícia no <i>campus</i> , no levantamento de 2007.....	88
Gráfico 11	Aceitação dos alunos em relação à colocação de catracas nas entradas do <i>campus</i> Monte Alegre, no levantamento de 2007.....	88
Gráfico 12	Aceitação dos alunos em relação ao cartão de identificação, no levantamento de 2007.....	89
Gráfico 13	No levantamento de 2007, o consumo de álcool e de outras drogas no CA é um motivo para afastá-lo de lá e impedir sua participação...	89
Gráfico 14	No levantamento de 2007, na percepção dos alunos a Reitoria deveria implementar as seguintes medidas.....	90

Gráficos do Estudo de referência entre as pesquisas de 2005 e 2007

Gráfico 1.A	Distribuição da amostra por curso em 2005.....	91
Gráfico 1	Idem, 2007	92
Gráfico 2.A	Distribuição da amostra de estudantes por gênero em 2005.....	92
Gráfico 2	Idem, 2007	93
Gráfico 3.A	Distribuição da amostra por ano de ingresso na Universidade, no levantamento de 2005.....	93
Gráfico 3	Idem, 2007	94
Gráfico 4.A	Distribuição da amostra por idade em 2005.....	94
Gráfico 4	Idem, 2007	95
Gráfico 5.A	Ter presenciado o uso de álcool e de outras drogas no <i>campus</i> , no levantamento de 2005.....	95
Gráfico 5	Idem, 2007	96
Gráfico 6.A	Atitude dos alunos, caso presenciassem alguém usando drogas no <i>campus</i> , no levantamento de 2005.....	96
Gráfico 6	Idem, 2007	97
Gráfico 7.A	Opinião dos estudantes caso soubessem que alunos da PUC usam álcool e outras drogas, no levantamento de 2005.....	98
Gráfico 7	Idem, 2007	98
Gráfico 8.A	Opinião dos alunos em relação à atitude da Reitoria a respeito do tema, no levantamento de 2005.....	99
Gráfico 8	Idem, 2007	100
Gráfico 9.A	Atitude dos alunos perante o tráfico de drogas no <i>campus</i> , no levantamento de 2005.....	101
Gráfico 9	Idem, 2007	101
Gráfico 10.A	Aceitação dos alunos com relação à presença de polícia no <i>campus</i> , no levantamento de 2005.....	102
Gráfico 10	Idem, 2007	103
Gráfico 11.A	Aceitação dos alunos em relação à colocação de catracas, no levantamento de 2005.....	104
Gráfico 11	Idem, 2007	104
Gráfico 12.A	Aceitação dos alunos em relação ao cartão de identificação, no levantamento de 2005.....	105
Gráfico 12	Idem, 2007	105

Gráfico 13.A	No levantamento de 2005, o consumo no CA provocaria o afastamento do aluno e impediria sua participação.....	106
Gráfico 13	Idem, 2007	107
Gráfico 14.A	No levantamento de 2005, na percepção dos alunos a Reitoria deveria implementar as seguintes medidas.....	108
Gráfico 14	Idem, 2007	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I	
APROXIMAÇÕES À PROBLEMÁTICA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA	
CONTEMPORANEIDADE.....	25
1. O álcool e outras drogas na história: uma doença, uma síndrome e possíveis superações.....	27
1.1. Dependência química como doença.....	27
1.2. A síndrome da dependência química.....	30
1.3 Possíveis superações.....	34
2. Dependência química e seus aspectos sociais.....	37
2.1. Considerações gerais.....	37
2.2. Ações públicas no enfrentamento da dependência química.....	38
CAPÍTULO II	
IMAGENS DA PUC – SP.....	50
1. Abordagem histórica e panorama institucional.....	52
1.1. Um sujeito comunitário, acadêmico e político em ação.....	61
2. A presença do álcool e de outras drogas na PUC-SP.....	65
3. O PAC – Programa de Atendimento à Comunidade.....	67
CAPÍTULO III	
CONHECENDO A REALIDADE DO USO DE ÁLCOOL E DE OUTRAS	
DROGAS NA PUC – SP.....	71
1. Caminho metodológico.....	71
2. Levantamento estatístico dos questionários aplicados aos alunos de graduação da PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre.....	82

CAPÍTULO IV

OS SIGNIFICADOS DO CONSUMO E USO NOCIVO DE ÁLCOOL E DE

OUTRAS DROGAS NA PUC– SP, *CAMPUS MONTE ALEGRE*..... 110

1. Desvelando os significados e identificando desafios do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas..... 110
2. Refletindo sobre o uso de álcool e de outras drogas na PUC-SP, *campus* Monte Alegre..... 123

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 134

BIBLIOGRAFIAS..... 138

ANEXOS..... 148

INTRODUÇÃO

Ao apresentarmos as razões da escolha deste tema da presente tese de doutorado, ressaltamos que ele se constitui numa inquietação que é própria da contemporaneidade, visto que o consumo de álcool e de outras drogas na PUC-SP faz parte de um debate multidisciplinar. Para isso, estivemos empreendendo uma análise de nossa vivência, enquanto professor dessa Universidade por mais de 30 anos. Vivência esta que, nos últimos 17 anos, vem na docência buscando contribuir para uma ação interventiva, que, de forma concreta, responda às demandas emergentes neste novo quadro que se apresenta na atualidade.

A necessidade de se pensar analiticamente este tema está voltada para a compreensão dos significados do consumo e do uso nocivo de álcool e de outras drogas em um “terreno” do conhecimento. A percepção da relação entre o consumo “social” e o uso nocivo de álcool e de outras drogas é ainda incipiente. Constitui, assim, no interior do mundo acadêmico, uma realidade ainda desprovida de avaliação e pesquisa. Logo, o problema é velado.

Esse “velamento” leva a gestão da Universidade a não conferir prioridade ao uso nocivo de álcool e de outras drogas no interior da PUC-SP, o que dificulta que se efetivem ações e atitudes concretas de mudança de comportamento de todo o seu corpo funcional, ultrapassando a pseudoconcreticidade (minimização) dos fatos emergentes e reconstruindo, de fato, legítimos *modus vivendi* universitários na contemporaneidade.

Sabemos que a compreensão do conjunto de todo o corpo funcional da PUC-SP para a introdução de ações concretas e de uma política de atuação para a prevenção, tratamento e encaminhamento de casos identificados como problema do referido consumo em suas instalações, depende de um amplo debate sobre o tema.

Porém, esse debate é necessário para o desvendamento dos processos e problemas sociais em curso, pois o acontecimento do mencionado debate representa um

contínuo pensar na vivência universitária, na medida em que ultrapassa os limites das diretrizes institucionais. Essa ultrapassagem se faz a partir de um posicionamento ético que segue por caminhos muitas vezes não permitidos, não autorizados institucionalmente. Assim, pensar em um debate universitário sobre o uso nocivo de álcool e de outras drogas na PUC-SP, entendendo-a como uma instituição portadora de compromissos sociais concretos no espaço de formação e educação de cidadãos, supõe pensá-la enquanto um local que tem como possibilidade “viva” o potencializar-se na construção de estratégias e de enfrentamento dessa problemática.

Essa questão emergiu, de forma preliminar, em nossa vivência pessoal e como professor da FEA – Faculdade de Economia e Administração, daí buscamos, através dessa vivência, compreender um pouco mais a problemática do consumo, do uso nocivo e da dependência do álcool e de outras drogas na PUC-SP.

Acreditamos que nossa inquietude com o que está ocorrendo à nossa frente é que define uma peculiaridade de olhar que pode se diferenciar das demais ações que estejam ocorrendo nessa Universidade, ligadas à nossa temática.

A pesquisa possibilitou também reconhecer a necessidade de a PUC-SP se posicionar de forma assertiva e mediante ações concretas, que venham ao encontro das necessidades específicas de seus alunos, professores e funcionários, e que ao mesmo tempo tenha ressonância com o momento político e econômico da instituição para o enfrentamento da problemática ora analisada. Essa necessidade de enfrentamento das questões ligadas ao consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas, entretanto, passa a ser uma constatação efetiva no cotidiano institucional.

Esta tese tem como finalidade compreender este paradoxo, que é conviver com o uso nocivo de drogas, a dependência química e a proposta educacional da PUC-SP, que tem como sua tradição buscar o entendimento dos processos sociais mais amplos, para possibilitar aos seus alunos sua participação na resolução dos problemas mais graves da sua comunidade e da sociedade.

Nesse sentido, está delimitado o tema sobre o qual refletimos referenciado na presente pesquisa realizada, pois é no vivenciar uma relação de proximidade com os

sujeitos desta pesquisa e ao analisar os dados quantitativos obtidos é que abordamos a realidade que se apresentava. A nosso ver, os dados exprimem uma relação direta com as construções teóricas e científicas existentes sobre o uso nocivo de álcool e de outras drogas na Universidade na contemporaneidade, e, conseqüentemente, a sua dimensão ética, econômica e política presente cotidianamente nas ações institucionais.

A pesquisa mostrou uma aproximação efetiva, comprometida e científica, na identificação da dependência química na PUC-SP, analisando a existência de evidências quanto ao uso nocivo de álcool e de outras drogas entre o corpo discente do *campus* Monte Alegre. Essa identificação permite a PUC-SP compreender melhor as teias complexas que compõem o seu fazer peculiar na educação deste país.

Essa constatação insere-se no entendimento de um compromisso educacional e social da PUC-SP, que vem, nesses 62 anos de sua existência, contribuindo ativamente para o crescimento intelectual, fundamentado em princípios democráticos e, historicamente, preocupada com a diversidade, a ética e o respeito, propondo-se a uma prática educacional para formar o cidadão crítico e o profissional competente para o mercado de trabalho.

Buscando ultrapassar a compreensão do empírico, propomos o reconhecimento científico de um problema que já há muito tempo é denunciado. Pretende, portanto, esta pesquisa trazer uma contribuição para assinalar uma importante temática da vida humana. Nesse sentido, consideramos o uso nocivo de álcool e de outras drogas e a dependência química, objeto deste estudo, uma questão contemporânea não só para a PUC-SP, como também para o Serviço Social e para a sociedade como um todo.

É importante esclarecer a diferença entre o uso nocivo e a dependência química. No primeiro caso, o indivíduo, ao ingerir sua droga de escolha, poderá exagerar na dose e, assim, com o humor fortemente alterado, tem enormes possibilidades de provocar danos a si ou a outrem. Já a dependência química é caracterizada pela necessidade de uso contínuo, de modo compulsivo.

Portanto, esse problema será considerado, nesta pesquisa, como uma mediação complexa entre a instituição e o dependente químico, ou seja, entre o universal e o particular contextualizado.

O motivo pelo qual procuramos o Serviço Social para a realização dos estudos de doutorado foi por ser o assistente social o profissional que realiza um trabalho essencialmente sócio-educativo na área de dependência química, que está qualificado para atuar nas diversas áreas ligadas à condução das políticas sociais públicas e privadas, tais como planejamento, organização, execução, avaliação, gestão, pesquisa, assessoria nesse campo, entre outros. Por conseguinte, também responsável por fazer uma análise da realidade social e institucional, intervindo para melhorar as condições de vida.

No tratamento do tema, adotamos como pressuposto básico a existência de um paradoxo entre a proposta educacional da PUC-SP e a interferência do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas entre seus alunos.

Há evidências da ampliação e agravamento atual desse consumo pelos alunos dos cursos de graduação da PUC-SP, *campus* Monte Alegre, bem como o incipiente enfrentamento multidisciplinar (biopsicossocial e educacional), dessa questão na academia.

Elegemos como conceitos principais de referência neste estudo, os seguintes:

- Uso nocivo de álcool e de outras drogas, apresentado por autores da Escola Paulista de Medicina;
- Síndrome da dependência química, fundamentada em Griffith Edwards;
- A dependência química como doença, exposta no CID-10, da Organização Mundial de Saúde;
- Enfrentamento ao uso nocivo de álcool, de outras drogas e dependência química, fundamentados em autores de diferentes disciplinas.

O objeto deste estudo é a análise da problemática e dos significados do consumo e o uso nocivo de álcool e de outras drogas, por alunos dos cursos de graduação da

PUC-SP, *campus* Monte Alegre, em 2007, bem como os desafios acadêmicos contemporâneos para o seu enfrentamento.

Os objetivos desta pesquisa são: identificar os estigmas, as realidades e os significados do consumo e do uso nocivo do álcool e de outras drogas que têm se evidenciado no corpo discente da PUC-SP, em 2007; entender os efeitos e as conseqüências específicas dessa prática entre os alunos, pertencentes ao quadro atual; e, ainda, sinalizar através dos resultados da pesquisa desta tese possíveis alternativas de mudança no enfrentamento dessa problemática.

A pesquisa de campo quantitativa, através de questionário estruturado (Anexo VII), ocorreu nos períodos de novembro a dezembro de 2007 e abrangeu todas as oito faculdades e vinte e dois cursos de graduação do *campus* Monte Alegre.

Quanto aos achados desta pesquisa, vimos que a contribuição da educação no enfrentamento do problema do consumo e do uso nocivo de álcool e de outras drogas é um enfoque relativamente recente. No entanto, o aumento do consumo de substâncias psicoativas trouxe à tona a necessidade urgente de integrar, de maneira mais ativa, a área da educação especificamente nessa universidade, as políticas de prevenção e o tratamento ao uso de drogas.

Assim sendo, neste trabalho demos ênfase à desmistificação de tabus, como, por exemplo, a generalização de que a “PUC é um antro de maconha”. Portanto, a problemática do uso de drogas na universidade, que consideramos uma realidade que, de fato, necessita de uma intervenção específica e profissionalmente especializada, entretanto tal problema não foge dos parâmetros mundiais do uso abusivo de álcool e de outras drogas, ou seja, não é específico desta Universidade.

Outrossim, fica evidenciada a importância da informação sobre drogas e esta poderia ter como centralidade o bem-estar do ser humano e das relações interpessoais no mundo acadêmico.

É possível desenvolver estratégias que surtam efeitos positivos com relação à quantidade de álcool e de outras drogas consumida pela comunidade *puquiãna*, quanto

aos comportamentos de uso e os contextos de alto risco causadores dos problemas relacionados ao consumo de álcool, que estão principalmente concentrados nos CAs.

Não obstante a sociabilidade desencadeada pelo consumo de álcool, e a despeito de todos os significados culturais e simbólicos que o consumo de bebidas alcoólicas adquiriu ao longo da história humana, a bebida alcoólica não é um produto qualquer. É uma substância capaz de causar danos manifestados em três níveis de uso distintos: toxicidade, intoxicação aguda e dependência.

A presente tese organiza-se em quatro capítulos, que condensam a totalidade do estudo empreendido:

O primeiro capítulo, intitulado **Aproximações à problemática da dependência química na contemporaneidade**, analisa a utilização do álcool na história e a dependência química como doença.

O segundo capítulo, que nomeamos de **Imagens da PUC-SP**, centra-se na análise das particularidades da instituição no sentido de sua excelência acadêmica e de sua projeção na comunidade.

O terceiro capítulo, cujo título é **Conhecendo a realidade do uso de álcool e de outras drogas na PUC-SP**, centra-se na metodologia utilizada para a realização da pesquisa, bem como no levantamento dessa temática.

O quarto capítulo, intitulado **Os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas na PUC-SP, campus Monte Alegre** traz a análise dos resultados do estudo sintetizados a partir de quatro eixos: a Reitoria, os CAs, a Segurança e a Percepção dos alunos. Além disso, abre o debate sobre o assunto.

Em suma, procuramos apresentar neste estudo que o consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas, de fato, é uma questão de vida. O abuso de drogas pode ser como um “corredor para a morte” se as políticas de saúde pública não o levarem devidamente em conta e se ele não for enfrentado com um movimento de solidariedade, do qual participem não apenas os principais interessados – os usuários de drogas – mas

igualmente aqueles setores da população que, como os jovens, homens, mulheres e idosos, estão todos expostos ao abuso de drogas lícitas ou ilícitas.

Por último, apresentamos as considerações finais e sugestões de novas pesquisas que ampliem e aprofundem este estudo e seu debate na PUC-SP e no Serviço Social, que já criou um grupo de estudos em dependência química no Programa de Pós-graduação em Serviço Social – GEADEQ – Grupo de Estudos de Álcool e Dependência Química, vinculado ao NEMESS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social.

Vale ressaltar ainda a atualidade do tema desta tese, face à conjuntura da realidade brasileira, que vem implementando a “lei seca” (Anexo X), ou seja, uma política de “tolerância zero” para o uso de álcool pelos motoristas.

CAPÍTULO I

Aproximações à problemática da dependência química na contemporaneidade

“O álcool não faz as pessoas fazerem melhores as coisas; ele faz com que elas fiquem menos envergonhadas de fazê-las mal”.

William Osler

O consumo de drogas, legais e ilegais, é um tema que desperta grande preocupação social, preocupação esta totalmente justificada à luz dos resultados das diferentes pesquisas realizadas e dos dados de que se dispõe atualmente sobre o uso dessas substâncias. Desde que o consumo de drogas ilícitas vem sofrendo intenso crescimento, o abuso de substâncias psicoativas, sejam elas de venda legal ou ilegal, foi reconhecido como um dos principais problemas enfrentados pela sociedade na contemporaneidade. Muitos pais, educadores, autoridades sanitárias, autoridades políticas e sociais situam o fenômeno do consumo de álcool e de outras drogas como uma preocupação prioritária e principalmente um problema a ser resolvido.

No Brasil, onde tradicionalmente o consumo de drogas lícitas é muito alto, a exemplo da cachaça, cerveja e tabaco, que fazem parte de várias tradições regionais. Na década de 1990, houve um expressivo aumento do consumo de drogas ilegais, conforme dados do CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, publicadas no I Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (2002, p. 325).

O consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas representa um problema grave, capaz de produzir importantes alterações de saúde e problemas sociais. O fenômeno do consumo de drogas tem algumas características que o tornam muito preocupante. O tipo de substâncias consumidas, a frequência de seu uso, o aumento do número de consumidores e a redução da idade de iniciação acentuam a necessidade de uma ação preventiva eficaz e de uma formulação de estratégias de tratamento adequadas.

Segundo Marlatt (2001, p. 25):

Apesar de décadas de esforços de prevenção e de políticas de saúde pública, a ingestão pesada e prejudicial de bebidas alcoólicas e de outras drogas entre estudantes universitários (principalmente de graduação) continua um formidável e exasperante problema de saúde pública.

Além da prevalência disseminada do uso de álcool e de outras drogas por estudantes universitários e a frequência com que consomem álcool e outras drogas, muitos estudantes bebem pesadamente e de maneira prejudicial, incentivados pela presença de bares nas proximidades do *campus*.

O padrão de ingestão alcoólica e de outras drogas por estudantes universitários varia consideravelmente ao longo do ano acadêmico e está classicamente ligado no Brasil a eventos sócio-culturais (por exemplo, recepção de calouros, formaturas, férias, carnaval, São João, campeonatos universitários, entre outros).

Ainda para Marlatt (2001, p. 31):

Provar álcool e outras drogas, provar estados alterados de consciência faz parte dos ritos de passagem para a vida adulta e para a autonomia, muito comuns nas culturas ocidentais modernas. Para muitos adultos jovens, a faculdade proporciona a primeira oportunidade para agir como adulto mais velho. O álcool pode ser obtido facilmente (mesmo por estudantes abaixo da idade legal) e consumido abertamente. Além disso, muitos vêem os anos de faculdade como a última oportunidade de "farrear" antes de botar o pé na realidade da vida de adulto depois de formado e na carreira profissional.

É consenso que as épocas da vida mais vulneráveis para a experimentação de drogas são a infância e a juventude, quando o ser humano ainda está em formação, é mais frágil e espelha-se em figuras parentais – autoridade – e, portanto, para a prevenção nesta faixa etária, é fundamental o envolvimento da família e da escola.

1. - O álcool e outras drogas na história: uma doença, uma síndrome e possíveis superações

1.1 – Dependência química como doença

A história da humanidade confunde-se com o desenvolvimento do hábito de consumo de substâncias psicoativas, segundo vários relatos de épocas anteriores ao nascimento de Cristo.

Não podemos deixar de admitir o fascínio que as drogas exerceram e exercem sobre o homem.

Um dos documentos mais antigos, o Papiro terapêutico de Tebas, orientava o uso de ópio como analgésico, há 300 anos a.C. Conclui-se que na busca da cura às doenças o homem desenvolveu a capacidade de criar substâncias que agem sobre o cérebro.

Há milênios, os índios sul-americanos mascam a folha da coca para aliviar a fadiga e a fome.

Os Cita, povo nômade do norte da Ásia e Europa, usavam a semente de cânhamo como incenso após enterro, para se comunicarem com o espírito do morto. Outro exemplo é o vinho, consagrado nas missas da Igreja Católica como o sangue de Cristo.

Porém, não é apenas na medicina e na religião que encontramos a droga, o homem a utilizou como instrumento econômico (até hoje isso ocorre), por exemplo, com a exploração comercial do vinho pelos romanos e também como instrumento de

dominação político-militar, como mostra o episódio da disseminação do ópio entre os chineses e indianos, promovido pelos ingleses.

Esses fatos explicam motivações sociais e políticas, porém, no nível individual, o que o homem busca com o uso dessas substâncias? Esta pergunta nos leva a indagar que motivo maior faz o indivíduo se escravizar por uma substância psicoativa?. Há várias tentativas de explicação. Acreditamos que um motivo impulsionador desse consumo é o benefício da leveza do espírito e a sensação de felicidade, mesmo que ocorram de forma fugaz, com um custo extremado de dor e sacrifício.

Atualmente, conceituar e tratar dependência química (DQ) ou mesmo transtornos mentais, de um ponto de vista exclusivamente psiquiátrico, é equivocado se não pretensioso. Sem dúvida, o ser humano é um ser biológico que, conseqüentemente, responde às leis básicas da biologia. A medicina é uma ciência de descobertas de fenômenos físicos e naturais até então desconhecidos. Entretanto, a biologia estuda e explica como a vida funciona, mas não explica o porquê da vida, terreno árido deixado para a filosofia, da qual nasceu a psicologia.

São vários os discursos construídos em torno da droga, que permitiram, por sua vez, a criação de estereótipos.

Na linguagem científica, representada pela Organização Mundial da Saúde, a palavra “droga” significa toda substância que, introduzida em um organismo vivo, pode modificar uma ou mais funções deste.

Na linguagem cotidiana, segundo Del Olmo (1990, p. 21-22), trata-se de “toda substância capaz de alterar as condições psíquicas, e às vezes físicas, do ser humano, do qual, portanto pode-se esperar qualquer coisa”.

Os conceitos aqui adotados situam o uso de álcool e de outras drogas como de caráter econômico – biopsicossocial, mais especificamente um problema que se centra concretamente na saúde pública.

Pela Organização Mundial de Saúde, na décima revisão do Código Internacional de Doenças (CID-10), dependência química é inequivocamente conceituada como doença. E, até para simplificar, convencionaram alguns parâmetros para que a clínica

psiquiátrica fosse capaz de fazer diagnóstico desse transtorno mental em qualquer lugar ou cultura do mundo. Ou seja, basta preencher alguns requisitos bem delimitados que o observador estaria diante de um dependente químico. Feito o diagnóstico, convencionou-se uma representação alfanumérica, cujo conjunto formaria um código perfeitamente decifrável em qualquer lugar do mundo. Não cabe aqui explicar a metodologia e a sistemática diagnóstica do CID-10, que é prática cotidiana da psiquiatria clínica, apenas cumpre apontar os principais parâmetros para diagnóstico, bem como sua classificação.

Os transtornos mentais e de comportamento, decorrentes do uso de substâncias psicoativas, verbete utilizado pelo CID-10, estão codificados, pelo sistema alfanumérico, como F1x. A letra F indica a seção de transtornos mentais, o número 1, aqueles provocados pelo uso de substância química psicoativa e, no lugar do x, podemos colocar de 1 a 9, que especifica a substância química psicoativa utilizada. Assim, F10 indica transtornos decorrentes do uso de álcool, F11 pelo uso de opióides, F12 para canabíoides, F13 para sedativos e hipnóticos, F14, para uso de cocaína, F15, para outros estimulantes incluindo cafeína, F16, para alucinógenos, F17, para tabaco, F18, para uso de solventes voláteis e F19, quando por uso de múltiplas drogas e outras substâncias químicas psicoativas. Um quarto e quinto caracteres podem ser acrescentados para especificar as condições clínicas, por exemplo, F1x.0, quando há intoxicação aguda (perturbações transitórias de consciência, cognição, percepção, afeto ou comportamento), F1x.1, quando o uso for nocivo (padrão de uso que está causando dano à saúde física ou mental), F1x.2, para síndrome de dependência, F1x.3 para estado de abstinência, e F1x.4, quando há estado de abstinência com *delirium*; quando o transtorno psicótico está presente, usam-se os caracteres F1x.5, enquanto a síndrome amnésica leva F1x.6; para transtornos psicóticos residuais e de início tardio, fica F1x.7; reserva-se F1x.9, para outros transtornos e quando não especificados respectivamente. No verbe de intoxicação, o quinto caractere pode ser mencionado quando forem identificadas complicações desde traumatismo ou outra lesão corporal (F1x.01), *delirium* (F1x.03), até com (F1x.05), convulsões (F1x.06), e intoxicação patológica (F1x.07).¹

¹ Texto extraído do livro CID-10, *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados Relacionados à Saúde*, 2004, p. 303.

As diretrizes diagnosticadas para síndrome de dependência são as que se seguem, e a presença de pelo menos três delas torna o diagnóstico definitivo: (a) um forte desejo ou senso de compulsão para consumir a substância química psicoativa; (b) dificuldades em controlar o consumo; (c) um estado de abstinência fisiológico, ou seja, para parar ou diminuir o consumo; (d) evidência de tolerância; (e) abandono progressivo de prazeres ou interesses alternativos em favor do uso da substância química psicoativa; e (f) persistência no uso a despeito de clara evidência de conseqüências manifestadas como nocivas. Um quinto caractere vem aqui completar se a pessoa está atualmente abstinente (F1x.20), protegida com internações (F1x.21), até atualmente em uso ou dependência ativa (F1x.24), ou uso episódico como a dipsomania (F1x.26).

A avaliação das modalidades de dependência mesmo que superficial, relacionadas pelo CID-10, evidencia o reconhecimento das características da dependência de drogas ilícitas como doença primária, crônica, progressiva e fatal, preconizada pelos grupos de anônimos, bem como a compulsão, a perda do controle do consumo e as perdas no nível físico, mental e espiritual.

Apesar de existir uma enorme variedade de explicações teóricas para as causas da dependência de álcool, nicotina e outras drogas, há um conceito unânime: dependência é uma relação alterada entre um indivíduo e seu modo de consumir uma substância. Essa relação alterada é capaz de trazer problemas para o seu usuário. Muitos indivíduos, porém, não apresentam problemas relacionados ao seu consumo. Outros apresentam problemas, mas não podem ser considerados dependentes. Por último, mesmo entre os dependentes, há diferentes níveis de gravidade.

1.2. – A síndrome da dependência química

Portanto, buscar um conceito sobre dependência com relação a substâncias psicoativas não se completa pela constatação de sua presença ou ausência. Mais do que saber se ela está lá, é preciso identificar e determinar seu grau de desenvolvimento.

Além disso, é preciso entender como os sintomas observados são moldados pela personalidade dos indivíduos e pelas influências socioculturais.

O conceito atual dos transtornos relacionados ao uso de álcool e de outras drogas rejeitou a idéia da existência apenas do dependente e do não-dependente. Existem, ao invés disso, “padrões individuais de consumo que variam de intensidade e gravidade ao longo de uma linha contínua”. De acordo com Griffith Edwards (2005, p. 56):

O conceito de síndrome é usado em medicina para designar um agrupamento de sinais e sintomas. Nem todos os elementos podem estar presentes em cada caso, mas o quadro deve ser suficientemente regular e coerente para permitir o reconhecimento clínico e fazer a distinção daquilo que de fato é sindrômico.

Uma síndrome é uma formulação clínica descritiva cuja causa ou patologia não pode ser determinada, pelo menos em um primeiro momento.

- **Sinais e sintomas da dependência química**

A síndrome de dependência designada pela medicina permitiu que houvesse uma universalização do seu diagnóstico. Ao mesmo tempo, por meio do conceito de gravidade, mostrou que o conceito de dependência é universal, mas que a manifestação da sintomatologia acontece em níveis de gravidade distintos, sempre influenciados pela personalidade e o ambiente onde vive o indivíduo.

- **Compulsão ou perda do controle**

Há duas sensações presentes neste critério: a perda do controle e o desejo ardente de consumir uma droga. É o sentimento de estar nas garras de algo estranho, irracional e indesejado.

- **Tolerância**

A tolerância é a necessidade de doses cada vez maiores da substância para se obter os mesmos efeitos de antes. O corpo vai se acostumando ao efeito da droga. Percebendo sua presença constante no organismo, cria mecanismos para dificultar sua ação sobre os neurônios (diminui os receptores, torna-os menos sensíveis, destrói a

substância com mais rapidez). Isso faz com que o usuário necessite de doses maiores. Na prática, o usuário mantém uma ingestão constante de uma determinada droga e consegue fazer coisas que incapacitaria um usuário não-tolerante. Isso não significa que seu desempenho não esteja prejudicado (muito pelo contrário), mas não está incapacitado. Nos estágios mais avançados da dependência, o indivíduo começa a perder a tolerância e fica incapacitado com doses pequenas da droga.

- **Sintomas de abstinência**

Os sintomas de abstinência são a evidência mais palpável da presença da dependência. Eles se caracterizam pela presença de sintomas físicos e psíquicos de desconforto frente à redução ou interrupção do consumo de drogas. Quase todas as drogas são capazes de desencadear sintomas de abstinência. A intensidade dos sintomas é progressiva. Inicialmente são predominantemente psíquicos: fissura pela droga, ansiedade, sintomas depressivos (desânimo, lentificação...), irritação, piora da concentração e insônia. À medida que a dependência aumenta, aumenta também a magnitude dos sintomas. Entre os sedativos podem surgir sintomas físicos, tais como tremor, suor difuso, palpitações cardíacas, aumento da temperatura do corpo, náuseas e vômitos, podendo chegar até a quadros de confusão mental (*delirium*).

- **Evitação ou alívio dos sintomas da abstinência**

A evitação ou alívio dos sintomas de abstinência é um comportamento antecipatório, que visa a evitar o surgimento dos sintomas de desconforto. O indivíduo aprende (mesmo que não note) quando os sintomas aparecem e procura sempre usar a sua droga de escolha antes. A partir desse ponto, já se observa um consumo rotineiro da substância em sua vida.

- **Saliência do consumo**

O avançar da dependência, principalmente a intensificação dos sintomas de abstinência, faz com o que indivíduo priorize (em maior ou menor grau) a manutenção do seu consumo de álcool ou de outras drogas. Dessa forma, seu tempo e seus recursos financeiros vão paulatinamente se transferindo para a busca, o consumo e a recuperação dos seus efeitos. Muitas vezes a compulsão pelo uso é mais forte do que a

consciência do usuário sobre os problemas sociais e de saúde que seu uso de drogas já lhe causou.

- **Estreitamento do repertório**

A ocasião social influencia de maneira decisiva o consumo de drogas. De um modo geral, o consumo de álcool e de outras drogas não é permitido durante o expediente de trabalho ou período escolar. O consumo de álcool acontece nos fins de semana, ou durante a semana, em festinhas de aniversário, encontros de amigos ou *happy hours*. Há aqueles que apreciam um cálice de vinho durante uma refeição. Existem ocasiões que pedem bebidas específicas. O uísque é uma bebida muito procurada em casamentos e shows. Já a cerveja é a bebida dos barzinhos, dos fins de semana com amigos. Bebidas mais doces são associadas às mulheres. O vinho tinto e o conhaque são bebidas mais vendidas durante o inverno.

Com as drogas ilícitas não é diferente. O *ecstasy* é uma droga associada às *raves* e à música eletrônica. Não se faz uso dessa substância para ir a um baile de rodeio. A cocaína é um potente inibidor do apetite. Será pouco provável encontrarmos usuários dessa substância se esbaldando de carne num churrasco. Há sempre ocasiões específicas para o consumo de uma droga, não importa qual seja esta.

O estreitamento do repertório de elementos e/ou situações que disparam a vontade de beber é justamente a perda do vínculo social que justificava o consumo. Utilizar uma substância virou uma necessidade, não mais uma atitude vinculada a uma ocasião social. Não se bebe mais para relaxar, para ficar mais falante, bater um “papo-cabeça”, para “viajar” com os amigos ou curtir melhor uma música. O consumo se volta para o alívio ou evitação dos sintomas de abstinência. Não importa mais o dia da semana e a hora, o local, as pessoas ao redor e muito menos a qualidade da substância. Vale evitar a abstinência. Assim, aparece um consumo previsível e com poucas variantes, ou seja, estreitado.

- **Reinstalação da síndrome de dependência**

O reaparecimento dos sintomas físicos (síndrome de abstinência) e comportamentais (evitação dos sintomas, saliência do consumo, estreitamento do

repertório) em usuários que recaíram após períodos variáveis de abstinência é denominado reinstalação da síndrome de dependência. O consumo de substâncias, como o álcool, os solventes e a maconha, leva um tempo considerável até o aparecimento da dependência. O tempo é intermediário para o tabaco e relativamente curto em se tratando do crack e dos opiáceos. Mas por mais longa que seja a abstinência, um breve retorno ao consumo pode fazer o indivíduo rapidamente voltar ao seu padrão antigo de consumo, que anteriormente levou muito tempo para se desenvolver.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uso nocivo é "um padrão de uso de substâncias psicoativas que está causando dano à saúde", podendo ser este de natureza física ou mental. A intoxicação aguda ou "ressaca", dependendo de sua intensidade, por si só, não é considerada dano à saúde. A presença da síndrome de abstinência ou de transtornos mentais relacionados ao consumo (por exemplo, demência alcoólica) exclui esse diagnóstico.

1.3. – Possíveis superações

Há algumas fases da vida em que as pessoas ficam mais vulneráveis e mais predispostas à experimentação de drogas. Os adolescentes, os curiosos e os contestadores por natureza são aqueles que mais experimentam drogas. Os adolescentes são leais aos amigos. Desse modo, curiosidade, contestação e lealdade são qualidades naturais do adolescente. Quando se juntam a um grupo que usa drogas, sentem-se impelidos a experimentar também. "Todos querem se sentir iguais, dividir as mesmas experiências, angústias e solucionar juntos as suas dificuldades". (PINSKY, 2004, p.164).

A adolescência é um período de auto-afirmação. A obrigação de ter um corpo bonito e escultural é introjetado para as meninas desde cedo. Isso às vezes vai contra as dificuldades de algumas em perder peso ou abrir mão do prazer que a comida lhes proporciona. Muitas adolescentes, então, passam a tomar anfetaminas. Elas são conseguidas irregularmente em farmácias ou pela irresponsabilidade de alguns médicos.

Esses prescrevem fórmulas com anfepramona e fenproporex, verdadeiras bombas cerebrais.

Muitas pessoas iniciam ou aumentam o consumo de drogas em idades mais avançadas. É o caso das mulheres que a partir dos quarenta anos vêem seus filhos saírem de casa para estudar, trabalhar ou casar. Elas se sentem deprimidas e pensam que sua vida perdeu o sentido. Passam então a tomar calmantes (benzodiazepínicos) e acabam por se tornar dependentes destes. Já os homens tendem a aumentar o consumo de álcool quando se tornam viúvos ou se aposentam e experimentam o ócio dentro de casa.

Os problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas podem aparecer desde a primeira experiência. Um acidente de carro, ou ainda uma overdose são sempre possíveis quando se utiliza uma droga. Mas, apesar disso, a maioria das pessoas evolui para um consumo de baixo risco (por exemplo, o uso social de álcool), ou mesmo abandonam o consumo. Uma parte menor passará a apresentar problemas com mais frequência e poderá até chegar à dependência.

A faixa etária em que as pessoas buscam tratamento depende entre outras coisas da substância utilizada. O consumo de drogas começa normalmente na adolescência. Os usuários de álcool levam vários anos para chegar à dependência. Por isso, esses indivíduos procuram tratamento por volta dos trinta anos. Os usuários de cocaína também podem esperar anos até a chegada ao tratamento. Já os usuários de opiáceos e crack rapidamente se tornam dependentes e procuram ajuda em menos tempo. Dessa forma, serviços especializados no tratamento da dependência de álcool tendem a atender um perfil de indivíduos mais velhos. Já aqueles que tratam usuários de cocaína, crack e opiáceos, trabalham com indivíduos mais novos.

Muitos são os motivos que levam as pessoas a parar de usar drogas ou procurar um tratamento. Até há pouco tempo, não havia tratamento específico para a dependência de nicotina. Quem quisesse parar de fumar contava com o apoio da família, dos amigos e principalmente com sua determinação. Há muitos indivíduos que deixam o álcool, a maconha ou a cocaína por sua convicção, sem buscar nenhum tratamento. Mas abandonar o consumo de drogas não é uma tarefa simples. A busca por tratamento é,

assim, uma alternativa viável e passível de sucesso. Mas o que faz as pessoas pararem ou buscarem ajuda? São vários motivos:

- aparecimento de complicações clínicas ligadas ao consumo de drogas;
- após experimentar complicações agudas (“porre”, *overdose*);
- preocupação com os danos futuros que o consumo poderia causar;
- reações sociais ao consumo (por exemplo, demissão do trabalho);
- piora do relacionamento familiar, em especial do casamento;
- envolvimento do usuário com a religião;
- por pressão de pessoas das quais o usuário gosta muito (familiares, amigos);
- desejo de se aproximar de pessoas que não usam (amigos, paquera);
- necessidade de mostrar para si um autocontrole sobre o consumo;
- por razões econômicas ou problemas financeiros;
- para dar exemplo a outros (filhos, irmãos mais novos);
- o lado negativo da vida observado nas ruas (violência, mendicância);
- a sensação de não agüentar mais conviver com as crises de fissura;
- mudanças no estilo de vida e o surgimento de novas situações (um novo namoro, emprego, oportunidade social) que são incompatíveis com o consumo de drogas.

A maioria dos estudos mostra uma tendência natural do indivíduo a abandonar o consumo de drogas. Esse abandono, no entanto, não é estável e a todo o momento os indivíduos estão sujeitos a recaídas. Após uma recaída tudo pode acontecer. O indivíduo pode ligar para seu médico na hora e no dia seguinte consultá-lo para reforçar seu desejo pela abstinência. Pode abandonar o tratamento por alguns dias ou semanas e voltar a procurar ajuda em seguida. Pode, ainda, retornar ao consumo e permanecer ali definitivamente.

No Brasil, o Ministério da Saúde admite que existe uma relevante importância quanto ao tratamento da problemática da dependência química, reconhece a importância

da dependência de substâncias psicoativas, como transtorno mental de alta prevalência, altamente incapacitante, assumindo, desse modo, a responsabilidade de organizar e financiar o tratamento do dependente.

Assim sendo, vemo-nos diante da reflexão sobre as aproximações da problemática às práticas de tratamento vigentes, à luz do conhecimento científico internacional, dos parâmetros necessários aos modelos que serão oficialmente implantados e apoiados pelos Órgãos Públicos e Instituições Privadas, como é o caso da PUC-SP, *campus* Monte Alegre.

2. - Dependência química e seus aspectos sociais

2.1. – Considerações gerais

No Brasil, a dependência química é considerada, com algumas exceções, como sintoma de problemas psíquicos profundos e passíveis de tratamentos em clínicas psiquiátricas. Entretanto, em países mais desenvolvidos é encarada como uma doença em si, com origem orgânica e tratada em clínicas especializadas.

A dependência química é considerada um dos maiores problemas dos departamentos de recursos humanos das empresas no mundo, bem como no ensino a partir do segundo grau e nas instituições universitárias de forma geral, onde, paradoxalmente, costuma-se negar a existência dessa verdadeira problemática social.

O desconhecimento do problema por parte da sociedade, das instituições, dos educadores, dos religiosos, dos médicos, em sua maioria, e das pessoas que convivem com os dependentes químicos e, ainda, a não aceitação da dependência pelos próprios dependentes é um reflexo direto do não enfrentamento do problema.

A dependência química, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), envolve cerca de 15% da população mundial, média que se reflete também na realidade brasileira, e, por conseguinte, tende a ocorrer em instituições como a PUC-SP.

2.2. – Ações públicas no enfrentamento da dependência química

Uma das formas que tem sido utilizadas através dos tempos como ações públicas no enfrentamento da dependência química tem sido a higienização. Entendemos, nesta investigação, a higienização como uma política pública de limpeza e retirada de circulação de usuários de álcool e de outras drogas. Essas ações são apenas um cuidado com as aparências da paisagem urbana, uma espécie de maquiagem de uma dada situação e de um quadro sociopolítico.

Um exemplo dessa política de higienização foi praticado na cidade de São Paulo. Na proposta de revitalização da Cracolândia (região central de São Paulo) freqüentada por traficantes e usuários de drogas, a Prefeitura Municipal de São Paulo na fase inicial do projeto “limpou” a área, deslocando involuntariamente seus freqüentadores.

Outro exemplo, desse tipo de medida, segundo Bizzotto (2006, p. 209), é a prática, da maioria das escolas em Belo Horizonte, de negar o problema de uso de álcool e de outras drogas ou de expulsar os alunos usuários. Essas instituições limitam-se na maioria das vezes a realizar palestras isoladas, o que não tem produzido resultados satisfatórios.

Outra forma de lidar com a problemática da dependência química tem sido os programas de prevenção. Esses programas, que têm uma atuação mais efetiva, são os programas que contemplam ações de longo prazo. Nesse sentido, segundo Bizzotto (2006, p. 210):

A prevenção implica esforços coordenados com a comunidade, avaliações periódicas, e, principalmente, continuidade. É consenso que as épocas da vida mais vulneráveis para experimentação de drogas é a infância e a juventude, quando o ser humano ainda está em formação e ainda é mais frágil, portanto, para a prevenção nessa faixa etária, é importante o envolvimento da família e da escola.

Na contemporaneidade, cada vez mais fica evidente a importância do papel da escola na educação dos estudantes. Corroborando com o mencionado, citamos Sloboda (2004, p. 112):

A escola, por diversas razões, é de fato o ambiente mais apropriado para estratégias de prevenção. A razão mais evidente é de que, nela, as crianças passam grande parte do seu tempo. Além disso, a escola continua a ser uma instituição de socialização por excelência, na qual se reforçam valores e normas sociais, constituindo também, em si, um ambiente de proteção para as crianças.

Sloboda *apud* Pinsky (2004, p. 113) assegura, no seu livro *Adolescência e drogas*, que os programas de prevenção têm que contemplar três aspectos no ambiente escolar:

- adequação da cultura da escola, suas normas, crenças e expectativas, além do incentivo ao vínculo escolar, bem como a ligação do indivíduo à escola e à comunidade;
- uma política escolar de controle social, que busque uma aproximação mais ampla da escola ou universidade com os jovens nelas inseridos;
- ajustes no currículo disciplinar com introdução de aulas que privilegiem uma abordagem cognitiva de prevenção com relação ao uso nocivo e à dependência química.

Outra medida utilizada para se lidar com o problema tem sido a chamada Redução de Danos. Essa medida visa minimizar as conseqüências primárias ou secundárias relacionadas ao uso nocivo de álcool e de outras drogas. Segundo O'Hare *apud* Antonieta Bizzotto (2006, p. 213):

Essa proposta tem o mesmo princípio básico do movimento chamado Redução de Danos, surgiu após aparecimento da AIDS. Trata-se de uma forma de abordar o uso de drogas, adotada em mais de 50 países, e tem como estratégia, como o próprio nome já diz, reduzir os danos causados pelo uso de drogas, portanto não parte da exigência de abstinência. Sua idéia central poderia ser descrita assim: "Não sendo sempre possível interromper o uso de drogas, que ao menos se tente minimizar o dano ao usuário e à sociedade.

Com relação ao consumo de bebidas alcoólicas por jovens, a Redução de Danos se dá de maneira diferenciada, ainda segundo Bizzotto (2006, p. 213):

Muitos entram em coma quando iniciam o uso por ignorar que várias doses, para quem não está habituado, são muito perigosas. O que se pretende é educar o jovem a não fazer uso abusivo de álcool e outras drogas, trabalhando a partir da realidade vivida por ele. O trabalho preventivo ao uso abusivo de drogas considera o fato de que o jovem está sujeito a usar uma droga eventualmente, e dessa maneira, o trabalho preventivo consiste em educar as pessoas a usar uma substância (caso o façam) com moderação e responsabilidade.

Outra maneira importante de lidar com a questão da dependência química na contemporaneidade tem sido a postura da mídia que pode ter duas vertentes: uma positiva e outra negativa. A influência da mídia ocorre de forma subjetiva, com conceitos subliminares e que pode até vir a induzir e alterar o comportamento humano.

Pinsky (2004 p. 54) menciona fato de que a sociedade deve ser advertida sobre a influência da televisão e dos meios de comunicação nos hábitos individuais das crianças e dos adolescentes, pois infelizmente a carga maior dessa influência parece ser negativa.

É importante assinalar o debate na sociedade brasileira entre o direito à liberdade de imprensa e a necessidade de uma legislação reguladora de uso de bebidas alcoólicas na mídia, como propõe a ACCA, com base em estudos da UNIFESP:

- quais programas devem ser considerados desaconselháveis ou proibidos para menores de idade;
- a obrigatoriedade de transmissão de um número mínimo de horas de programas educativos por dia;
- maior restrição ou proibição total da publicidade de bebidas alcoólicas.

Para Pinsky, (2004, p. 55):

(...) programas de “Educação para Mídia” podem ser um outro caminho para ajudar nossas crianças e adolescentes a evitarem os programas de má qualidade e, na mesma medida, ajudar a reduzir o efeito da promoção indiscriminada de substâncias psicoativas pelos meios de comunicação de massa, como ocorre hoje.

Uma variável que também é significativa, é o preço da bebida alcoólica, que determinará a compra ou não do produto.

Laranjeira; Romano^{2*} afirmam que governos de diferentes países têm usado a regulação do preço e das taxas que incidem sobre as bebidas alcoólicas para controlar os problemas relacionados ao consumo do álcool. Esse tipo de regulação pode ser estabelecida através de leis e também pode ser fiscalizada na prática, além de propiciar aumento de arrecadação por parte do governo.

Em relação a essa regulação de preço, a maior dificuldade no Brasil é modificar a forma como o governo brasileiro encara a problemática do alcoolismo, assim como as suas conseqüências na saúde da população, o que significa dizer que sem um controle do preço será muito difícil o enfrentamento dessa questão em nosso país.

Laranjeira; Romano (2006) afirmam ainda que a regulação de preço:

(...) é uma medida de baixíssimo custo. Estudos conduzidos em diversos países desenvolvidos, e em alguns em desenvolvimento, demonstraram que o aumento do preço e da taxa sobre bebidas alcoólicas resulta em diminuição do consumo e dos problemas relacionados.

No Brasil, faz-se necessário considerar a pobreza como um fator de risco para o uso nocivo de álcool, principalmente em regiões periféricas e de grande contingente populacional. Como diz Mano Brown do Grupo Racionais MC's, na letra da música "Fim de semana no parque":

Aqui (favela) não vejo nenhum clube poliesportivo,/ pra molecada frequentar nenhum incentivo./ O investimento no lazer é muito escasso./ O centro comunitário é um fracasso,/mas aí se quiser se destruir está no lugar certo/. Tem bebida e cocaína sempre por perto./A cada esquina 100, 200 metros./Tô cansado dessa porra de toda essa bobagem./ Alcoolismo, vingança, treta malandragem/ Mãe angustiada, filho problemático,/ Famílias destruídas, fins de semana trágicos./ O sistema quer isso a molecada tem que aprender/ Fim de semana no Parque Ipê.

² Texto extraído do Artigo: *Consenso Brasileiro sobre Políticas Públicas do Álcool*. Disponível em: <www.viverbem.fmb.unesp.br> Acesso em: 27 jul. 2008.

Pode crer Racionais Mc's e Negritude Junior juntos/ Vamos investir em nós mesmos mantendo distância das Drogas e do álcool. Aí rapaziada do Parque Ipê, Jd. São Luiz, Jd. Ingá, Parque Araribá, Váz de Lima Morro do Piolho e Vale das Virtudes e Pirajussara./ É isso aí mano Brown (é isso aí Netinho paz a todos)./

O alcoolismo está diretamente relacionado com os níveis de consumo e vetores de pobreza, cujos resultados são a violência, morte no trânsito, problemas ligados ao aumento e à propagação de doenças sexualmente transmissíveis e outros males.

De acordo com Laranjeira; Romano (2006), isso significa que:

Na ausência de qualquer controle formal sobre produção, distribuição e vendas, o preço de uma bebida alcoólica vai ser meramente uma resultante das condições do mercado, tendo por base a oferta e a demanda. Em vários países, durante algum período de suas histórias, a taxa de bebidas alcoólicas foi uma importante fonte de renda para o Estado. Entre 1911 e 1917, nos EUA, um terço de toda a arrecadação provinha da taxa sobre as bebidas alcoólicas. Casos semelhantes são encontrados na Holanda, Inglaterra, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia. Existem experiências igualmente bem-sucedidas em países em desenvolvimento, como a Índia e Camarões. No entanto, é necessário considerar que existe um limite além do qual deixa-se de obter os efeitos previstos, pois a população pode tender a procurar o mercado negro ou a produção doméstica.

Porém, uma política pública de Estado de proteção à saúde, que implique a fiscalização e o controle do preço e a autorização de licenças para funcionamento de estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas, pode ser implementada a exemplo de Diadema e Paulínia, cidades situadas no Estado de São Paulo. Ainda sobre a questão do aumento do preço para a redução do consumo pelos jovens, segundo Laranjeira; Romano (2006):

O efeito das mudanças de preço do álcool sobre o seu consumo tem sido mais extensamente estudado do que qualquer outra medida. Estudos econométricos mostram que o álcool se comporta como qualquer outro produto sujeito às leis da oferta e da demanda; ou seja, uma diminuição do seu preço resulta em um aumento do consumo e um aumento do preço leva a uma redução do consumo. O importante aqui é que governos podem regular a demanda por bebidas alcoólicas através do controle dos preços, obtendo não apenas uma arrecadação maior, mas também benefícios para a saúde pública.

Um exemplo de sucesso que podemos citar é o Canadá, ou seja, foram elaboradas política públicas que fixaram preços mínimos para a venda de cerveja nas províncias de Quebec e Ontário. Essa medida contribuiu para a saúde e a segurança públicas (LARANJEIRA; ROMANO, 2006).

Diversos estudos têm demonstrado que os jovens constituem um grupo particularmente sensível a mudanças do preço da cerveja. Além disso, ao contrário do que usualmente se pensa, bebedores pesados tendem a ser mais sensíveis às variações de preço do que bebedores leves e esporádicos. Portanto, estratégias de aumento de preço tendem a ser eficazes em reduzir tanto o consumo quanto os problemas associados e isso ocorre justamente nos grupos mais vulneráveis: o dos adolescentes e o dos bebedores pesados.

Há que se considerar que vivemos em um país de clima tropical e as bebidas que são servidas tradicionalmente geladas têm grande impacto nos rituais da juventude. Ademais, como já dissemos anteriormente, as propagandas de bebidas veiculadas atualmente associam-se às grandes paixões nacionais, como futebol, mulher, samba, cerveja. Dessa forma, como afirmam Laranjeira; Romano (2006):

A melhor forma de avaliar o impacto do aumento de preços é quantificar os problemas decorrentes do uso de álcool; isso inclui morbidade e mortalidade relacionadas ao álcool, como doença hepática, acidentes de trânsito, violência e suicídio.

Para essa forma de avaliação, as vendas de bebidas alcoólicas no varejo podem ser quantificadas, isso tornará o método do aumento do preço dessas bebidas viável e também é mais confiável, por evitar a substituição da bebida legalmente adquirida por aquelas contrabandeadas ou mesmo as de produção caseira, dessa forma conseguiremos dados mais realistas em relação ao consumo. Para Laranjeira; Romano, (2006):

(...) diversos estudos revelam que o aumento de preços é bastante eficaz na redução da mortalidade por cirrose e na redução dos índices de acidentes de trânsito, fatais e não-fatais. Estudo específico verificou o impacto do aumento do preço da cerveja nos acidentes de trânsito fatais entre jovens, encontrando uma redução significativa dos mesmos após aumento dos preços. Especialistas vêem o aumento de preços como o meio mais eficaz de reduzir a embriaguez ao volante.

Estima-se que um aumento de 10% no preço de bebidas alcoólicas, nos EUA, pôde reduzir a probabilidade de se dirigir embriagado em 7% para homens e em 8% para mulheres, com reduções ainda maiores nos menores de 21 anos. Vários estudos têm examinado o impacto dos preços de bebidas alcoólicas em homicídios e outros crimes (incluindo seqüestro, assaltos, furtos, roubo de veículos, violência doméstica e abuso de crianças) e indicam que o aumento dos preços de bebidas alcoólicas está associado à diminuição da ocorrência desses crimes.

A acessibilidade às bebidas alcoólicas tem implicações políticas na prevenção de problemas relacionados ao álcool, mediante controle, fiscalização e restrições das condições de sua venda ao consumidor final pelo Estado. Ao longo da história até os tempos atuais, o principal objetivo dessas medidas sempre foi o de reduzir os danos decorrentes da ingestão alcoólica.

No Brasil, o setor de bebidas alcoólicas pode ser formal, ou seja, aquele devidamente regulamentado pelo governo desde as esferas municipais, estaduais até as federais ou com ênfase no mercado informal na periferia, que está ligado à ilegalidade e, conseqüentemente, à violência.

Essa regulação do consumo de bebidas alcoólicas assegura graus mínimos de pureza, segurança e a descrição apropriada do produto, assim como permite a taxaço de impostos, mas não entra no mérito das conseqüências advindas do uso nocivo ou mesmo da dependência química, ou sequer fiscaliza a venda para jovens com idade inferior a 18 anos.

Nos países desenvolvidos ou chamados de Primeiro Mundo, a regulação a que está submetido o setor de bebidas alcoólicas reflete o grau de sua importância social nos âmbitos da saúde e da segurança pública. Assim, podem existir diversas restrições: às horas ou dias de venda, à localização dos pontos de venda, às propagandas e promoções das bebidas alcoólicas e a determinação de quem pode ou não comprar tais produtos, bem como taxaço especiais sobre a produção e a venda de bebidas alcoólicas.

Restrições extremas podem, a curto prazo, reduzir o consumo e os problemas relacionados ao uso de álcool, como, por exemplo, a proibição total da venda de bebidas alcoólicas. Contudo, a médio e longo prazo, podem ocorrer efeitos colaterais nesse

setor, pois os consumidores buscarão o mercado ilegal, e, como consequência, poderemos ter o aumento da violência e da criminalidade. Tais efeitos colaterais podem sobrepujar os efeitos positivos das restrições, portanto o poder público deve buscar o equilíbrio entre as taxações e o controle.

Existe um princípio econômico de que tanto a oferta quanto a demanda, implicam o consumo de bebidas alcoólicas, assim depreendemos que a redução na oferta leva ao aumento de custos e à possível redução nas vendas. Assim, a disponibilidade física tem o potencial de influenciar a demanda do consumidor pelas bebidas alcoólicas, por isso tal demanda deve estar ligada a políticas públicas na área da saúde, a saber:

a) Regulamentação dos pontos de venda;

A localização do ponto de venda de bebidas alcoólicas promove a comercialização do produto e é maior essa influência nos estabelecimentos que vendem a bebida para ser consumida no próprio local, já que influencia o que acontece durante e depois do consumo. Nesse sentido, o poder público pode interferir diretamente elaborando regulamentações específicas para a comercialização do álcool, visando assim minimizar seu uso.

b) Localização dos pontos de venda e “aglomerados de bares”;

Podemos citar o Decreto Lei 28.643/88, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos localizados a menos de 100 m de uma instituição de ensino. Contudo, sabemos que essa legislação não é respeitada pela falta de fiscalização, principalmente nos arredores da PUC-SP, *campus* Monte Alegre, o que, no futuro poderá vir a dificultar, quaisquer ações da Universidade no sentido de minimizar o problema.

Para enfrentar a questão de consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas, mais algumas medidas poderão ser implementadas:

c) Controle dos dias e horas de venda;

Restringir dias e horários de venda restringe as oportunidades para compra e pode reduzir o consumo. Numerosos estudos indicam que tais restrições reduzem os

problemas com o álcool e a ele relacionados; o contrário também é verdadeiro: quando as restrições são levantadas, ocorre aumento dos problemas. Os que bebem até tarde durante a semana constituem um segmento da população que bebe de forma particularmente pesada.

d) Densidade dos pontos de venda;

Quanto menor a densidade, maior a oportunidade de lucro na venda de álcool, o que tende a elevar seu preço e, conseqüentemente, diminuir o consumo e os problemas relacionados. Estudos mostram que os índices de violência são maiores nas áreas com maior densidade de pontos de venda.

e) Restrições à compra e à venda de bebidas alcoólicas;

As medidas de restrição do consumo de bebidas alcoólicas mais utilizadas e eficazes são a proibição de sua venda a quem não atingiu a maioridade e a quem já se encontra embriagado.

f) Controle do teor alcoólico;

Existem evidências sugestivas, mas não conclusivas, de que estimular a venda de bebidas de baixo teor alcoólico (através de uma taxaçaõ diferenciada, por exemplo) pode ser uma estratégia eficaz. A idéia consiste em promover a substituição da venda de bebidas de alto teor alcoólico pelas de baixo teor, reduzindo, dessa forma, o consumo global de álcool.

g) Promoção de atividades e eventos sem bebidas alcoólicas;

Trata-se de uma estratégia bastante utilizada e de forte apelo popular, mas que infelizmente carece de comprovação científica. Avaliações sistemáticas desses programas alternativos são raras. Os poucos programas que tiveram resultados positivos haviam aplicado também, pelo menos, uma outra estratégia de prevenção paralelamente. Há também programas alternativos que revelaram resultados negativos, como o aumento da freqüência de embriaguez.

h) A relação de custo/benefício dos programas públicos e privados de prevenção;

Em geral, as estratégias apresentadas aqui custam muito pouco comparadas aos custos dos problemas relacionados ao consumo de álcool, principalmente do beber pesado. Um exemplo adotado na legislação brasileira é a instituição de uma idade mínima para a compra de bebidas, uma medida de custo insignificante e de grande impacto desde que levada a sério na aplicação da lei. O custo de implantação de tais medidas tende a se elevar caso encontrem resistências; por exemplo, interesses comerciais podem dificultar a implantação de medidas de zoneamento ou outras medidas destinadas a regulamentar a distribuição geográfica dos pontos de venda. Da mesma forma, o custo de implementação de medidas tende a diminuir quanto maior o apoio popular às medidas implantadas.

O principal efeito colateral das medidas que impõem grandes restrições à disponibilidade física do álcool é o aumento do mercado informal (produção ilegal, importações ilegais). Mas, normalmente, as atividades informais não parecem suficientes para preencher a lacuna das atividades formais, nem produzem o mesmo nível de problemas. A Organização Mundial de Saúde recomenda, como uma medida exemplar de controle do álcool e exemplo bem-sucedido de custo-efetividade, a implantação do fechamento dos pontos de venda aos sábados. Embora seja menos eficaz do que um aumento substancial da taxação.

i) Estratégias ambientais;

As estratégias até aqui consideradas consistem, todas, de medidas que afetam o ambiente onde ocorre o consumo de álcool; são por isso chamadas estratégias ambientais. A literatura revela, de forma consistente, que regulamentações de caráter preventivo, direcionadas às vendas de álcool e respaldadas por controle eficiente, são mais efetivas do que programas de prevenção baseados somente na educação ou persuasão direcionados aos prováveis bebedores.

j) Redução dos desencadeantes ambientais de violência;

A manutenção, em cada estabelecimento, de um livro de registro das ocorrências pode ser usada para identificar e corrigir pontos-chave. Essa estratégia inclui um questionário auto-aplicável de avaliação de risco para proprietários e gerentes e se destina a mudar o ambiente do bar de forma a minimizar o risco de agressão. As áreas abordadas são as seguintes:

k) A mobilização da comunidade para uma estratégia social;

A mobilização da comunidade tem sido usada para aumentar o grau de consciência dos problemas associados ao consumo de bebidas em bares e casas noturnas, desenvolvendo soluções para problemas específicos e pressionando proprietários dos bares a reconhecer sua responsabilidade para com a comunidade, em termos de comportamento dos clientes problemas ou de barulho excessivo, por exemplo. Avaliações de estratégias de mobilização da comunidade mostraram elevado sucesso na redução das agressões e de outros problemas relacionados ao consumo em bares, como atendimento médico de urgência, traumas e acidentes de trânsito.

l) Concentração de álcool no sangue (CAS) e desempenho ao volante;

Segundo Laranjeira; Romano (2006):

O nível de álcool no sangue de uma pessoa é chamado de concentração de álcool no sangue, ou CAS. Além da quantidade de álcool que a pessoa ingeriu, a concentração no seu sangue dependerá também de fatores individuais, como peso, gênero, velocidade da ingestão alcoólica, e presença de alimento no estômago, entre outros. Resultados de testes laboratoriais mostram que a performance ao volante é afetada por níveis de álcool muito mais baixos do que o legalmente permitido. Prejuízos no desempenho tornam-se marcantes para CAS entre 0,05% e 0,08%, mas podem estar presentes em CAS abaixo de 0,05%. No Brasil, o limite legal para se dirigir é 0,06%.

Ainda segundo os autores:

Estudos mostram ainda que o risco de um indivíduo se acidentar com CAS de 0,05% é o dobro do risco para uma pessoa com CAS igual a zero. E quando a CAS atinge 0,08%, o risco é multiplicado por dez. CAS de 0,15% ou mais apresentam um risco relativo da ordem de centenas de vezes mais. Devido às evidências que mostram uma forte correlação

entre a CAS e acidentes de veículos, muitos países estabeleceram leis que estabelecem os níveis máximos de CAS tolerados para o condutor do veículo. No Brasil, o Código Nacional de Trânsito estabelece em 0,06% a CAS máxima permitida. Embora tal medida, em tese, contribuísse para a redução das fatalidades no trânsito em nosso país, na prática é mais uma das leis não cumpridas; o descaso das autoridades com essa situação é alarmante. Uma lei para ser respeitada e cumprida deve contar com fiscalização sistemática por parte de uma força policial bem treinada e equipada.

m) Regulando a promoção de bebidas alcoólicas.

O marketing do álcool é agora parte de uma indústria global, em que as grandes corporações dão as cartas do jogo, tanto nos países industrializados quanto nos novos mercados dos países em desenvolvimento. As estratégias utilizadas para promover as bebidas alcoólicas fazem uso da televisão, do rádio, da mídia impressa, da internet e de promoções nos pontos-de-venda. E nichos específicos de mercado são desenvolvidos a partir da associação de determinada marca com esportes, estilos de vida e outras artimanhas destinadas a atrair o consumidor pela via da identificação. Estudos demonstram, de forma consistente, que tais estratégias de promoção do álcool trazem conseqüências danosas à saúde pública. Tais evidências são fortes o bastante para tirar o Estado de seu papel omissivo para, a bem do interesse público, regular a promoção do álcool, em vez de deixar que a indústria e a mídia exerçam sua “auto-regulação”.

Os comentários acima deixam de ser procedentes desde a aprovação e implantação da Lei 11.705, que determina índice 0% para o uso de álcool por motoristas. Esta Lei vem acompanhada de uma fiscalização adequada ao seu cumprimento e tem-se observado a punição para os casos de infração, bem como diminuído o índice de mortes e acidentes no trânsito. (Anexo X, item E).

As aproximações conduzem a examinar mais nitidamente a problemática do uso nocivo de álcool e de outras drogas no contexto do corpo discente da PUC-SP, *campus* Monte Alegre.

CAPÍTULO II

Imagens da PUC-SP

"Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

Paulo Freire

As universidades católicas no Brasil surgem no pós-guerra como uma resposta da inteligência católica ao sistema universitário público, que deu seus primeiros passos na década de 1930.

A PUC-SP tem seis décadas e abriga em seus quadros professores de três gerações. Do ponto de vista da história da instituição podemos identificar três fases:

1. implantação da educação católica superior na forma de Universidade, com predomínio das humanidades e com finalidade principal de ensino (1946-1969);
2. adesão ao modelo de Universidade de pesquisa que resgata a tradição humanista e coloca a investigação como centro da vida acadêmica e base das rotinas de ensino (1969-1990);
3. fundação da Pós-Graduação - consolidação do modelo anterior e exploração de novas tendências em diálogo com as transformações culturais e tecnológicas da sociedade e com a globalização (1970-2008).

A essas três fases correspondem círculos e níveis de influência da Universidade sobre seu entorno que lhe agrega prestígio:

- influência e prestígio local;
- influência e prestígio nacional;
- busca de influência e prestígio internacional.

A essas três fases correspondem também fixações identitárias que são o resultado da ação da Universidade como corpo político em relacionamento com a cidade e o entorno mais amplo:

- a PUC-SP como núcleo formador de quadros superiores (profissionais liberais, educadores, professores); como formadora das elites e das classes médias, berço da inteligência católica liberal que se concretizou na Ação Católica e na JUC – Juventude Universitária Católica;
- a PUC-SP da resistência à ditadura militar, baluarte da Teologia da Libertação; das experiências do Ciclo Básico e da Pós-Graduação;
- a PUC-SP da fragmentação e do conflito (todas as cores, atitudes, credos e tendências políticas), da experimentação científica e cultural, dos modismos, da festa, da crise e da interrogação sobre si mesma.³

No que tange a essas fases, é importante ter em conta que em todas elas, as imagens da PUC-SP não se suprimem enquanto se sucedem. Fixam-se como “retratos” acadêmicos e permanecem como atitudes introjetadas, as quais são incorporadas na própria vida de cada uma de suas camadas constitutivas, ou seja, seus professores, seus alunos e a comunidade ao redor.

³Segundo Prof. Dr. Guilherme Simões Gomes Júnior, no artigo “Dinâmicas político-acadêmicas e representação”, p. 1-2, Acesso em: 16 de junho de 2008, Disponível em <www.pucsp.br>

1. - Abordagem histórica e panorama institucional

Em virtude de tomarmos a história e a proposta de ensino da PUC-SP como elemento fundamental de análise de nossa pesquisa, preliminarmente apontaremos para a compreensão de sua institucionalização, enquanto universidade comunitária e sua atual crise conjuntural.

FOTO do Convento Carmelita Santa Tereza na Rua Monte Alegre na década de 40



* O projeto inicial da Igreja era o de uma única “*Universidade Nacional, como centro reitor e difusor do pensamento católico na cultura brasileira*”. Segundo ZVEIBIL (1999, p.122) apud PEREIRA, 1993, p.122).

** Destaca a autora que ocorreram algumas mudanças no projeto, verificando-se a separação em diversas universidades católicas no território brasileiro, embora a pioneira tenha sido a PUC de São Paulo.

Fundada em 13 de agosto de 1946 a partir da junção da Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento com a Faculdade Paulista de Direito, a PUC-SP foi reconhecida

como universidade no dia 22 de agosto do mesmo ano, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Vale ressaltar que o curso de Serviço Social já existia desde 1936.

Fundação da PUC-SP em 13.08.1946



Esta fotografia retrata a cerimônia de inauguração, ocasião em que estavam presentes, além de todas as lideranças eclesásticas do momento, os representantes do governo e outras autoridades.

De acordo com o Estatuto da PUC-SP (1946), a instituição tinha como finalidade: ministrar o ensino superior em todas as suas modalidades, estimular a realização de investigação e pesquisa científica, contribuindo, dessa forma, para a cultura superior brasileira e adaptando-a à nossa realidade, baseando-se nos princípios cristãos. Outro ponto de destaque no estatuto se relaciona ao objetivo da instituição em desenvolver permanentemente interação com o meio, mediante um constante diálogo, articulado nos seus respectivos *campi*, autônomos, entre as ciências, as artes, a filosofia e a teologia. Outro objetivo presente no seu estatuto é o compromisso em formar profissionais,

técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir, não somente para a mudança social, como também no sentido do desenvolvimento do país.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nasceu num momento histórico de significativas mudanças na vida brasileira e mundial. Em âmbito mundial tivemos o fim da II Guerra Mundial e no Brasil ocorreu o fim do primeiro ciclo da Era Vargas, momento em que o país ganhava uma nova Constituição, que devolvia a autonomia aos Estados e Municípios, bem como permitia a liberdade de organização, expressão e assim dando às mulheres o direito ao voto.

A Universidade Católica de São Paulo em 1947 recebeu do papa Pio XII o título de Pontifícia. Como outras universidades com as mesmas características, a PUC-SP está incluída entre as chamadas universidades comunitárias. A universidade comunitária constitui-se em um espaço de troca de experiências, idéias e conceitos que possibilitam e estimulam a transformação social. Nesse âmbito há uma convivência que se constrói coletivamente e se constitui em um instrumento que garante os direitos de cidadania de seus membros. Em 1948, foram doados para a PUC –SP, pelas irmãs carmelitas, o convento, a capela e um terreno de 1800 m², na rua Monte Alegre.

Diante do desenvolvimento social, político, econômico e científico que se expandia no pós-guerra, a Igreja percebeu que necessitava estar “caminhando lado a lado”, por assim dizer, com aquela revolução de mudanças que ocorriam no contexto mundial e nacional. A educação superior foi um dos caminhos para que a Igreja pudesse atuar. Nesse sentido, Zveibil (1999, p. 53) destaca que:

Não foi por acaso que a atenção católica se concentrou tanto sobre a Universidade e elite intelectual: reconhecer a relevância da ciência em tempos modernos se constituía numa tarefa inadiável e irreversível para as instituições sociais na qual a Igreja não poderia ficar atrás. Com a Universidade, conciliar ciência e fé permitia enfrentar melhor o grande desafio da moral cristã.

Nas décadas de 1950 e 1960, o país passou por aprimoramento industrial, viu-se o desenvolvimento econômico, assim como mudanças políticas e sociais. No cenário

político tivemos, na década de 50, o expansionismo de JK⁴, já nos anos 60, o país se depara com uma crise política ocasionada pela renúncia de Jânio Quadros. Nesse contexto de mudanças a PUC-SP assumiu um importante papel, por exemplo, destaca-se a sua resistência ao regime militar instaurado no Brasil em 1964. Nomes importantes do meio acadêmico e social, perseguidos pela ditadura, passaram a integrar o seu quadro docente, entre eles Florestan Fernandes, Paulo Sandroni, Octavio Ianni, Paulo Freire, e outros.

Segundo Germano (1993, p. 55):

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracterizava-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, o autoritarismo traduzia-se igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e de estudantes.

Nesse período da história o que se assistiu foi a um aprofundamento da crise econômica (1964/1968) e pela limitação das liberdades individuais que perduraram por todo o governo militar. No país afluíam manifestações contra a ditadura militar e a PUC-SP foi um dos grandes palcos de manifestações contra esse regime. No livro de memória do departamento de economia existem alguns relatos de professores destacando os episódios de repressão e a violência. Vivenciados nessa Universidade. Nesse contexto histórico, há o destaque da fala do professor Paulo Sandroni⁵ (BORGES, et al., 1998, p. 53):

Naquela época, a PUC tinha vários agentes infiltrados dos órgãos de repressão (...) os estudantes de outras áreas se interessavam pelo estudo da economia (...) e nós fazíamos um seminário sobre o Capital que discutia essas questões e questões políticas. Na medida em que essa disciplina era dada fora do Currículo Oficial, considerou-se essa atividade

⁴ Em 1956, assume a presidência da República Juscelino Kubitschek. A política adotada no período 1956-1961 pelo governo permitiu um salto na economia brasileira e foi denominada de nacional desenvolvimentista. Juscelino Kubitschek traçou para o seu governo um Plano de Metas que continham 31 metas. O Plano de Metas baseou-se em três orientações: aumento da intervenção do governo na economia; incentivo aos empresários nacionais para ampliação e desenvolvimento de novas indústrias; Incentivo aos empresários estrangeiros para que viessem instalar aqui seus empreendimentos.

⁵ Paulo Sandroni, coordenador do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de 1972 a 1982.

como clandestina. Era um seminário aberto e não fazia nenhuma triagem. Entravam alunos de História, do Direito, das Ciências Sociais e várias outras áreas. Eu fui demitido por carta em 1968, sem condição de me despedir dos meus colegas, sob acusação de subversão dos estudantes. A única pessoa com quem me encontrei foi com o professor Fabretti. Um dos agentes infiltrados participava dos seminários e considerou-o uma espécie de 'escola de guerrilha'. Na época, ser marxista era estar contra a ditadura; ser de esquerda significava muita coisa. Quando voltei, em 1980, as disciplinas de economia política e estudo de Marx já faziam parte da estrutura curricular oficial. Vários alunos desse seminário foram perseguidos pela ditadura, muitos torturados e alguns mortos.

Nesse significativo momento histórico da PUC-SP tínhamos, na condição de professor, o sentimento de indignação e a força coletiva para dizer não à ditadura.

Nos anos 60, a Universidade foi pioneira nos programas de Educação Popular e mantém até hoje centros de referência nessa área.

Na década de 70, a PUC-SP reorganiza a sua estrutura e cria os Centros de Ciências Humanas, Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, Educação, Ciências Médicas e Biológicas e Ciências Exatas e Tecnologia.

Segundo o Estatuto da PUC-SP (1946), para que esta instituição de ensino fosse uma universidade comunitária e democrática, fazia-se necessária a participação ativa do corpo docente, discente e dos funcionários, sendo os Centros Universitários, por meio das respectivas Faculdades e pelo desenvolvimento indissociável do ensino, pesquisa e extensão incumbidos:

- Atender à programação do primeiro ciclo;
- Apreciar os currículos de graduação;
- Apreciar os currículos de formação de professores para o ensino de primeiro e segundo graus;
- Avaliar os planos de cursos ou programas de pós-graduação conducentes aos títulos de Mestre ou Doutor, bem como os de especialização, aperfeiçoamento e extensão, realizados na sua área;
- Avaliar o planejamento e a execução de programas e projetos de pesquisa.

Esse estatuto destaca também que cada Centro Universitário tem uma Congregação constituída por: Diretor Geral, seu Presidente; os Vice-Diretores Gerais do Centro Universitário; os Professores Titulares e Associados; os Diretores das respectivas Faculdades; representantes dos Professores, Assistentes Doutores; representantes dos Professores Assistentes; representantes do respectivo corpo discente, indicados com observância do disposto no art. 122 do seu estatuto.

O art.122 destaca que “(...) a cada Congregação compete: eleger seu representante no Conselho Universitário; apurar as responsabilidades do Diretor Geral do Centro Universitário na forma da lei; resolver, em grau de recurso, os casos que lhe forem encaminhados, como instância intermediária entre o Conselho de Centro e o Conselho Universitário; aprovar o relatório anual das atividades do Centro Universitário apresentado pelo Diretor Geral”.

Cada faculdade tem um Conselho Departamental, competindo a ele planejar e apreciar os currículos; exercer a coordenação didática dos cursos da sua faculdade; incentivar o desenvolvimento de oportunidades para o trabalho científico; aprovar os projetos de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão (Anexo II).

Como se destacou anteriormente, a PUC-SP teve ativa participação no processo de redemocratização do país. O ambiente do *campus*, com a organização da classe estudantil, virou “palco” ideal para as manifestações dos jovens nas mais diversas áreas de atuação. Nesse cenário, na grande maioria das universidades, afloraram movimentos em prol da redemocratização do país.

A Universidade foi local de fatos históricos durante o período de repressão como o episódio da invasão violenta da PUC-SP por tropas da Polícia Militar, ocorrida em 22 de julho de 1977.

Em 1977, a PUC-SP abrigou a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)⁶ e a primeira reunião de retomada da União Nacional dos Estudantes (UNE).

⁶ A SBPC tem como sua principal filosofia o fomento à ciência, canalizando energias de pesquisadores e professores para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Essa meta vem sendo trilhada no

Foto invasão PUC-SP 22.09.1977



No final dos anos 70 o país encontrava-se, economicamente fragilizado, diante do choque do petróleo, do aumento dos juros externos, e do acúmulo da dívida pública. E, assim, encerrava-se o ciclo econômico expansivo, ocorrendo em 1981 uma década de retração, com taxas inflacionárias altíssimas. Diante de intensas manifestações em prol da democracia, o país passava por uma grande mudança no cenário político e a eleição, ainda realizada através do Colégio Eleitoral, empossava um presidente⁷ civil (José Sarney). Nesse momento, a PUC-SP atuava de forma ativa por meio de uma política de serviços e extensão que envolvia projetos de pesquisas, cursos, seminários e palestras.

combate ao autoritarismo e ao poder político limitador e intervencionista, mantendo o equilíbrio entre o exercício do conhecimento e a sociedade civil, contribuindo para a construção de um país com qualidade de vida, justiça e democracia. A SBPC tentou sua reunião anual na USP, mas ficaram "estupefatos", com um não do reitor da USP - uma instituição estadual -, que negou o seu *campus* para a reunião da SBPC. A surpresa foi maior ainda quando o governo federal afirmou que não interferiria nessa decisão, que era de responsabilidade exclusiva da universidade paulista. A SBPC, num discurso de Rocha e Silva, e a Adusp - Associação dos Docentes da USP, numa nota pública, indignaram-se contra a posição do reitor. Ao se referir à crise da Universidade paulista, Rocha e Silva disse que ela era benéfica porque expulsava "do templo os vendilhões de seu patrimônio material e intelectual". Autorizada publicamente por Dom Paulo Evaristo Arns, a reitora da PUC - Nadir Kfoury - enfrentou todas as ameaças e abriu o *campus* para receber a reunião. Dom Paulo afirmou que acolhia a SBPC porque via na reunião não apenas "a possibilidade de os homens de ciência se encontrarem, mas até a possibilidade de o Brasil se encontrar com a ciência - e nós temos que prestar esse serviço à nossa terra".

⁷ José Sarney assumiu a Presidência da República do Brasil, em abril de 1985, no lugar de Tancredo Neves, que faleceu antes de sua posse.

Houve investimentos na qualificação técnica de seu corpo docente, no reequipamento de suas unidades, na exploração de novas tecnologias de ensino e na educação a distância. A PUC-SP mantém os cursos de: Administração de Empresas, Economia, Ciências Contábeis, Ciências Atuariais, Arqueologia, Biologia, Ciências Sociais e da Religião, Comunicação e Semiótica, Comunicação Social, Direito, Educação, Gerontologia, História e Geografia, Línguas Estrangeiras, Psicologia, Saúde, Serviço Social, Tecnologia da Informação.

No início dos anos 80, tornou-se a primeira universidade brasileira a eleger seu reitor pelo voto direto dos alunos, professores e funcionários.

A PUC-SP vem ao longo desses 62 anos investindo recursos próprios em pesquisa e mantendo programas de Educação Continuada para treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento e atualização de profissionais de todas as áreas. A Universidade destina um número significativo de vagas para bolsas de estudos e também dispõe de bolsas mantidas por recursos próprios, a saber:

- **BOLSA DO PROUNI:** são bolsas integrais oferecidas para alunos de baixa renda, como parte do Programa do Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC). Os candidatos devem realizar a prova do ENEM do ano letivo anterior às inscrições e submeter-se aos critérios de seleção do MEC. Todas as informações são obtidas no endereço eletrônico: www.mec.gov.br/prouni. A PUC-SP não exige a participação no seu vestibular, mas é responsável pela verificação de toda documentação declarada pelo candidato: renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio; conclusão do ensino médio em escola pública, ou particular com bolsa; membros do grupo familiar; declaração de imposto de renda, despesas, e outras. As vagas são determinadas pelo MEC, por curso e turno, com base em 1 bolsa para cada 09 estudantes pagantes.

- **FIES** – Financiamento Estudantil do MEC: trata-se de um programa da Caixa Econômica Federal (CEF), em convênio com o Ministério da Educação (MEC), que estabelece as normas, critérios e calendário da oferta de vagas. A Bolsa concede um desconto de até 50% na mensalidade vigente, incluindo a matrícula. O aluno contemplado assina um contrato com a CEF e compromete-se a pagar, depois de formado. É possível consultar a legislação do programa através do site www.mec.gov.br. O MEC tem anunciado a possibilidade de ampliar o desconto para até 100% e abertura de vagas ainda no primeiro semestre/08.

- **BOLSA ESTÁGIO / Residência:** bolsas concedidas em contrapartida ao trabalho desenvolvido pelos estudantes em órgãos internos da PUC-SP. A Bolsa Residência é exclusivamente para alunos do Curso de Medicina (5º ano) e os contratos de estágio, para alunos a partir do 3º semestre letivo. Informações mais sobre ofertas e condições de estágio estão detalhadas na página da PUC-SP, sob a responsabilidade da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE). www.pucsp.br/estagio

- **BOLSA ESCOLA DA FAMÍLIA:** o programa do Governo de São Paulo que concede bolsa integral para os alunos, desde o 2º semestre/03, em troca de um contrato de 20 horas semanais de trabalho nas escolas estaduais, nos finais de semana. Essas bolsas foram mantidas apenas para os estudantes contratados até dezembro/04. Não serão oferecidas novas vagas para 2008.
- **BOLSA MONITORIA:** a PUC-SP oferece 100 vagas para monitores, matriculados a partir de 3º período letivo, que recebem remuneração correspondente ao valor máximo de 03 créditos, pagos semestralmente. É possível obter outras informações nas Secretarias das Faculdades.
- **BOLSA INICIAÇÃO CIENTÍFICA CEPE (PIBIC-CEPE) e CNPq (PIBIC-CNPq):** o candidato à bolsa deverá estar regularmente matriculado a partir do 2º e até o antepenúltimo período letivo do curso de graduação e não poderá acumular bolsas ou auxílios de outras instituições. Informações: compesquisa@pucsp.br
- **BOLSA EMPRESA OU DOAÇÃO DE TERCEIROS:** a empresa ou qualquer pessoa que se interessar por custear o curso de alunos da Universidade deve preencher um Termo de Doação para Fundação. Importante: é o aluno, devidamente matriculado que apresenta o nome da empresa ou de pessoas para fazerem a doação pretendida. O doador poderá declarar os gastos em seu imposto de renda. Mais informações, apenas pessoalmente no Expediente Comunitário.
- **BOLSA DISSÍDIO:** exclusivamente para professores, funcionários e seus dependentes legais. Informações no EXPCOM.
- **BOLSA ESTUDANTE CONVÊNIO:** informações na ARII – Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais, localizada no prédio sede – *campus* Monte Alegre, sala T-37, ou pelo endereço: www.pucsp.br/~arii
- **BOLSA MÉRITO ACADÊMICO INTEGRAL:** a PUC-SP concederá uma bolsa de estudos integral (100%) ao 1º classificado no Vestibular Unificado 2008. Essa bolsa é pessoal e intransferível, e para renovação será exigida a aprovação em pelo menos 75% das disciplinas cursadas.
- **BOLSA MÉRITO/ESCOLA PÚBLICA:** a PUC-SP concederá uma bolsa de estudos parcial (50%) ao melhor classificado em cada curso, do Vestibular Unificado/2008, que seja egresso da Escola Pública. Será obrigatória a comprovação de ter cursado ao menos os dois últimos anos em escola pública. Essa bolsa é pessoal e intransferível, e para renovação será exigida a aprovação em pelo menos 75% das disciplinas cursadas.

A Universidade dispõe do conhecimento em sentido amplo e tem condições de possibilitar uma enriquecedora experiência humana, que se destina, prioritariamente, à melhoria das condições de vida de toda a sociedade. De acordo com Nagamine (1997, p. 97):

A idéia de uma formação básica e de um sistema integrador de organização das universidades surgiu na década de 30, juntamente com as primeiras preocupações com a reorganização desse nível de ensino, cujos interesses estavam centrados nas escolas de formação puramente profissional. Essa necessidade de reorganização nasceu do entendimento que se esboçava no sentido de que, para a construção da independência cultural brasileira, seria imprescindível que o ensino superior transcendesse os limites desse interesse puramente profissional e incorporasse as áreas fundamentais mais diretamente dirigidas ao desenvolvimento científico do País.

Assim sendo, a PUC-SP enquanto *lócus* de ensino, pesquisa e extensão não é apenas um conjunto de faculdades e cursos que se destinam a formar profissionais competentes e especializados nessa ou naquela área de conhecimento. A Universidade é um espaço de troca de experiências, idéias e conceitos que possibilitam e estimulam a transformação dos jovens acadêmicos, desde que com “mentes sóbrias” e responsabilidade social.

Nagamine (1997, p.22) destaca que:

(...) as organizações universitárias, ao mesmo tempo em que tratavam dos problemas específicos das suas faculdades ou universidades, que promoviam atividades e desenvolviam serviços, cuidavam, também, de trazer, para dentro delas, as discussões dos grandes problemas do país. Empenhavam-se ainda, usando uma expressão da época, em levar a universidade para além de seus muros, isto é, fazê-la comprometer-se com aqueles problemas, participando da sua discussão e do equacionamento das suas soluções, formando, assim, profissionais politicamente conscientes.

O autor destaca, ainda, que as universidades – a exemplo da PUC-SP - em todos os níveis, e, principalmente, em nível nacional, sempre tiveram intensa participação nas discussões dos grandes temas dos problemas brasileiros.

Portanto, faz parte de todo esse contexto histórico e ideológico um conjunto significativo de cidadãos (professores, alunos e funcionários) que atuam dentro de premissas de forte comprometimento político e social.

1.1 - Um sujeito comunitário, acadêmico e político em ação

Partimos, então, de uma compreensão dessa instituição como uma universidade por inteiro, sempre tendo presente uma dimensão singular que se revela também pela sua relação com o mundo contemporâneo. Conseqüentemente, a relação que irá estabelecer com o mercado – uma relação de independência e dependência – poderá determinar uma relação com os “atos de fazer educação”.

Ressaltamos aqui, portanto, que é preciso olhar para essa Universidade com cuidado. Olhá-la como uma instituição que se propõe a informar e a formar profissionais,

cidadãos de mentes críticas, participantes. Para fazer de suas propostas uma efetiva ação fundamentada em premissas educacionais brasileiras de qualidade, precisam compactuar com elas, e, para tal, suas subjetivações precisam ser compreendidas e consideradas nessa relação entre o que se propõe para as devidas objetivações na contemporaneidade.

Se a educação é na universidade um processo de trabalho, é ele efetivado pela consciência de seus sujeitos, que possuem subjetividade – aí entendida como sujeitos em ação, e essa atividade é consciente sobre alguma coisa, mas é “co-determinada por aquilo que se dá como objeto” (CASTORIADIS *apud* Sader, 1988, p.56). Não é destituída, portanto, de interferências dos determinantes da realidade contemporânea – o social, o econômico, o político e o ético.

Pensar então na PUC “(...) é também pensá-la como fruto dos seus sujeitos, que a constroem e a vivenciam. Sujeitos que acumulam saberes efetuam sistematizações de suas práticas e contribuem na criação de uma cultura profissional, historicamente circunscrita” (IAMAMOTO, 1998, p. 58).

Essa circunscrição histórica que se constitui numa cultura profissional é demarcada por opções teórico-metodológicas e ético-políticas da categoria profissional – educadores – que vêm se constituindo e naturalmente possuem um parecer social, uma visibilidade que distingue efetivamente esse peculiar fazer nos espaços de ação do educador: a vida social.

Estamos olhando, nesse sentido, para a prática social e educativa no âmbito da Universidade e de seus sujeitos, enquanto o espaço de deciframento das novas mediações construídas no cotidiano institucional, pois o cenário em que se produz a questão social do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas na contemporaneidade é o contexto em que estão presentes as múltiplas expressões que traduzem a tensão não só entre as propostas teórico-metodológicas e ética da PUC-SP, mas também a cobrança de resultados econômicos satisfatórios do mercado globalizado, o que dificulta a reconstrução participativa dos alunos, professores e funcionários.

Compreendendo que somente podemos materializar os princípios éticos na cotidianidade do trabalho do educador se conseguirmos não deslocá-los do processo social mais amplo, da mesma forma que não poderá efetivar-se um compromisso ético – profissional sem a liberdade que permitirá que se conduza democraticamente, no plano do trabalho, as objetivações da ação do profissional. Para isso, está posta a necessidade de que haja o compromisso com a formação de mentes, uma preocupação absoluta com as conseqüências da construção do conhecimento e concomitantemente o respeito à vida do aluno. Mas, para isso, é necessário que o professor, o aluno e o funcionário estejam sempre informados, comprometidos com o desempenho da vida humana, que sejam críticos e busquem com consciência a excelência no trabalho realizado.

É necessário que se construam e mantenham as complexas relações que compõem a ação do educador. É necessário que exista um movimento permanente, ou seja, que se possa dimensionar essa construção e, portanto, a manutenção desse fazer educacional responsável e comprometido, mediante o desvendamento de novas mediações históricas que se apresentam no espaço cotidiano da Universidade. Para isso, é preciso que o olhar do educador seja constituído de um “olhar” articulador, procurando, mediante uma ação competente, potencializar as mediações “atuando objetivamente nos sistemas de mediações que imprimam as reparações da ‘questão social’ constitutivas das demandas sociais das profissões” (PONTES, 1995, p. 177). Assim, é possível se reconstruir a textura histórico-social, constituinte da totalidade social da educação no Brasil e na PUC-SP, sem perder de vista, no entanto, as suas particularidades históricas.

Captar o sistema de mediações presentes nos determinantes históricos estruturais, através das heterogeneidades características das IES – Instituições de Ensino Superior, com competência e crítica responsável e reflexiva, pode permitir uma ação educativa de fato e consciente, sob o ponto de vista de construção de possibilidades concretas de dimensionamento de ações esclarecedoras e, portanto, emancipadoras.

O que faz da PUC uma universidade comunitária (PETERSEN, 2002, p. 109):

A PUC através do processo de educação, do pensar e agir, realiza a prática da cidadania e civismo em suas ações cotidianas. Essa política depende da convivência e da preocupação com o comunitário para atender os interesses individuais e coletivos e para que se descubra o sentido do viver bem, e em comunidade.

A universidade deve acompanhar os processos de mudança no país para ser crítica dos acontecimentos e não reproduzir a sociedade ao oferecer conhecimento somente às elites e ações à população carente. Deve servir e integrar a comunidade, saber sua obrigação social e o seu lugar. Outro aspecto da educação é a prática da liberdade como promotora das transformações sócio-políticas para construir relações mais democráticas no âmbito da universidade e fora dela.⁸

Ainda segundo (PETERSEN, 2002, p. 107):

Como tem sido possível observar a PUC-SP é uma universidade comunitária não apenas por sua caracterização institucional, mas porque tem como foco de suas ações e metas o atendimento à comunidade. Este enfoque se revela desde a manutenção dos alunos nos cursos a despeito da inadimplência e se confirma nos currículos que estimulam as pesquisas voltadas para as necessidades sociais e procuram desenvolver processos educativos que preparem o aluno para o exercício da cidadania. Muito além de seus muros, os braços da PUC-SP se estendem a vários bairros, a regiões carentes e até mesmo a outros países.

A identidade da PUC-SP é o seu diferencial frente a outras instituições particulares – uma universidade *comunitária e democrática*. Tais características implicam um modo próprio de administrar, ensinar, pesquisar, conviver e comprometer-se com a realidade social.

A PUC-SP abre espaços para o estudante participar da vivência universitária e contribuir com sua gestão para, dessa forma, realizar sua educação humana e profissional.

Ao falar dessa instituição, destacam-se as relações humanas sustentadas pelos valores de *respeito entre todos, responsabilidade frente à função de cada um e competência de todos que participam desta comunidade*. Dessa forma tem como finalidade desenvolver e aprimorar a educação para uma cidadania solidária e fraterna.

⁸ WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Desafios da autonomia e democracia na PUC-SP e caminhos da universidade brasileira*. Revista PUC VIVA Nº 2, São Paulo: EDUC, 1997.

As atividades que ela desenvolve abarcam a comunidade interna (estudantes, funcionários e professores) e a comunidade externa, fundadas na preocupação e no cuidado com o bem-estar das relações humanas e profissionais.

2. A presença do álcool e de outras drogas na PUC-SP

Como já destacado anteriormente, a PUC-SP, *campus* Monte Alegre, tradicionalmente sempre manteve cursos voltados para a formação de profissionais com uma postura crítica e transformadora da sociedade. Além de formar cidadãos preparados para competir no mercado de trabalho, também que sejam preparados para a construção de um Brasil mais democrático e igualitário. Portanto, se pretendemos analisar a problemática do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas entre seu corpo discente é por ser a PUC-SP construtora de saberes. Assim, priorizar esse grave problema, vai de encontro à sua função primordial.

Para construir práticas que se proponham a contribuir com a garantia da cidadania, os alunos da PUC-SP devem ter a percepção de que a Universidade é um espaço de pluralidade conflituosa a que todos os responsáveis devem estar atentos para solucionar os problemas mais graves.

Dessa forma, a experiência na vida acadêmica tem evidenciado no cotidiano um dilema no que diz respeito ao consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas em suas instalações, no *campus* Monte Alegre. A invasão policial da PUC-SP, em 16 de agosto de 2005, com o objetivo de reprimir o narcotráfico, reacende a polêmica sobre a postura da comunidade universitária. Segundo Tognolli (jornal *Contraponto*, 2005, p. 8),

Consumindo drogas hoje você está dando grana para um traficante com baita esquema que comporta queda de democracias, assassinatos de pessoas e empregos de menores no narcotráfico. A visão inocente das drogas acabou.

Para que exista a possibilidade de construção de estratégias para o enfrentamento desse problema que se dissemina no referido *campus*, é necessário não apenas fazer “vistas grossas”, como também proceder a uma leitura da questão social, mais ampla. É preciso que se ressalte que o “uso social” de drogas há tempo difundido na PUC-SP e o seu problemático uso nocivo deve ser tratado por especialistas, na medida em que essa expressão camufla o desenvolvimento da doença da dependência química.

Por um lado, é preciso pensar esse consumo como um processo de trabalho em profunda transformação dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, num país em que os problemas sociais vêm sendo denunciados desde os anos de 1960, e que exigiam, já naquela época, soluções urgentes (as famosas reformas de base) e que, na contemporaneidade, a Universidade precisa continuar levando à consciência de seus alunos. Ou seja, a Universidade não pode deixar de transmitir e debater o saber crítico.

Para a antropóloga Rita Alves Oliveira, “as drogas estão presentes em todas as camadas sociais e assumiram o caráter de mercadoria. Essa nova perspectiva levanta uma questão fundamental acerca desse novo caráter: a comercialização” (jornal *Contraponto*, 2005, p. 8).

O mundo, ou seja, a realidade que circunda a vida universitária na contemporaneidade é modificada a partir de uma ação teleologicamente posta, ou seja, de uma intencionalidade que, na relação com a dimensão universal, é capaz de construir ininterruptamente uma nova realidade que será diferente daquela pensada, em função das mediações presentes nesse processo. Assim, a pesquisa sobre o consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas na PUC-SP pode ser pensada na relação direta com a consciência de seus professores, funcionários, alunos e a comunidade ao seu redor.

O contexto em que se produz a questão social do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas é o contexto onde estão presentes as múltiplas expressões que têm traduzido uma das tensões entre a produção do conhecimento e a formação de mentes “sóbrias”, gerando uma crise na Universidade e dificultando a continuidade desta em se manter não só como um espaço fértil de construção e reconstrução de práticas democráticas, mas também de cultivo de um estudo histórico e crítico dos problemas

sociais e, dentre eles, um dos mais graves, que é o uso nocivo de álcool e de outras drogas que cresce entre os jovens, disseminando-se até em uma universidade como a PUC-SP, que, reiteramos, precisa de alguma forma reconhecer o problema.

Por que então trazer à tona a questão da problemática da dependência química na contemporaneidade do consumo e o uso nocivo de álcool e de outras drogas na PUC-SP? Primeiramente, porque ela é uma evidência, e, em segundo lugar, porque estamos vivendo um tempo em que as drogas acabam sendo uma resposta aparentemente fácil para nossos problemas, para a crise social em que vivemos. Para quase todos os problemas da vida moderna existe uma droga (muitas vezes lícita) para a sua solução, para dar conta, em última instância, da angústia de viver e são, conforme aponta Rita Alves Oliveira (2005), “uma forma de suportar o mundo contemporâneo”. E é para essas dimensões sociais, ético-políticas, psicológicas e econômicas colocadas à PUC-SP hoje que se faz necessário um olhar especial para fora da universidade no sentido de entendê-la em seus determinantes sociais, econômicos e políticos contemporâneos.

Portanto, faz-se também essencial ter um olhar especial para seu corpo discente, construindo, a partir das diferenças culturais e conceituais, caminhos coletivos, éticos e científicos para que se criem estratégias de enfrentamento do problema – o consumo e o uso nocivo de álcool e de outras drogas - em consonância com as demandas acadêmicas e o redesenho da PUC-SP hoje.

É importante ressaltar, contudo, que a PUC-SP já vem dando os primeiros sinais desse enfrentamento. Neste sentido, situa-se o PAC.

3. O PAC – Programa de Atendimento à Comunidade

O PAC, pelos profissionais e recursos de que dispõe, poderá ser o instrumento habilitado para tratar do consumo de álcool e de outras drogas. Por isto, a seguir, destacamos as suas propostas de ação.

O Programa de Atendimento à Comunidade (PAC) está ligado diretamente à Vice-Reitoria Comunitária (VRACOM). Foi criado em 2003, passando por uma redefinição de sua concepção e diretrizes de trabalho, a partir do primeiro semestre de 2005, e oficializado em agosto de 2006 (Ato da Reitoria), de modo a responder às reais necessidades da comunidade universitária da PUC-SP e às modificações instituídas pelo Governo Federal para as Instituições de Ensino Superior, e que interferem no cotidiano das Universidades Comunitárias.

Com essa perspectiva, o PAC deve ampliar as potencialidades/ possibilidades do convívio educacional/comunitário, a partir de propostas e ações que aumentem as condições de vida saudável; de experiências enriquecedoras; de melhor comunicação e de participação coletiva. Também atende às situações e casos envolvendo os integrantes da Universidade que requerem um trato amplo e diferenciado com mediações de conflitos, concretizando seu caráter preventivo e de intervenção. Orienta-se no sentido da identificação permanente das necessidades e problemas existentes na comunidade e possibilita a construção cotidiana e partilhada de suas soluções, com base na visão complexa dos fenômenos humanos. Deve ainda desenvolver serviços de caráter comunitário que facilitem a dinâmica administrativa/acadêmica da Universidade.

Dessa forma, o PAC estruturou seu trabalho a partir: das características e necessidades identificadas e mapeadas no interior da Universidade; das premissas de uma educação que compreende o ser humano de forma integral e profunda; dos parâmetros acordados junto à VRACOM e do conhecimento acumulado dos profissionais que compõem a equipe.

O trabalho sustenta-se em três eixos básicos: Atendimentos Comunitários, Desenvolvimento de Projetos Institucionais e Serviços à Comunidade.

Para atender a comunidade universitária em demandas relacionadas às dificuldades de aprendizagem, conflitos e questões emocionais que bloqueiam ou impedem o processo sócio-educativo dos alunos, o PAC está estruturando uma Rede de Atendimento à Comunidade Interna (RACI), composta por setores e/ou segmentos da Universidade que prestam serviços à comunidade, como é o caso do PAC; do Projeto de Extensão - Atendimento Clínico Fonoaudiológico a Estudantes Universitários, Supervisão

e Estudos, da Faculdade de Fonoaudiologia; dos aprimoramentos ou estágios supervisionados de cursos de Pós Graduação, oferecidos pelo COGEAE, entre outros, além de parceiros de instituições que tenham diretrizes e parâmetros educacionais/comunitários compatíveis aos da PUC-SP. A integração dos serviços, por meio da RACI, proporcionará um canal integrado e especializado para o encaminhamento e acompanhamento das demandas em duas áreas específicas:

a) inclusão social – relacionada mais diretamente a questões psicossociais, psicopedagógicas, psiquiátricas, socioeconômicas, etc; e

b) intervenção clínica - relacionada especificamente ao uso indevido e abusivo de drogas. Atuando de maneira organizada, sistematizada e institucionalizada, os setores ou serviços envolvidos partirão de uma diretriz comum, estabelecida e coordenada pelas Vice-Reitorias Acadêmica e Comunitária, por meio do PAC.

Institucionalmente o PAC configura-se como a porta de entrada para toda a Universidade, referente aos casos com as características acima descritas e deverá coordenar a RACI.

Os múltiplos desafios das demandas encontram-se incluídos em constante planejamento do trabalho. Como norte desse planejamento, está um objetivo básico, que é dar sentido e efetividade à razão de ser do discurso educacional e comunitário da PUC-SP. Conviver bem com os múltiplos interesses e necessidades que povoam a Universidade, acreditando na possibilidade de uma convivência pactuada, é fator indispensável para a própria realização plena do ensino e pesquisa, além de fazer parte do seu caráter comunitário. Esse trabalho de atendimento comunitário visa estender uma rede de apoio à comunidade, não só do conjunto de alunos, professores e funcionários entre si, mas deste conjunto com as pessoas encarregadas da gestão universitária, administrativa e comunitária, em todos os *campi*.

Com seu trabalho assim mergulhado na intensidade das relações pessoais e sociais, o PAC tem consciência da necessidade de clareza de princípios para sua ação. Por um lado, uma visão de homem como ser de relação, capaz de auto-conhecimento, de potencializar talentos, aprimorar habilidades, elaborar e lidar com fraquezas e limites. Também se adota uma visão de mundo cujas interações com o mundo interno, seus

grupos e relações, modelando-os e exigindo deles uma constante busca e renovação da harmonia, que deve ser acompanhada.

Diretrizes que organizam a atuação do PAC:

- Interlocução com gestores e membros da comunidade, sobretudo alunos;
- Trabalho em parceria: troca e articulação dos saberes e fazeres, fundamental para a execução de todos os projetos;
- Visão da comunidade universitária como um sistema, em sua integralidade, totalidade, com sua trama de redes e relações internas e externas;
- Conhecimento e reconhecimento contínuos da realidade, prestando atenção tanto àquela que se revela em números e formas, como também à que se expressa em percepções, expectativas, manifestação de interesses, desejos e necessidades.

Enfim, de forma coerente com os valores da PUC-SP, o serviço prestado pelo PAC norteia-se por princípios de atuação que têm como referências modeladoras de seu atendimento a perspectiva institucional e coletiva, a prevenção, a intervenção, a mediação e a integração.

No capítulo seguinte, tendo em vista aprofundar o conhecimento da realidade do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, apresentamos a pesquisa que fundamenta esta tese.

CAPÍTULO III

Conhecendo a realidade do uso de álcool e de outras drogas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *campus* Monte Alegre

*“Na realidade, basta um drinque para me deixar mal.
Mas nunca sei se é o 13º ou o 14º.”*

George Burns

1. Caminho Metodológico

O caminho metodológico foi determinado pela necessidade de compreensão do consumo e do uso nocivo de álcool e de outras drogas por alunos(as) da PUC-SP, *campus* Monte Alegre. Buscamos desvelar essa prática em sua complexidade, pois está presente no cotidiano universitário, portanto é alvo de estudos cada vez mais aprofundados, e sua compreensão, de fato, se dá por aproximações teórico-metodológicas diversas.

Trata-se de um estudo quantitativo com uma dimensão qualitativa para interpretar e traduzir os dados coletados em informações. Tais procedimentos abrangeram na pesquisa quantitativa a construção da amostra e a aplicação de questionários, enquanto a dimensão qualitativa se concentrou na busca dos significados e desafios do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas.

O critério fundamental para a escolha do *locus* desta pesquisa foi a nossa vivência como docente do Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA, na PUC-SP, por mais de 30 anos, bem como a percepção há muito tempo de que essa problemática carece de um enfrentamento, seja pela conscientização e prevenção de riscos inerentes ao consumo e uso nocivo de álcool e outras drogas, seja pela busca de alternativas para recuperação de dependentes químicos.

Como já mencionado, o objetivo foi conhecer e analisar o contexto atual dos alunos dos cursos de graduação da PUC-SP, no que tange às evidências empíricas do consumo e uso nocivo, ou mesmo à dependência de álcool e de outras drogas, no *campus* Monte Alegre, assim como, aprofundar o debate sobre essa questão, visando encontrar outros caminhos que apontem para uma política universitária mais abrangente e efetiva de abordagem e atendimento biopsicossocial e educacional dos universitários envolvidos.

Investigar os significados e os padrões de consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas pelos alunos de graduação da PUC-SP, de 2005 à 2007, supõe um exercício de análise e crítica, o que nos autoriza apreender esse objeto, a partir de sua constituição objetiva, real e historicamente determinada.

- **Estudos preliminares**

Igualmente, a partir da pesquisa bibliográfica e documental na PUC-SP sobre o tema álcool e outras drogas e sua fundamentação, tivemos acesso ao jornal *Contraponto* nº 35, ano 5, de outubro de 2005, no qual encontramos os registros desse levantamento e a partir daí iniciamos o contato com a professora doutora Rachel Pereira Balsalobre⁹ para autorização, orientação e execução das novas etapas deste trabalho.

Este estudo foi motivado pela entrevista do doutor Içami Tiba à rádio Eldorado, com sua publicação no jornal O Estado de S. Paulo, em 22.05.2003, na qual ele declarou: “A PUC é um antro de maconha”, e como consequência da repercussão dessa

⁹ A tabulação e a análise da pesquisa realizada pela professora doutora Rachel Pereira Balsalobre da Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2005, seguem anexas.

matéria, a revista *Veja* realizou nas “páginas amarelas” uma entrevista publicada em 04.06.2003 com esse psiquiatra (Anexo IX).

O trabalho da professora doutora Rachel P. Balsalobre acima citado, ainda estava sem a devida análise e elaboração do respectivo relatório; mas fomos autorizados a utilizá-lo como referência à realização dessa pesquisa.

- **O *locus* da pesquisa**

O *locus* da pesquisa foi a PUC-SP, *campus* Monte Alegre, onde foi realizada em todos os cursos de graduação que compõem esse *campus*.

Dentre os *campi* da PUC-SP, elegemos o da Monte Alegre por concentrar o maior número de alunos (as), haja vista o número de cursos oferecidos pela Universidade¹⁰.

O *campus* Monte Alegre é constituído por 22 cursos de graduação, distribuídos em 8 faculdades, sendo elas: a Faculdade de Direito, contendo somente o curso de Bacharelado em Direito; FEA (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária): com os cursos de Bacharelado em Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais; Faculdade de Educação: oferece apenas o curso de Licenciatura em Pedagogia; Faculdade de Fonoaudiologia: conta somente com o curso de Bacharelado em Fonoaudiologia; COMFIL (Faculdade de Comunicação e Filosofia): abrange os cursos de Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Comunicação e Multimeios, Comunicação das Artes do Corpo, Filosofia e Licenciatura em Letras (Secretariado Executivo Bilíngüe e Trilingüe). A Faculdade de Psicologia com o curso de Bacharelado em Psicologia. O curso de Psicologia Matutino é ministrado nos períodos matutino e vespertino e o curso noturno é ministrado nos períodos vespertino e noturno; Na Faculdade de Serviço Social: é ministrado o curso de Bacharelado em Serviço Social; e, por fim, a Faculdade de Ciências Sociais: a contemplar os cursos de Bacharelado em História, Geografia, Ciências Sociais, Relações Internacionais e

¹⁰ Vide quadro no Anexo IV.

Turismo. Os (as) alunos (as) dos cursos de Secretariado Executivo Bilíngüe (SEB) e Secretária Executiva Trilingüe (SET) foram somados ao curso de Letras.

- **Os sujeitos/atores da pesquisa**

Como foco da pesquisa abordamos os (as) alunos (as) de todos os anos, de todos os turnos e de todas as faculdades do *campus* Monte Alegre.

Os (as) alunos (as) participantes da pesquisa estavam nas classes que foram selecionadas aleatoriamente. A abordagem acontecia da seguinte maneira: em primeiro lugar, solicitávamos a autorização do professor responsável pela classe; em segundo lugar, apresentávamos a pesquisa aos alunos e falávamos do seu objetivo, então pedíamos a participação anônima; em terceiro lugar, entregávamos um questionário e um termo¹¹ para aqueles que concordassem e manifestassem interesse na participação. Os (as) alunos (as), de forma voluntária, preenchem o questionário e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual eram orientados sobre o fato de o álcool ser concebido na investigação como uma droga.

Durante a pesquisa realizada no 2º semestre de 2007 na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, constatou-se que houve uma boa receptividade dos alunos, pois manifestaram-se interessados em participar do trabalho.

- **Autorização institucional**

Por meio de contato com a Reitoria e com o Comitê de Ética da PUC-SP, tivemos autorização para a implementação desta pesquisa, a qual foi precedida de levantamento de dados sobre a problemática e a vivência do problema. Posteriormente, encaminhamos o projeto acompanhado da documentação exigida pelo Comitê de Ética para sua aprovação, uma vez que se tratava de uma pesquisa com seres humanos, do mesmo modo, enviamos pedido de autorização para Vice-Reitoria Comunitária - VRACOM. Em seguida à sua aprovação, formamos a equipe para o desenvolvimento da pesquisa e para a aplicação dos questionários (Anexo VII).

¹¹ Vide anexo VIII com o Termo de Consentimento entregue aos entrevistados em branco.

- **Formação da equipe**

A equipe de trabalho foi formada pela professora doutora Márcia Helena de Lima Farias, da área de Serviço Social, e pelos pesquisadores Welodimer Neustädter, da área de Psicologia, e Alynne Danielle Pereira Nececkaite Sant'Anna, da área de Engenharia.

- **A construção da amostra e do questionário**

A amostra necessária seria composta inicialmente por 386 alunos, com o universo de 13.581 alunos matriculados no 2º semestre de 2007, na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, cujo resultado representaria 95% de margem de segurança¹² quanto à inferência estatística. Contudo, alcançamos 1.115 alunos pesquisados, que elevaram a margem de segurança para 98,2%, minimizando dessa forma os riscos de desvios significativos. Os 1.115 estudantes corresponderam a 8,2% do universo existente.

O instrumento adotado para pesquisa quantitativa foi a replicação do instrumental da professora doutora Rachel Pereira Balsalobre, realizada pela Faculdade de Jornalismo da PUC-SP, em 2005 (Anexo V). Esta pesquisa permaneceu arquivada por dois anos em razão de ter cumprido o seu objetivo principal, ou seja, a capacitação dos alunos do primeiro ano de jornalismo para a compreensão e o exercício metodológico de todas as fases do trabalho de campo desta pesquisa. Dessas informações foi realizado um estudo de referência.

Após a coleta dos dados no segundo semestre de 2007, foi implementado um trabalho que considerasse a distribuição do número de alunos por faculdade e a porcentagem necessária para consubstanciar a problemática do uso de álcool e outras drogas pelos alunos de graduação da PUC-SP, *campus* Monte Alegre.

O questionário é auto-administrável e contém treze questões, com doze questões fechadas e uma questão aberta.

¹² Vide anexo VI contendo os cálculos da amostra e a margem de segurança quanto à inferência estatística.

Os critérios metodológicos de seleção amostral foram classes aleatoriamente escolhidas e sorteadas de acordo com o ano letivo, o período e o curso.

A pesquisa seguiu os seguintes passos: primeiramente, a distribuição dos alunos (as) por curso no 2º semestre de 2007.

Tabela 01

Alunos (as) matriculados (as) por curso no 2º semestre de 2007, na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, São Paulo SP

Alunos (as) Matriculados (as), no <i>campus</i> Monte Alegre, por curso no 2º semestre de 2007		
FACULDADE	CURSO	nº de alunos (as) matriculados (as)
DIREITO	1 Direito	2679
	2 Administração	2881
FEA	3 Ciências Econômicas	1586
	4 Ciências Contábeis	520
	5 Ciências Atuariais	226
	6 Pedagogia	412
EDUCAÇÃO	7 Fonoaudiologia	122
FONO	8 Jornalismo	444
	9 Publicidade	400
	10 Comunicação e Multimeios	291
	11 Comunicação das Artes do Corpo	206
	12 Filosofia	167
	13 Letras	685
	14 Psicologia	918
PSICOLOGIA	15 Serviço Social	217
SERVIÇO SOCIAL	16 Geografia	182
	17 História	446
	18 Ciências Sociais	450
	19 Relações Internacionais	587
	20 Turismo	162
CIÊNCIAS SOCIAIS		
Total de alunos (as) de todos os cursos		13.581

Fonte: Setor de Alunado – Setal

O total de estudantes matriculados no 2º semestre de 2007, na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, foi de 13.581 alunos (as).

O segundo passo foi a distribuição dos alunos (as) por curso e por turno.

Tabela 02

Alunos (as) matriculados (as) por curso e turno no 2º semestre de 2007, na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, São Paulo/ SP

Alunos (as) matriculados (as) por curso e turno no 2º semestre de 2007					
FACULDADE	CURSO	nº de alunos (as) matriculados (as)			
		Matutino	Vespertino	Noturno	
DIREITO	1 Direito	1.359	0	1.320	
FEA	2 Administração	1.355	0	1.526	
	3 Ciências Econômicas	671	0	915	
	4 Ciências Contábeis	0	0	520	
	5 Ciências Atuariais	0	0	226	
EDUCAÇÃO	6 Pedagogia	177	0	235	
FONOAUDIOLOGIA	7 Fonoaudiologia	122	0	0	
COMFIL	8 Jornalismo	193	0	251	
	9 Publicidade	149	0	251	
	10 Comunicação e Multimeios	0	291	0	
	11 Comunicação das Artes do Corpo	39	167	0	
	12 Filosofia	82	0	85	
	13 Letras (SEB e SET)	212	0	473	
PSICOLOGIA	14 Psicologia	204	0	714	
SERVIÇO SOCIAL	15 Serviço Social	46	0	171	
CIÊNCIAS SOCIAIS	16 Geografia	0	0	182	
	17 História	156	0	290	
	18 Ciências Sociais	144	0	306	
	19 Relações Internacionais	181	111	295	
	20 Turismo	52	0	110	
Total de alunos (as) matriculados (as) por turno		5.142	569	7.870	

Fonte: Setor de Alunado – Setal

Seguiu-se o terceiro passo relativo à distribuição da amostra por curso e por turno, levando em consideração o período letivo dos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos;

O sorteio das classes foi realizado de acordo com o ano letivo, o período e o curso. Portanto, para determinado curso que tivesse mais de uma opção de classe daquele ano letivo, eram sorteadas a 1ª, a 2ª e, em alguns casos, a 3ª opção a ser pesquisada. Temos como exemplo os alunos do 1º ano de Direito matutino que possuía 7 turmas, por isso foram sorteadas a 1ª, a 2ª e, por último, a 3ª opção.

Na aplicação dos questionários o critério era ir à 1ª opção de sala de aula e, no caso da impossibilidade desta íamos à opção subsequente e assim por diante.

Seguem-se tabelas referentes a todos os períodos.

Tabela 03

Classes contempladas e amostra dos (as) alunos (as) pesquisados (as) por curso, no período matutino do 2º semestre de 2007, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *campus* Monte Alegre, São Paulo/ SP

Amostra dos (as) alunos (as) pesquisados (as) no 2º semestre de 2007 no período matutino								
FACULDADE		CURSO	classes contempladas					nº de alunos
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	amostra
DIREITO	1	Direito	C	F	B	A	D	91
FEA	2	Administração	E	B	A	B	*	54
	3	Ciências Econômicas	B	C	B	A	A	54
EDUCAÇÃO	4	Pedagogia	A	A	A	A	*	13
FONOAUDIOLOGIA	5	Fonoaudiologia	A	A	A	A	*	29
COMFIL	6	Jornalismo	B	B	A	B	*	52
	7	Publicidade	B	A	A	A	*	12
	8	Com. das Artes do Corpo	C	B	V	B	*	25
	9	Filosofia	A	A	A	A	*	4
	10	Letras	B	A	A	A	*	48
PSICOLOGIA	11	Psicologia	D	E	C	***	***	54
SERVIÇO SOCIAL	12	Serviço Social	**	A	A	A	*	17
CIÊNCIAS SOCIAIS	13	História	A	A	A	A	*	20
	14	Ciências Sociais	A	A	A	A	*	26
	15	Relações Internacionais	V	A	A	A	*	8
	16	Turismo	**	A	A	A	*	3
Total da amostra do matutino								510

Fonte: Dado primário, elaborado por Alynne D. P. N. Sant'Anna, 2007.

* O curso é ministrado em 4 anos letivos.

** O curso de Turismo matutino e Serviço Social matutino não tinham o 1º ano, por isso não entrou na amostragem.

*** O curso de Psicologia matutino no 4º e 5º ano s ão agrupados com as classes do noturno que são ministradas no período vespertino.

V= Amostra realizada em turma do período vespertino.

Tabela 04

Classes Contempladas e amostra dos Alunos (as) pesquisados (as) por curso no período vespertino do 2º semestre de 2007, na PUC-SP, campus Monte Alegre, São Paulo SP

FACULDADE		CURSO	classes contempladas					nº de alunos
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	amostra
COMFIL	1	Com. e Multimeios	A	A	A	A	*	30
	2	Com. das Artes do Corpo	M	M	C	M	*	18
CIÊNCIAS SOCIAIS	3	Relações Internacionais	A	M	M	M	*	8
Total da amostra do vespertino							56	

Fonte: Dado primário, elaborado por Alynne D. P. N. Sant'Anna, 2007.

* O curso é ministrado em 4 anos letivos.

M = Amostra realizada em turma do período matutino.

Tabela 05

Classes contempladas e amostra dos alunos (as) pesquisados (as) por curso no período noturno do 2º semestre de 2007, na PUC-SP, campus Monte Alegre, São Paulo SP

FACULDADE		CURSO	classes contempladas					nº de alunos
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	amostra
DIREITO	1	Direito	F	B	D	B	A	108
FEA	2	Administração	D	D	G	C	*	47
	3	Ciências Econômicas	B	A	C	A	B	40
	4	Ciências Atuariais	A	A	A	A	A	40
	5	Ciências Contábeis	A	A	A	A	A	11
EDUCAÇÃO	6	Pedagogia	A	A	A	A	*	8
COMFIL	7	Jornalismo	A	A	B	A	*	27
	8	Publicidade	B	A	A	B	*	43
	9	Filosofia	A	A	A	A	*	5
	10	Letras (SEB e SET)	B	B	B	B	*	25
PSICOLOGIA	11	Psicologia	A	A	B	E	C	37
SERVIÇO SOCIAL	12	Serviço Social	A	A	A	A	*	59
CIÊNCIAS SOCIAIS	13	História	A	B	B	A	*	10
	14	Ciências Sociais	A	A	B	A	*	27
	15	Geografia	A	B	A	A	*	32
	16	Relações Internacionais	A	A	A	A	*	25
	17	Turismo	**	A	A	A	*	5
Total da amostra noturno							549	

Fonte: Dado primário, elaborado por Alynne D. P. N. Sant'Anna, 2007.

* O curso é ministrado em 4 anos letivos.

** O curso de Turismo noturno não tinha o 1º ano, por isso não entrou na amostragem

- **Pesquisa de campo**

Após termos selecionado a amostra, iniciamos a pesquisa de campo e os dados aqui qualificados foram coletados por meio do preenchimento de 1.115 questionários, nas 138 salas previamente agendadas. A duração da aplicação do questionário foi em média de 30 minutos por sala de aula e o tempo investido foi de 2 meses para aplicação dos questionários em todos os cursos do *campus* Monte Alegre nos períodos matutino, vespertino e noturno, em diversos horários.

Tabela 06

Amostra dos alunos (as) pesquisados (as) por curso e ano letivo, no período matutino do 2º semestre de 2007, na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, São Paulo SP

Amostra dos (as) alunos (as) pesquisados (as) no 2º semestre de 2007 no período matutino							
FACULDADE	CURSO	amostra por ano letivo					nº de alunos amostra
		1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	
DIREITO	1 Direito	20	30	17	21	3	91
FEA	2 Administração	21	23	9	1	*	54
	3 Ciências Econômicas	13	15	11	12	3	54
EDUCAÇÃO	4 Pedagogia	5	3	4	1	*	13
FONOAUDIOLOGIA	5 Fonoaudiologia	10	15	2	2	*	29
COMFIL	6 Jornalismo	18	4	13	17	*	52
	7 Publicidade	7	1	2	2	*	12
	8 Com. das Artes do Corpo	20	5	v	v	*	25
	9 Filosofia	1	1	1	1	*	4
	10 Letras (SEB e SET)	39	5	2	2	*	48
PSICOLOGIA	11 Psicologia	28	25	1	***	***	54
SERVIÇO SOCIAL	12 Serviço Social	**	4	9	4	*	17
CIÊNCIAS SOCIAIS	13 História	6	3	3	8	*	20
	14 Ciências Sociais	16	1	3	6	*	26
	15 Relações Internacionais	V	V	7	1	*	8
	16 Turismo	**	1	1	1	*	3
Total da Amostra							510

Fonte: Dado primário, elaborado por Alynne D. P. N. Sant'Anna, 2007.

* O curso é ministrado em 4 anos letivos.

** O curso de Turismo matutino e Serviço Social matutino não tinham o 1º ano, por isso não entrou na amostragem.

*** O curso de Psicologia matutino no 4º e 5º ano são agrupados com as classes do noturno que são ministradas no período vespertino.

V = Amostra realizada no período vespertino.

Tabela 07

Amostra dos Alunos (as) Pesquisados (as) por curso e ano letivo, no período vespertino do 2º semestre de 2007 na PUC-SP, campus Monte Alegre, São Paulo SP

FACULDADE		CURSO	amostra por ano letivo					n° de alunos
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	amostra
COMFIL	1	Com. e Multimeios	8	14	4	4	*	30
	2	Com. das Artes do Corpo	M	M	10	8	*	18
CIÊNCIAS SOCIAIS	3	Relações Internacionais	6	2	M	M	*	8
Total da amostra								56

Fonte: Dado primário, elaborado por Alynne D. P. N. Sant'Anna, 2007.

* O curso é ministrado em 4 anos letivos.
M= Amostra realizada no período matutino

Tabela 08

Amostra dos alunos (as) pesquisados (as) por curso e ano letivo, no período noturno do 2º semestre de 2007 na PUC-SP, campus Monte Alegre, São Paulo-SP

FACULDADE		CURSO	amostra por ano letivo					n° de alunos
			1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	amostra
DIREITO	1	Direito	21	11	42	28	6	108
FEA	2	Administração	24	6	11	6	*	47
	3	Ciências Econômicas	28	4	2	3	3	40
	4	Ciências Atuariais	4	1	3	1	2	11
	5	Ciências Contábeis	7	27	3	3	*	40
EDUCAÇÃO	6	Pedagogia	4	1	1	2	*	8
COMFIL	7	Jornalismo	4	6	9	8	*	27
	8	Publicidade	7	4	6	26	*	43
	9	Filosofia	2	1	1	1	*	5
	10	Letras (SEB e SET)	4	6	1	14	*	25
PSICOLOGIA	11	Psicologia	22	1	10	3	1	37
SERVIÇO SOCIAL	12	Serviço Social	29	15	6	9	*	59
CIÊNCIAS SOCIAIS	13	História	9	13	1	4	*	27
	14	Ciências Sociais	1	23	4	4	*	32
	15	Geografia	1	1	5	3	*	10
	16	Relações Internacionais	4	4	1	16	*	25
	17	Turismo	**	3	1	1	*	5
Total da amostra								549

Fonte: Dado primário, elaborado por Alynne D. P. N. Sant'Anna, 2007.

* O curso é ministrado em 4 anos letivos.

** O curso de Turismo noturno não tinha o 1º ano, por isso não entrou na amostragem

- **O processo da análise**

Para a análise, a escolha do método quantitativo deu-se por possibilitar um entendimento acurado do objeto, para organizar as idéias e as categorias aqui citadas anteriormente, ou seja, etapas que orientassem metodologicamente este estudo e as indagações acerca do consumo e do uso nocivo de álcool e outras drogas pelos alunos de graduação da PUC-SP, *campus* Monte Alegre, de 2005 a 2007.

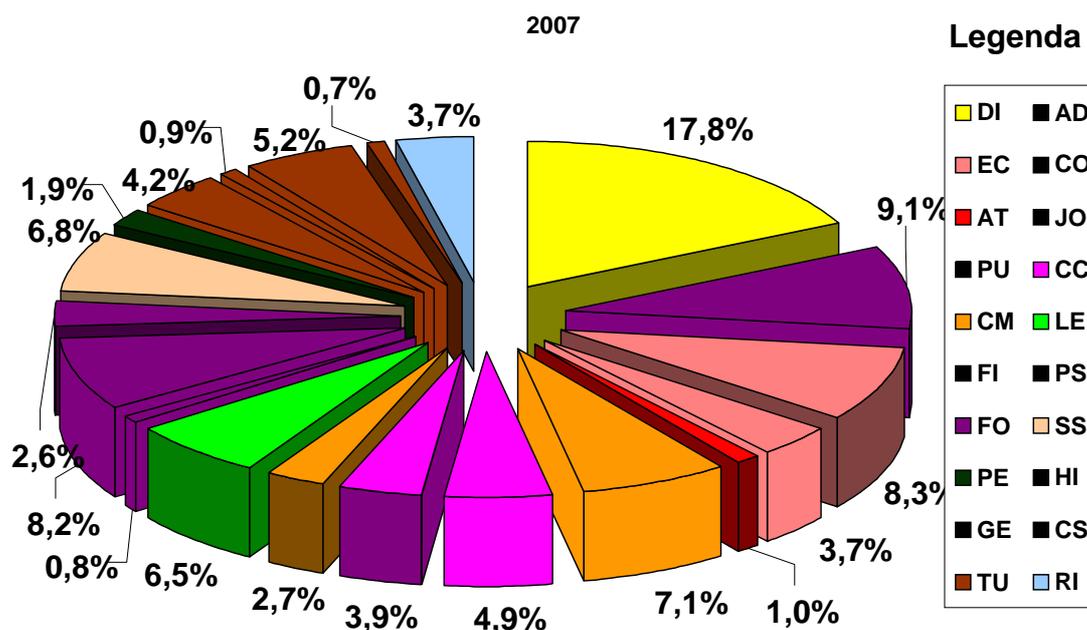
Os aspectos qualitativos referentes aos significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas recobre, na contemporaneidade, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas, assumindo tradições, ou paradigmas, tais como o consumo, o uso nocivo e a dependência. De tal modo, extrai-se dessa interpretação os significados visíveis e latentes quanto ao uso de álcool e de outras drogas na PUC-SP, *campus* Monte Alegre. Significados estes que somente foram percebidos após a sua análise, interpretados e traduzidos em um texto, no qual os significados patentes e/ou ocultos do objeto foram trabalhados.

A pesquisa quantitativa foi amparada em freqüências estatísticas. Entendemos ser esta uma via que assegura a validade de uma generalização, pressupondo que partimos de uma hipótese guia de que a PUC-SP não é, em contrapartida à afirmação do professor doutor Içama Tiba, um “*antro de maconha*”.

2. Levantamento estatístico dos questionários aplicados aos alunos de graduação da PUC-SP, *campus* Monte Alegre

- **Resultados quantitativos do consumo de álcool e outras drogas por alunos da PUC-SP *campus* Monte Alegre, 2007**

Gráfico 01. Distribuição da amostra por curso em 2007: Direito (DI), Administração (AD), Economia (EC), Ciências Contábeis (CO), Ciências Atuariais (AT), Jornalismo (JO), Publicidade (PU), Comunicação das Artes do Corpo (CC), Comunicação e Multimeios (CM), Letras (LE), Filosofia (FI), Psicologia (PS), Fonoaudiologia (FO), Serviço Social (SS), Pedagogia (PE), História (HI), Geografia (GE), Ciências Sociais (CS), Turismo (TU) e Relações Internacionais (RI).

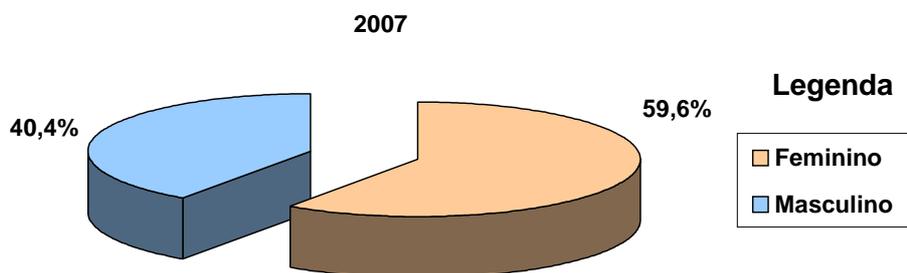


Fonte: Questionário – Anexo VII

Em 2007, na amostra de 1.115 alunos pesquisados, 17,8% (199 alunos) são do curso de Direito, Administração 9,1% (101 alunos), Economia 8,3% (94 alunos), Contabilidade 3,7% (40 alunos), Atuaria 1% (11 alunos); Jornalismo 7,1% (79 alunos), Letras 6,5% (73 alunos), Publicidade 4,9% (55 alunos), Comunicação das Artes do Corpo 3,9% (43 alunos), Comunicação e Multimeios 2,7% (30 alunos), e Filosofia 0,8% (9 alunos); Ciências Sociais 5,2% (58 alunos), História 4,2% (47 alunos), Relações Internacionais 3,7% (41 alunos), Geografia 0,9% (10 alunos), Turismo 0,7% (8 alunos), e Psicologia 8,2% (91 alunos); Serviço Social 6,8% (76 alunos); Fonoaudiologia 2,6% (29 alunos) e Pedagogia 1,9% (21 alunos).

Nesta amostragem cabe observar que, cerca de 40% dos alunos pesquisados são dos cursos da Faculdade de Direito e da FEA.

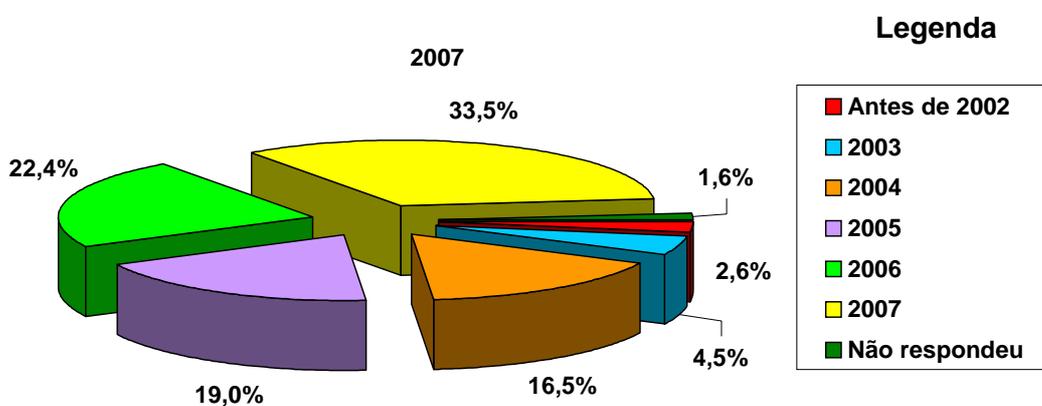
Gráfico 2. Distribuição da amostra de estudantes por gênero em 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

No universo pesquisado, 664 são alunos do sexo feminino e 449 são do sexo masculino, respectivamente 59,6% e 40,4% dentre os 1.115 alunos. Os alunos pesquisados da PUC-SP, *campus* Monte Alegre, são predominantemente do sexo feminino (59,6%).

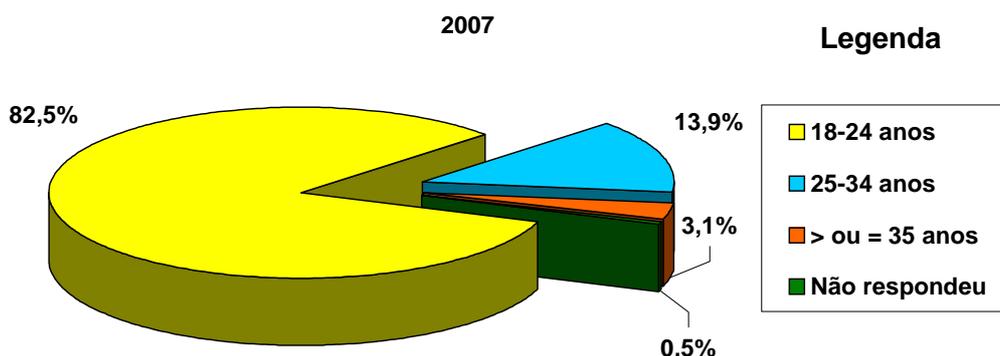
Gráfico 03. Distribuição da amostra por ano de ingresso na Universidade, no levantamento de 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

Observa-se que, 33,5% dos participantes da pesquisa tiveram ingresso na Universidade em 2007 (373 alunos), 22,4% (250 alunos) em 2006, 19% (212 alunos) entraram em 2005; 16,5% (184 alunos) ingressaram em 2004; 4,5% (50 alunos) ingressaram em 2003; 2,6% (28 alunos) entraram no ano de 2002 ou antes deste ano e 1,6% (18 alunos) não responderam a esta questão.

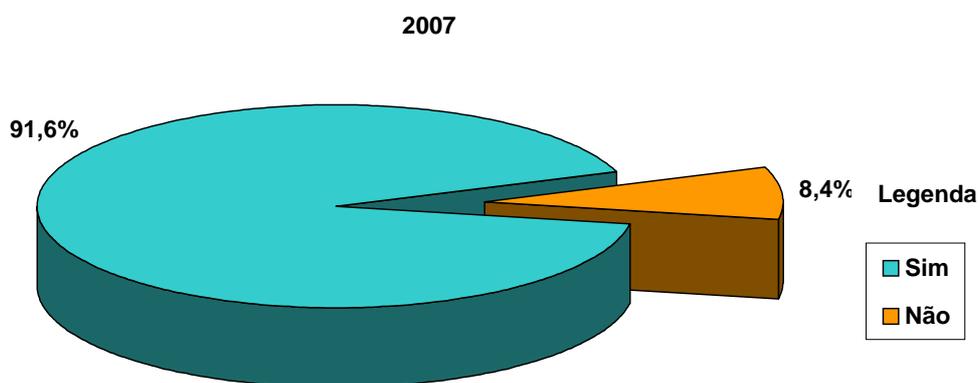
Gráfico 4. Distribuição da amostra por idade em 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

No universo pesquisado, não foi encontrado qualquer aluno (a) menor de 18 anos. Porém, 82,5% (920 alunos) estavam na faixa etária entre 18 e 24 anos; 13,9% (155 alunos) dos pesquisados incluem-se na faixa etária de 25 a 34 anos; 3,1% (34 alunos) estavam inseridos na faixa etária acima de 35 anos e apenas 0,5% (6 alunos) não responderam à questão.

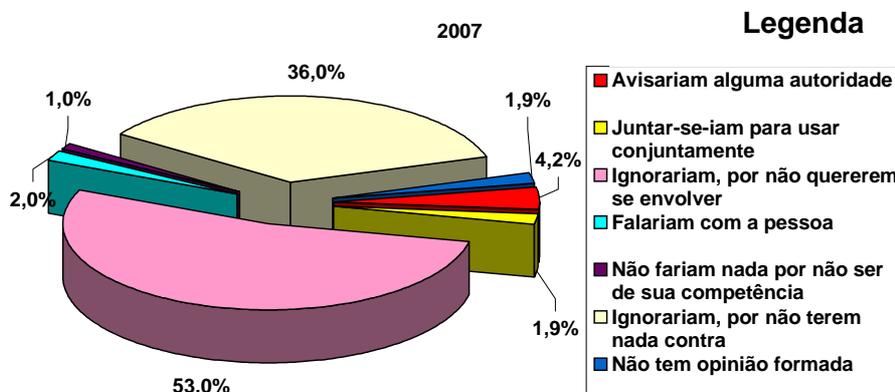
Gráfico 5. Ter presenciado o uso de álcool e de outras drogas no *campus*, no levantamento de 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

Nesta pesquisa, é demonstrado que 91,6% (1.021 alunos) já presenciaram alunos usando álcool e outras drogas na PUC-SP, e 8,4% (94 alunos) nunca presenciaram. Portanto, quase a totalidade dos alunos sabe e já presenciou alguém usando álcool e outras drogas nas dependências do *campus* Monte Alegre.

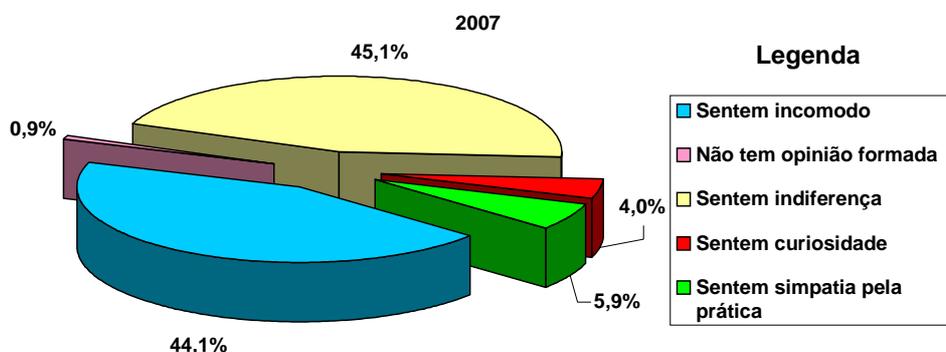
Gráfico 6. Atitude dos alunos, caso presenciassem alguém usando drogas no *campus*, no levantamento de 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

De acordo com os resultados obtidos, 53,0% (590 alunos) ignorariam o fato se presenciassem o uso de álcool e de outras drogas, por não querer se envolver com o problema; 36,0% (403 alunos) ignorariam por não ter nada contra a atitude demonstrando total desconhecimento quanto às suas conseqüências nocivas; 4,2% (47 alunos) dos alunos avisariam alguma autoridade; 2,0% (23 alunos) falariam com a pessoa e pediriam para parar, 1,9% (21 alunos) se aproximariam para usar drogas conjuntamente, 1,0% (11 alunos) não faria nada por considerar que a questão não é da sua competência e 1,9% (21 alunos) dos pesquisados não têm uma opinião formada.

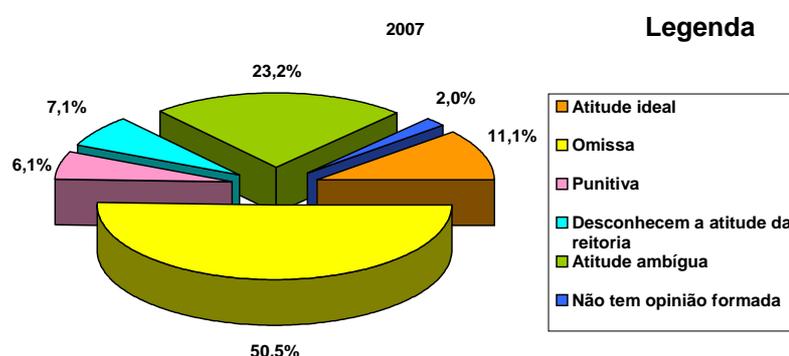
Gráfico 7. Opinião dos estudantes ao saber que alunos da PUC usam álcool e outras drogas, no levantamento de 2007.



Fonte: Questionário – Anexo VII

O estudo demonstra que 45,1% (500 alunos) sentem indiferença por saber que alunos utilizam álcool e outras drogas dentro da universidade; 44,1% (491 alunos) relatam incômodo como: raiva, tristeza e, muitas vezes sentem-se alarmados com essa questão; 5,9% (65 alunos) têm simpatia pelo uso de álcool e de outras drogas; 4,0% (45 alunos) sentem curiosidade; e 0,9% (10 alunos) não têm opinião formada.

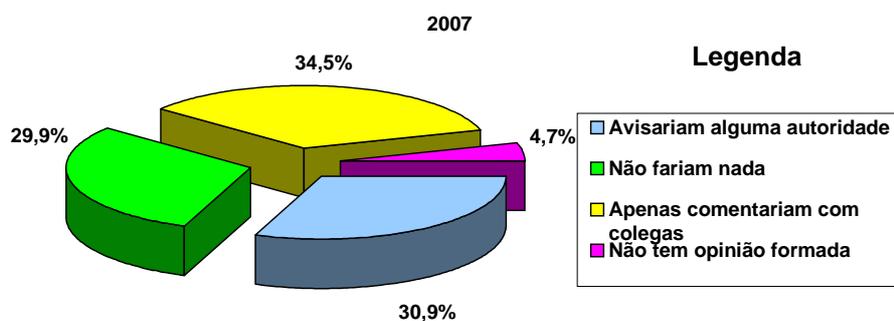
Gráfico 8. Opinião dos alunos em relação a atitude da Reitoria a respeito do tema, no levantamento de 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

No universo pesquisado, 50,5% (555 alunos) consideram que a atitude da Reitoria seja de omissão; 23,2% (261 alunos) acreditam que a atitude seja ambígua; 11,1% (119 alunos) consideram que a atitude seja ideal; 7,1% (79 alunos) desconhecem qualquer atitude da Reitoria; 6,1% (63 alunos) entendem que a atitude seja punitiva; e 2,0% (27) não têm qualquer opinião formada.

Gráfico 9. Atitude dos alunos perante o tráfico de drogas no *campus*, no levantamento de 2007

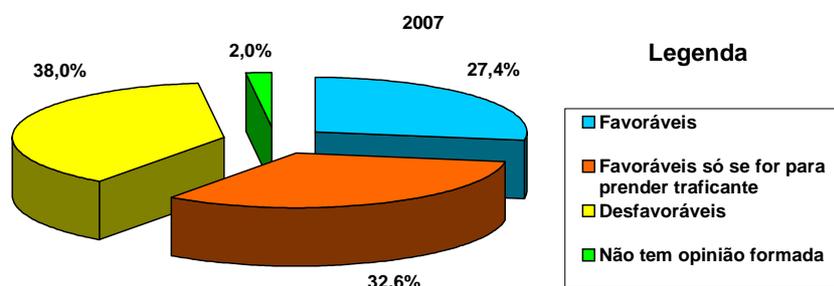


Fonte: Questionário – Anexo VII

De acordo com as informações obtidas, em 2007, 34,5% (385 alunos) apenas comentariam entre os colegas se presenciassem um traficante comercializando drogas ilícitas dentro da Universidade; 30,9% (345 alunos) avisariam alguma autoridade; 29,9% (334 alunos) não fariam nada e 4,7% (53 alunos) não têm opinião formada sobre o assunto.

Como pode ser observado, praticamente 70% dos alunos não tomariam qualquer atitude se notassem o tráfico de drogas na PUC-SP, porém 31% tomariam alguma providência se presenciassem um traficante comercializando drogas ilícitas.

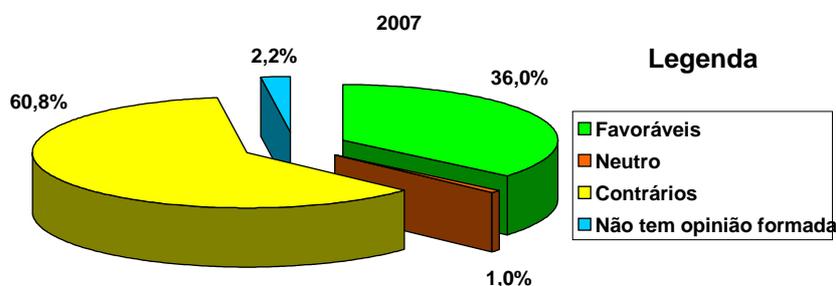
Gráfico 10. Aceitação dos alunos com a presença de polícia no *campus*, no levantamento de 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

A pesquisa demonstra que 27,4% (287 alunos) são favoráveis ao livre acesso da polícia, sempre que o problema estiver ligado às drogas; 32,6% (363 alunos) são favoráveis à circulação da polícia, somente se for para prender traficante; 38,0% (428 alunos) são desfavoráveis ao acesso da polícia no *campus*; e 2,0% (17 alunos) não têm opinião formada.

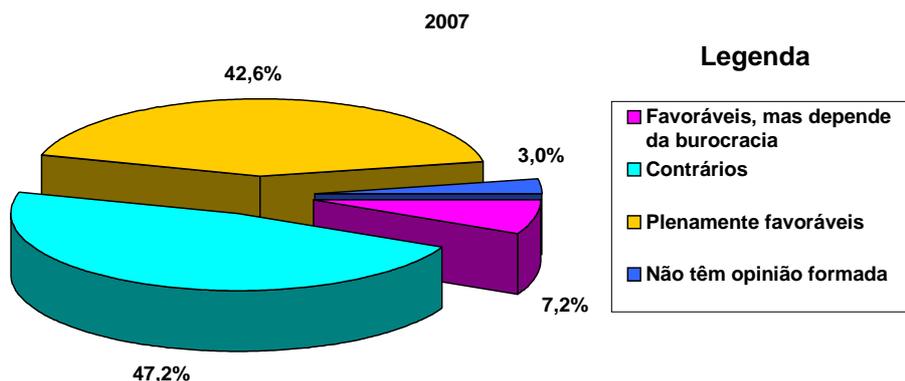
Gráfico 11. Aceitação dos alunos em relação à colocação de catracas, no levantamento de 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

A presente pesquisa demonstra que, 60,8% (678 alunos) são contra a colocação de catracas; 36,0% (402 alunos) são favoráveis; 1,0% (10 alunos) são neutros; e 2,2% (25 alunos) não têm opinião formada.

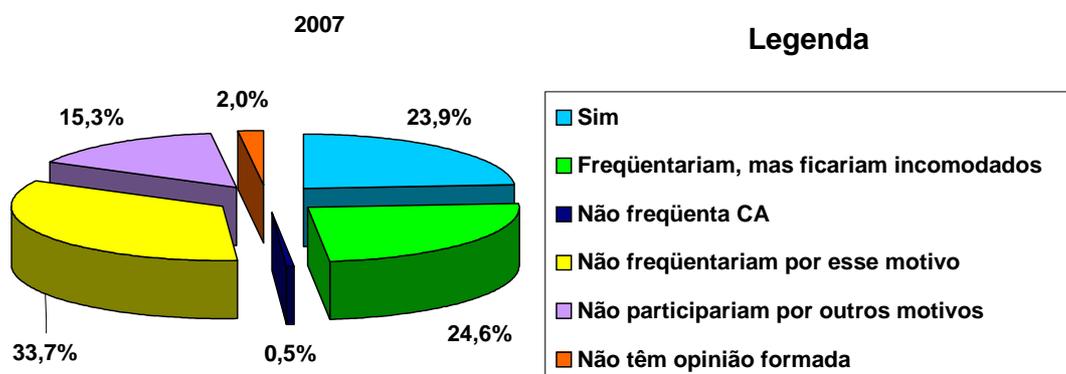
Gráfico 12. Aceitação dos alunos em relação ao cartão de identificação, no levantamento de 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

De acordo com o estudo, 49,8% (555 alunos) dos alunos são favoráveis ao cartão de identificação, a saber: 42,6% (475 alunos) são plenamente a favor; e 7,2% (80 alunos) são favoráveis, mas depende da burocracia; 47,2% (526 alunos) são contrários; e 3,0% (34 alunos) não têm opinião formada.

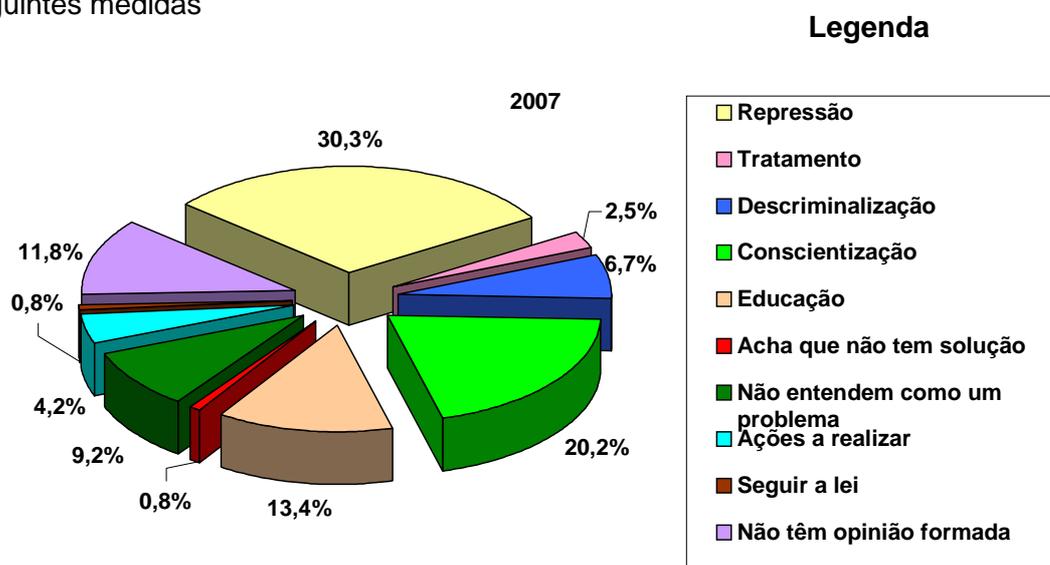
Gráfico 13. No levantamento de 2007, o consumo de drogas no CA provocaria o afastamento do aluno e impediria sua participação.



Fonte: Questionário – Anexo VII

Os dados obtidos demonstram que 33,7% (375 alunos) freqüentariam sem problema os CAs, mesmo como local de uso de álcool e de outras drogas; 24,6% (273 alunos) freqüentariam, mas ficariam incomodados; 23,9% (265 alunos) se afastariam do CA; 15,3% (171 alunos) entendem que o motivo para não freqüentar o Centro Acadêmico não seria esse; 2,0% (19 alunos) dos estudantes não têm opinião formada; e 0,5% (6 alunos) dos alunos não freqüentam o CA por outros motivos. Portanto, 73,0% (819 alunos) são freqüentadores dos CAs, mesmo com o uso de álcool e de outras drogas.

Gráfico 14. No levantamento de 2007, na percepção dos alunos a Reitoria deveria implementar as seguintes medidas



Fonte: Questionário – Anexo VII

O estudo desvela que 30,3% (404 alunos) entendem que a repressão é a melhor solução para enfrentar o problema; 33,6% (447 alunos) defendem medidas de conscientização e educação, a saber: 20,2% (264 alunos) acham que a Reitoria deveria adotar medidas de conscientização; 13,4% (183 alunos) entendem que medidas educativas seriam a melhor maneira de lidar com a questão; 11,8% (156 alunos) não têm opinião formada; 9,2% (123 alunos) não entendem como um problema a situação atual da PUC-SP, o que demonstra a falta de informação sobre a questão; 6,7% (90 alunos) acreditam que a descriminalização solucionaria a questão; 4,2% (55 alunos) dos alunos mencionam ações de segurança, de conscientização e de educação a serem tomadas; 2,5% (36 alunos) mencionam que deveria haver tratamento para aqueles que apresentarem problemas relacionados ao uso de álcool e de outras drogas; 0,8% (16

alunos) acredita que a Reitoria deveria seguir a lei e 0,8% (10 alunos) entendem que o problema não tem solução.

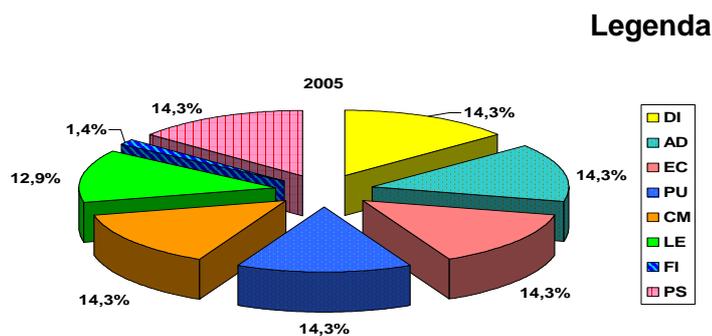
- **Estudo de referência entre as pesquisas de 2005 da professora doutora Rachel Pereira Balsalobre e a presente pesquisa realizada em 2007.**

A primeira questão referia-se ao curso, no qual o aluno estava matriculado. Com essa informação, pudemos verificar quantos alunos de cada curso responderam ao questionário.

Distribuição percentual das amostras por cursos em 2005 e 2007

	CURSOS									
Amostra	DI	AD	EC	PU	CM	LE	FI	PS	CO	AT
2005	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%	12,9%	1,4%	14,3%	0%	0%
2007	17,8%	9,1%	8,3%	4,9%	2,7%	6,5%	0,8%	8,2%	3,7%	1,0%
	CURSOS									
Amostra	JO	CC	FO	SS	PE	HI	GE	CS	TU	RI
2005	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
2007	7,1%	3,9%	2,6%	6,8%	1,9%	4,2%	0,9%	5,2%	0,7%	3,7%

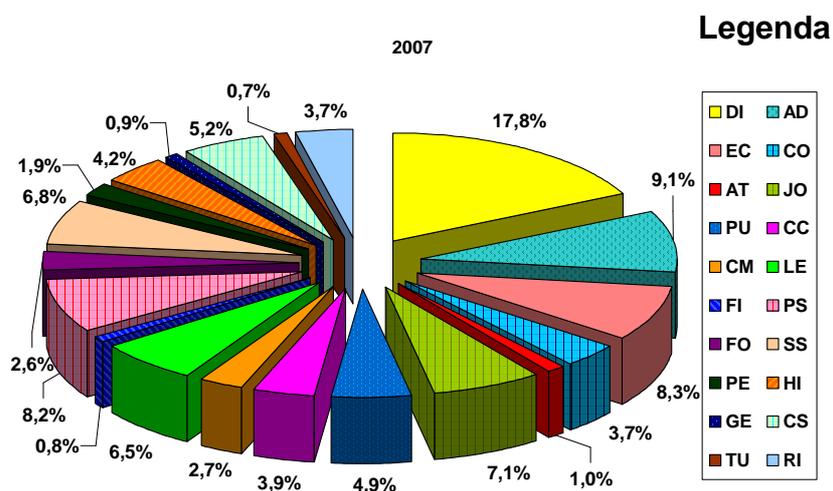
Gráfico 1.A¹³ Distribuição da amostra por curso em 2005: Direito (DI), Administração (AD), Economia (EC), Publicidade (PU), Comunicação e Multimeios (CM), Letras (LE), Filosofia (FI) e Psicologia (PS).



Fonte: Questionário – Anexo VII

¹³ Os Gráficos “A”, referem-se a 2005, pesquisa da professora doutora Rachel Pereira Balsalobre e também estão inseridos no Anexo V

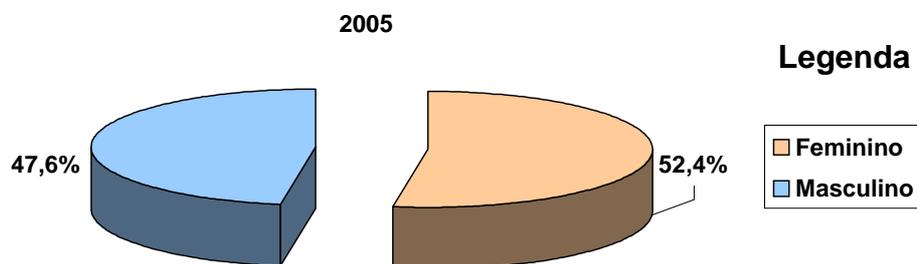
Gráfico 1. Distribuição da amostra por curso em 2007: Direito (DI), Administração (AD), Economia (EC), Ciências Contábeis (CO), Ciências Atuariais (AT), Jornalismo (JO), Publicidade (PU), Comunicação das Artes do Corpo (CC), Comunicação e Mídias (CM), Letras (LE), Filosofia (FI), Psicologia (PS), Fonoaudiologia (FO), Serviço Social (SS), Pedagogia (PE), História (HI), Geografia (GE), Ciências Sociais (CS), Turismo (TU) e Relações Internacionais (RI).



Fonte: Questionário – Anexo VII

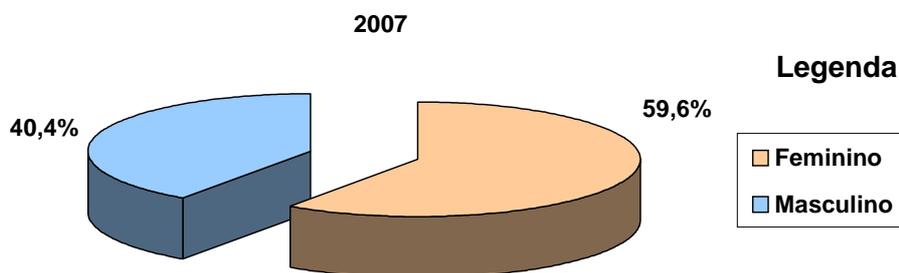
A finalidade dos estudos realizados em 2005 e 2007 foi diferente, por isso a amostragem também aconteceu de forma diferente. Em 2007, decidimos abordar todos os alunos de todos os cursos no *campus* Monte Alegre, já em 2005 foram abordados alunos de somente 8 cursos dos 20 ministrados nesse *campus*.

Gráfico 2.A. Distribuição da amostra de estudantes por gênero em 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 2. Distribuição da amostra de estudantes por gênero em 2007

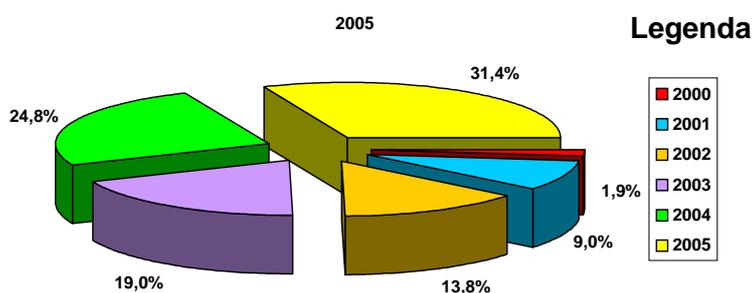


Fonte: Questionário – Anexo VII

Predominância de Gênero na Universidade		
Gênero	Amostra	
	2005	2007
Feminino	52,4%	59,6%
Masculino	47,6%	40,4%
	100%	100%

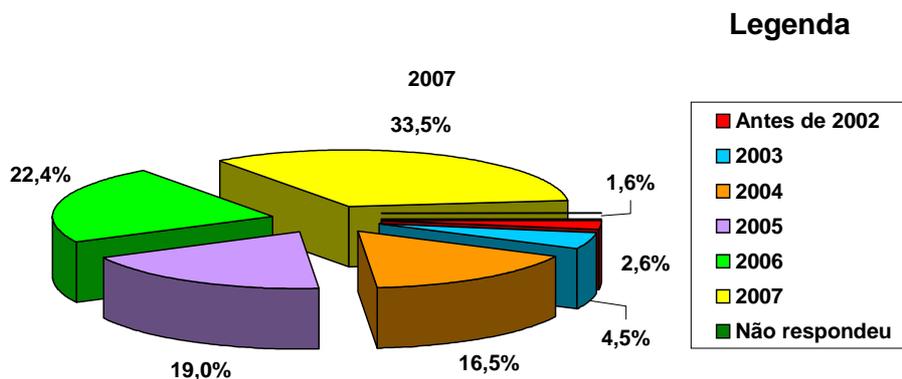
Entre 2005 e 2007, percebe-se que houve um aumento no número de mulheres, em virtude de terem sido pesquisados alunos de todos os cursos.

Gráfico 3.A. Distribuição da amostra por ano de ingresso dos alunos na Universidade, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 03. Distribuição da amostra por ano de ingresso dos alunos na Universidade, no levantamento de 2007

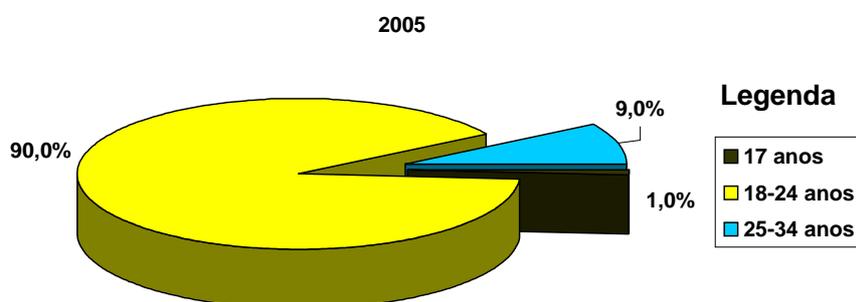


Fonte: Questionário – Anexo VII

Ano de Ingresso na Universidade		
Ano de Ingresso	Amostra	
	2005	2007
1º ano	31,4%	33,5%
2º ano	24,8%	22,4%
3º ano	19,0%	19,0%
4º ano	13,8%	16,5%
5º ano	9,0%	4,5%
6 ou mais anos	1,9%	2,6%
NR	0,0%	1,6%
	100%	100%

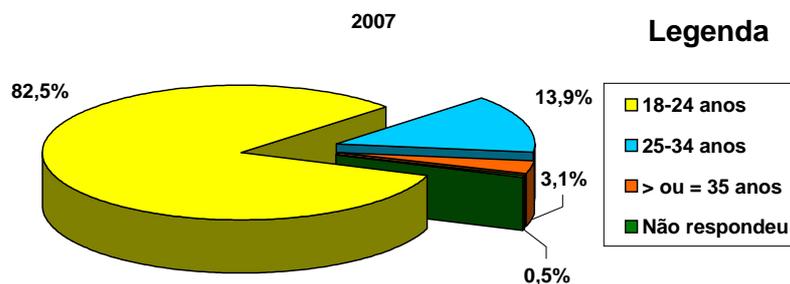
O ingresso dos alunos da PUC em 2005 e 2007 permaneceu equivalente.

Gráfico 4.A. Distribuição da amostra por idade em 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 4. Distribuição da amostra por idade em 2007

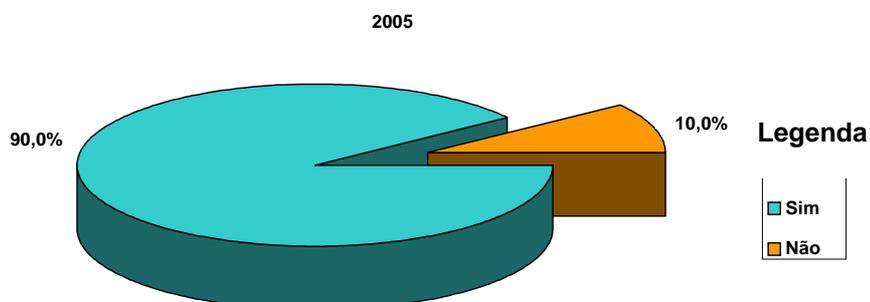


Fonte: Questionário – Anexo VII

Idade dos alunos dividida por faixa etária		
Faixa Etária	Amostra	
	2005	2007
17 anos	1,0%	0%
18-24 anos	90,0%	82,5%
25-34 anos	9,0%	13,9%
> ou = 35 anos	0%	3,1%
NR	0%	0,5%
	100%	100%

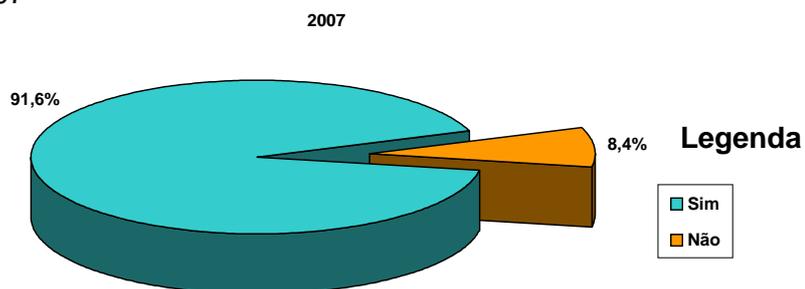
Na faixa etária dos alunos da PUC-SP no período de 2005 e 2007, respectivamente, não houve alteração significativa. No entanto, houve uma redistribuição entre as faixas etárias.

Gráfico 5.A. Ter presenciado o uso de álcool e de outras drogas pelos alunos no *campus*, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 5. Ter presenciado o uso de álcool e de outras drogas pelos alunos no *campus*, no levantamento de 2007

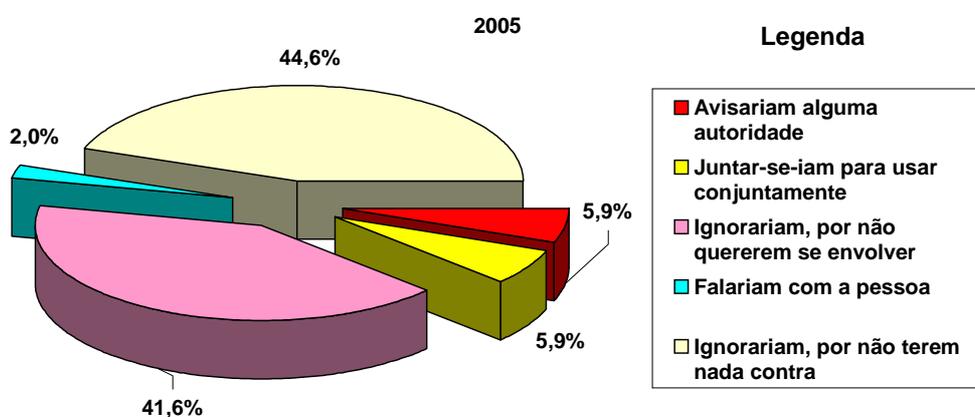


Fonte: Questionário – Anexo VII

Q.04. Presenciar o uso		
	Amostra	
	2005	2007
Sim	90,0%	91,6%
Não	10,0%	8,4%
	100%	100%

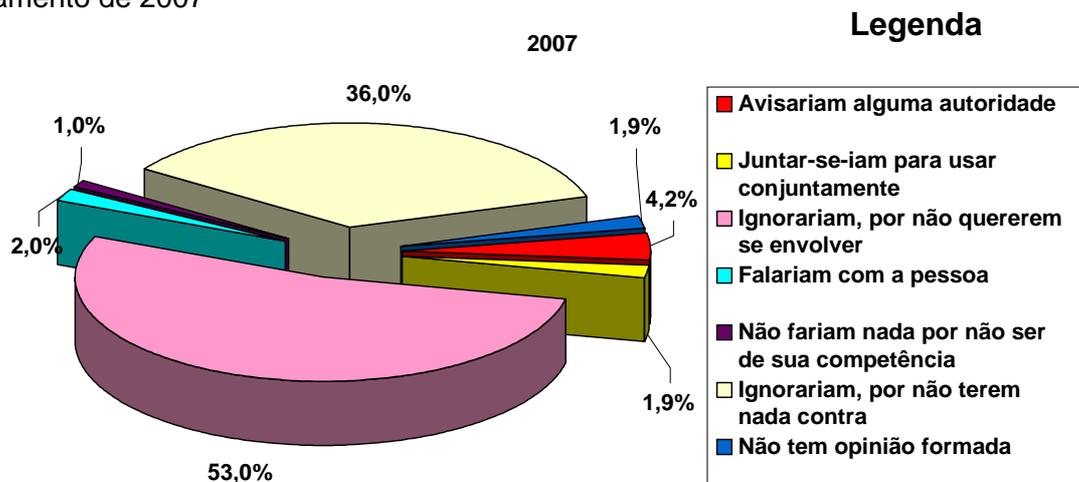
Em 2005, foi demonstrado que 90,0% dos alunos já haviam presenciado o uso de álcool e de outras drogas na PUC-SP; em 2007 esse dado passou para 91,6%. Isto significou um aumento de 2 pontos percentuais, o que aparentemente pode sinalizar um aumento do uso no *campus* e/ ou, pressupõe-se a manutenção da percepção dos alunos quanto ao uso de álcool e outras drogas.

Gráfico 6.A. Atitude dos alunos, caso presenciassem alguém usando drogas no *campus*, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 6. Atitude dos alunos, caso presenciassem alguém usando drogas no *campus*, no levantamento de 2007



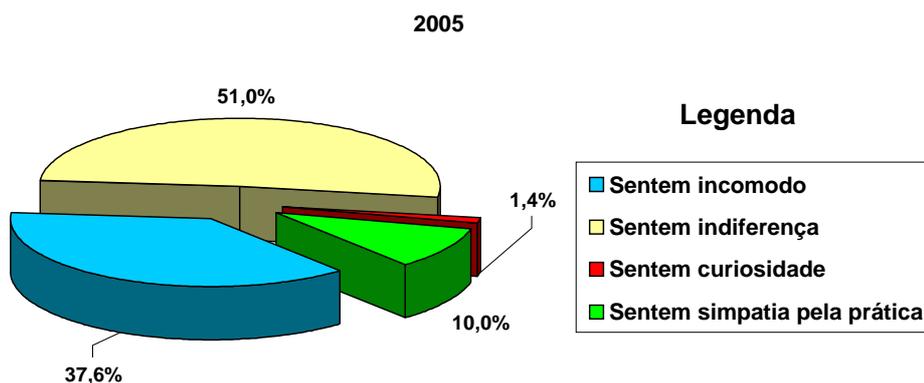
Fonte: Questionário – Anexo VII

Q.05. Se você presenciou - ou mesmo que não tenha presenciado, mas sabendo que ocorre aqui dentro - se visse alguém usar drogas aqui na PUC, você acha que tenderia a ter qual das seguintes reações?		
Respostas dos alunos	Amostra	
	2005	2007
Avisaria alguma autoridade	5,9%	4,2%
Juntar-se-iam para usar conjuntamente	5,9%	1,9%
Ignorar, por não querer se envolver	41,6%	54,0%
Falariam com a pessoa	2,0%	2,0%
Ignorar, por não ter nada contra	44,6%	36,0%
Não faria nada por não ser da minha competência	0%	1,0%
Não tem opinião formada	0%	1,9%
	100%	100%

Quanto às atitudes dos alunos ao presenciarem alguém usando álcool e outras drogas na Universidade em 2005, os dados foram: 41,6% dos alunos pesquisados ignorariam por não querer se envolver e 45% ignorariam por não ter nada contra essa atitude. Em 2007, 54,0% dos alunos ignorariam por não querer se envolver; e 36,0% ignorariam por não ter nada contra a atitude. Isto significa um aumento de 11 pontos percentuais, ou seja, 26% de aumento entre os alunos que ignorariam por não querer se envolver, em contraponto houve uma diminuição de 9 pontos percentuais, que

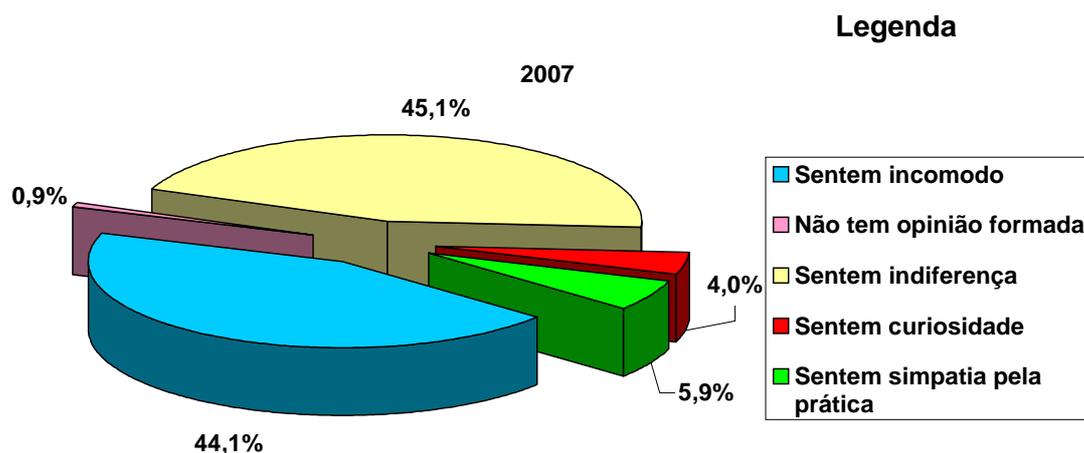
representa 20% de diminuição, entre os alunos que ignorariam por não ter nada contra essa atitude.

Gráfico 7.A. Opinião dos estudantes caso soubessem que alunos da PUC usam álcool e outras drogas, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 7. Opinião dos estudantes ao saber que alunos da PUC usam álcool e outras drogas, no levantamento de 2007

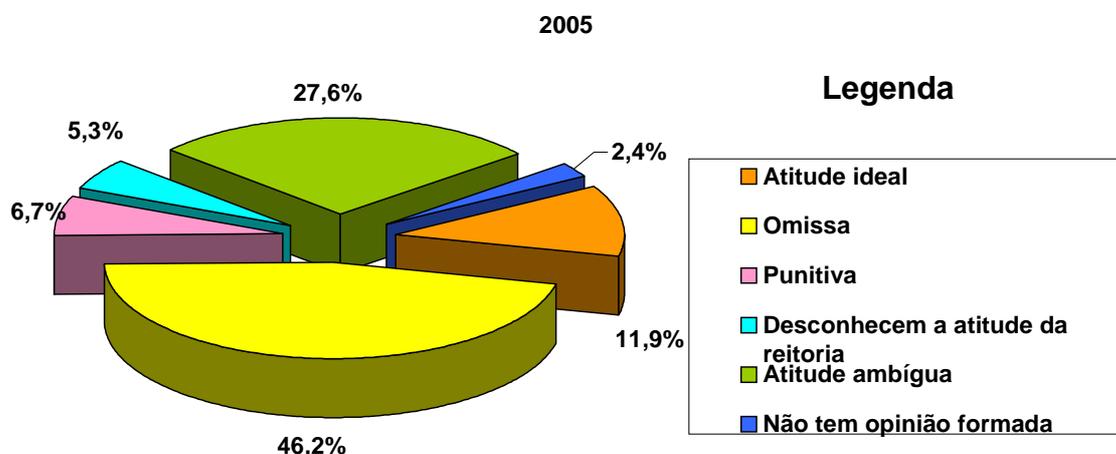


Fonte: Questionário – Anexo VII

Q.6 – Presenciar ou simplesmente saber que alunos usam drogas aqui dentro da PUC é um fato diante do qual ...		
Respostas dos alunos	Amostra	
	2005	2007
Sentem incômodo	38%	44,1%
Não tem opinião formada	0%	0,9%
Sente indiferença	51%	45,1%
Sente curiosidade	1%	4%
Têm simpatia pela prática	10%	5,9%
	100%	100%

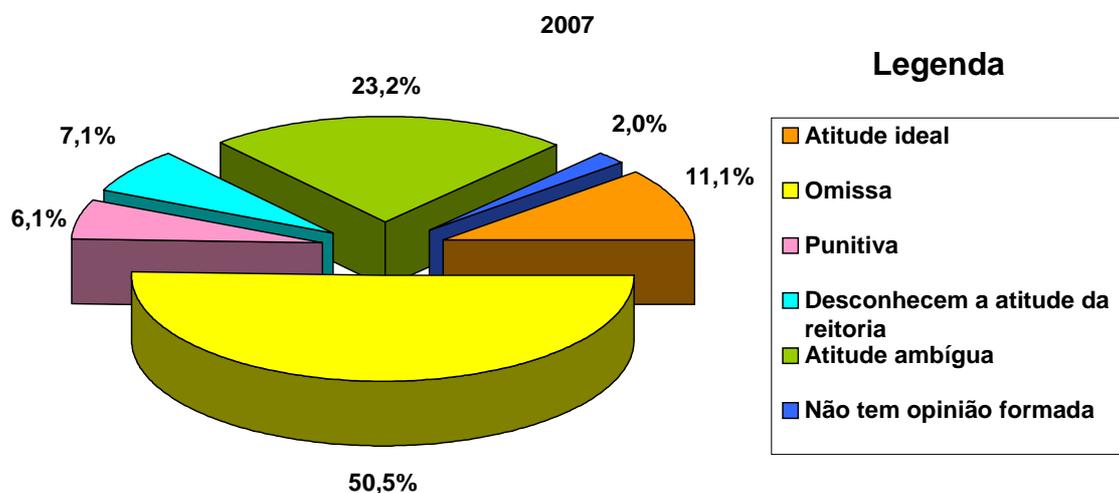
Em 2005, 37,6% dos alunos pesquisados sentiam-se incomodados com o consumo de álcool e de outras drogas no *campus*; em 2007; 44,1% dos estudantes sentiam-se incomodados, mostrando um aumento de 6%, ou seja, 15,8% de aumento do total de alunos incomodados pela prática. Quanto ao sentimento de indiferença, em 2005, 51% dos alunos sentiam-se indiferentes, ou seja, houve uma diminuição de 6 pontos percentuais, que corresponde a 11,8% a menos de alunos que se sentiam indiferentes. Outro dado importante foi a diminuição de 40% entre os alunos pesquisados que revelaram simpatia pela prática. Em contrapartida, houve uma variação de 1% em 2005 para 4% em 2007 em relação aos alunos que sentiam curiosidade pelo uso. O fator predisponente, curiosidade, dessa forma quadruplicou.

Gráfico 8.A. Opinião dos alunos em relação à atitude da Reitoria a respeito do tema, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 8. Opinião dos alunos em relação à atitude da Reitoria a respeito do tema, no levantamento de 2007



Fonte: Questionário – Anexo VII

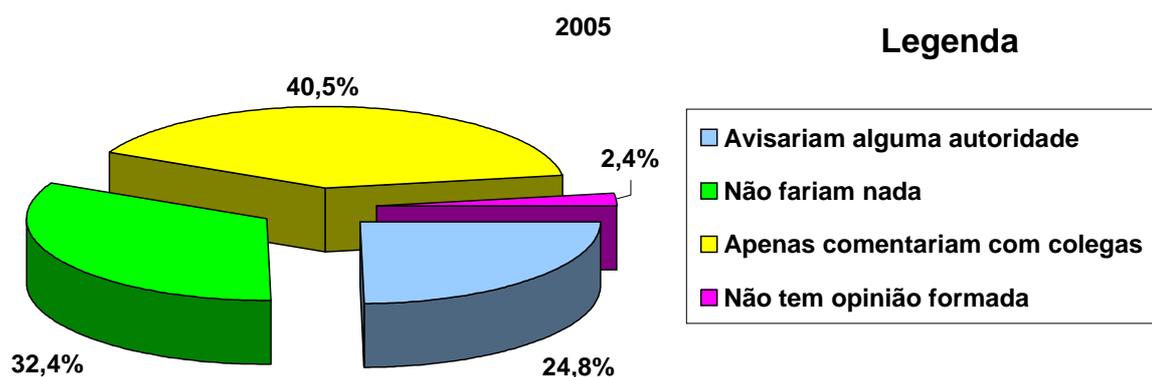
Q.7 - Na sua opinião, a atitude da Reitoria da PUC diante do fato de que alguns alunos usam drogas aqui dentro é ...		
Respostas dos alunos	Amostra	
	2005	2007
Atitude ideal	11,9%	11,1%
Omissa	46,2%	50,5%
Punitiva	6,7%	6,1%
Desconhecem atitudes da Reitoria	5,3%	7,1%
Atitude ambígua	27,6%	23,2%
Não têm opinião formada	2,4%	2,0%
	100%	100%

De acordo com os dados obtidos em 2005 e 2007, na opinião dos alunos a atitude da Reitoria é de omissão em relação ao uso de álcool e de outras drogas, uma vez que houve um aumento de 46,2% em 2005 para 50,5% em 2007, com relação a esta atitude.

As respostas dos alunos sobre o item atitude ambígua da Reitoria, revelou uma diminuição de 27,6% em 2005 para 23,2% em 2007. Para os itens atitude punitiva, atitude ideal e desconhecimento sobre atitudes da Reitoria foi mantida praticamente com a mesma significância. Isso mostra que as respostas sobre omissão por parte da Reitoria

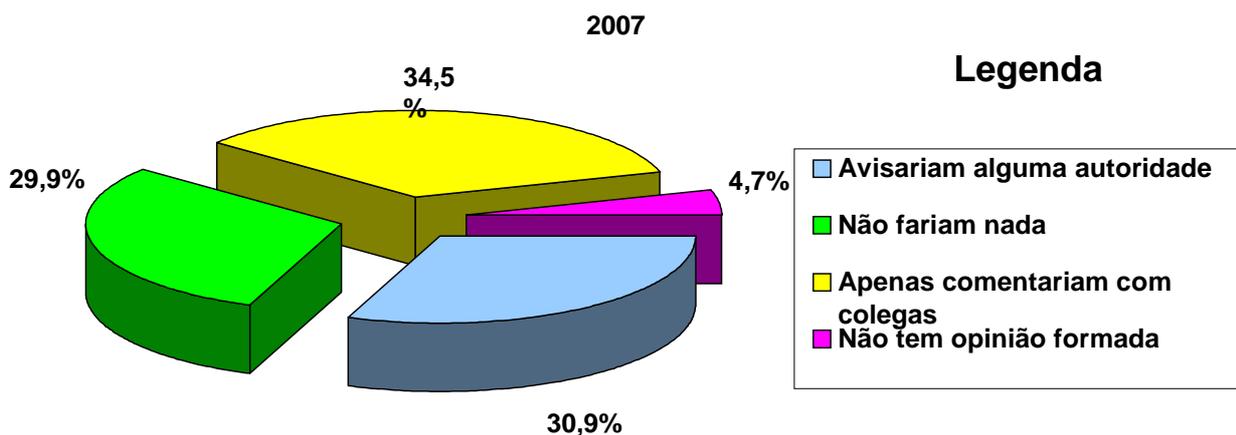
aumentou 5 pontos percentuais, podendo-se inferir que os alunos percebem que faz-se necessária uma atitude clara por parte da Reitoria no que diz respeito ao assunto álcool e outras drogas.

Gráfico 9.A. Atitude dos alunos perante o tráfico de drogas no *campus*, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 9. Atitude dos alunos perante o tráfico de drogas no *campus*, no levantamento de 2007

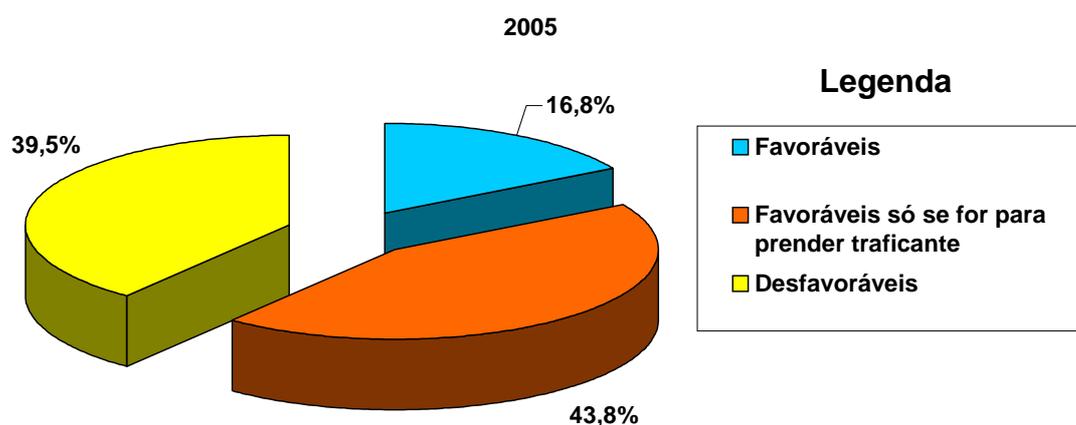


Fonte: Questionário – Anexo VII

Q.8 - Se você visse um traficante aqui dentro comercializando drogas, você ...		
Respostas dos alunos	Amostra	
	2005	2007
Avisariam alguma autoridade	24,8%	30,9%
Não fariam nada	32,4%	29,9%
Apenas comentariam com colegas	40,5%	34,5%
Não tem opinião formada	2,4%	4,7%
	100%	100%

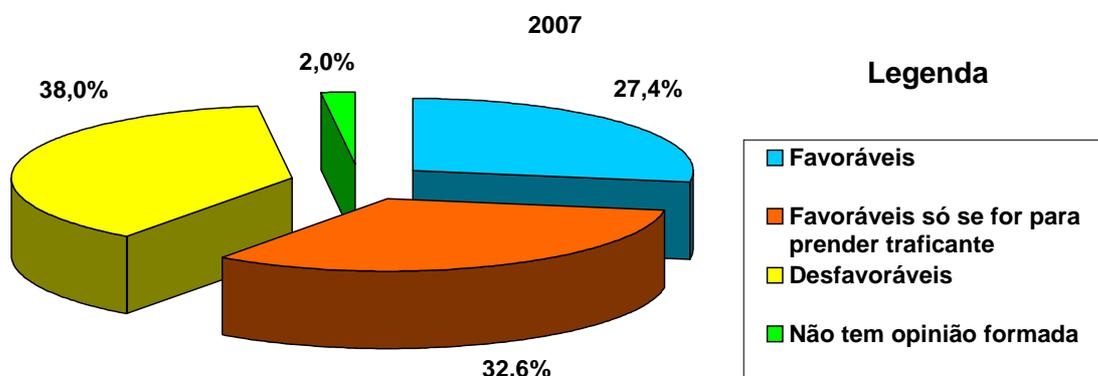
Quanto à atitude dos alunos em relação à presença de um traficante comercializando drogas no *campus*, percebe-se que em 2005 era de 25% e em 2007 de 31%, ou seja, um aumento de 6 pontos percentuais entre os alunos que avisariam alguma autoridade, o que corresponde cerca de 24% de aumento nessa alternativa. Portanto, houve um aumento de alunos que avisariam alguma autoridade, conseqüentemente, as outras 3 alternativas, como não fariam coisa alguma, apenas comentariam com colegas e não tem opinião formada, demonstram um crescimento de 5 pontos percentuais. Considerando o incômodo gerado pela possibilidade da presença de traficante no *campus*, pode-se inferir que a atitude pro-ativa dos alunos aumentou.

Gráfico 10.A. Aceitação dos alunos com relação a presença de polícia no *campus*, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 10. Aceitação dos alunos com relação a presença de polícia no *campus*, no levantamento de 2007

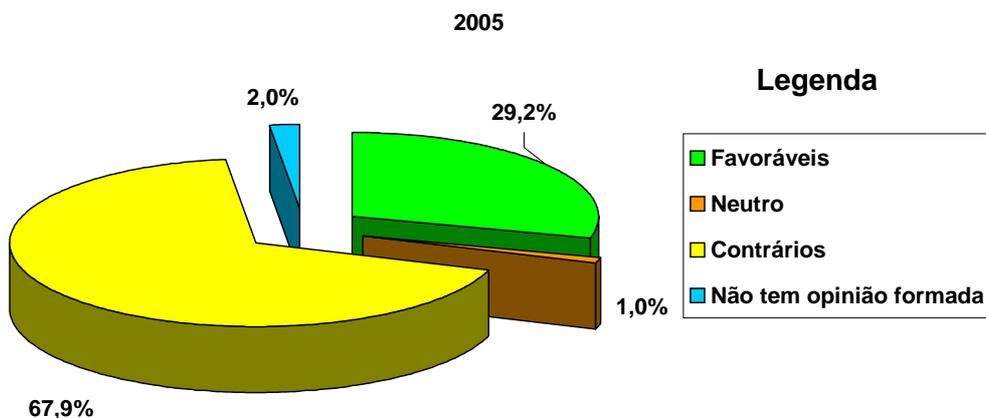


Fonte: Questionário – Anexo VII

Q.9 - Na sua opinião, independente do que diz a lei: você é favorável ao livre acesso da Polícia no <i>campus</i> sempre que o problema for ligado a drogas ?		
Respostas dos alunos	Amostra	
	2005	2007
Favoráveis	16,8%	27,4%
Favoráveis só se for para prender traficante	43,8%	32,6%
Não	39,5%	38,0%
Não têm opinião formada	0%	2,0%
	100%	100%

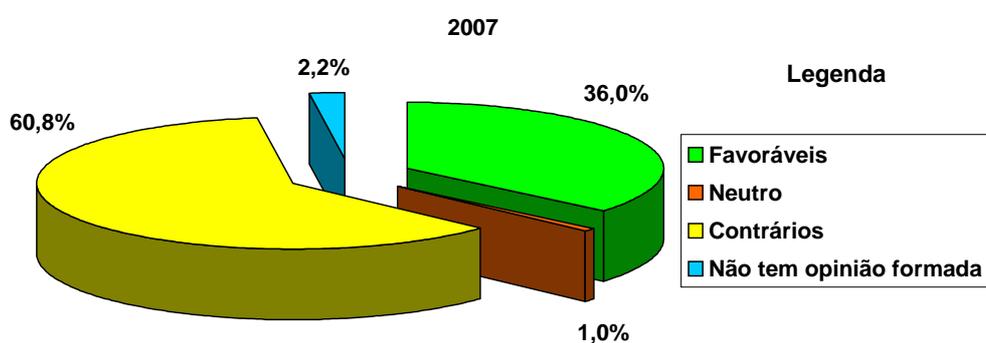
Em 2005, 84% de alunos foram desfavoráveis a entrada da polícia no *campus*; e, em 2007, cerca de 70% dos alunos foram contrários à presença da polícia, portanto houve um decréscimo de 14 pontos percentuais. Isso revela que a resistência quanto ao acesso da polícia no *campus* diminuiu em relação a 2005 e houve um aumento de 10 pontos percentuais, ou seja, incremento de 61% entre os alunos favoráveis à presença da polícia no *campus* quando houver problemas relacionados ao uso de álcool e de outras drogas. Isso o que demonstra que a questão da polícia no *campus* é aceita para coibir a presença de traficantes, tendo em vista a preservação da segurança dos alunos.

Gráfico 11.A. Aceitação dos alunos em relação à colocação de catracas, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 11. Aceitação dos alunos em relação à colocação de catracas, no levantamento de 2007.

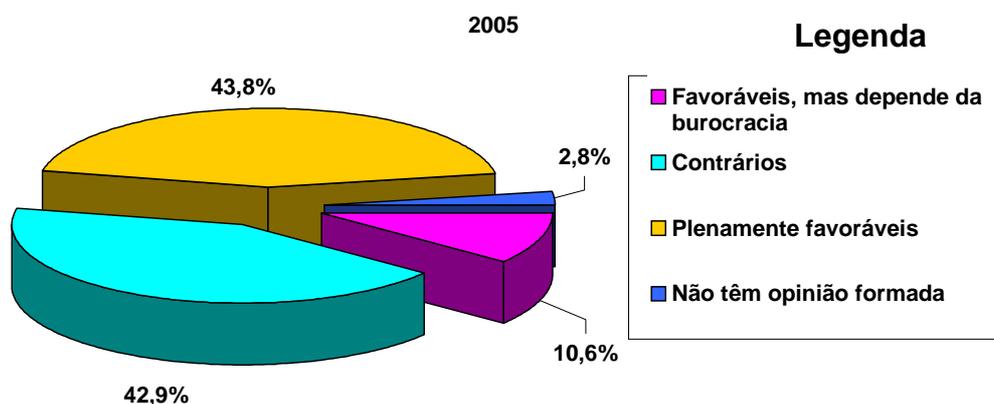


Fonte: Questionário – Anexo VII

Q.10 - Você é favorável à colocação de catracas nas entradas do <i>campus</i> , para que todo mundo seja identificado ?		
Respostas	Amostra	
	2005	2007
Favoráveis	29,2%	36,0%
Neutro	1,0%	1,0%
Contrário	67,9%	60,8%
Não têm opinião formada	2,0%	2,2%
	100%	100%

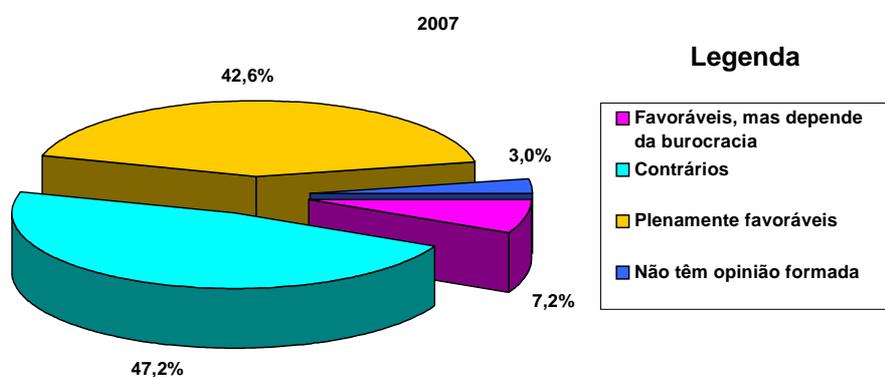
A questão sobre a colocação de catracas na PUC-SP vem demonstrar a relevância do tema álcool e outras drogas, por sua provável inter-relação com a segurança. Em 2005, 29,2% dos alunos foram favoráveis à colocação de catracas e, em 2007, elevou-se para o percentual de 36,0% favoráveis à colocação de catracas, representando 6 pontos percentuais em relação à população, ou seja, 20% de aumento sobre aqueles que já eram favoráveis. Em 2005, 67,9% dos alunos foram contrários; em 2007 reduziu para 60,8%, havendo uma diminuição de 8 pontos percentuais dos alunos desfavoráveis à implementação de catracas, podendo evidenciar que o anseio por maior segurança aumentou.

Gráfico 12.A. Aceitação dos alunos em relação ao cartão de identificação, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 12. Aceitação dos alunos em relação ao cartão de identificação, no levantamento de 2007

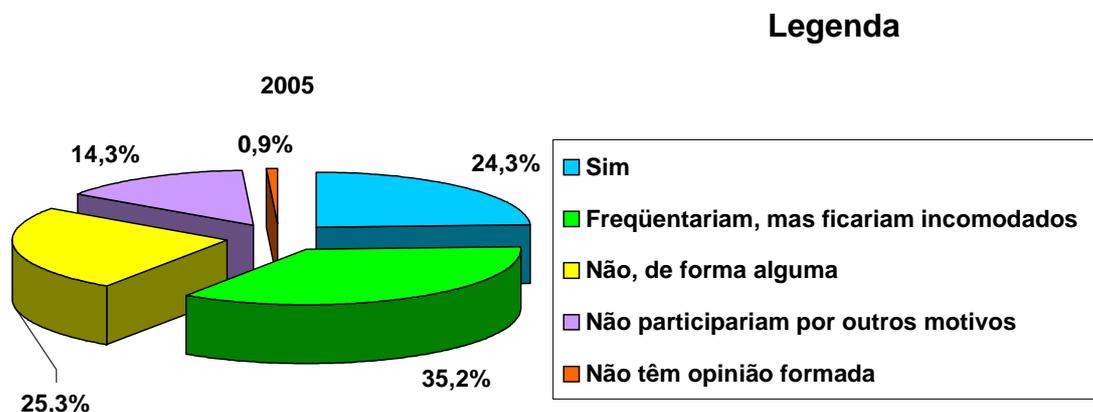


Fonte: Questionário – Anexo VII

Q.11 - Você é favorável à idéia de que todo aluno, professor ou funcionário sejam obrigados a portar um cartão de identificação emitido pela PUC ?		
Respostas dos alunos	Amostra	
	2005	2007
Favoráveis, mas depende da burocracia	10,6%	7,2%
Contrários	42,9%	47,2%
Plenamente a favor	43,8%	42,6%
Não têm opinião formada	2,8%	3,0%
	100%	100%

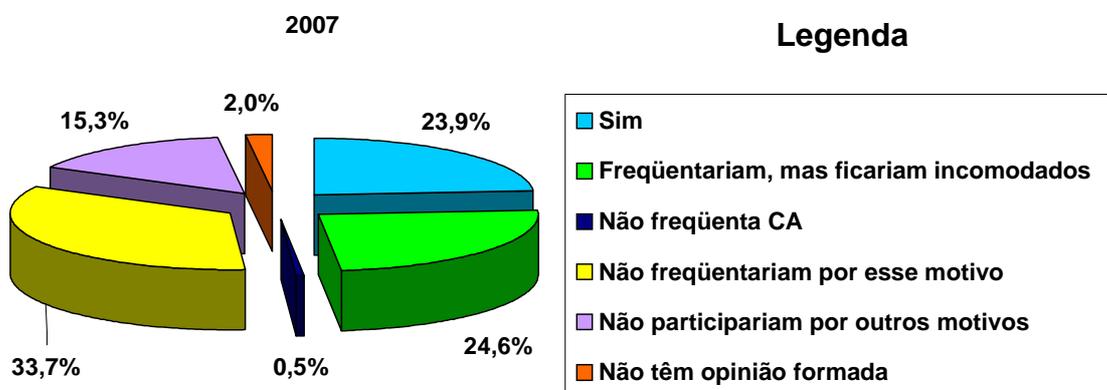
Entre 2005 e 2007, não houve mudanças significativas quando se refere a alunos plenamente favoráveis ao cartão de identificação. Entretanto, percebe-se um aumento de 4 pontos percentuais de alunos contrários à utilização do mesmo cartão, em contrapartida, diminuiu 4 pontos percentuais o número de estudantes que foram favoráveis dependendo da burocracia envolvida. Isto reafirma a tradição da PUC-SP, contrária às restrições da liberdade de circulação nas dependências do *campus*.

Gráfico 13.A. No levantamento de 2005, o consumo de drogas no CA provocaria o afastamento do aluno e impediria sua participação



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 13. No levantamento de 2007, o consumo de drogas no CA provocaria o afastamento do aluno e impediria sua participação



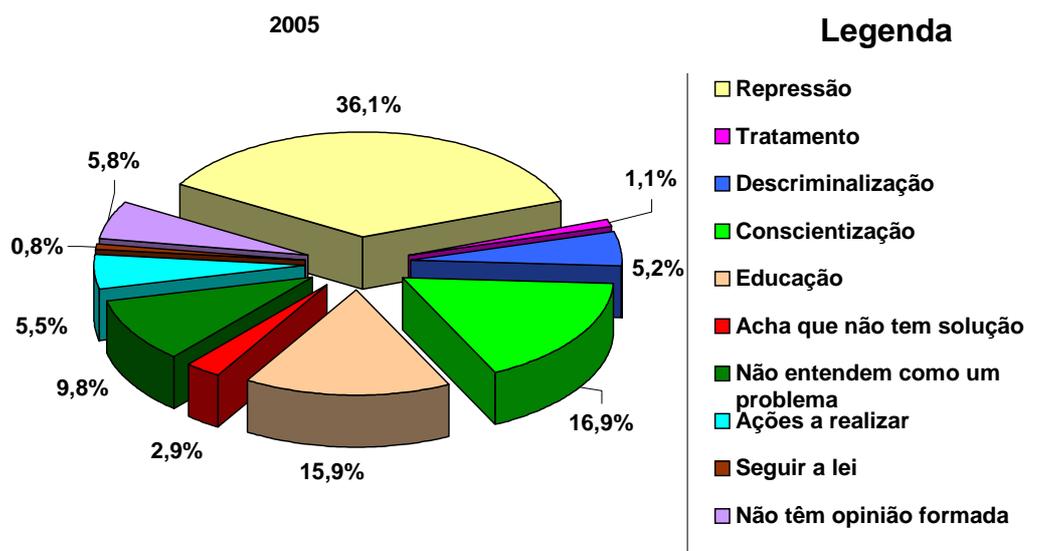
Fonte: Questionário – Anexo VII

Q.12 - O consumo de drogas no seu CA é - ou seria, caso isto não ocorra no seu CA - um motivo para afastá-lo de lá e impedir sua participação ?		
Respostas dos alunos	Amostra	
	2005	2007
Sim	24,3%	23,9%
Frequentam, mas ficam incomodados	35,2%	24,6%
Não frequentam CA, por outros motivos	0%	0,5%
Não, de forma alguma	25,3%	33,7%
Não participam por outros motivos	14,3%	15,3%
Não têm opinião formada	0,9%	2%
	100%	100%

Tanto em 2005 como em 2007, 24,3% dos alunos pesquisados consideram que o consumo de álcool e de outras drogas seria motivo para afastá-los dos Centros Acadêmicos e para 14,3% em 2005 e 15,3% em 2007 não participariam por outros motivos, portanto estas porcentagens mantiveram-se praticamente iguais. Porém, o item frequentariam, mas ficariam incomodados sofreu uma diminuição de 11 pontos percentuais. Entre os dados obtidos em 2005 e 2007 houve um aumento de 9 pontos percentuais entre os alunos que não se incomodariam em conviver com o uso de álcool

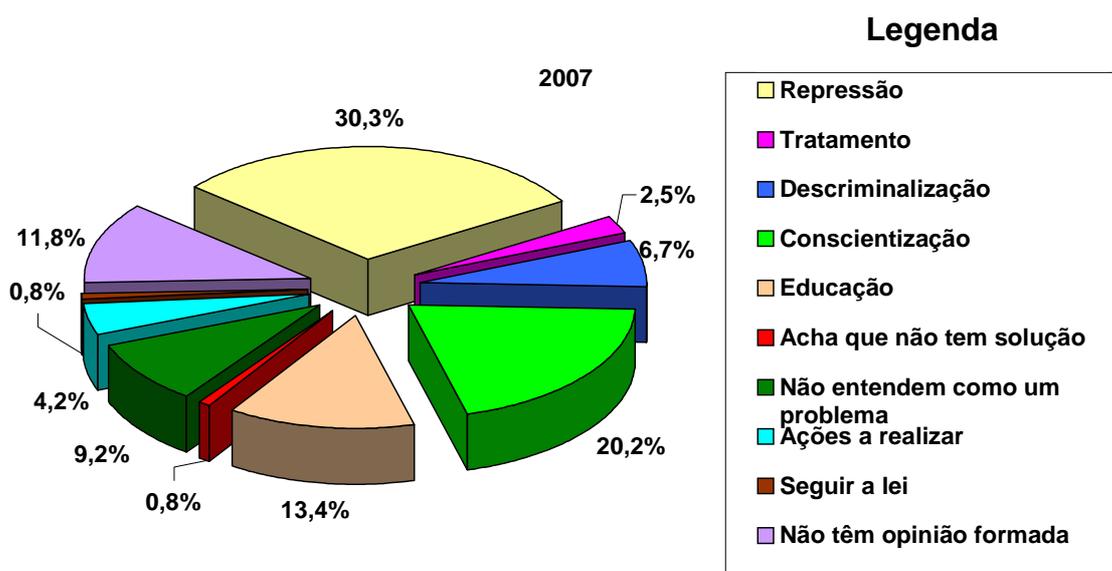
e outras drogas dentro dos Centros Acadêmicos, ou seja, houve um aumento da permissividade, a qual está em conformidade com o que já foi evidenciado na questão 5.

Gráfico 14.A. No levantamento de 2005, na percepção dos alunos a Reitoria deveria implementar as seguintes medidas



Fonte: Questionário – Anexo VII

Gráfico 14. No levantamento de 2007, na percepção dos alunos a Reitoria deveria implementar as seguintes medidas



Fonte: Questionário – Anexo VII

Esta questão apresenta tanto em 2005 quanto em 2007 os seguintes eixos: repressão, conscientização, descriminalização, tratamento e seguir a lei. Tais eixos segundo os alunos pesquisados deveriam ser avaliados pela Universidade e levados em consideração em futuras ações.

Após o tratamento estatístico dos dados da presente pesquisa, o capítulo seguinte versa sobre as dimensões qualitativas da análise dos referidos dados.

CAPÍTULO IV

Os significados do consumo e do uso nocivo de álcool e de outras drogas na PUC-SP, *campus* Monte Alegre

“As escolas, fazendo que os homens se tornem verdadeiramente humanos, são sem dúvida, as oficinas da humanidade.”

Comenius

1. Desvelando os significados e identificando os desafios do consumo e do uso nocivo de álcool e de outras drogas

Como foi exposto anteriormente, nossa motivação para compreender os significados do consumo e do uso nocivo de álcool e outras drogas na universidade, no *campus* Monte Alegre, deu-se a partir da entrevista com o professor e psiquiatra Içami Tiba na Rádio Eldorado, no dia 09 de setembro de 2002, e a matéria no jornal O Estado de S. Paulo, de 22 de maio de 2003, sobre o caso Suzanne von Richtofen que era aluna do curso de Direito e por sua repercussão na sociedade.¹⁴

¹⁴ Em 2002, Suzanne Von Richtofen foi acusada juntamente com os irmãos Cravinhos de ter cometido o assassinato de seus pais. A jovem admitira, ainda, que fumava maconha com o namorado. O médico Içami Tiba foi convidado a participar de uma entrevista, ao vivo, concedida à rádio Eldorado em 09 de setembro de 2002. A entrevista ainda tinha como finalidade abordar o caso da família Richtofen e comentar o que levaria uma jovem rica, bonita, que estudava na PUC, a matar os seus pais (O Estado de S. Paulo, 22.05.03 – Anexo IX).

Içami Tiba afirmou:

A PUC tem uma ideologia de favorecer o uso da maconha. A PUC é um antro de maconha. Os alunos que vão lá já sabem disso. Até os corredores têm os fumódromos, os bares em volta, fumam maconha sob os olhos grossos da própria diretoria da PUC. Então, todo mundo sabe: quem vai para a PUC pode fumar maconha lá dentro, que não lhe acontece nada... Acontece que é um núcleo inteligente. Então, começam também a defender, começam a combater como se fosse assim: a maconha é menos mau (sic) que o álcool, menos mau que o cigarro. E aí ficam fazendo apologia ao menos mal(...) (O Estado de S. Paulo - 22/05/03).

Segundo Aquino (1998), “o universo de uso/abuso de drogas comporta uma complexidade inquietante e um desafio espinhoso”; assim sendo, os resultados dessa pesquisa trouxeram-nos o entendimento, e a visão sobre a realidade desse problema na PUC-SP. O consumo de álcool e de outras drogas pelos alunos faz parte de uma engrenagem multifacetada e multidimensional da Universidade, que evidencia a vulnerabilidade dos alunos frente às drogas e à violência, bem como da própria Universidade.

De acordo com Abramovay; Castro (2002, p. 367):

A vulnerabilidade das escolas frente ao tráfico de drogas e à violência, expressa, sobretudo pela ação de grupos organizados, marcados por condutas delinqüentes, cujas ações, muitas vezes, acabam por se concretizar em atos violentos, protagonizados por jovens sobre uma dupla representação: vítimas e partícipes da violência.” (Debarbieux, 1998: 39) Esta situação se agrava quando as escolas e seus membros se sentem impotentes, principalmente por não terem o respaldo das autoridades para o enfrentamento dos problemas de segurança experimentados no ambiente escolar.

Deve-se ressaltar também que a constatação da existência de drogas no ambiente escolar não deve ser utilizada para estigmatizar um estabelecimento escolar ou os seus alunos.

Esse tratamento implicaria pensar na eliminação do problema por meio de uma visão negativa da escola, o que significa utilizar a marginalização, a transferência e a exclusão de alunos como alternativas para solucioná-lo. É importante ter em mente que

a questão das drogas é um problema social e, por isso, não deve ser tratada de forma individualizada, particular. Ao contrário, requer uma visão mais ampla do contexto e dos elementos que o constituem.

Nos últimos anos, uma literatura importante apresenta os fatores de risco, para o uso de drogas, mostrando que alguns adolescentes se encontram em uma situação mais vulnerável que outros. Esses estudos foram importantes na medida em que puderam tratar de problemas de concentração nos estudos, depressão e suicídio no âmbito da Universidade. No entanto, esse mesmo tipo de análise também pode chegar a isolar os alunos ao mostrar, que o consumo de drogas se expande principalmente em bairros mais pobres, com indivíduos mais vulneráveis.

Abramovay; Rua (2002, p. 368) esclarecem que:

Além da violência na escola, o ocultamento ou não-menção à extensão da presença das drogas nas escolas em grande medida obedece a essa lei, pela qual não se comenta o visto ou o sabido, por temor à represália ou ao estigma contra o informante, fortalecendo a cultura do medo.

Existe uma tensão social que desencadeia um sentimento de insegurança nas pessoas, fazendo com que, mesmo que elas não sejam diretamente afetadas pela violência que o tráfico traz inerente em si, são tomadas por uma angustiante sensação de vulnerabilidade.¹⁵

Nessa pesquisa constatou-se que o estigma de que “a PUC é um antro de maconha” está desprovido de comprovação científica, portanto esse estigma¹⁶ vem

¹⁵ Vulnerabilidade: Seja em relação ao consumidor de álcool, seja como consumidor de outras substâncias psicoativas que alteram o humor, os casos são analisados sob o ponto de vista que eles são tanto incapazes de fazer escolhas corretas, como não são responsáveis por suas escolhas erradas, e que muitas vezes sua autonomia e poder de autodeterminação encontram-se, por influência de diversos condicionamentos sociais, bastante reduzidos, e portanto, vulneráveis.

¹⁶ Os gregos criaram o termo *estigma* para se referirem aos sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinária ou má sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, criminoso ou um traidor- uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. Atualmente, o termo é usado de maneira parecida ao sentido literal original, porém a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias que têm probabilidade de serem neles encontradas. Neste texto nos referimos aos estigmas tribais de raça, nação, religião, ou mesmo por pertencerem a uma mesma instituição, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família ou grupo. Além

causando uma “mácula” para a Universidade, perante seus alunos, as famílias e a sociedade. Esse estigma pode ter depreciado temporariamente a imagem de uma instituição com tradição democrática e excelência acadêmica.

Dessa forma, a presente pesquisa na PUC-SP, trouxe novas aproximações metodológicas e investigativas no estudo da dependência química.

As dimensões analíticas qualitativas desta pesquisa estruturam-se em cinco (5) eixos inter-relacionados:

- O primeiro contém as visões dos alunos a respeito das ações da Reitoria sobre o consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas;
 - O segundo trata do uso de drogas pelos alunos nos Centros Acadêmicos;
 - O terceiro aborda e analisa as percepções dos alunos quanto ao problema referente ao uso de álcool e de outras drogas;
 - O quarto revela a questão das medidas de segurança na Universidade relativas ao controle sobre o consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas; e
 - O quinto relaciona caminhos e possibilidades a serem considerados sobre políticas e programas preventivos na Universidade.
-
- **Visões dos alunos a respeito das ações da Reitoria sobre o consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas**

O papel da Reitoria é essencial, no enfrentamento do problema de consumo e de uso nocivo de álcool e de outras drogas na Universidade, por se tratar da figura de autoridade máxima no que diz respeito a lidar com essa questão, buscando sempre alternativas viáveis e sólidas para a manutenção dos padrões de excelência da Universidade.

disso, ainda se pode perceber geralmente de maneira bastante correta que não importa o que os outros admitam, eles na verdade não o aceitam e não estão dispostos a manter com ele um contato em “bases iguais”.
(GOFFMAN, Ervin, 1988).

Com referência à posição da Reitoria da PUC-SP, destacamos, para reflexão, algumas visões dos alunos:

Aluno do 2º ano de Direito noturno comentou: *“A Reitoria? Acho que não está preocupada com isso (drogas), porque nunca participamos de nada na PUC sobre esse tema”*.

Um aluno do 4º ano de Direito noturno perguntou: *“A PUC vai fazer alguma coisa?”*.

Aluno do 4º ano de Administração noturno argumentou: *“Os alunos não podem fazer nada sozinhos. Não se vê atitude!”*.

Comentário do aluno do 3º ano de Publicidade e Propaganda noturno:

“Todo mundo sabe o que ocorre. Portanto, falta atitude!”.

Assim sendo, os alunos acima percebem a necessidade de uma atitude assertiva e de uma política e ações de prevenção adequadas, por parte da Reitoria.

Quando perguntamos aos alunos que ações deveriam ser tomadas pela Reitoria, houve uma diversidade de respostas, dentre as quais selecionamos as seguintes:

- a Reitoria deve evitar que espaços como o Pátio da Cruz e a quadra de esportes, no período noturno, fiquem desprovidos de segurança dentro do *campus*;
- a necessidade de mais presença da vice-reitoria acadêmica na proposição de medidas preventivas e educativas;
- os alunos usuários de drogas dentro da PUC-SP deveriam ser encaminhados a um orientador; no caso de não aceitarem a orientação devem ser tomadas as medidas disciplinares pertinentes.
- os alunos sugerem que a Reitoria tenha ações interventivas nos CAs por serem ambientes de uso de drogas.

Estas sugestões estão de acordo com algumas respostas de alunos de escolas públicas mencionadas por Moreira (2003, p. 94):

(...) vários entrevistados relataram casos de intervenção bastante positiva e mesmo criativa com alunos que vinham intoxicados à escola. Foram citadas intervenções tipicamente associadas à redução de danos, como a observação cautelosa dos alunos para posterior contato com a família e encaminhamento para o tratamento se necessário; discussão do assunto com a classe à partir de um texto visando a compreensão das motivações daqueles que se intoxicam; o estímulo para a participação do grêmio estudantil como estratégia de reinserção e até parcerias com instituições de saúde.

Segundo Aquino, em relação ao projeto “Prevenção se Ensina”, as diretrizes gerais deste definem alguns pontos que consideramos fundamentais:

- O papel e autoridade da Reitoria da universidade – é preciso ter claro que os limites, as regras e as normas são necessários na condução do projeto pedagógico da Universidade, além de um projeto de prevenção. Alunos, professores e pais devem ser ouvidos nas fases de elaboração dessas regras e normas para defender e apoiar o que for criado pelos diferentes segmentos. Compete à Reitoria a difícil tarefa de acompanhar tudo o que acontece na Universidade, lembrando, ainda, que a atual lei de entorpecentes¹⁷ define que ela também é responsável por tudo que acontece com o aluno nas imediações da escola.
- Antes da implantação de um projeto de prevenção de drogas, cabe à Reitoria proporcionar um amplo debate e assumir a tarefa junto à comunidade para detectar as possibilidades e dificuldades do bairro/região em que a Universidade está inserida.
- Situações de usos de drogas – boatos, desconfianças, etc., é importante que a Reitoria converse com o aluno e indique um coordenador pedagógico, ou um orientador educacional, ou outro funcionário para averiguar realmente o que está acontecendo.
- A importância do sigilo – toda vez que um educador (entende-se que todos podem ser educadores – nesse caso, do porteiro à Reitoria) se deparar com um aluno que esteja usando ou que tenha utilizado alguma droga, ele deve guardar sigilo e manter a máxima discrição possível, procurando comunicar o fato à Reitoria

¹⁷ Vide anexo X, Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2003

imediatamente, para que, juntos, possam encaminhar a questão da melhor forma possível. O sigilo, além de ser uma questão de respeito para com o outro, nesses casos é uma medida de proteção, tanto para o aluno envolvido, como para o educador que possa tê-lo flagrado, bem como para a Reitoria.

- O desafio do diálogo aluno/educador:
 - O educador necessita ter um vínculo com o aluno e se sentir preparado para esse diálogo;
 - Saber ouvir atentamente o outro;
 - Evitar posturas acusatórias e preconceituosas;
 - É recomendável que o encontro com o aluno se realize em local adequado;
 - Procurar não despertar a curiosidade de outros alunos;
 - Em caso de se tratar de um grupo, conversar separadamente, um a um, para evitar alianças, acusações ou transferências de responsabilidades.
- Resultado do diálogo: deixar explicitado o tipo de acordo estabelecido entre a Universidade e o aluno, e que seja cumprido rigorosamente para que os educadores e a Universidade não caiam em descrédito. Em caso de reincidência, notificar a família ou os responsáveis;
- Toda conversa visa buscar sempre o resgate da função da Universidade, a importância da aprendizagem e da cidadania, os valores e os direitos, e que essa conversa sirva para ele se refazer e repensar sua vida;
- Deve-se evitar a entrada de policiais na Universidade ou na sala de aula para “ronda” ou “medida repressora”. Em situações de comercializações/tráfico, a Universidade poderá entrar em contato com os órgãos competentes de forma sigilosa, para manter a confiabilidade da política proposta pela instituição.

Abramovay; Castro (2002, p. 325) relatam que os alunos, tanto de escolas públicas como privadas, confessam que sentem medo de falar e não denunciam os atos ilícitos que presenciam porque temem represálias, uma vez que os envolvidos ameaçam. Preferem esperar que a pessoa se entregue a ter de falar alguma coisa. O ideal é fingir que não viu e o medo pode silenciar não só em relação às drogas, mas também em relação a outros fatos que envolvam pessoas do mundo das drogas (traficantes e usuários) e da violência.

Pelo exposto das visões dos alunos, face à tradição e à cultura democrática da PUC-SP, cabe não só à Reitoria mas a toda a comunidade acadêmica a co-responsabilidade de atuar na questão do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas, de forma sempre aberta, compreensiva e eficiente.

- **Os Centros Acadêmicos**

Nos anos de 1960, os Centros Acadêmicos sempre tiveram um papel Político de relevância nas universidades, sobretudo, no tocante aos direitos dos alunos, à qualidade do ensino e ao bem-estar no *campus*. Nesse sentido, são espaços democráticos dentro do *campus* que podem influenciar e desenvolver ações políticas, ideológicas, educativas, de esporte, de lazer e de convívio social.

O Centro Acadêmico Leão XIII, da FEA da PUC-SP, por exemplo, tem no artigo 2 de seus estatutos, as seguintes atribuições:

- Promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo da faculdade.
- Preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das Instituições de Ensino Superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- Organização de reuniões e certames de caráter cívico-social, cultural, científico, artístico, técnico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária.
- Manter serviços de assistência a estudantes carentes de recursos;
- Realizar intercâmbio e colaboração a entidades congêneres;
- Promover a defesa dos interesses dos seus associados;
- Promover a difusão da cultura e o conhecimento relativo aos cursos ministrados pela faculdade;
- Lutar pelo maior prestígio de seus estudantes.

Em face dessas atribuições dos CAs, fica evidenciada a sua importância e responsabilidade na expressão da “voz” do corpo discente na Universidade.

Na pesquisa, destacamos duas respostas dos alunos sobre os CAs:

- aluno do 3º ano de Publicidade e Propaganda noturno, comentou: “*Nosso centro acadêmico é utilizado para fumar maconha. Qual a função dos CAs?*”.
- pequeno grupo de alunos do 4º ano de Administração debatia as questões e comentavam entre si: “Os CAs são contaminados e todo mundo na universidade sabe disso!”.

Reforçando as respostas acima, para o supervisor da segurança comunitária, Osiel Vieira, o número de abordagens dos seguranças nos corredores da Universidade diminuiu, o que não significa que o uso de drogas esteja reduzido, pois, segundo ele, “agora as pessoas utilizam drogas principalmente dentro dos Centros Acadêmicos” (jornal *Contraponto*, nº 35, ano 5, out. 2005, p.18).

Algumas gestões de CAs têm dificuldade em lidar com as reclamações sobre a utilização de maconha no local e acabam proibindo. Segundo Dias, estudante de Serviço Social e organizador da “Rede Verde”, essa atitude pode representar falta de respeito com relação à opinião de quem é a favor do uso, e contribui para a marginalização desses estudantes: “drogas sempre foram usadas e sempre serão usadas, proibir o uso é uma atitude anti-social, anti-democrática e que marginaliza os usuários”, argumenta (jornal *Contraponto*, nº 35, ano 5, out. 2005, p. 19).

A carta pública da gestão do CA Benevides Paixão, do CONFIL da PUC-SP, rebate essa questão, afirmando que “o uso indevido do espaço do Centro Acadêmico espelha um desrespeito ao espaço público de maneira geral. Acreditamos que o espaço do CA deva ser coletivo, tanto em sua construção quanto em seu usufruto. O resultado é que se usa aquela pequena e mal-ventilada sala de forma egoísta, sem qualquer consideração pelas demais pessoas que vão ou que gostariam de ir ao CA” (jornal *Contraponto*, nº 35, ano 5, out. 2005, p.19).

Segundo Esteves Hilário do CA 22 de agosto, do Direito da PUC-SP, que escreveu em 03.10.2007 o artigo “Por um dia sem maconha no CA”.

Qualquer pessoa que permaneça (especialmente à noite) no CA por um período mínimo de 10 minutos, perceberá um cortejo de pessoas dos mais variados cursos da PUC-SP, que entram e saem da toca com o objetivo de fazer uso de maconha.

... mas também gostaria de lembrá-los que um inocente ato de fumar um baseado nos coloca na condição de consumidores finais, de uma cadeia de produção e comercialização, portanto o dinheiro que pagamos a quem nos fornece não chega ao final da cadeia sem antes passar pelas mãos do grande traficante, e, se não se lembram do que fazem com esse dinheiro, eu vou lembrá-los, compra armas, o resto vocês devem se lembrar.

Por ora queria, em nome desses colegas, inspirados no “dia mundial sem carros” implorar a gestão do glorioso, que se institua o “um dia mensal sem maconha no CA”, para que se possa, ao menos, nesse dia permanecer nesse espaço, que é de todos nós.

As falas e as respostas escritas dos alunos pesquisados e de outras visões de alunos, publicadas no jornal “*Contraponto*” da Faculdade de Jornalismo, revelam que os CAs no *campus* Monte Alegre, são os espaços onde ocorre, principalmente, o consumo de maconha e álcool.

Esta constatação evidencia que há um uso indevido do espaço de alguns CAs, bem como alimenta o estigma de que a PUC-SP é “um antro de maconha”, como se todos os espaços da Universidade fossem utilizados para esse fim.

- **A percepção dos alunos sobre o consumo de drogas no *campus* Monte Alegre**

Durante a pesquisa realizada em 2007 na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, constatou-se que a maioria dos alunos presentes nas salas de aula manifestaram interesse em participar da pesquisa de forma voluntária. Conforme pudemos constatar no Gráfico 3, 1/3 dos alunos pesquisados estavam no primeiro ano de matrícula e, portanto, 2/3 eram alunos veteranos. Na pesquisa de campo, percebemos que os alunos do 1º ano de Serviço Social noturno, assim como os alunos do 3º ano de Administração noturno tiveram a necessidade de debater as questões em duplas, por considerarem o assunto relevante. Da mesma maneira, os alunos do 2º ano de Comunicação e Multimeios vespertino e os estudantes do 1º ano de Letras matutino conversavam sobre

as questões em grupos e decidiam por consenso qual alternativa deveriam assinalar, também pela importância que atribuíram ao tema.

Da mesma forma, também pudemos constatar o empenho dos estudantes, através da expressão de um aluno do 4º ano de Direito noturno, que afirmou: “Até que enfim chegou a hora de falar desse assunto!”, pois, assim como ele, muitos outros alunos sentiam a necessidade de manifestar a sua opinião a respeito do tema e ainda não tinham tido a oportunidade, visto que o assunto deve ser abordado de forma cautelosa e ainda por não existir um “fórum” para a expressão de suas idéias, como debates e palestras, o que de certa forma pode gerar estigmas, como o citado por uma aluna do 1º ano de Ciências Econômicas matutino que nos perguntou: “Existe uma tolerância em função de haver um canal camuflado de distribuição de drogas, na PUC?”.

Isso vem ao encontro do que diz Sandra Rebelo *et al.* (2001, p. 82) em seu texto:

A escola foi considerada “o lugar ideal” para se abordar assuntos relacionados à prevenção ao HIV e ao uso abusivo de drogas. Todavia, a experiência dos jovens revela a escassa disponibilidade dos professores em tratar tal tema. Segundo os/as alunos/as, na maioria das vezes, os educadores falam pouco sobre essas questões: “eles têm um bloqueio”. Assim, em detrimento da importância atribuída à instituição familiar e escolar, no que tange à vivência do jovem, não existe nesses espaços de sociabilidade um diálogo franco acerca do assunto drogas, conforme demandam os/as escolares.

O que pode ser reiterado por Moreira (2003, p. 94): “Os alunos raramente fazem perguntas sobre drogas, atribuindo a ausência de perguntas ao pouco acolhimento do tema pelo educador”.

Esta pesquisa através do Gráfico 14 revelou que 30,3% (404) dos alunos entendem que a repressão é a melhor solução para enfrentar o consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas.

Revelou também que 33,6% (447) dos alunos defendem medidas de conscientização e educação.

Esses dados significam visões e posicionamentos contraditórios dos alunos sobre a questão das drogas na Universidade, evidenciando o quanto é complexa e polêmica esta temática.

O Gráfico 9 evidenciou que 70% (770) dos alunos pesquisados não tomariam qualquer atitude se notassem o tráfico de drogas na PUC-SP.

O Gráfico 6 mostrou que 54% (590) dos alunos pesquisados ignorariam o fato se presenciassem alunos utilizando álcool e outras drogas por não querer se envolver com o problema.

Os dados acima significam que as atitudes dos alunos, quase em sua maioria, expressam o individualismo contemporâneo, para o qual, “cada um com seu problema”, sem a consciência do coletivo e da solidariedade.

O Gráfico 7 retratou que 44% (491) dos alunos pesquisados, relataram sentirem raiva, tristeza e preocupação com a questão das drogas no *campus* Monte Alegre. Isso significa, em contraposição aos dados do Gráfico 6 o quanto discordam desta prática e manifestam sentimentos de reprovação. O Gráfico 7 também apontou que, no período de 2005 a 2007 quadruplicou o número de alunos que sentem curiosidade pelo uso de drogas, fato este, significando um risco relevante para o aumento do uso de drogas, visto ser a curiosidade um fator desencadeador para iniciação à elas.

- **Segurança**

A pesquisa, pelo Gráfico 10, demonstrou em relação à segurança da universidade dois aspectos: o da entrada da polícia no *campus* Monte Alegre e a utilização de qualquer sistema de identificação para o acesso ao seu interior.

Dos alunos pesquisados, 38% são contrários à presença da polícia e 32,6% somente aprovam a entrada da polícia se for para a prisão de traficantes.

Sobre a utilização de catracas e cartões de identificação, os alunos tem visões diferentes: alguns são favoráveis a essas medidas e outros questionam, indagando:

“como ficaria o caráter público da Universidade? Não é isso que vai impedir os traficantes”.

Cabe ressaltar que a segurança é hoje uma questão não só da Universidade, mas de toda a sociedade, em virtude das expressões de violência perpassarem o cotidiano da vida de todos.

Os significados desvelados, propiciaram reflexões como contribuições substantivas desta pesquisa, sobre a questão sempre desafiadora do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas na PUC-SP, *campus* Monte Alegre.

Um problema com relação à segurança é a banalização em torno do beber. O consumo de álcool, como afirma Noto (2004, p. 46-47), está inserido na nossa cultura há muitos anos. Esse comportamento conta, de fato, com ampla aceitação social e, inclusive, é valorizado em vários aspectos socioculturais. Para grande parte dos jovens brasileiros, o início do consumo de bebidas alcoólicas pode ocorrer ainda na infância, em ambiente familiar, como um comportamento natural.

Na pesquisa foram coletados alguns comentários importantes acerca do tema segurança. Um aluno do 3º ano de Publicidade e Propaganda noturno comentou: “A utilização de qualquer sistema de identificação pode ser válida para inibir pessoas com má fé”. Uma outra opinião apontou a questão das catracas. Um aluno do 2º ano de Direito noturno perguntou: *“E a catraca? Vocês têm alguma notícia sobre esse assunto? E quanto à carteirinha de identificação? Esta talvez facilite a identificação e a segurança dos alunos.”* Assim como no 2º ano de Fonoaudiologia matutino houve grande discussão sobre a colocação de catraca. Para os alunos do 2º ano de Ciências Econômicas matutino, que começaram a discutir sobre a colocação de catraca principalmente em defesa do caráter público e histórico da PUC, a professora Cecília, que estava na sala de aula, se posicionou a favor da catraca por medida de segurança e comentou o caso do seqüestro de uma aluna que aconteceu dentro das dependências da PUC, deixando clara a gravidade desse tema na Universidade.

2. Refletindo sobre o uso de álcool e de outras drogas na PUC-SP, campus Monte Alegre

O debate pode levar à exposição das fraquezas que até então não foram evidenciadas, admitidas ou comprovadas. Talvez por isso seja melhor, inconscientemente, evitar olhar para o problema, como se o fato de não tocarmos no assunto, fizesse com que essa questão deixasse de existir.

Individualmente, a dependência química é a doença da negação, apesar de os dependentes apresentarem problemas em todas ou na maior parte das áreas de sua vida, o desconhecimento do que envolve essa doença os leva à negação do problema e os co-dependentes, que podem ser, tanto seus amigos como os seus familiares, também podem vir a tomar o mesmo tipo de atitude.

A diversidade de compreensão sobre a natureza do uso de drogas na Universidade reflete, por sua vez, a dificuldade do enfrentamento do problema junto a um grupo heterogêneo com várias opiniões a respeito do assunto; bem como a existência de profissionais com formações tão díspares para lidar com questões que envolvem dimensões tão diferentes da experiência humana.

Entre as formas de adoecer, talvez nenhuma outra envolva de modo tão complexo os aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais desde o início e durante toda a trajetória dos indivíduos que fazem uso nocivo de álcool e de outras drogas.

Discutindo a insuficiência de iniciativas de prevenção na PUC-SP, uma de suas razões é focar a questão sob uma única perspectiva, uma vez que usar drogas de forma abusiva e danosa é geralmente fruto de uma dinâmica descontínua, complexa e plurideterminada. A complexidade e a gravidade dos problemas relacionados ao uso de drogas e à diversidade de concepções dos pesquisadores que atuam nesse campo justificam a dificuldade de estabelecimento de consensos, com a conseqüente polarização de propostas, a formação de grupos de idéias antagônicas e a criação de práticas bastante discordantes, em se tratando da PUC-SP, *campus* Monte Alegre.

Nas situações em que se impõem as tomadas de decisão, esses grupos se manifestam, muitas vezes de forma apaixonada, na tentativa de fazer valer sua opinião. As situações de impasse que exigem decisões ocorrem tanto no âmbito do coletivo, como é o caso da definição das políticas de assistência, prevenção e repressão, quanto no âmbito do individual, como pode ocorrer no encontro de cada usuário de drogas e seus familiares com os profissionais de saúde.

Um importante debate diz respeito às estratégias de redução de danos com implicações tanto para a coletividade quanto para cada um dos indivíduos envolvidos. Nesse debate, trava-se a discussão sobre as estratégias de Redução de Danos, as quais constituem formas de abordagens das questões relativas ao uso nocivo do álcool e de outras drogas. Tais abordagens não pressupõem a extinção do uso de drogas seja no âmbito do coletivo, seja no âmbito de cada indivíduo, mas formula práticas que diminuem os danos para aqueles que usam álcool e outras drogas e para os grupos sociais com os quais convivem.

No que tange às estratégias de redução de danos na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, podemos assegurar que, faz-se necessária uma estratégia que compreenda inicialmente uma política clara, abrangente e que possibilite um olhar multidimensional para o “caleidoscópio”¹⁸ que a dependência química representa.

Outro motivo importante que pode levar as instituições a não darem a devida atenção, ou mesmo ignorar o assunto, é o fato de a dependência química ser de difícil controle, não existir para ela cura definitiva, embora controlável por meio da abstinência, e o preconceito ser a grande barreira para o desvelamento desse grave problema que está presente no mundo inteiro, abrindo cada vez mais caminhos para que a dependência química se instale em qualquer meio social.

O universo do consumo, do uso nocivo do álcool e de outras drogas, das emoções e angústias presentes nas pessoas que as utilizam, do imediatismo do adolescente

¹⁸ Caleidoscópio = sucessão rápida e cambiante (de impressões, de sensações); pequeno instrumento cilíndrico, em cujo fundo há fragmentos móveis de vidro colorido, os quais, ao refletirem-se sobre um jogo de espelhos produzem um número infinito de combinações de imagens.

nesse cenário, são também algumas das questões que impedem e/ou dificultam o debate quer na universidade, quer na sociedade como um todo.

Essa síndrome provoca sofrimento entre os estudantes que se envolvem no consumo das drogas e logo começam a aparecer os problemas decorrentes desse consumo, tais como queda do rendimento escolar, violência, evasão, jubilação, entre outros, podendo ser estes alguns dos sintomas da dependência química.

Em se tratando de instituições escolares e universitárias, estas carecem de programas preventivos que visem apoiar os estudantes em situação de risco, assim como os jovens dependentes químicos, ou mesmo aqueles com baixo desempenho escolar por apresentarem problemas com álcool e outras drogas em suas famílias. Constatamos nesta pesquisa que a PUC-SP, *campus* Monte Alegre, prescinde de uma política de desestímulo ao consumo de álcool e de outras drogas pelos jovens. Este tema ficou evidenciado na questão nº 7 (Anexo VII), que foi percebida por 50,5% dos estudantes pesquisados, ou seja, ficou explicitada que a Reitoria realiza uma ação insuficiente no tocante ao uso de drogas na Universidade.

Os programas existentes na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, tem sido de esforços com efeitos incertos, pois estão desprovidas de consistência e de garantias quanto à sua continuidade, por falta de estratégias de longo prazo.

Diante do exposto, fica clara a vulnerabilidade das universidades frente à violência que pode vir a se expressar sobretudo pela ação de alguns grupos, a exemplo do uso de drogas nos CAs expresso pelo aluno na proposta de “um dia sem maconha no CA”. Essa situação se agrava quando as instituições de ensino e seus membros se sentem impotentes, principalmente por não terem o respaldo das autoridades acadêmicas para o enfrentamento dos problemas de segurança experimentados no ambiente universitário.

A pesquisa permitiu como reflexões:

- **Vulnerabilidade ao uso de drogas nos adolescentes e jovens**

Na fase de ingresso na universidade, ocorrem outras mudanças, como início das atividades profissionais e muitas vezes o casamento e/ou a chegada dos filhos, ou seja,

a entrada em ambientes adultos, o que pode trazer novos riscos para o abuso de drogas (SLOBODA; DAVID, 1997).

O período da adolescência e juventude, entre 18 e 24 anos, é especialmente crítico. Além das mudanças biológicas e psicológicas que caracterizam essa fase do desenvolvimento humano, existem fatores sociais que provocam alteração na relação com a autoridade do adulto, o monitoramento e o suporte dos pais e professores diminuem gradativamente à medida que aumenta a proximidade e influência do grupo de colegas.

Os adolescentes e jovens que consomem e fazem uso nocivo de substâncias químicas podem comprometer o seu desempenho, que poderia ser bem-sucedido nos seus papéis da vida adulta. O uso de drogas compromete o estabelecimento das relações rotineiras da adolescência e juventude, como namorar, formar amizades e participar de grupos, o que requer o aprimoramento das habilidades de cooperação e interdependência. Essas competências sociais ficam deterioradas por estabelecimento de relacionamentos baseados somente na promoção do consumo de drogas. As funções cognitivas, como a capacidade de julgamento, a crítica e a aquisição de conhecimentos podem ser prejudicadas pelo consumo de álcool e de outras drogas, acarretando dificuldades para tolerar os eventos estressantes da vida adulta, geralmente, relacionados ao cotidiano do trabalho, casamento e educação dos filhos.

Um importante exemplo sobre o estímulo do uso de álcool por adolescentes e jovens é o ritual do trote: ao ingressarem na Universidade, os jovens trazem aquela velha imagem dos trotes tradicionais, cheios de violência, brigas, pedindo dinheiro no farol, bebendo uísque e fumando maconha. Depois de vários casos de trotes violentos que marcaram o país, houve a iniciação dos trotes solidários, como, por exemplo, fazer algo útil para a comunidade, mesmo assim, os movimentos de conscientização com os proprietários de bares ao redor da universidade para que a venda de bebidas alcoólicas fosse controlada, não é cumprido.

- **Fatores de risco e de proteção**

Fatores de risco são relacionados com um maior potencial para o consumo de drogas, embora não sejam determinantes para o uso dessas substâncias.

A disponibilidade de drogas, os padrões de tráfico e a crença de que o consumo de drogas é geralmente tolerado são outros fatores que influenciam no número de jovens que começam a usar drogas (SLOBODA; DAVID, 1997).

Em um estudo com jovens em São Paulo (NOTO, GALDURÓZ e FORMIGONI, 2000), foram identificados os seguintes fatores que motivam a decisão das pessoas para não usar drogas: preceitos morais, influência dos pais e medo de perder o controle. Já os efeitos desagradáveis e o medo da dependência foram citados por aqueles que já haviam experimentado drogas. Os autores comentam a possibilidade de haver diferenças biológicas individuais na determinação do uso abusivo de drogas e sugerem que abordar o tema “Autonomia e independência” é fundamental no conteúdo e nas estratégias de programas de prevenção primária.

A identificação dos fatores de risco e de proteção com relação a esse risco de “cair nas drogas” pode orientar propostas de prevenção, valorizando tais aspectos de proteção e enfocando uma redução dos fatores de risco, através do direcionamento de determinados objetivos principais, tais como: família, relacionamento entre colegas, ambientes escolares e comunidade (NIDA, 2002).

O ambiente escolar, os procedimentos didático-pedagógicos e o vínculo professor-aluno merecem especial atenção, pois são elementos fundamentais para o êxito acadêmico e podem funcionar como fatores protetores para evitar a experimentação de drogas entre os alunos em faixa etária de risco. De acordo com dados da UNESCO, dos alunos reprovados mais de uma vez 31,2% usam drogas freqüentemente. Dos estudantes que já foram expulsos ou transferidos de escola, 15,2% eram usuários regulares de drogas (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002). Nesta pesquisa foi identificado que 10% dos alunos da PUC-SP estão dentro do grupo de risco, pois sentem

curiosidade ou simpatia pela prática, ou mesmo, defendem a idéia da legalização das drogas.

- **A “lei do silêncio”**

São vários os fatores que fizeram com que a *lei do silêncio* se estabelecesse na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, não só em relação ao tráfico de drogas, mas também ao seu consumo. O silêncio, a convivência e a solidariedade entre os alunos, acompanhados do medo e da ameaça que demonstram as tênues fronteiras entre a droga e a violência, são alguns desses fatores.

Assim como, nos casos de violência na escola, documentados em Abramovay e Rua (2002, p. 368), o ocultamento ou não-menção à extensão da presença das drogas nas escolas, em grande medida, obedece a essa lei, pela qual não se comenta o visto ou o sabido, por temor à represália ou ao estigma contra o informante, fortalecendo a cultura do medo. Debarbieux (1998) afirma existir uma tensão social que desencadeia um sentimento de insegurança nas pessoas, fazendo com que, mesmo que elas não sejam diretamente afetadas pela violência que o tráfico traz inerente em si, são tomadas por uma angustiante sensação de vulnerabilidade.

Os alunos desta pesquisa admitem que sentem *medo de falar* e não denunciam os atos ilícitos que presenciam porque temem represálias. Muitas vezes a PUC-SP, *campus* Monte Alegre, tem demonstrado que prefere esperar que os alunos decidam entre si o que pode ser feito. Na pesquisa constatou-se ainda que a prática dos alunos é fingir que não viu, e o medo pode silenciar não só em relação às drogas, mas também em relação a outros fatos que envolvam pessoas do mundo das drogas (traficantes e consumidores) e da violência: 1º) Os CAs são os principais pontos de uso de drogas na Universidade. 2º) Os alunos se sentem impotentes, porque não podem fazer nada sozinhos.

A pesquisa revelou a opinião de alguns professores dos cursos, Ciências Econômicas, Administração, Direito, que também reconhecem que entre os alunos há cumplicidade e impera a *lei do silêncio*: “Aqui na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, se fala

na lei do silêncio. (...) Em relação às drogas lícitas e ilícitas, existe essa lei. O outro sabe que ele está bebendo, mas se cala”.

A postura de negação, e ao mesmo tempo de ambigüidade em relação à afirmação da existência de drogas no ambiente universitário, reflete o temor, o medo, o não-saber o que fazer diante dessa realidade. Alguns professores são explícitos em declarar que “*a gente não pode se comprometer*”, assim como outros admitem que há uma recusa em expor o problema.

A lei do silêncio é mencionada por diversos alunos e para alguns seria, inclusive, uma espécie de convivência. De acordo com eles, existe essa coisa do silêncio, da convivência. Sempre tem alguém, que talvez pela sua formação, talvez pelas orientações que recebe na PUC-SP, *campus* Monte Alegre e/ou pela orientação que recebe em casa, reforça esse comportamento.

Ainda na pesquisa, encontramos professores que reconhecem que os alunos dificilmente denunciam atos ilícitos cometidos por colegas ou estranhos. Entretanto, observa-se que, à medida que a confiança dos alunos é conquistada, sentem-se mais à vontade para, sigilosamente, procurar contar o que sabem. Assim, obter a confiança dos alunos é a solução mais acertada para, pelo menos, minimizar o poder da referida lei do silêncio.

Por outro lado, há também um movimento de contestação. Alguns alunos reconhecem que a maioria prefere se calar, enfatizando que a própria segurança da PUC-SP, *campus* Monte Alegre, não oferece garantias para aqueles que resolvem denunciar. No que toca à *lei do silêncio* não foi possível observar diferenças marcantes entre os discursos dos alunos nos diversos cursos – a preocupação de todos é a mesma, ou seja, o medo das ameaças, a indiferença e a omissão frente à problemática. Os alunos preferem não se envolver.

Vários fatores podem estar associados à resistência do professor em apropriar-se deste papel de mediador ou mesmo de protagonista na prevenção do uso nocivo de álcool e de outras drogas na PUC-SP, *campus* Monte Alegre. Entre eles, estão os problemas relativos à formação, informação e ao lugar social ocupado pela droga na

sociedade atual. Outro fator é a própria estrutura da Universidade que não tem uma orientação específica para o corpo docente, reduzindo a possibilidade de espaços de reflexão e debate.

A Universidade, portanto, se confunde muitas vezes com a família no despreparo e no temor, transitando entre o desespero e a indiferença. Reforçando essas atitudes, alguns pontos foram destaque na fala de um professor, tais como: “na turma de 1º ano da manhã os alunos fumavam muita maconha no início do ano. Ainda afirmou que um aluno trazia maconha e sua esposa organizava festas *raves*”.

Assim, mesmo que haja apoio e boa vontade da Universidade, os alunos ficam desprotegidos quando estão indo ou voltando dela, reforçando o que Pinsky e Laranjeira (2001, p. 38) trouxeram, ou seja, as ações somente nas escolas são insuficientes: “Pela localização, a escola é considerada insegura, quer dizer, dentro da escola tem todo um aparato de segurança, mas como é que a escola vai reagir quando o aluno está indo para casa?”.

Nas vizinhanças da Universidade, os estabelecimentos comerciais trazem uma movimentação natural de pessoas que pode contribuir para que o ambiente se torne menos isolado. Especificamente, no entorno, predominam os bares e as lanchonetes, os quais intensificam a insegurança pela venda de bebidas alcoólicas aos estudantes, os quais podem ser motoristas e/ou motociclistas principiantes.

Os bares podem afetar a rotina escolar, principalmente por estarem situados nas proximidades da Universidade. Assim afirma um professor do curso de Direito (...): “O nosso ponto fraco está bem ali em frente. Veja: é aquele bar. É uma dificuldade manter os alunos fora dali, principalmente os calouros que ainda não assimilaram a rotina universitária”. Geralmente, os bares próximos à Universidade são freqüentados por alunos em grupos ou turmas que, quando consomem bebidas alcoólicas, podem se envolver com acidentes e práticas violentas.

- **Caminhos e possibilidades para a implementação de políticas e programas preventivos**

A primeira geração dos programas de prevenção fez um esforço para dissuadir o consumo de drogas educando os adolescentes e jovens sobre as conseqüências do seu uso; a segunda geração tentou mudar os valores dos jovens sobre o uso de drogas, ensinando-os a tomar decisões baseadas em seus conhecimentos e avaliações das conseqüências (PETRIATIS; FLAY, 2002).

Nesse período que foi do início dos anos 70 ao início dos anos 80 do século XX, os programas chamados afetivos predominaram. Nesses programas o que prevalecia era a tentativa de permitir um desenvolvimento saudável da personalidade do jovem na tomada de decisões, na formação de valores e no manejo de situações de estresse (BOTVIN, 1995 apud Cuijpers, Jonkers, Weerdt, & Jong, 2002).

Mais do que saber sobre os riscos do consumo de drogas, os jovens deveriam também conhecer os valores negativos envolvidos nesse comportamento e os valores positivos encontrados na sua não-utilização.

Nos anos de 1980, o que poderíamos chamar de terceira geração dos programas de prevenção centrou seus esforços em ensinar os adolescentes e jovens a reconhecer e dizer não às pressões sociais para a utilização de drogas. Nesse período foi percebido e avaliado o quanto o papel dos grupos e da mídia poderia ser determinante no uso de drogas.

Foram, por isso, desenvolvidas estratégias que tinham como objetivo mostrar aos jovens que aspectos do seu comportamento sofriam grandes influências, positivas e negativas, da mídia e do grupo no qual estavam inseridos. Portanto, os jovens eram treinados para desenvolver habilidades para resistir a essas pressões sociais.

Um dos principais pesquisadores desse tipo de estratégia é o Dr. Gilbert J. Botvin, da Cornell University, nos Estados Unidos. É dele o desenvolvimento de um programa chamado de *“Life skills training”* (Treinamento de habilidades sociais). Nesse modelo são desenvolvidas habilidades de resistência, algumas vezes combinadas com amplas

habilidades sociais e de personalidade. Botvin e seus colaboradores, citados por Cuijpers, Jonkers, Weerd, & Jong (2002), incluem nesse modelo componentes de redução de estresse e de tomadas de decisão. Programas de prevenção em um 1º momento pode ter como medida a redução de danos, por exemplo: “Se beber não dirija”.

Desde a metade dos anos 80, convivemos com o que seria a quarta geração dos programas de prevenção. Estes procuram, baseados em experiências, falhas e acertos dos programas anteriores, ser mais abrangentes e efetivos na prevenção ao uso de drogas.

Diferente do observado anteriormente, esses programas buscam trabalhar todos os fatores determinantes do consumo de drogas. Para tanto, procura-se um maior envolvimento de toda a comunidade e não só dos jovens. Nesses programas pretende-se atingir simultaneamente todos os fatores que poderiam colaborar para o início e manutenção do uso de drogas.

Petriatis; Flay (2002), citando novamente o *Life skills training*, de Botvin, sugerem a participação de vários multiplicadores de ações e informações preventivas. Seguindo essa linha, poderíamos sugerir a participação de professores de diferentes disciplinas do currículo escolar, profissionais da saúde, familiares, escolas, universidades, a imprensa responsável, Organizações Não-Governamentais (ONGs), outras associações, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR), sindicatos de classe, o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), além de qualquer pessoa que se interesse em divulgar os benefícios de uma vida saudável longe do uso e abuso de drogas.

Com certeza o que ficou evidente em todos esses anos de tentativas de desenvolvimento de um programa de sucesso na prevenção ao uso de drogas é o fato de que intervenções de curto prazo, sejam em escolas, universidades, clubes, condomínios ou acampamentos de jovens são bem pouco efetivas, já que os fatores que levam ao consumo de substâncias psicoativas tendem a continuar existindo após a finalização do programa. Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, entendemos

que as ações que devem ser implementadas na Universidade precisam considerar todos esses aspectos históricos, focando suas ações em um programa contínuo, permanente, democrático, direcionado e inserido no contexto acadêmico da PUC-SP. Portanto, apenas programas planejados para uma atuação de longo prazo podem oferecer maiores chances de sucesso.

Além disso, podemos citar que tentativas anteriores de enfrentamento do problema em foco na PUC-SP foram intervenções de pequena duração, que se mostraram insuficientes para alterar as influências do ambiente sócio-universitário no comportamento dos jovens, o excesso de informações para uns e a falta de informações para outros, principalmente para aqueles estudantes predispostos psicologicamente à iniciação no consumo de drogas.

A pesquisa, finalmente, constatou que são necessárias ações específicas para abordar cada grupo identificado dentro do *campus* Monte Alegre, tais como: homens e mulheres, cujos perfis são diferenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, focalizamos os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas na PUC-SP, *campus* Monte Alegre, no contexto social contemporâneo, na perspectiva da relação do aluno com a substância química e a partir do desvelamento dos significados estabelecidos nas relações entre os estudantes.

A análise procurou desvelar os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas pelos sujeitos da pesquisa, ou seja, os alunos de graduação, através do conhecimento desse consumo na PUC-SP.

O caminho analítico permitiu aprofundar alguns pressupostos apontados no início deste trabalho. Esses pressupostos foram lançados tendo em vista desenvolver a idéia central do estudo de que a emergência da dependência de droga, atualmente, deve-se, em parte, à força deterioradora da contemporaneidade sobre a vida dos alunos, principalmente no tocante à convivência desses alunos no fazer universitário hoje.

Como resultados principais da pesquisa, destacamos:

- Reconhecimento de que o consumo de álcool e de outras drogas é um problema relevante na PUC-SP. Cerca de 10% dos alunos fazem uso e apesar deste índice ser significativo, está dentro dos padrões mundiais da OMS;
- A verificação de que 92% dos alunos pesquisados já presenciaram o uso de álcool e de outras drogas no *campus*;
- A explicitação de que o foco maior como espaço físico de consumo de álcool e de outras drogas no *campus* Monte Alegre, são os CAs;
- Quanto às atitudes dos alunos é relevante observar que 70% fazem por ignorar o problema do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas

no *campus*, seja por não querer se envolver, seja por não serem contra a prática;

- Outras atitudes manifestadas pelos alunos pesquisados, são sentimentos de raiva, tristeza e indignação quanto ao consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas;
- A dupla imagem da PUC: espaço de liberdade para o uso de álcool e de outras drogas e sua excelência acadêmica representa uma visão ambivalente desta universidade;
- Foram indicadas como necessárias, ações mais assertivas da Reitoria, no sentido do enfrentamento do problema do consumo e uso nocivo no *campus*.

Constatamos ainda nesta investigação que, na fase inicial do consumo e em momentos posteriores, a relação de encantamento dos alunos com a droga se deve ao fato da substância auxiliá-los na convivência social, na perseguição de sucesso, de destaque, de outros referenciais que lhes conferem valorização e *status* de competência na vida. Mas o álcool e outras drogas são fascinantes também por aliviar as angústias das perdas, dos fracassos e das tensões decorrentes do enfrentamento dos desafios que o medo do seu futuro lhes traz.

Os espaços de diversão também são locais de busca de evidência, onde os alunos tentam exaltar atributos de coragem, de competência, de capacidade de vencer e de serem os melhores. Mas os alunos usuários de drogas não conseguem perceber a relação entre seu estado de ansiedade e suas condições para estudar, portanto, ficam imobilizados. Intensifica-se seu sentimento de fracasso e de incompetência. O desamparo configurado na dependência de álcool e de outras drogas emerge também na depressão, no pânico e em outros sintomas emocionais que irão surgir ao longo de sua história de uso de drogas.

Contudo, como parte do movimento de ordem, desordem e reconstrução inerente à própria vida, o processo de deterioração dos alunos pela dependência de álcool e de

outras drogas, pelo menos para alguns, também pode sinalizar um recomeço, desde que a Universidade ofereça caminhos que os orientem, ou eles próprios com suas famílias procurem tratamento para dependência química.

Ao longo de suas trajetórias de vida e, apesar do consumo das substâncias químicas, os alunos acumulam experiências que lhes possibilitam reconstruir itinerários de vida e de reorganização da existência, sem o recurso do álcool e de outras drogas, podendo vir a superar esta fase de experiências que podem levar à dependência.

Constatamos na pesquisa também, que a dependência química conspira contra o aluno, entorpecendo-lhe os órgãos, anestesiando-lhe a mente, levando-o, muitas vezes, à insanidade. Quando instalada e não tratada a tempo, a dependência química pode dissipar a esperança de vida, em grande parte dos casos.

Que consequência pior pode trazer a dependência química para o aluno do que perder a capacidade de relacionamento, o respeito, a admiração e o amor das pessoas? Nesse sentido, é de se lamentar a constatação da perda do sentido da vida, a imagem de um “viciado”, tratado como um pária da sociedade.

Neste estudo ficou evidente a necessidade de outras investigações que aprofundem os casos de alunos, que porventura tenham o problema da dependência química e não sabem como lidar com esta situação.

Em relação ao binômio universidade/uso de álcool e de outras drogas, os problemas com o álcool, por se tratar da droga mais estudada nas ciências humanas e sociais, são descritos na literatura mundial, como uma das causas mais importantes, relacionadas com as dificuldades de aprender.

Cabe acrescentar que os resultados desses estudos são ainda parciais, pois não se encontram na ampla literatura pesquisada dados semelhantes que pudessem permitir compará-los com outras pesquisas, acerca da associação entre a universidade brasileira e o uso de álcool e de outras drogas, até porque essa relação estreita é velada no meio acadêmico.

Embora em algumas universidades públicas existam programas e políticas de prevenção e tratamento da dependência química, há poucas referências de pesquisas pertinentes ao assunto, nas universidades particulares. Portanto, torna-se necessário que esse tipo de estudo seja realizado em outros ambientes estudantis, para adquirir a categoria de conhecimento generalizável e referendar novas abordagens no tratamento do dependente químico nas universidades brasileiras.

Ficou demonstrado nesta pesquisa que a PUC-SP, *campus* Monte Alegre, tem um ambiente facilitador do uso de álcool e de outras drogas. Segundo os alunos usuários, não existem programas eficazes e suficientes voltados às suas necessidades. Porém, a demanda é óbvia, isto é, existem usuários moderados e outros de consumo freqüente, pesado. Isso não dispensa um processo de avaliação da própria Universidade, devendo ser ela uma das mais interessadas no enfrentamento do problema das drogas lícitas e ilícitas no seu *campus*. Por ser esta, uma instituição que tem a “potência” de gerar conhecimentos e possibilidades de encaminhamentos para importantes mudanças sociais.

Assim sendo, tivemos como propósito contribuir para a discussão do tema. A análise não pretendeu esgotar o assunto de inegável complexidade. A intenção é, sobretudo, indicar pontos que suscitem novas incursões no Serviço Social. A atuação dos serviços de extensão nas universidades, a ação dos alunos no processo de construção de suas vidas, a elaboração de políticas públicas de prevenção e tratamento ao estudante dependente químico, são algumas das questões importantes nessa área de estudo.

Esperamos ter contribuído para desvelar a complexidade do tema, cuja discussão ainda necessita de muitas outras aproximações interdisciplinares. Mas nosso olhar de pesquisador e profissional das ciências exatas, atualmente pesquisando no Serviço Social, tem sempre presente a participação indispensável desta área de conhecimento nos estudos e debates, bem como nas intervenções sociais, no contexto das relações: Universidade, sociedade e os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas.

BIBLIOGRAFIAS

ABRAMOVAY, M., Castro, M.G., Rua et al., Org. *Drogas nas Escolas* – UNESCO, Brasília/DF, 2002.

AQUINO, J. G. – *Drogas na Escola, alternativas teóricas e práticas* – Summus, 1998.

AZEVEDO, Adriana Fonseca de. Serviço social e marxismo: uma discussão da problemática do indivíduo: *In Revista Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, v.19, nº 57. 1998.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Bases filosóficas para uma reflexão sobre a ética e serviço social. In: BONETTI, Dilséia Adeodata, et alli (org). *Serviço social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/CEFESS, 1996.

BAPTISTA, Myrian Veras. A ação profissional no cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

BIZZOTTO, Antonieta G., *apud* Oscar Cirino, *Álcool e outras Drogas*, Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2006.

BONETTI, Dilséia Adeodata, et alli (org). *Serviço social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/CEFESS, 1996.

BORGES, Maria Angélica *et al.* *Memórias do departamento de economia. a fala de alguns de seus chefes*. São Paulo: EDUC. PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. 1998.

BOTVIN, G. O treinamento para a vida evita o uso de drogas. In: *Revistas eletrônicas dos USIS – Questões Globais*, julho 1999. Disponível em: <<http://www.usinfo.state.gov/journals/itgic/0799/ijgp/ij079907.htm>> Acesso em maio de 2008.

_____. Dr. Gilbert G. *apud* Cuijpers, Jonkers, Weerdt & Jong. Treinamento de habilidades sociais. *Life skills training*. Cornell University. EUA, 1999; 2002.

BUCHER, R. *Drogas e drogadição no Brasil*. In: REBELLO, Sandra. Porto Alegre: Artes Gráficas, 1992.

_____. *A abordagem preventiva*. In: Bucher R., organizador. *As drogas e a vida*. Pedagógica e Universitária. 1988.

CARLINI, E.A. et. al. *Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil*, São Paulo: CEBRID – SENAD – UNIFESP: CLR Balieiro Editores, 2002.

CARLINI-COTRIM, B.; PINSKY, I. *Prevenção ao abuso de drogas na escola: uma revisão da literatura internacional recente*. Cad. Pesq. São Paulo, maio 1989.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão*. In Wanderley, MARIÂNGELA Belfiori, I et alii (org). *Desigualdade e a questão social*, São Paulo: EDUC, 1997.

_____. *As transformações da questão social*. In WANDERLEY, CASTORÍADIS, MARIÂNGELA Belfiori, et alii (org.). *Desigualdade e a questão social*, São Paulo: EDUC, 1996.

_____. *Farmacodependências: estudo comparativo de uma população atendida em serviço especializado: 1984-1988*. Rev. ABP-APAL 1989; 11 (3): 126-32.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Cultura e democracia*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DEBARBIEUX, E.; Blaya, C. *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Brasília: UNESCO, 2002, 268p

DEL'OLMO, Rosa, *A América Latina e Sua Criminologia*, Rio de Janeiro/RJ: Revan, 1990.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Prospectiva, 1983.

EDWARDS, G. MARSHALL EJ, COOK CCH. *A síndrome de dependência do álcool*. In: Edwards G, Marshall EJ, Cook CCH. *O tratamento do alcoolismo*. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

_____. Ambientes de tratamento, papéis profissionais e organização de serviços de tratamento. In: Edwards G, Marshall EJ, Cook CCH. *O tratamento do alcoolismo*. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

_____. Alcoólicos Anônimos. In: Edwards G. MARSHALL, E.J.COOK, C.C.H. Alcoólicos Anônimos. In: EDWARDS G., MARSHALL E.J. COOK, C.C.H. *O tratamento do alcoolismo*. Porto Alegre: ARTMED; 1999.
Alcoólicos Anônimos. Alcoólicos Anônimos no Brasil [online]. [citado 2003, Mar. 15]. Disponível em: URL:<http://www.alcoolicoanonimos.org.br>.

FARIAS, Márcia Helena de L., Tese: *Trabalho e sofrimento: Vivências de trabalhadores usuários de álcool e outras drogas na CPTM – São Paulo: 2002-2004*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Serviço social: questões presentes para o futuro*. In: revista *Serviço Social e sociedade*. São Paulo: Cortez, v. 17, n.º 50 p. 9-39, 1996.

FIGLIE NB, PILLON SC, CASTRO AL, LARANJEIRA R. *Organização de serviço para alcoolismo: uma proposta ambulatorial*. J. Bras Psiquiatria, 2001; 50 (5/6): 169-179.

_____. *Orientação familiar para dependentes químicos: perfil, expectativas e estratégias*. J Bras Psiquiatria, 1999; 48(10): 471-8.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes), 4ª ed., Rio de Janeiro/RJ: Guanabara, 1988.

GUERRA, Yolanda Demetrio. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Ontologia social e formação profissional. In Caderno do núcleo de estudos e aprofundamentos marxistas. Ontologia social, formação e política.* PUC/SP, nº 1, maio 1997.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*, São Paulo: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* 4ª ed., São Paulo: Cortez/Celats, 1985.

_____. *Renovação e serviço social.* São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.* São Paulo: Cortez, 1998.

JUNGERMAN FS. ALMEIDA RAM. LARANJEIRA R. *Grupos de motivação: estudo descritivo de um atendimento para dependentes de drogas.* J Bras Psiquiatria 2000; 49 (3):61-8.

KARSCH, Úrsula M. Simon. *O serviço social na era dos serviços.* 21ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

KERR-CORRÊA F. LIMA MEC, DALBEN I, HEGEDUS AM. *A importância da gravidade da dependência e do gênero para a evolução de dependentes de drogas.* Medicina (Ribeirão Preto) 1999; 32 (supl. 1): 36-45.

_____. Andrade, A. G. , Bassit, A. Z. et al. *Uso de álcool e drogas por estudantes de medicina da Unesp.* Rev. Bras. Psiquiatr., abr./jun. 1999, vol.21, no.2, p.95-100

_____. ROSSINI, M.G.C, BERGAMO, M.L.N., LEVY, M.B., RIBEIRO, M.B.S. FORTES, S.M.D. *O hospital-dia de Botucatu-UNESP: uma experiência de 12 anos.* Ver. ABP-APAL, 1994; 16(3): 89-93.

LARANJEIRA., R. *Bases para uma política de tratamento dos problemas relacionados ao álcool e outras drogas no Estado de São Paulo.* J. Brás Psiquiatra, 1996; 45 (4): 191-99.

_____. REIS AEDB, FERREIRA SL. *O que é a moradia assistida?* Apresentação de uma abordagem exclusiva no Brasil para tratamento de alcoolismo – Unidade Comunitária de Álcool e Drogas (UCAD) do Jardim Angela / UNIFESP/EPM (pôster). In: VI Congresso Brasileiro de Psiquiatria Clínica (online); 2002 Jun 14-16; Campinas (SP). Anais eletrônicos. Campinas: Sociedade Paulista de Psiquiatria Clínica; 2002. (citado, 2003. Mar 15). Disponível em: URL:<http://www.sppc.med.br/tl/temas8.htm>.

_____. Pinsky, I. *Alcoolismo* Ed. Contexto, 6º ed. São Paulo, 2000, (coleção Conhecer & Enfrentar)

_____. R.; PINSKY, Ilana, *Conhecer e enfrentar o alcoolismo*, Editora Contexto, São Paulo SP, 2001.

_____. *O controle social e político do álcool*. Artigo. São Paulo: UNIFESP, 2001.

LARANJO, T.H.M. Sociedade, história e drogas: a complexa trama de interesses. In: Drogas: prevenção e tratamento: o que você queria saber e não tinha a quem perguntar (MALUF et. al.) São Paulo: CL-A Cultural, 2002.

LEMOS & ZALESKI. As principais drogas: como elas agem e quais os seus efeitos. In PINSKY, i.; BESSA, m.a. (Orgs.). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Miriam B. *A vulnerabilidade do adolescente e a prevenção ao uso indevido de drogas no contexto escolar*. Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina Universidade de São Paulo

LOPES, José Rogério. Da Concepção de sujeitos aos modos de subjetivação noções e historicidade. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. V17. nº 51: ago. 1996.

LUKÁCS, George. *Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Cortez, 1979.

_____. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. In: *Cadernos do núcleo de aprofundamento marxista*. PUC/SP, maio, 1997.

MALUF, D.P.; MEYER, M. O que preciso saber para fazer prevenção? *In: Drogas: prevenção e tratamento: o que você queria saber e não tinha a quem perguntar* (MALUF et. al.) São Paulo: CL – A Cultural, 2002.

MARQUES ACPR, RIBEIRO, Araújo M. Abordagem geral do usuário (online). In: Ribeiro. Araújo M. Marques, ACPR. *Usuários de substâncias psicotivas- abordagem, diagnóstico e tratamento*. São Paulo: CREMESP – AMB, 2002. Disponível online: URL: http://www.amb.org.br/inst_projeto_diretrizes.php3.

MARLATT, G Alan, Redução de danos no mundo: uma breve história. In: Marlatt GA. *Redução de danos – estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco*. Porto Alegre: ARTMED; 1999. Tradução brasileira 2001, Edit. UNESP

_____. & GORDON. J.R. *Prevenção de recaída: estratégias de manutenção no tratamento de comportamentos adictivos*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

MCMAHON, R.J. Bierman, K.L.; Coie, J.D. Dodge, D.A.; Greenberg, M.T.; Loochman, J.E.; Pinderhughes, E.E. Merging Universal and indicated prevention programs: the fast track model. *Addictive Behaviors*. Vol. 25 nº 6, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez 1989.

_____. Maria Lúcia et al. (org). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos. Terceiro manuscrito* tradução José Carlos Bruni. 2º ed. Os pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MESQUITA, A. M. *Considerações sobre a prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas no Brasil*. In: Dependência: compreensão e assistência às toxicomanias: uma experiência do PROAD. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1996.

MOREIRA, Fernanda Gonçalves, Tese: *Situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas Escolas Públicas da cidade de São Paulo*, São Paulo, 2003.

MURAD JE. *Epidemiologia do abuso de drogas em Belo Horizonte*, MG, Brasil. REV. Farm Bioquim. 1988; 5 (1): 21-30.

NAGAMINE, José M., *Universidade e Compromisso Social – A Experiência da Reforma da PUC de São Paulo*, Editora Autores Associados, 1997.

NERY-FILHO A. OLIVEIRA, AJMMP, FARIAS AMN, LIMA CTS, TAVARES LAL, COSTA MHP, ARAÚJO MA, BARBOSA, MM, CARRERA SMO. A experiência da Bahia – 1985/1988. Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD. In: Encontro de Centros Brasileiros de Tratamento de Dependência de Drogas; 1988; São Paulo: Anais. São Paulo: Departamento de Psicobiologia – Universidade Federal de São Paulo; 1989. p. 39-64.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____.; FALCÃO, 1987

_____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social, pós-64*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

NICASTRI, S. Ramos S.P, *Prevenção do uso de drogas*. J. Bras. Dep. Quím. 2 (Supl 1): 25 - 29. 2001.

NOTO, A. R. Os índices de consumo de psicotrópicos entre adolescentes no Brasil. In PINSKY, I. & BESSA, M.A. (Orgs.) *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Galderóz, J.C.F., Formigoni, M.L. Drogas: porque não usar? Temas. 58: 98-106, 2000

O'HARE, *Álcool e outras Drogas*. In BIZZOTTO, Antonieta; Cirino. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2006.

PASSOS SRL. CAMACHO LAB. *Características da clientela de um centro de tratamento para dependência de drogas (NEPAD-UERJ)*. Rev. Saúde Publ. (serial online). 1998. (citado, 2003 Mar. 15); 32 (1): (1 tela). Disponível em: URL <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=s0034-89101998000100009&lng=en&nrm=iso>.

PEREIRA, Raquel da Silva. *Responsabilidade social na universidade: Estudo de caso da Faculdade de Ciências Sociais da PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2003.

PEREIRA, T. P. *Álcool um breve estudo sobre o uso entre adolescentes e jovens*. USP, São Paulo, 2002

PETERSEN, Tatiana Nygard, Trabalho de Pesquisa do curso de História da Faculdade de Ciências Sociais, PUC-SP: *O que faz a PUC uma universidade comunitária*, 2002;.

PETRIATIS; FLAY. In Botvin (2002). *“Life skills training”* (Treinamento de habilidades sociais) Estados Unidos, 1999.

PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antonio – *Adolescência e drogas*, São Paulo: Contexto, 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e serviço Social*. São Paulo: Cortez 1995.

RAIMUNDO AMG, BANZATO CEM, SANTOS VA, PALMIERI TC. Hospital-dia em psiquiatria: revisão dos últimos cinco anos da literatura. J. Bras Psiquiatria, 1994; 43(4):205-11.

RIBEIRO-ARAÚJO M. Estudo de seguimento com usuários de crack: mortalidade durante cinco anos. Tese (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria; 2001. (O Hospital Geral de Taipas). p, 31.

REBELLO, Sandra; MONTEIRO, Simone; VARGAS, Eliane P. – Student views on drugs in the use of na educational game. *A visão de escolares sobre drogas no uso de um jogo educativo*. Interface – Comunic, Saúde, Educ, v. 5, n. 8, p.75-88, 2001.

SCIVOLLETO, S.; DUARTE, C.E. O indivíduo e a droga: uso, abuso e dependência. In: *Atualização de conhecimentos sobre redução da demanda de drogas – curso à distância*. BUCHELLE (Org.): SENAD, 2004.

_____. Zilberman, M.L. Fleitlich, B.W. Uso de Álcool, Drogas e Tabaco na adolescência. In: Scivoletto, S. org. Manual de Medicina da Adolescência. Health, Belo Horizonte, 1997.

SILVEIRA FILHO D. CÉSAR AC. *Perfil de usuários de drogas: caracterização dos pacientes atendidos no ambulatório do PROAD/EPM em 1989*. Rev. ABP-APAL, 1991; 13 (1): 39-42.

SLOBODA, Z. *Adolescência e Drogas*. In Pinsky, Editora Contexto, São Paulo SP, 2004.

_____. Programas de Prevenção ao uso de drogas em escolas dos EUA. In: PINSKY I. & BESSA, M.A. (Orgs.). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

TURISCO JL. PAYÁ R. FIGLIE NB, LARANJEIRA R. *As pessoas que precisam, procuram o tratamento para alcoolismo* J. Bras Psiquiatra, 2000, 9:319-22. Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD). UCAD – Unidade comunitária de álcool (online); 2000. (citado, 2003, Mar 15). Disponível em: URL: <http://www.uniad.org.br/ucad.asp>. U.S. Department

VELHO, G. Dimensão cultural e política do mundo das drogas. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. INEM, C.L.; ACSELRAD, G. (Orgs). Rio de Janeiro RJ: Imago, 1993.

ZUSMAN, J.A. *Hospitalização parcial no Brasil: em busca de uma identidade*. J. Bras Psychiatry, 1995;44(2):63-66.

ZVEIBIL, Silvia Jane. *A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo projeto educacional e a cultura acadêmica*. Tese de doutorado PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. São Paulo: 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Centro Utilitário de Intervenção e Apoio aos Filhos de Dependentes Químicos (CUIDA) (online). Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD); desenvolvido por ID Sistemas. Apresenta textos sobre o programa, orientações pais e passatempos para crianças e jovens. São Paulo; 2000. (citado, 2003 Mar 15). Disponível em: URL: <http://www.uniad.org.br/cuida>.

CID-10 – *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*, Editora USP, 9ª Ed. 2003, Organização Panamericana da Saúde (1ª Edição 1993) Vol. 2 2001, Vol. 3 2004.

TIBA, Içami, Reportagem no jornal O Estado de S.Paulo, 09.09.2002

Organização Pan-Americana de Saúde (OMS) & Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). El modelo ideal de atención – normas mínimas. In: OPAS & CICAD. La dependencia de las drogas y su tratamiento – guia y criterios básicos para el desarrollo de programas de evaluación de la calidad y normas para la atención de la dependencia de drogas. OPAS/CICAD, 2000.

Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). Centros de excelência (online). (citado, 2003, Mar. 15). Disponível em: URL:<http://www.senad.gov.br>.

Portaria nº 336/GM. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. (Publicado no Diário Oficial da União; 2002; Fev. 19).

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. ESTATUTO DA PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. São Paulo: 1969.

ANEXOS

I	Quadro Funcional da Instituição PUC-SP.....	150
II	Unidades de Apoio da PUC-SP.....	152
III	Demonstrativo dos Centros e das Respectivas Faculdades na década de 1970.....	154
IV	Faculdades da PUC-SP.....	156
V	Resultados quantitativos do consumo de álcool e outras drogas por alunos da PUC-SP, <i>campus</i> Monte Alegre 2005.....	158
VI	Cálculo da Amostra e Margem de Segurança.....	168
VII	Questionário aplicado aos alunos da PUC-SP.....	172
VIII	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	175
IX	Cópias de Reportagens Coletadas durante a Pesquisa.....	177
X	Legislação:.....	201
A)	Decreto Lei 28.643 – Dispõe sobre o estabelecimento de perímetro escolar de segurança (03.08.1988).....	202
B)	Lei Ordinária Diadema 2107/2002 – Normas especiais para funcionamento de bares e similares (13.03.2002).....	204
C)	Lei 11.343 - Senad - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (23.08.2006).....	206
D)	Lei Paulínea 2.830 – Código de Posturas do Município de Paulínea (16.10.2006).....	229
E)	Lei 11.705 – Lei Seca (19.06.2008).....	231

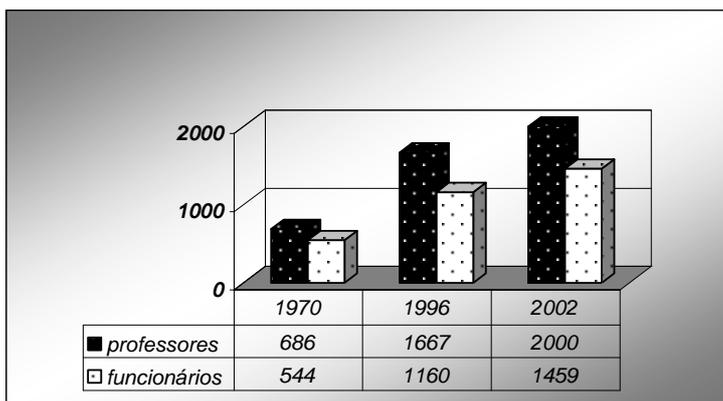
ANEXO I

Quadro Funcional da Instituição Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo-SP

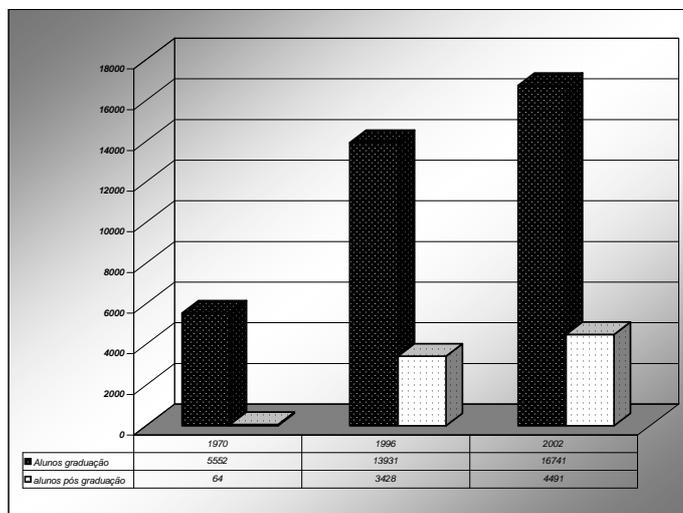
Os gráficos a seguir demonstram o crescimento e as mudanças ocorridas no quadro funcional da instituição da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Gráfico 1 - Professores e funcionários comparativo: entre 1970; 1996 e 2002



Fonte: o autor – 2007

Gráfico 2 - Evolução do número de alunos matriculados PUC-SP



Fonte: o autor – 2007

ANEXO II

Unidades de Apoio

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP

Siglas	Unidades de Apoio	Função
ARII	Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais	Promove o desenvolvimento de cooperação internacional, divulgando oportunidade no exterior e apoiando a participação de professores e estudantes em atividades e programas internacionais e a realização de eventos internacionais na PUC-SP.
COGEAE	Coordenação Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão	Unidade acadêmica que realiza atividades de extensão: palestras, seminários, cursos, extensão, cultural, extensão universitária e especialização (pós-graduação lato sensu). Concentra esforços na Educação continuada.
DERDIC	Divisão de Educação e Reabilitação dos distúrbios da comunicação	É uma entidade sem fins lucrativos, que oferece atendimento educacional a crianças e adolescentes surdos, cursos de capacitação profissional para jovens e encaminhamento profissional surdos adultos. Faz atendimento clínico a portadores de distúrbios da audição, voz e linguagem, priorizando famílias carentes.
EDUC	Editora da PUC-SP	Assume um papel de difusora da produção universitária, mas também a intervenção nos debates mais amplos da sociedade.
Clínica Psicológica	Clínica Psicológica	Ligada à faculdade de psicologia, oferece atendimento psicológico individual e em grupo e serviços complementares com fonoaudiólogos, neurologistas, psicopedagogos, psiquiatras e assistentes sociais e orientadores vocacionais.
CGE	Coordenadoria Geral de Estágios	Encaminha alunos para estágios, empregos e programas de trainees.
IEE	Instituto de Estudos Especiais	Desenvolve pesquisas e programas nas áreas da criança e adolescente, família, gestão de pobreza, assistente social.
IP	Instituto de Pesquisa Lingüística	Promove o estudo específico da língua portuguesa, oferecendo estágios.
LIAP	Laboratório de Informática para Apoio à Pesquisa	Presta assistência acadêmica na área de informática ao desenvolvimento da pesquisa e assessora o corpo docente na seleção de programas.
CEDIC	Central de Documentação e Informação	É um centro de referência nos estudos que envolvam a Área da Igreja.
NTC	Núcleo de trabalhos comunitários	Realiza programas de educação e pesquisa com meninos de rua e outros segmentos marginalizados.
NEM	Núcleo de Estudos da Mulher	Atua como centro de pesquisa, discussão e estudos sobre a mulher e a sua participação na sociedade.
PE	Núcleo de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento	Desenvolve pesquisas sobre as questões do envelhecimento, organiza seminários e oficinas para discussão sobre o espaço político e social do idoso na sociedade.
PAC	Programa de Atendimento Comunitário	Desenvolve trabalhos que se sustentam em três eixos básicos: Atendimentos Comunitários, Desenvolvimento de Projetos Institucionais e Serviços à Comunidade.

Fonte: elaboração própria, Silvio Nececkaite Sant'Anna – 2007

ANEXO III

Demonstrativo dos Centros e das Respectivas

Faculdades na década de 1970

Centros	Faculdades
Centros de Ciências Humanas	Faculdade de comunicação e Filosofia Faculdade de Ciências Sociais Faculdade de Psicologia Faculdade de Serviço Social
Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas	Faculdade de Direito Faculdade de Economia e Administração
Centro de Educação	Faculdade de Educação
Centro das Ciências Exatas e Tecnologia	Faculdades de Matemática, Física e Tecnologia
Centro de Ciências Médicas e Biológicas	Faculdades de Ciências Biológicas e Ciências Médicas

Fonte: elaboração própria, Silvio Nececkaite Sant'Anna – 2007

ANEXO IV

Faculdades da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo-SP

CAMPI	FACULDADES DA PUC-SP	CURSOS DE GRADUAÇÃO
Monte Alegre	Faculdade de Direito	Direito
	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária	Administração de Empresas Ciências Atuárias Ciências Contábeis Ciências Econômicas
	Faculdade de Educação	Pedagogia
	Faculdade de Fonoaudiologia	Fonoaudiologia
	Faculdade de Comunicação e Filosofia	Comunicação e Artes do Corpo Comunicação em Mídias Digitais Filosofia Jornalismo Letras Publicidade e Propaganda Secretariado Executivo Bilíngüe Secretariado Executivo Trilíngüe
	Faculdade de Psicologia	Psicologia
	Faculdade de Serviço Social	Serviço Social
Marquês de Paranaguá	Faculdade de Matemática, Física e Tecnologia	Ciências da Computação Engenharia Elétrica Física Matemática Tecnologia e Mídias Digitais
	Faculdade de Ciências Médicas	Enfermagem Medicina
Sorocaba	Faculdade de Ciências Biológicas	Ciências Biológicas

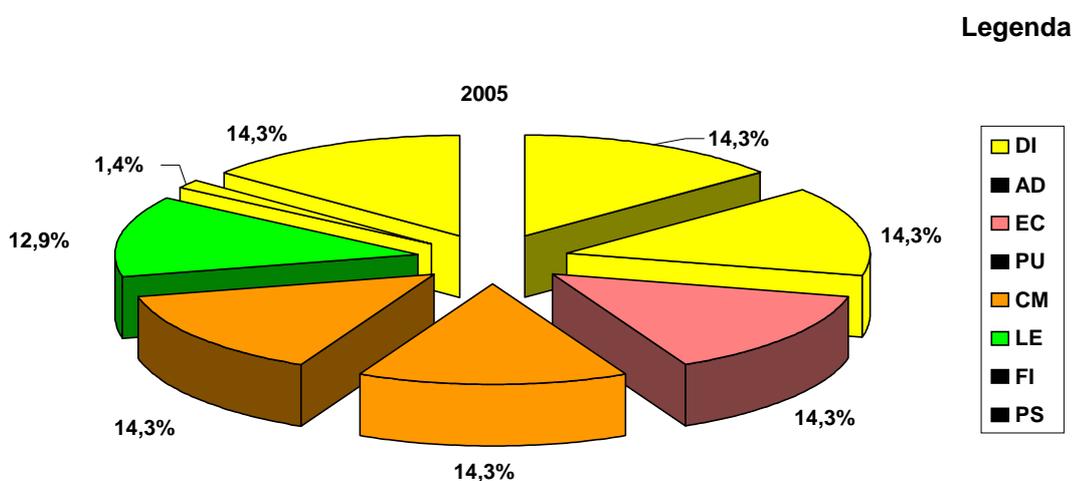
Fonte: o autor – 2007

ANEXO V

**Resultados quantitativos do consumo de álcool e
de outras drogas por alunos da PUC-SP,
campus Monte Alegre, em 2005**

Título da pesquisa: “A PUC e as Drogas” - pesquisa sob responsabilidade da disciplina *Introdução ao Jornalismo*, ministrada pela professora doutora Rachel Pereira Balsalobre.

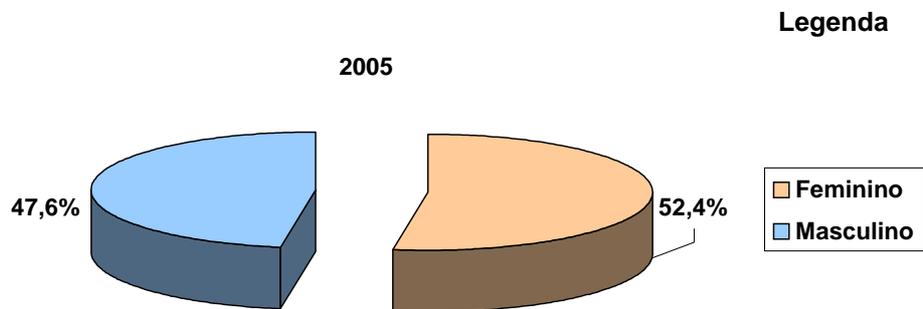
Gráfico 01A. Distribuição da amostra por curso em 2005: Direito (DI), Administração (AD), Economia (EC), Publicidade (PU), Comunicação e Multimeios (CM), Letras (LE), Filosofia (FI) e Psicologia (PS)



Fonte: Questionário – Anexo VII

Em 2005, 210 alunos preencheram o questionário, sendo que 14,3% (30 alunos) eram do curso de Direito, Administração 14,3% (30 alunos), Economia 14,3% (30 alunos), Letras 12,9% (27 alunos), Publicidade 14,3% (30 alunos), Comunicação e Multimeios 14,3% (30 alunos), e Filosofia 1,4% (3 alunos) e Psicologia 14,3% (30 alunos).

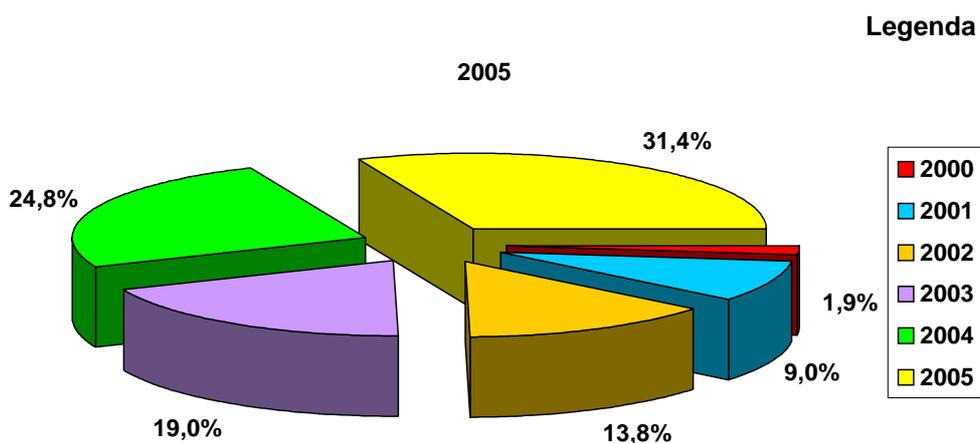
Gráfico 2.A. Distribuição da amostra de estudantes por gênero em 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Em 2005, o universo pesquisado foi de 210 alunos, a amostra continha 110 alunos do sexo feminino e 100 alunos do sexo masculino, respectivamente 52,4% e 47,6%, na PUC-SP, *campus* Monte Alegre.

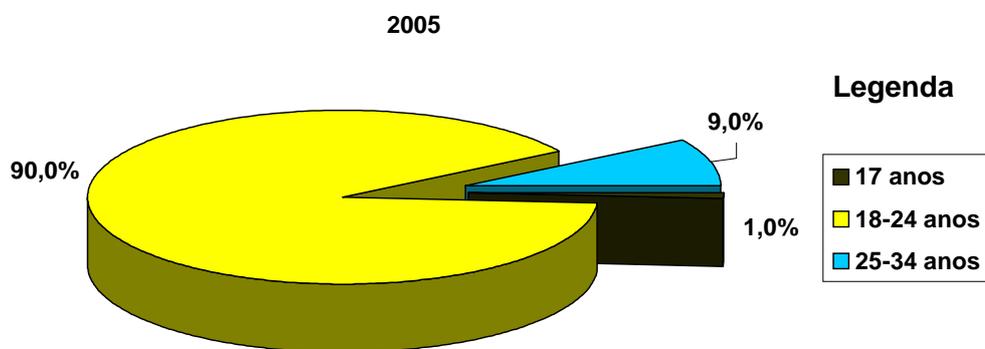
Gráfico 3.A. Distribuição da amostra por ano de ingresso na Universidade, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Em 2005, a pesquisa apurou que 31,4% (66) dos alunos haviam ingressado naquele ano; 24,8% (52 alunos) no ano anterior (2004); 19,0% (40 alunos) em 2003; 13,8% (29 alunos) em 2002; 9,0% (19 alunos) em 2001; e apenas 1,9% (4 alunos) ingressaram em 2000.

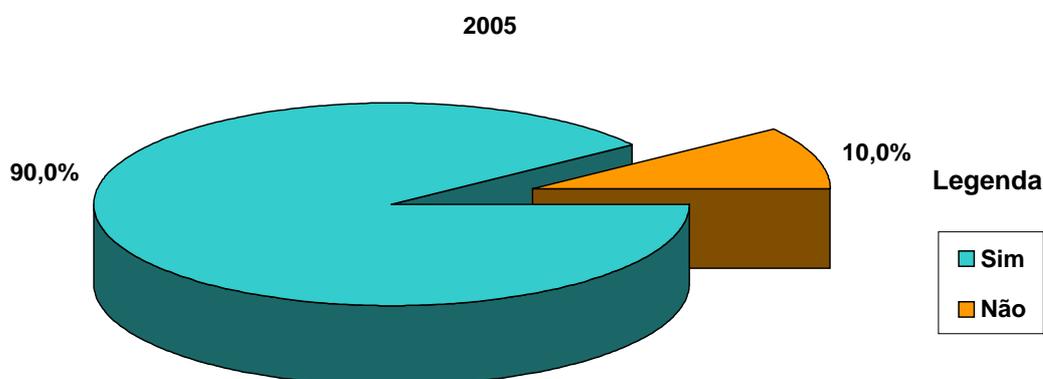
Gráfico 4.A. Distribuição da amostra por idade em 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

A pesquisa de 2005 revela que 90,0% (189) dos alunos pesquisados tinham entre 18 e 24 anos de idade, 9,0% (19) dos alunos estavam na faixa etária de 25-34 anos e apenas 1,0% (2) dos alunos tinham 17 anos.

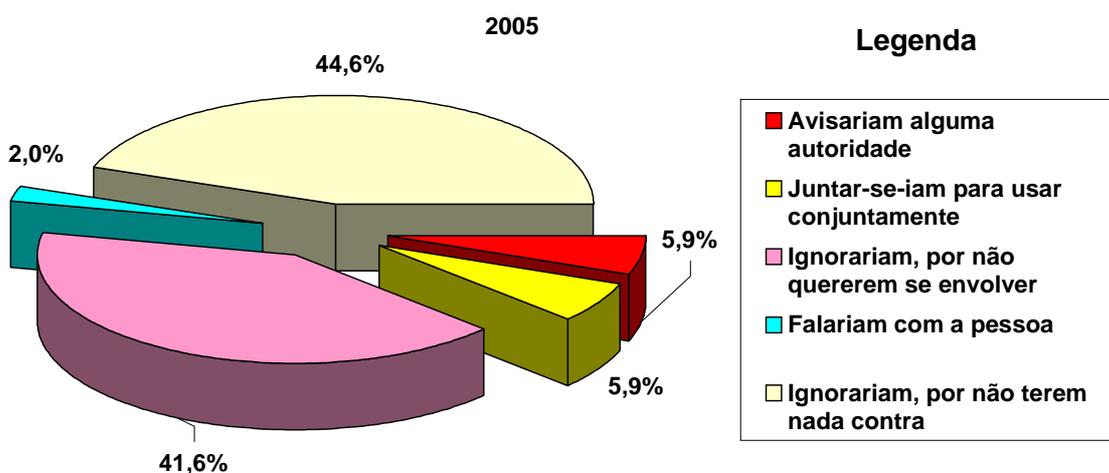
Gráfico 5.A. Ter presenciado o uso de álcool e de outras drogas no *campus*, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Como ficou evidenciado na pesquisa de 2005, a grande maioria (90,0%) presenciou a utilização, por outrem, de álcool e outras drogas e apenas 10,0% não presenciaram o consumo de álcool e outras drogas no *campus* Monte Alegre.

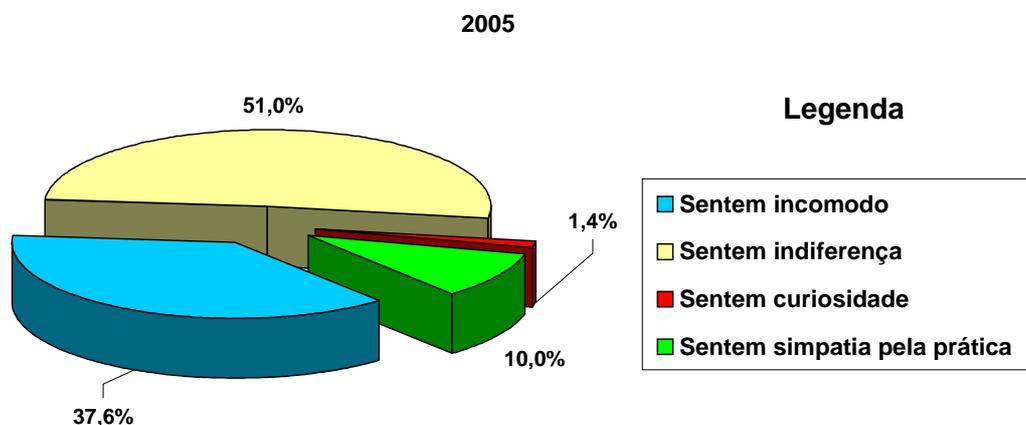
Gráfico 6.A. Atitude dos alunos, caso presenciassem alguém usando drogas no *campus*, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Dessa forma, podemos perceber através deste gráfico as reações dos alunos: 44,6% ignorariam o uso de drogas por não ter nada contra se presenciassem alguns alunos utilizando drogas; 41,6% ignorariam, por não querer se envolver; 5,9% avisariam alguma autoridade; 5,9% dos alunos juntar-se-iam para usar droga conjuntamente, e apenas 2,0% iriam falar com a pessoa.

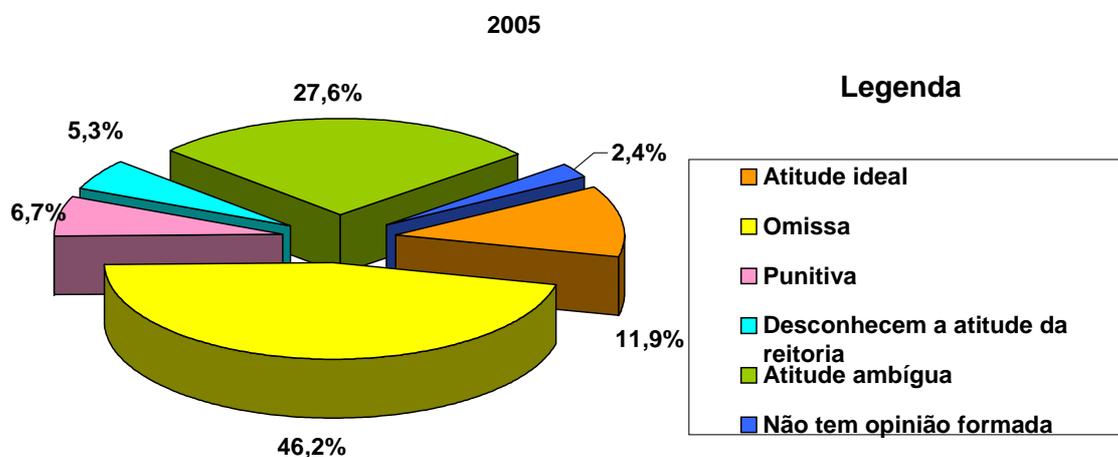
Gráfico 7.A. Opinião dos estudantes caso soubessem que alunos da PUC usam álcool e outras drogas, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Conforme informação extraída das respostas da questão nº 6, em 2005, 51,0% dos alunos sentiam indiferença pelo fato de alguns alunos conviverem com o uso de álcool e de outras drogas na PUC-SP; por outro lado, 37,6% sentiam-se incomodados, entretanto 10,0% tinham simpatia pela prática e apenas 1,4% sentia curiosidade.

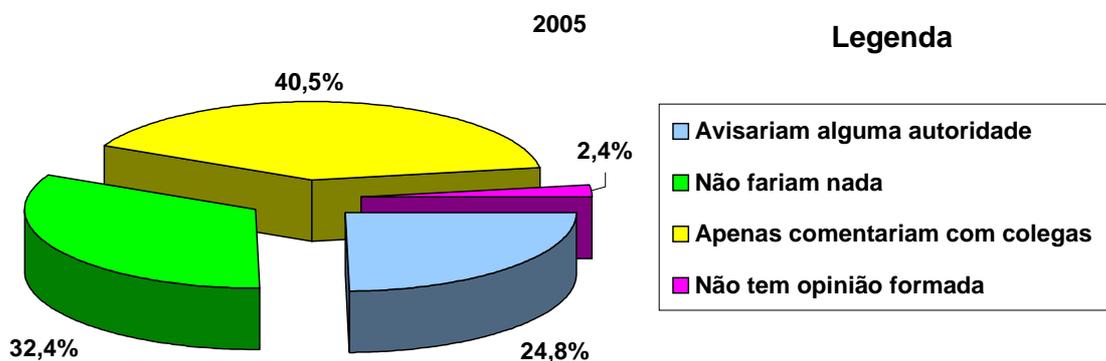
Gráfico 8.A. Opinião dos alunos em relação à atitude da Reitoria a respeito do tema, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Na opinião dos alunos, em 2005, 46,2% consideravam a atitude da Reitoria omissa, outros 27,6% entendiam como ambígua; 11,9% achavam que a atitude era ideal; 6,7% interpretavam como punitiva; 5,3% disseram que desconheciam a atitude da Reitoria e 2,4% não tinham opinião sobre o assunto.

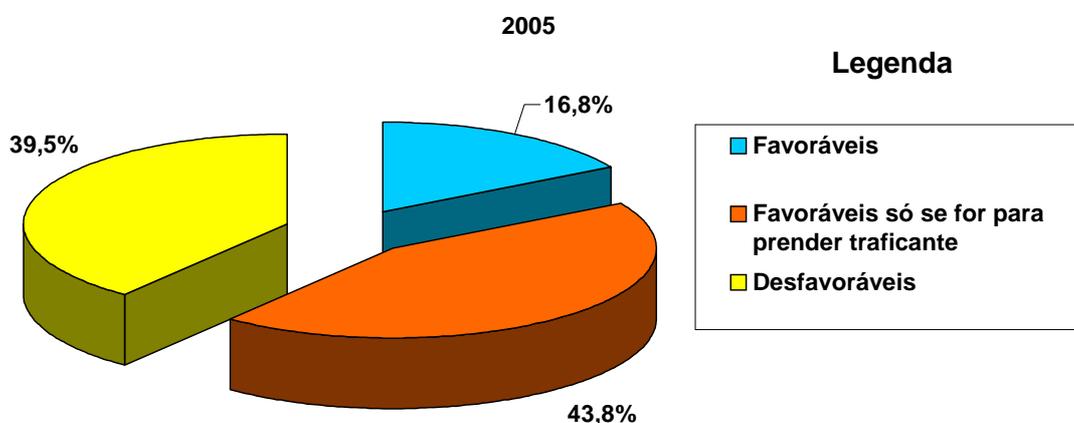
Gráfico 9.A. Atitude dos alunos perante o tráfico de drogas no *campus*, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

De acordo com as informações retiradas da pesquisa de 2005, 40,5% dos alunos apenas comentariam com os colegas se presenciassem um traficante comercializando drogas dentro do *campus*; 32,4% não tomariam nenhuma atitude; enquanto somente 24,8% dos pesquisados avisariam alguma autoridade; e 2,4% não tinha opinião formada sobre o assunto.

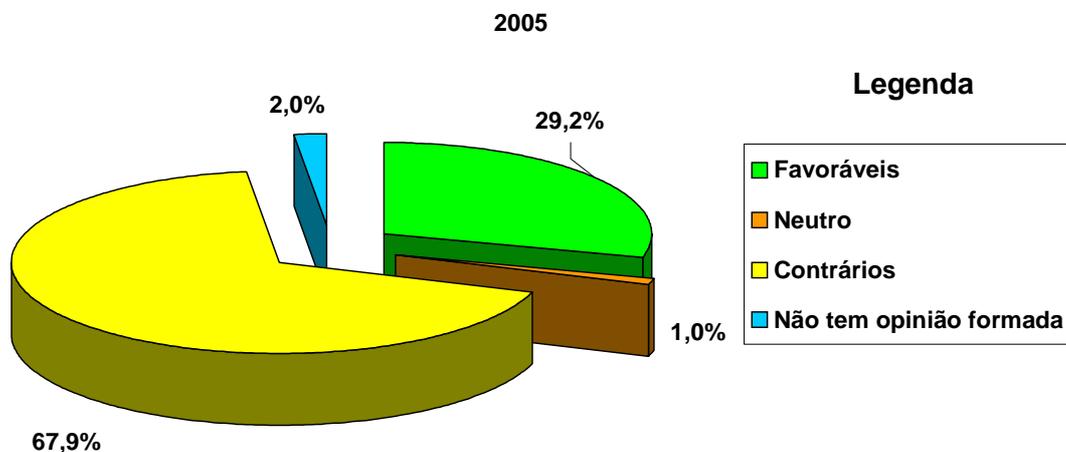
Gráfico 10.A. Aceitação dos alunos com relação a presença de polícia no *campus*, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Com relação ao livre acesso da polícia no *campus* Monte Alegre, em 2005, sempre que o problema fosse ligado a drogas, 43,8% dos alunos seriam favoráveis, somente se fosse para prender traficantes, ao passo que 39,5% seriam desfavoráveis à circulação da polícia independente do motivo, e apenas 16,8% seriam plenamente favoráveis ao livre acesso da polícia nas dependências da Universidade.

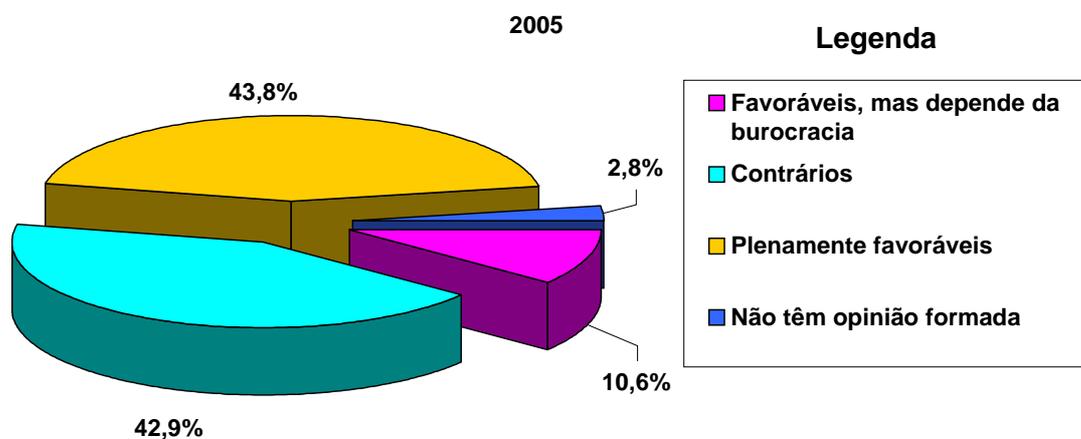
Gráfico 11.A. Aceitação dos alunos em relação à colocação de catracas, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Quanto à colocação de catracas, em 2005, 67,9% dos estudantes eram contrários a essa medida; 29,2% eram favoráveis; 1,0% não tinham qualquer opinião sobre o assunto e apenas 1,0% foram neutros em relação à colocação de catracas nas vias de acesso do *campus* Monte Alegre.

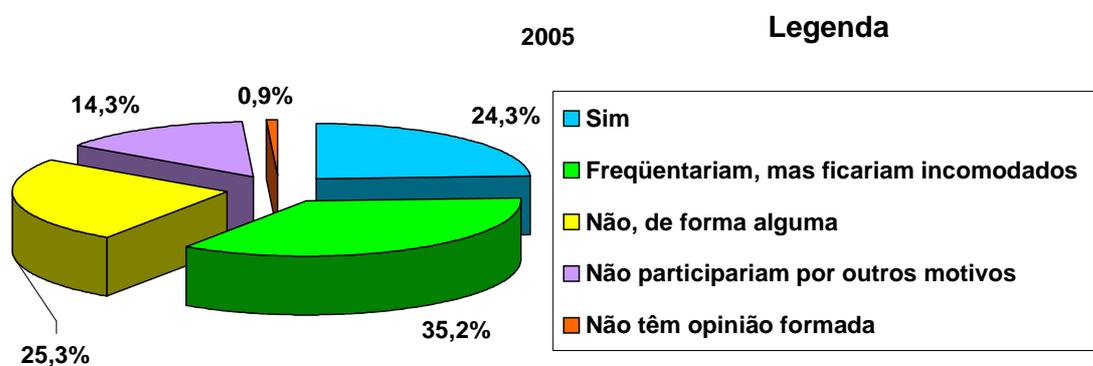
Gráfico 12.A. Aceitação dos alunos em relação ao cartão de identificação, no levantamento de 2005



Fonte: Questionário – Anexo VII

Com relação ao cartão de identificação, em 2005, 43,8% dos pesquisados eram contrários à implementação dessa medida, ao mesmo tempo que 42,9% eram favoráveis, 10,6% seriam a favor, mas iria depender da burocracia utilizada; e apenas 2,8% não tinham qualquer opinião formada sobre o assunto.

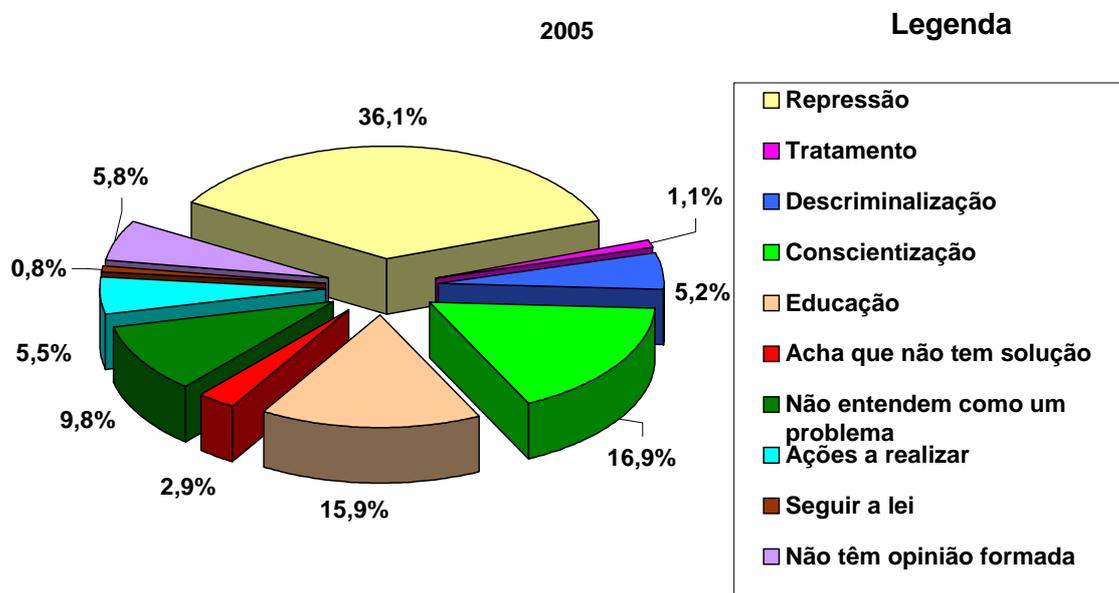
Gráfico 13.A. No levantamento de 2005, o consumo de drogas no CA provocaria o afastamento do aluno e impediria sua participação



Fonte: Questionário – Anexo VII

Em 2005, 35,2% dos alunos frequentariam os CAs mesmo que lá houvesse uso de álcool e de outras drogas, mas sentir-se-iam incomodados com a situação; 25,3% continuariam frequentando independente do consumo dessas substâncias; 24,3% deixariam de frequentar os CAs por não querer conviver com essa prática; e 14,3% não frequentariam esse local por outros motivos.

Gráfico 14.A. No levantamento de 2005, na percepção dos alunos a Reitoria deveria implementar as seguintes medidas



Fonte: Questionário – Anexo VII

Em razão de esta questão ser aberta, agrupamos 10 eixos temáticos com o objetivo de distinguir as respostas dos alunos, sendo as principais respostas: repressão (36,1%); conscientização (16,9%); educação (15,9%); descriminalização (5,2%); tratamento (1,1%); e seguir a lei (0,8%).

ANEXO VI

Cálculo da amostra e margem de segurança

INTRODUÇÃO

A pesquisa de campo consiste em observar e coletar diretamente os dados junto às pessoas ou no próprio local em que se deu ou surgiu o fato em estudo. Para sua realização, se faz necessário uma série de procedimentos pré-estabelecidos, ou seja, planejamento do roteiro das ações a serem desenvolvidas. Portanto, não se limitando a uma simples coleta de dados.

UNIVERSO/POPULAÇÃO

Trata-se do conjunto de indivíduos (famílias ou outras organizações), acontecimentos ou outros objetos de estudo que o investigador pretende descrever ou para o quais pretende generalizar as suas conclusões/resultados. Também designada por POPULAÇÃO.

POPULAÇÃO ALVO

A População Teórica, menos os grupos ou indivíduos que o investigador decidiu explicitamente excluir, com base em critérios devidamente fundamentados.

TAMANHO DA POPULAÇÃO

Número de Unidades que compõem a População em estudo, que no caso em questão era de 13.581 estudantes de graduação.

AMOSTRA

De modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considera-los em sua totalidade. Por essa razão, o mais freqüente é trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Quando essa amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante daqueles que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo. E, com o auxílio de procedimentos estatísticos, torna-se possível até mesmo calcular a margem de segurança dos resultados obtidos.

Portanto, a amostra é o subconjunto da População ou Universo. Teoricamente, um modelo da população.

CÁLCULO DO TAMANHO DA AMOSTRA – Número de Unidades que integram a Amostra.

Ressalta-se que para calcular o tamanho da amostra teórica, o investigador deve estabelecer previamente, o nível de confiança e o grau de precisão (intervalo de confiança) para as estimativas e/ou generalizações a efetuar. Inversamente, uma vez realizado o inquérito, o grau de precisão das estimativas depende do tamanho da amostra obtida, do nível de confiança pretendido para as generalizações e do erro-padrão das estatísticas amostrais.

Inexiste maneira precisa por meio da qual o tamanho ótimo de uma amostra possa ser calculado para qualquer pesquisa em particular. Todavia, existem dois fatos estatísticos que devem ser mencionados:

- quanto maior o tamanho da amostra, mais precisas são as informações sobre a população;
- acima de determinado tamanho, poucas informações extras podem ser obtidas, implicando diretamente no aumento dos custos.

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{e^2}$$

Fonte: Wilton Bussab e Pedro Morettin.2001, 281(Ed. Saraiva)

Onde:

n = tamanho da amostra

σ^2 = nível de confiança escolhido, expressos em números de desvios padrões

p = percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = percentagem complementar

e^2 = erro máximo permitido

Dessa forma, atribuindo-se os respectivos valores às variáveis, teremos:

σ^2 = nível de confiança escolhido, em números de desvios padrões

p = 48% de alunos - percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = 52% de alunas - percentagem complementar

e^2 = 5% de erro máximo permitido

$$n = \frac{1,96^2 \cdot 0,48 \cdot 0,52}{0,05^2} = 384 \text{ alunos a pesquisar}$$

Como, pelo empenho da equipe e a boa vontade dos alunos em colaborar, atingimos a marca de 1.115 questionários respondidos, pudemos calcular o nível de erro da nossa pesquisa, da seguinte forma:

e^2 = erro máximo permitido

n = 1.115 questionários respondidos é tamanho da amostra

σ^2 = nível de confiança escolhido, em números de desvios padrões

p = percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = percentagem complementar

$$e = \sqrt{\frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{n}}$$

Aplicando-se os números na respectiva fórmula, temos:

$$e = \sqrt{\frac{1,96^2 \cdot 0,48 \cdot 0,52}{1.115}} = 0,029325$$

Ou seja, com a obtenção de 1.115 questionários respondidos, a margem de erro no resultado da pesquisa diminuiu para 2,9325%.

ANEXO VII

Questionário aplicado aos alunos da PUC-SP

CURSO:TURMA.....

1) Ano de ingresso na PUC:

2) Idade:.....

3) Sexo:.....

4) Você já presenciou alguém usar drogas aqui na PUC?

a) Sim ()

b) Não ()

c) Não tenho certeza ()

d) Outras respostas:.....

5) Se você presenciou – ou mesmo que não tenha presenciado, mas sabendo que ocorre aqui dentro- se visse alguém usar drogas aqui na PUC, você acha que tenderia a ter qual das seguintes reações:

a) Avisar algum segurança ()

b) Avisar a polícia, mantendo o anonimato ()

c) Avisar algum professor ()

d) Ignorar, por não querer se envolver ()

e) Ignorar, por não ter nada contra esta atitude ()

f) Falar com a pessoa que estivesse usando a droga ()

g) Juntar-se a esta pessoa, para usar droga junto ()

h) Outras respostas:.....

6) Presenciar, ou simplesmente saber que alunos usam drogas aqui dentro da PUC é um fato diante do qual:

a) Você se sente incomodado ()

b) Você tem um sentimento de irritação e/ou raiva ()

c) Você se sente indiferente ()

d) Você se sente curioso ()

e) Você sente simpatia pela prática ()

f) Outras respostas:.....

7) Na sua opinião, a atitude da Reitoria da PUC diante do fato de que alguns alunos usam drogas aqui dentro é:

a) A atitude ideal ()

b) É uma atitude inadequada, por ser omissa ()

c) É uma atitude inadequada, por ser punitiva ()

d) É uma atitude ambígua ()

e) Outras respostas:.....

8) Se você visse um traficante aqui dentro comercializando drogas, você:

a) Avisaria a segurança da PUC ()

b) Faria uma denúncia anônima à Polícia ()

c) Apenas comentaria com colegas ()

d) Não faria nada, ficaria “na sua” ()

e) Outras respostas:.....

9) Na sua opinião, independentemente do que diz a Lei: você é favorável ao livre acesso da polícia no Campus, sempre que o problema for ligado a drogas ?

- a) Sim, sempre ()
- b) Sim, mas só se for para prender traficante ()
- c) Não, nunca ()
- d) Outras respostas :

10) Você é favorável á colocação de catracas nas entradas do Campus , para que todo mundo seja identificado ?

- a) Sou plenamente á favor ()
- b) Sou totalmente contra ()
- c) Depende. Do quê?.....
- d) Outras respostas:.....

11) Você é favorável á idéia de que todo aluno , professor ou funcionário seja obrigado a portar um cartão de identificação emitido pela PUC ?

- a) Sou plenamente á favor ()
- b) Sou totalmente contra ()
- c) Depende. Do quê?
- d) Outras respostas:.....

12) O consumo de drogas no seu Centro Acadêmico é – ou seria, caso isto não ocorra no seu Centro Acadêmico - um motivo para afastá-lo de lá e impedir sua participação?

- a) Sim, completamente ()
- b) Não, de forma alguma ()
- c) Eu participaria, mas ficaria incomodado ()
- d) O motivo para eu não participar não é – ou não seria – este das drogas ()
- e) Outras respostas :

13) PERGUNTA ABERTA, ANOTAR A RESPOSTA :

Na sua opinião, o que deve ser feito, seja pela Reitoria, seja pela comunidade da PUC como um todo, para enfrentar este problema ?

.....

.....

.....

.....

ANEXO VIII

Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido

São Paulo, 26 de novembro de 2007

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezados alunos (as) do Campus Monte Alegre

Na qualidade de pesquisador o Prof. Silvio Nececkaite Sant'Anna, RG 4.468.468-X, assistente de mestre da FEAATUARIA, da PUC-SP, doutorando em Serviço Social, vem convidar vocês a participarem de uma pesquisa científica sobre as questões do estudo e o consumo de álcool e outras drogas, para a qual, faz-se necessário os seguintes esclarecimentos:

1. Esta pesquisa será uma conversa com pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e, tem por objetivo entender os significados do consumo de álcool e outras drogas para os (as) alunos (as) do Campus Monte Alegre.
2. Informamos que seus nomes foram selecionados através de sorteio aleatório, esclarecendo que nesta pesquisa não existe resposta certa ou errada, mas o que nos importa é a sua opinião sincera e anônima, descartando-se assim, quaisquer desconfortos ou riscos, reiterando que não haverá qualquer espécie de divulgação ou divulgação a respeito do pesquisado.
3. A pesquisa será implementada através da resposta de 13 perguntas, que serão respondidas por meio de formulário próprio, aprovado previamente.
4. Nosso encontro se dará entre os dias 26 e 30 de novembro próximo, na sala, sempre acompanhado desse pesquisador responsável, que ficará a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.
5. Fica garantido ao sujeito a liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo a seu cuidado.

Ficando ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente

Silvio Nececkaite Sant'Anna
Pesquisador responsável
silvio_nececk@pucsp.br

Assinatura do pesquisado
Nome:

Assinatura da 1ª testemunha
Nome:

Assinatura da 2ª testemunha
Nome:

ANEXO IX

**Reportagens coletadas
durante a investigação**

Os novos paradigmas

Núcleo familiar deve aplicar conceitos do mundo corporativo em casa, aconselha especialista em adolescente.

"Vocês dois planejaram nossa educação ou vão apenas improvisando?" A provocação saiu da boca da Mafalda, a criança mais contestadora do mundo das histórias em quadrinhos, criada pelo traço genial do argentino Quino e que há mais de quatro décadas conserva invejável atualidade. A língua afiada da perspicaz Mafalda não perdoa e acerta o ponto nevrálgico: "Pense que essa boa gente, antes de nos educar, não tinha educado ninguém. Acabamos sendo os filhos-cobaia. O que se pode fazer?"

O cartunista Quino não publica tiras de sua mais famosa personagem desde 1973. Se, há quase quatro décadas, o alerta era urgente e engobido com a ajuda de muito Nervocalm (remédio tranquilizante que, nos piores momentos, devolveva uma certa tranquilidade aos pais de Mafalda) —, hoje tornou-se imprescindível. Mais do que a velocidade da informação, o que marca a era atual é a quebra de paradigmas. Ou seja, muitos dos conceitos que determinaram, por séculos, o comportamento da humanidade estão ameaçados de cair por terra ou de evoluir. A relação entre pais e filhos está no olho desse furacão.

"Nenhum estudioso do comportamento humano previu que, em praticamente uma geração, o relacionamento parental viraria de ponta cabeça", observa Içami Tiba, psiquiatra que há 37 anos acompanha as mudanças a partir dos atendimentos em seu consultório. "Uma tradição



machista antropológica está sendo detonada: os homens têm que se encontrar porque o perfil das mulheres não mais combina com posturas antiquadas e preconceituosas. Essa evolução, acrescida de outras, fez com que os relacionamentos entre homens e mulheres, pais e filhos, ficantes e amantes, patrões e empregados, chefes e subordinados, professores e alunos estremecessem e buscassem novos padrões, alterando drasticamente os paradigmas relacionais."

Terremoto subversivo. Até mesmo a convivência em uma residência não se dá mais como há algumas décadas. Os computadores domésticos, por exemplo, tiveram o preço reduzido e o uso individualizado: não é difícil que pais usem um computador e filhos tenham



IÇAMI TIBA: boletim bom com um dia de estudo é o mesmo que pedir salário mensal por um dia de trabalho.

NO CIEE: palestra sobre pais e filhos atraiu um público de centenas de participantes.

um segundo ou terceiro equipamento em seus quartos. O PC (sigla em inglês do computador pessoal, ou *personal computer*) se transformou no ícone de uma geração ao altar, cada vez mais, as possibilidades de entretenimento, educação e socialização.

Se pode ser acusado de ser um dos grandes estímulos que levam os adolescentes a passar cada vez mais tempo trancados em seus quartos, seria injusto responsabilizar o PC pelo terremoto que ameaça subverter a milenar estrutura familiar. Outra causa está no ritmo da vida moderna, exemplarmente retratado na realidade dos chamados profissionais bem sucedidos ou, simplesmente, nos ocupantes dos postos de comando nas estruturas corporativas.

Alta performance. Uma pesquisa da revista Exame, edição de janeiro deste

amo, ouviu 144 presidentes das maiores empresas do país e identificou que a metade deles trabalha mais de doze horas por dia. Apenas 10% dos entrevistados não trabalham nos fins de semana (tabela). A realidade dos altos executivos se repete em maior ou menor escala no dia-a-dia dos trabalhadores comuns, acrescida do fato de que a renda de um só membro da família raramente é suficiente para manter um nível de vida confortável.

Resultado, desse e de outros fatores: os laços familiares tradicionais se esgarçam e são distorcidos. Em meio a tudo isso, a angústia recorrente dos pais, principalmente aqueles com maior sensibilidade e responsabilidade: como educar os filhos para um mundo em constante mutação?

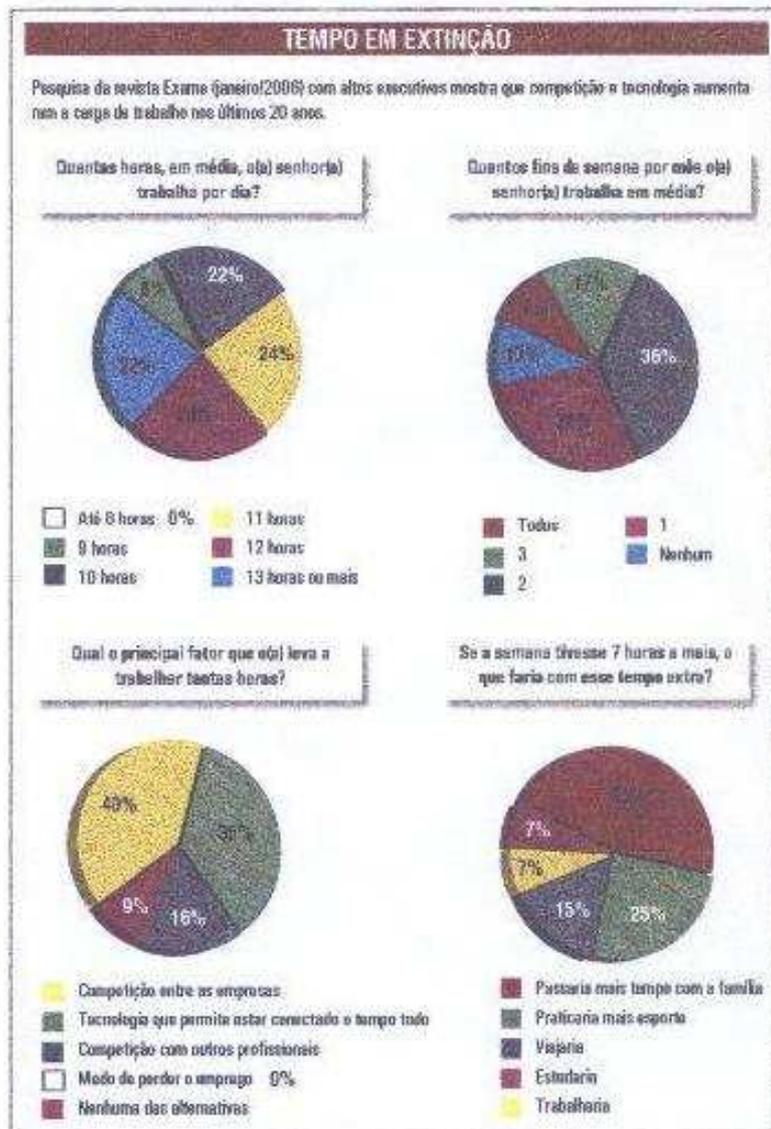
O psiquiatra Içami Tiba propõe o inusitado: trazer os conceitos do mundo corporativo para dentro de casa e criar uma família de alta performance. Esse tema foi tratado na palestra que proferiu no CIEE em dezembro e é a base do seu novo livro *Adolescentes: quem ama, educa*, continuação do sucesso editorial de 2002 e que compõe uma extensa bibliografia de outras quatorze obras de sua autoria. "Os valores exigidos para a realização profissional são planejamento, empreendedorismo, competência, criatividade, disciplina e, passando por todos esses, a inteligência relacional. Esses modernos conceitos de gestão têm sido aplicados dentro de casa? Como uma empresa trataria um empregado que atuasse da mesma forma que fazem os adolescentes mais dispendentes?", provoca.

Escola e novo paradigma. Tiba exemplifica, fazendo uma analogia entre as notas escolares e o salário de um empregado. "Vir com um boletim invejável, estudando apenas às vésperas da prova, é a mesma coisa que um assalariado que trabalha somente um dia do mês e quer ser pago integralmente", analisa, sem

poupar o sistema de avaliação. "A escola precisa se encaixar no novo paradigma. Não dá mais para avaliar o aluno somente ao final de cada bimestre", diz. Uma sugestão que deixa aos professores é que as notas sejam dadas diariamente, quando os alunos comprovam que estão aprendendo com exercícios e estímulos do educador.

"O que cai na prova, não cai na vida. Hoje, os adolescentes não devem ser

preparados para somente cumprir suas funções. Eles têm que deixar uma marca por onde passam", atesta Tiba. Por isso, o psiquiatra engrossa o coro dos defensores do estágio como uma ferramenta de estímulo à cidadania e à autodisciplina. "O estágio é fundamental para que se tenha uma vivência prática. É como se fosse o berçário de um recém-nascido antes de ir para o quarto", afirma. ■



Tachada de 'antro de maconha', PUC vai à Justiça (O Estado de S. Paulo - 22/05/03)

Afirmção foi feita a rádio pelo psiquiatra Içami Tiba durante o caso Suzane Richtofen

Suzane von Richtofen, de 21 anos, matou os pais no ano passado, com a ajuda do namorado, Daniel, e do irmão dele, Christian. O crime está sendo julgado, mas dele nasceu uma briga curiosa que corre no Judiciário. O conhecido psiquiatra Içami Tiba está sendo processado nas esferas criminal e cível pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. O motivo? Ao analisar o que teria levado Suzane - que estudava direito na PUC - a matar os pais, ele afirmou: "A PUC é um antro de maconha."

As afirmações do psiquiatra foram feitas em entrevista, ao vivo, concedida à Rádio Eldorado em 9 de setembro. Naquele dia, a polícia anunciara que Suzane era a autora do crime, ao lado do namorado e do irmão. A jovem admitira, ainda, que fumava maconha com o namorado. Médico, escritor com 14 livros publicados sobre adolescência, sexualidade, educação, entre outros temas, Tiba foi entrevistado para comentar o que levaria uma jovem rica, bonita, que estudava na PUC, a matar os pais.

Aí é que começa a briga. Num primeiro trecho, o médico declarou: "A PUC tem uma ideologia de favorecer o uso da maconha. A PUC é um antro de maconha. Os alunos que vão lá já sabem disso, não é? Até os corredores têm os fumódromos, os bares em volta. Fumam maconha sob os olhos grossos da própria diretoria da PUC. Então, todo mundo sabe: quem vai para a PUC pode fumar maconha lá dentro, que não lhe acontece nada."

Na parte final da entrevista, outra afirmação polêmica: "Acontece que lá (PUC) é um núcleo inteligente. Então, começam também a defender, começam a combater como se fosse assim: a maconha é menos mau (sic) que o álcool, menos mau que o cigarro. E aí ficam fazendo apologia ao menos mal."

Defesa - A PUC entrou com dois processos contra Tiba: um de indenização por danos morais, que está na 19.ª Vara Cível Central, e uma queixa-crime por difamação que corre na 20.ª Vara Criminal Central. Na ação de indenização, Tiba já entregou sua contestação, por meio do advogado Ernesto Freire. Quanto à criminal, nem ele nem o advogado sabiam de sua existência. Mas o juiz Klaus Marouelli Arroyo, da 20.ª Vara Criminal, já mandou intimar o médico para que apresente defesa.

No processo criminal, a PUC, representada pelo escritório do advogado Fernando Castelo Branco, diz que Tiba "atassalhou (caluniou), de forma gratuita e imotivada, a honra objetiva" da universidade. O advogado cita nomes de ilustres "puqueanos": o deputado federal José Eduardo Martins Cardozo, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo, Sérgio Augusto Nigro Conceição. Esses exemplos são uma prova de que a universidade não pode ser um "antro de maconha." A PUC arrolou ainda testemunhas de peso: o diretor da Faculdade de Direito e ex-presidente do TJ, Dirceu de Mello, e o desembargador Antônio Carlos Malheiros.

Tiba disse ao Estado que só seu advogado poderia falar sobre os processos. O advogado explicou que a linha da defesa será a de provar que Tiba não falou nenhuma mentira. "Apresentamos documentos na ação de indenização, que são artigos de revistas e jornais da faculdade em que os

próprios alunos confirmam o consumo de maconha na universidade", disse. "Não houve o ânimo de difamar ou ofender a honra de ninguém."

«Declaração de médico irrita alunos, mas muitos admitem uso de droga

Segundo estudantes, a universidade coíbe, mas alguns CAs se tornaram reduto do fumo

Ao chamar a PUC de "antro de maconha", Içami Tiba não desagradou apenas à reitoria, mas a muitos alunos - incluindo os que admitem usar a droga dentro da universidade. "O pessoal fuma, sim, mas não é que a maconha seja livre desse jeito que as pessoas acham, como se aqui fosse um fumódromo", afirma um estudante do 4.º ano de Ciências Sociais, que diz fumar a erva, às vezes, no centro acadêmico (CA).

Os centros, segundo alunos de quatro cursos ouvidos pela reportagem, se converteram há algum tempo em um dos espaços preferidos pelos alunos que usam maconha. Em 2001, houve até uma democrática tentativa de decidir pelo uso ou não da droga no CA de Jornalismo. A idéia foi da gestão do centro que organizou o "plebiscito da maconha" - com uma e tudo. O que se pretendia era expulsar, pelo voto, os estudantes que usavam a pequena sala como um espaço destinado exclusivamente para fumar um "baseado".

A consulta acabou cancelada, porque a idéia chegou à imprensa e à reitoria.

O mesmo CA já havia sido fechado nos anos 90 pela polícia por suspeita de ser ponto de tráfico.

Foi por essas e outras que a PUC ganhou o estigma de ser um local onde o uso da maconha é relativamente disseminado e, sutilmente tolerado. Procurada pela reportagem, a reitoria informou que não se manifestaria sobre o assunto.

Pressão - Segundo os alunos, se algum agente de área (uma espécie de bedel) flagra alguém com um cigarro de maconha, pede que o apague. Este ano, uma nova equipe de seguranças (vestidos sempre de terno escuro e gravata) passou a reforçar esses pedidos. A novidade, porém, não parece ter intimidado quem já estava acostumado a fumar nas escadarias, nas salas vazias ou num jardim chamado de Largo da Cruz.

"Agora está rolando uma certa pressão para não ficar tão escancarado. É proibido (o consumo), mas está aí", resume um aluno do 2.º ano do Jornalismo.

A predileção pelos CAs se explica: ali, agentes e seguranças só podem entrar se os alunos permitirem. Quando, na versão de um aluno de Direito, a pressão da reitoria começou a aumentar ainda em meados dos anos 90, alguns centros se transformaram num refúgio ideal.

"Se tem uma gestão que é mais elástica nesse sentido, eles não tomam uma atitude de coibir. Antes sempre tinha gente fumando aqui (no CA) ou então sempre tinha aquele cheiro", diz Helena Falconi, de 22 anos, quintanista de Direito. "A mim incomodava. Eu não vinha, lá ficar com a roupa fedendo a maconha?"

Agora, nos centros mais "elásticos", segundo alguns estudantes, maconha só mesmo depois de um determinado horário, para não incomodar os que não usam a droga.

Amor demais estraga (Entrevista dada a Veja em 04/06/2003)

O psiquiatra Içami Tiba diz que os pais precisam ser duros para manter os filhos longe das drogas

"Da escola o jovem leva a droga para dentro da família e para o grupo de amigos. As escolas de ensino médio tornaram-se um ótimo mercado"

Quando o assunto é o consumo de drogas entre os jovens, o psiquiatra paulista Içami Tiba, de 62 anos, não tem meias palavras. No livro *Anjos Caídos*, ele descreve uma dezena de disfarces, sete comportamentos suspeitos e mais de vinte respostas que jovens usam para convencer adultos de que não fumam maconha. Esse estilo direto às vezes pode render dissabores. Tiba está sendo processado por ter qualificado o campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como um "antro de maconha", em uma entrevista. Ele não volta atrás no que disse e acredita que fala a seu favor 34 anos de profissão, 70 000 atendimentos psicoterápicos e 2 500 palestras mundo afora, além de catorze livros, com 600 000 exemplares vendidos. O último – *Quem Ama, Educa!* (Editora Gente) – está na 31ª edição.

Tiba aplicou suas teorias na criação de três filhos, um advogado, uma psicóloga e uma estudante de direito. Nesta entrevista, ele dá sua receita para o sucesso na educação das crianças. Isso inclui, ele adverte, evitar manifestações de "amor em excesso".

Veja – O senhor está sendo processado por ter dito que a PUC paulista é um "antro de maconha"...

Tiba – É verdade. Reconheço que se trata de uma respeitável instituição científica, mas não posso concordar com a filosofia de não reprimir o uso de drogas que vigora lá. Há, sim, uma cultura de fumar maconha nos corredores do campus, como se fosse a coisa mais comum do mundo. Eu mesmo testemunhei isso, pois fui professor lá durante quinze anos. Além disso, tenho pacientes que estudam lá e dizem o mesmo. Como médico, não posso falsear esse diagnóstico.

Veja – O episódio da estudante baleada numa universidade carioca tem relação com a penetração das drogas nas escolas?

Tiba – Os traficantes descobriram que a melhor maneira de disseminar a droga na sociedade é através da escola. Dali o jovem a leva para dentro da família e para o grupo de amigos. As escolas de ensino médio, sobretudo, tornaram-se um ótimo mercado. O traficante nem se expõe. Em praticamente todas há os minitraficantes, pessoas que se infiltram no meio dos alunos a serviço dos grandes. Às vezes são recrutados entre os próprios estudantes e recebem mais de 800 reais por mês. Há também muitos micro traficantes, alunos que pegam dinheiro dos colegas para comprar a droga e depois a distribuem. Não é preciso subir no morro nem ir à boca-de-fumo. A droga pode ser adquirida logo ali, na barraquinha ao lado da escola.

Veja – Muitos pais que experimentaram maconha são tolerantes com os filhos que repetem essa experiência porque não acreditam que ela seja porta de entrada para drogas mais pesadas.

Tiba – Na minha interpretação, ela é, sim, porta de entrada para drogas mais pesadas. Mas a porta para o vício é mesmo o álcool. A primeira coisa que o álcool faz na pessoa é diluir seu superego, instância da personalidade que agrega, entre outros, os padrões comportamentais. A partir daí, o indivíduo faz

apenas coisas de que tem vontade e não o que aprendeu que deve ser feito. Tem extrema dificuldade para fazer a coisa certa. Esbarrou, já quer brigar, não aguenta desaforos, fica violento. O jovem que já estava pensando em experimentar maconha, e não tinha coragem, quando ingere bebidas alcoólicas vai provar, pois aquele freio foi destruído pelo álcool. Como a maconha despersonaliza a pessoa, daí para a cocaína é um passo.

Veja – Mas o que devem fazer pais que provaram maconha e não se viciaram? Há os que fumam com os filhos e há os que proibem.

Tiba – Fumar com eles, nem pensar. Senão depois vão jogar na cara dos pais que se viciaram por culpa deles. Os pais têm de falar que são contra, que tiveram sorte de não ter se viciado. Quando possível, citar exemplos de conhecidos que se prejudicaram muito, ou até morreram, por causa da droga. É preciso ser duro e proibir. A proibição pode não evitar que eles fumem, mas saberão que estão agindo contra a vontade dos pais. Quanto a estes, pessoas que no passado fumaram maconha e se deram bem na vida em geral não deixaram que a droga atrapalhasse a vida delas. São comparáveis a pilotos de Fórmula 1 que não morreram, apesar do risco que correm nas pistas. Paulo Coelho, Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso, que admitem ter experimentado maconha, tornaram-se pessoas bem-sucedidas, mas são sobreviventes, assim como quem pratica esportes perigosos e não morre. Por outro lado, há quarenta anos, fumar maconha não era o objetivo em si. Fumava-se maconha e se queimavam sutiãs como forma de transgressão. Hoje, o uso da maconha é totalmente diferente. A maconha não é mais bandeira de coisa alguma. É comum ouvir papo furado do tipo "Fumo maconha porque sou livre". Está errado, pois quem é livre não precisa usar drogas.

Veja – O senhor é a favor da discriminação da maconha?

Tiba – Não. O Brasil não está preparado para uma medida tão radical. Não sou a favor de ficar prendendo usuários, mas também não sou a favor de liberar geral, pois, se os caras estão se perdendo com cerveja, imagine com maconha.

Veja – Por que o senhor diz que amor em excesso pode gerar filhos drogados?

Tiba – O amor sem limites deixa que se desenvolva demais o lado animal e instintivo do jovem, que passa a fazer apenas aquilo de que tem vontade. Para esse jovem, o que interessa é o prazer. A maioria dos pais faz de tudo para agradar aos filhos e eles aprendem a ter prazer sem fazer nenhum esforço. Aí, quando vão para a rua, logo encontram quem lhes ofereça um baseado, uma dose de prazer.

Veja – Quando os pais devem começar a desconfiar que o filho está usando drogas?

Tiba – A maioria só desconfia quando a performance do filho na escola piora. Aí, pode ser tarde demais, pois o rendimento escolar é uma das últimas máscaras a cair. Antes, já caiu a ética relacional, que se traduz na falta de respeito às pessoas. Há também uma diminuição do afeto. Antes, ele se mobilizava para ajudar os pais a resolver pequenos problemas, ficava preocupado quando a mãe tinha uma dor de cabeça. Depois, o mundo pode desabar que ele não está nem aí, como se fosse um pensionista da casa.

Veja – Como identificar os primeiros sinais dessa situação?

Tiba – Além do comportamento suspeito que já citei, há outros disfarces fáceis de ser percebidos. Em geral, usar incenso, perfumar o ambiente ou deixar o chuveiro ou o ventilador ligados o tempo todo são estratégias para acabar com

a marofa, a fumaça da maconha. Deve-se prestar atenção também na fala dos filhos. Se o garoto começa a se preocupar muito com os horários de saída e chegada dos pais, é outro sinal de que pode estar aprontando alguma. É suspeito ainda quando o jovem diz que "todo mundo está usando maconha", numa tentativa de minimizar o problema. Na verdade, isso significa que ele está andando com usuários. Quando o jovem começa a dizer que maconha faz menos mal que outras drogas, então é porque já se tornou, ele próprio, um usuário. Ninguém defende o que não lhe interessa.

Veja – É possível blindar os filhos contra as drogas?

Tiba – A melhor proteção é criar condições para que ele tenha auto-estima e, desde cedo, informá-lo sobre os malefícios das drogas. Os pais não têm como controlar a vida do adolescente, mas devem patrulhar o filho quando houver motivo para desconfianças. O jovem se fechar no quarto, por exemplo, é natural. Está querendo privacidade. Mas, se tranca a porta, está colocando os pais para fora da vida dele. Privacidade a chave é expulsão dos outros. Isso os pais não podem permitir.

Veja – Em seu último livro, o senhor afirma que educar é diferente de criar. Qual a diferença?

Tiba – Os pais que educam têm como foco preparar os filhos para a vida. Os que criam acham que resolvem os problemas para eles. A maioria dos pais demora para fazer os filhos assumir responsabilidades. Por isso, é comum encontrar jovens que, apesar de bem-criados e bem nutridos, são mal-educados. São adolescentes que diante de qualquer situação adversa desistem ou partem para a ignorância.

Veja – Que valores os pais devem inculcar nos filhos?

Tiba – Os principais são disciplina, gratidão, religiosidade, cidadania e ética. Por exemplo, quando o pai dá um presente ou mesmo um bombom ao filho e ele sai correndo sem dizer um "obrigado", ou o diz sem olhar nos olhos, não vale. Tem de ser incisivo: "Filho, olhe nos meus olhos e agradeça". Assim mesmo, na bucha. Essa postura de cobrança pelos mínimos bons costumes, se for constante, vai surtir um efeito para a vida inteira.

Veja – O bom exemplo dos pais influencia também na formação ética?

Tiba – A maneira como o filho trata uma empregada é uma cópia fiel da forma como seus pais a tratam. Se o pai ou a mãe fala "Vamos rezar" e quando sai da igreja já xinga um transeunte, dá o direito de o filho questionar: "Então a espiritualidade só vale dentro da igreja?". Não adiantam apenas exemplos de boa conduta. Muitas vezes, o filho joga algo no chão e o pai pega, achando que está sendo exemplar. Está errado, pois o que o pai tem de fazer é obrigar o filho a pegar. De outro modo, ele vai achar-se no direito de jogar papel no chão da escola e não apanhar. Afinal, essa função é da faxineira.

Veja – O que o senhor entende por religiosidade é frequentar igreja?

Tiba – É um sentimento instintivo do ser humano, que precede as religiões. Significa gente gostar de gente. Hoje em dia se valoriza muito pouco o respeito ao outro, independentemente do credo. Quando o filho maltrata o pai e este engole o mau trato sem reagir, dá uma grande lição de não-religiosidade. Quando o filho quebra um copo num momento de raiva, é comum o pai dizer: "Eu sei que você não fez por querer". Ao invés de poupá-lo e tirar a culpa do filho, o certo é fazer com que ele arque com as conseqüências de seu ato.

Veja – Adianta castigar ou cortar a mesada?

Tiba – Mais do que cortar a mesada, o importante é fazê-lo repor o que

quebrou. Tirar dinheiro é muito fácil. O filho tem de se dar ao trabalho de comprar um copo igual no lugar do próximo brinquedo, por exemplo. É uma forma de chamá-lo a assumir a consequência pelo ato praticado. Castigo não resolve coisa alguma. Se aqueles rapazes de Brasília que queimaram o índio Galdino, em vez de presos, tivessem sido condenados a trabalhar durante um ano na seção de queimados de um hospital, o efeito pedagógico seria muito melhor. Na cadeia, até gozam de certas mordomias. Não devem ter aprendido nada lá.

Veja – *Têm-se visto muitos casos de atrocidades cometidas por jovens de classe média, como alguns que mataram os pais. O que são esses casos?*

Tiba – Quando um filho chega ao ponto de atentar contra a vida dos pais, o respeito já se perdeu faz tempo. Ninguém que ama mata assim de repente, por impulso. Essa tese é desculpa de advogado. A situação já estava complicada. Tanto que aquele pai que matou o filho em São Paulo, há dois meses, alegou legítima defesa e obteve o apoio da família. Imagine, nem a mãe lamentou que o pai tenha matado o filho! O rapaz já estava em um estágio tão ruim que seu pai se viu em um triste dilema: era matar ou morrer. Boa parte da culpa nesses casos é dos pais, que, incompetentes para dar uma boa educação, tentam compensar arcando com as consequências das besteiras cometidas pelos filhos.

Veja – *Nesses casos, dá para dizer que a droga foi o principal combustível?*

Tiba – Há uma corrente, com a qual eu não concordo, que defende que a droga apenas desperta o assassino que a pessoa tem dentro de si. Eu acho que não é assim. Quando começam a usar drogas, as pessoas perdem a ética. Depois, têm a afetividade alterada, piora o rendimento escolar e, só aí, o organismo começa a ser atingido. Os bons princípios são devastados bem antes pelas drogas, e a pessoa passa a pensar que pode tudo. Poder sem ética vira violência.

Veja – *As teorias que o senhor prega foram colocadas em prática na educação de seus filhos?*

Tiba – Meus filhos não funcionaram como laboratório nem cobaia para minhas teorias, mas eu e minha esposa nos empenhamos bastante para torná-los capazes de enfrentar bem a vida. Em casa, nunca entregamos nada pronto para eles. Nosso lema sempre foi: "Quem sabe fazer aprendeu fazendo". Criamos uma espécie de contrato de consequência, ou seja: se produziam ou agiam bem, eram recompensados pelo esforço feito. Se não, sofriam a consequência.

Veja – *O senhor os colocava de castigo? Batia neles?*

Tiba – Não os castigava. Eu os ensinei a arcar com o ônus e o bônus de seus atos. Também nunca bati, mas, às vezes, quando algum fazia muita birra, eu dava uns gritões na orelha dele e estabelecia um prazo para ele mudar de idéia.

Quinta-Feira, 14 de Fevereiro de 2008

Semana de trotes

Esta é uma semana especial para muitos estudantes brasileiros. Depois de um ano duro, de muito estudo e pouca diversão, os universitários comemoram a disputada vaga numa faculdade.

Chegou a hora de comemorar. O trote – aquela brincadeira tradicional entre veteranos e calouros – é uma forma de celebrar a nova fase e de extravasar a tensão acumulada. Mas, algumas vezes, os excessos assustam os novatos

Tem que ser proporcional: depois de um ano de muito estudo, uma recompensa muito grande. Na comemoração, vale pintar rosto, corpo, cortar cabelo e liberar a ansiedade de meses.

Na Universidade Federal de São Carlos, interior de São Paulo, até mãe de calouro entra na brincadeira. “É uma passagem, uma transformação. É a liberdade dos pais e ele crescendo, se tornando adulto. É muito difícil!”, diz a mãe Renata Ramos, emocionada.

Nas universidades, o trote é uma instituição. Para quem está chegando nesse ambiente, a importância é clara: trata-se de um ritual de iniciação ansiosamente esperado e que, na maioria dos casos, vai ser lembrado para o resto da vida. “É o meio melhor de interagir com o pessoal com quem a gente vai passar cinco ou seis anos de nossa vida”, acredita Guilherme Zanin, calouro de Engenharia Mecânica.

Uma turma que entrou em História na PUC de São Paulo esperava um trote violento, mas ficou aliviada. “Tomei calmante antes de vir, estava com muito medo. Mas aí o veterano chegou, pintou um pouco a minha cara e a gente foi pedir dinheiro no farol. Foi bem mais leve do que eu pensei”, conta Pedro Felipe Azemberg. “Eu pensei que ia ser pesado, mas foi super tranquilo, rápido”, completa Andréa Filgueiras.

O problema é quando a lembrança não é nem um pouco agradável. Os excessos ainda ocorrem, como mostram alguns flagrantes registrados pelo **Jornal Hoje**.

Em uma das imagens, alunos da PUC-SP pedem dinheiro no farol e bebem uísque às 10 horas da manhã.

Os alunos da USP alugaram dois ônibus para levar calouros para uma praça perto da universidade. Com uma câmera escondida, nosso produto mostra que os alunos da USP também bebem demais pra comemorar:

Veterano: Isso é pra deixar eles bêbados.

Produtor: Mas tem gente que não bebe isso não, meu!

Veterano: Ah, eles bebem. Aprende, né? É coisa que se aprende na faculdade.

Alguns estudantes aproveitam o momento pra fumar maconha, em frente à PUC-SP, no meio da rua. Atrás deles, acontece uma briga: um estudante cai, bate a cabeça e ainda leva um chute no rosto.

Para o psicólogo Ary Tehfeld, o trote humilhante só serve para estimular mais violência. “Isso de algum modo é reproduzido porque aquele que o faz também passou por isso, e aí muitas vezes o trote é muito violento, exige a submissão. Realmente, é uma forma que os professores e as reitorias tendem a condenar e buscar acabar com esse tipo de prática”, afirma.

A assessoria da PUC informou que apóia o trote solidário e que o consumo de bebidas alcoólicas é proibido dentro do campus.

A assessoria da USP informou que o trote é proibido na universidade e divulgou um telefone para atender denúncias de trotes ou ameaças: 0800 012 10 90.

Para discutir o assunto, o **Jornal Hoje** trouxe para seu estúdio o professor de Psicologia da PUC-SP, Hélio Deliberador. Confira:

JH: O trote é um bem ou um mal necessário, para que o aluno celebre a entrada na faculdade?

Hélio Deliberador Por um lado, o trote faz bem: é a integração a uma nova realidade, a um novo grupo, um novo padrão de relacionamento referencial. O trote é um mal quando ele se torna violento, constrangimento, excesso de ingestão de bebida alcoólica e causa problemas que a sociedade já conhece.

JH: Como os pais devem se comportar nesse momento?

Hélio Deliberador No momento do trote, o aluno tem 18 ou 20 anos, mas está ainda na casa paterna. Então, há um diálogo necessário normal, uma conversa para se contar como foi o dia, o que aconteceu. Dessa maneira, os pais podem acompanhar o que acontece no trote e, se for o caso, podem procurar as autoridades da universidade no sentido de evitar situações de constrangimento, violência ou excessos.

JH: A universidade pode interferir de alguma forma?

Hélio Deliberador Pode. Já houve situações de trotes que descambaram para a violência nos âmbitos da universidade e foram objeto de uma apuração, resultando na expulsão ou suspensão de alunos.

JH: A questão dos excessos é uma preocupação durante o ano inteiro?

Hélio Deliberador Isso é uma coisa que nós sempre conversamos com os alunos e os pais: a questão do hábito de beber. O álcool hoje é uma questão de saúde pública, de educação permanente para a ingestão de bebida alcoólica de uma forma socialmente responsável.

Os atrativos das drogas

Pesquisa do CIEE ajuda pais e educadores a identificar as razões que levam os jovens ao vício.

No final do ano passado, a prisão em flagrante de 28 jovens por porte e consumo de drogas em uma festa de música eletrônica tomou conta do noticiário nacional. Fatos como esse levam a reflexões como: por que esses jovens usam drogas em um ambiente onde, a princípio, imagina-se que poderiam se divertir encontrando amigos e ouvindo música? Algumas possíveis respostas foram dadas pelos pró-

prios jovens em enquete realizada pelo CIEE sobre o tema. Para 25% deles, a curiosidade e vontade de vivenciar novas experiências são motivos, assim como a fuga de problemas pessoais, associação feita por 22%. Eles também apontam a influência dos amigos (20%), sentir-se parte da turma (11%) e diversão (10%). O levantamento torna-se mais atual se forem levadas em consideração as perspectivas de que, neste ano, aumente o fluxo de drogas no Brasil. Relatório divulgado no final de 2005 pela agência antidrogas da Bolívia dá conta de que o Brasil – e não mais os Estados Unidos – é o principal destino das

remessas ilegais, funcionando como um “corredor de exportação” para as drogas bolivianas, com tendência de aumento em 2006. Esse é mais um dado que alerta para a dimensão que ganha o problema das drogas.

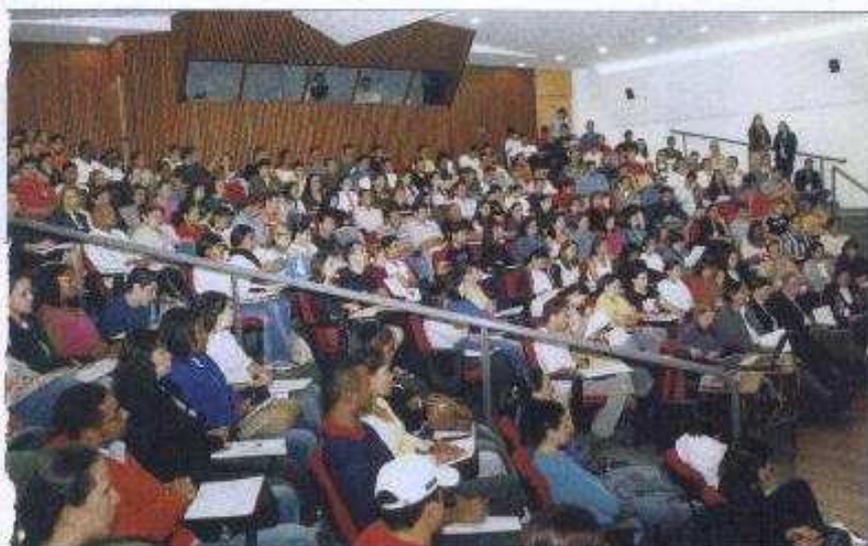
Prevenção, o melhor remédio. Para combatê-lo, diversos especialistas apontam como um dos caminhos a prevenção. Opinião que é compartilhada por parte dos jovens que responderam à enquete do CIEE. Para 22% deles, a prevenção é o principal assunto que deve ser discutido, postura que é respaldada pelas opções que receberam mais votos: os motivos que levam ao uso e os efeitos das drogas. “É possível analisar que os jovens estão preocupados em avaliar em quais situações as pessoas se sentem mais vulneráveis ao uso de drogas, seja porque estão motivadas por alguma razão ou por desconhecerem seus efeitos”, avalia Sylvania Rocha, gerente de Estágio, área responsável pelo levantamento.



Quem você procura

- Amigos (as)
- Não procura ninguém
- Os próprios pais
- Especialistas
- Namorado (a)
- Professores (as)
- Parentes (lhos, primos, etc)
- Irmãos
- Religiosos (aoca, pastor, rabino)
- Os pais de amigos

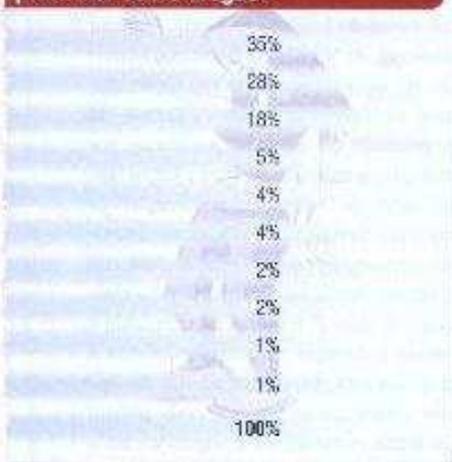
TOTAL



ESTUDANTES DA UNIFEO lotam o auditório durante palestra de prevenção ao uso de drogas.

Um aspecto detectado pela enquete chama a atenção: somente 3% afirmam que a principal razão para o uso de drogas é a falta de informação. A escola é fonte de informação para 25%; a TV, de 22%; e jornais e revistas, de 20%. A família é indicada por somente 18%, percentual que aponta para uma preocupante omissão dos pais, num assunto de tal gravidade e que, reconhecidamente, deve ser enfrentado com o apoio oferecido em casa.

para falar sobre drogas?



Cinco anos de campanha contra. Por ser uma organização que se preocupa não só com o futuro profissional dos jovens, mas também com a formação de cidadãos responsáveis, o CIEB coordena e promove, desde 2000, a campanha nacional antidrogas em instituições de ensino superior, por delegação da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad). A iniciativa consiste na realização de seminários, que levam informações e debates aos universitários com o intuito de esclarecer questões sobre a prevenção às drogas. O primeiro evento foi realizado na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e, desde então, trinta faculdades e universidades aderiram à campanha. Como resultado, os seminários já reuniram aproximadamente cinco mil universitários.

Em 2005, já com a bagagem enriquecida pela experiência de cinco anos de contato com o público universitário, o CIEB introduziu algumas novidades para aprimorar e otimizar os resultados da campanha. A iniciativa que ganha destaque é inédita: foram contratados seis jovens estagiários de Medicina para ministrar as palestras. Ou seja, são jovens

ORIENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Uma boa conversa é a proposta do Viva Voz, serviço criado pela Senad em conjunto com a Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, o Satriae e o Sesi, no Rio Grande do Sul. É uma central telefônica, aberta à população, com orientações e informações sobre as características das drogas psicoativas, sua ação no organismo e também sobre prevenção ao uso e os recursos disponíveis na comunidade para quem precisa de algum tipo de atenção. O projeto está em fase piloto, atendendo inicialmente a Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

O destaque do serviço é que o atendimento é realizado por universitários do último ano das áreas de saúde e educação, que passam por um período de capacitação e, durante as ligações, são supervisionados por profissionais, mestres e doutoras da área de saúde. Além de orientar e informar as pessoas que ligam, os atendedores alimentam um banco de dados que, futuramente, poderá ser consultado como fonte para estudantes, professores e profissionais de saúde. O período de atendimento do Viva Voz é de segunda a sexta, das 8 às 20 horas e o número é 0800 510 0015. O serviço é gratuito e a pessoa não precisa se identificar.

conversando com jovens usando uma linguagem comum, o que facilita a assimilação das informações. Os estagiários são treinados e supervisionados por professores da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e já participaram de dois seminários, realizados no Centro Universitário Fieo (Unifio), em Osasco (SP), e no campus Baecelar da Universidade Paulista (Unip), na capital paulista.

Álcool e morte no trânsito. Outra novidade é que o conteúdo dos seminários passou a incluir capítulos mais específicos sobre o consumo de álcool, ao

PESQUISA

lado de outros que enfocam informações sobre drogas ilícitas e lícitas. Nada mais adequado, já que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), desde o início da década de 1970 o consumo no Brasil cresceu 70%, o que coloca o país entre os 25 que mais consomem álcool no mundo. Outro dado: um levantamento apresentado pela Senad, em novembro de 2005, em Brasília, durante a realização da 1ª Conferência Pan-americana de Políticas Públicas sobre o Alcool, mostram que cerca de 19 milhões de brasileiros são dependentes do álcool. O pior desse quadro é que a bebida alcoólica é usada freqüentemente por mais de 40% dos estudantes do ensino fundamental.

Entre a população universitária, estudos indicam que essa droga é consumida intensamente por 30% de mulheres e 40% de homens universitários. "O problema é o beber se embriagando", detecta a professora doutora Florence Ken-Corrêa, que está à frente do projeto Viver Bem, uma iniciativa da Universidade Estadual Paulista (Unesp) que inclui trabalhos e atividades de prevenção ao consumo de álcool. Ela chama a atenção para a relação do consumo abusivo de álcool com a morte de jovens no trânsito, que pode ser dimensionada por uma pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São



ESTUDANTES DE MEDICINA do projeto do CIEE assistem à palestra do professor Julio Noto, da Unifesp.

Paulo, divulgada em agosto de 2005.

De acordo com o levantamento, o consumo abusivo de álcool tem relação direta com 42,7% dos acidentes de trânsito com vítimas fatais na cidade de São Paulo. As maiores concentrações alcoólicas foram encontradas em homens de 20 a 29 anos, solteiros e que morreram no local do acidente. Florence alerta para a gravidade do quadro que, na sua opinião, exige estratégias conciliadas, partindo dos níveis governamental e civil.

Algumas iniciativas ganham destaque, como a do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) que, neste ano, intensificará o Movimento Propaganda Sem Bebida, reunindo cerca de 350 entidades da sociedade civil em defesa de uma legislação que limite a publicidade de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação e em eventos esportivos, culturais e sociais.

Alertas na propaganda. O debate sobre o consumo de bebidas alcoólicas vem se tornando mais intenso principalmente por conta do lançamento, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de uma proposta de resolução que quer regulamentar alguns aspectos da propaganda de bebidas, prevendo, por exemplo, a inclusão de frases impactantes, além da "beba com moderação" já existente. Seriam obrigatórias, por exemplo, mensagens como "cerca de 70% dos acidentes fatais são causados pelo consumo de álcool" e outras relacionando a bebida a doenças. A consulta pública à proposta está disponível no site da Anvisa (www.anvisa.gov.br), onde podem ser feitos comentários e sugestões até a primeira quinzena de março.

Principal razão para as pessoas usarem drogas

Curiosidade; Ter novas experiências	25%
Para fugir dos problemas pessoais	22%
Por influência nos amigos	20%
Para se sentirem parte de uma turma	11%
Por diversão	10%
Por problemas familiares	7%
Por falta de informação	3%
Diminuir a timidez	2%
TOTAL	100%

DROGAS

Consumo de cocaína cresce 30% no Brasil

País tem 2,6 consumidores para cada 100 pessoas; dados da ONU mostram que aumento do uso do entorpecente coincide com crescimento econômico

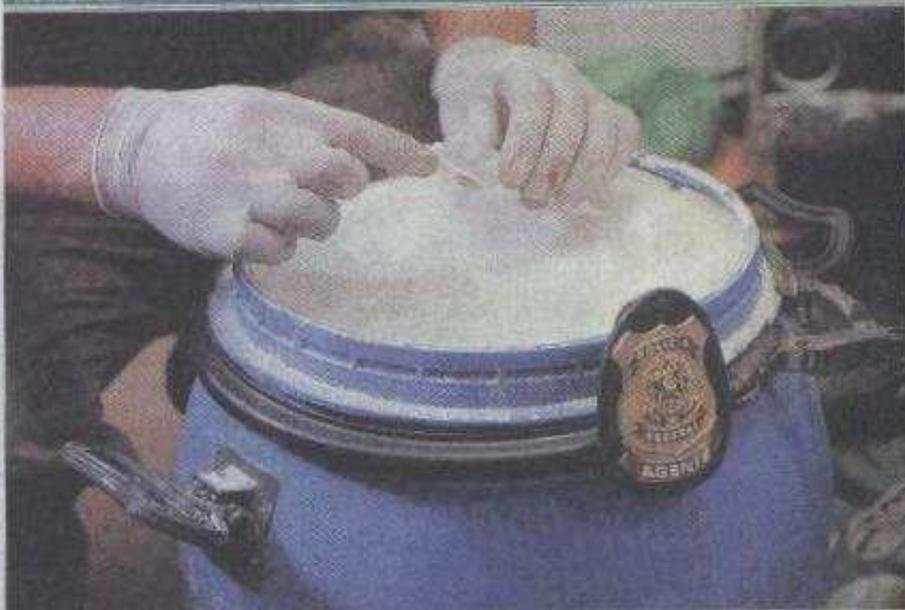
Vanildo Mendes
BRASÍLIA

O consumo de cocaína cresceu mais de 30% no Brasil - média de 6% ao ano - entre 2002 e 2007, segundo dados do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC). "Nunca se consumiu tanta cocaína como atualmente no Brasil. O problema é preocupante porque o consumo não pára de crescer, na contramão do que ocorre na maior parte do mundo, onde os índices estão estabilizados. Já nos Estados Unidos, as taxas estão até caindo", disse o diretor do UNODC, Giovanni Quaglia.

O consumo já foi diagnosticado em 80% das nações do planeta, indicando que a globalização do tráfico se tornou um problema. Por ano, os consumidores espalhados pelo mundo chegam 600 toneladas de cocaína, movimentando um mercado de cerca de R\$ 80 bilhões. Pelo Brasil, circulam 80 toneladas ao ano, quase tudo produzido em países vizinhos, como Colômbia, Peru e Bolívia. O tráfico da droga movimenta cerca de US\$ 5 bilhões no Brasil.

Desse total, 40 toneladas (metade do que aqui transita e 6,5% do consumo mundial) ficam no Brasil para consumo interno e o restante é exportado para grandes mercados, como Estados Unidos, Europa e Ásia. São Paulo, Brasília, Rio e Porto Alegre estão entre os maiores centros consumidores. O levantamento da ONU mostra que em toda parte do mundo há relação entre crescimento econômico

NÚMEROS



US\$ 80 milhões

é quanto a cocaína movimentada de dinheiro no mundo. A substância é consumida em 80% das nações

600 toneladas

de cocaína são consumidas por ano no mundo. Os usuários brasileiros consomem 40 toneladas

40% da cocaína

que chega ao mercado europeu passa antes pelo Brasil

o e aumento do consumo de drogas, principalmente cocaína, uma das mais caras. O fenômeno, para ele, pode explicar em parte o aumento do consumo no Brasil.

O exemplo mais notório é o da Espanha, que se tornou o maior consumidor per capita do mundo após 15 anos de boom econômico, nas décadas de 80 e 90. Hoje a Espanha tem uma média de 3 consumidores para ca-

da grupo de 100 habitantes entre 15 e 64 anos. No Brasil, o índice já atingiu a 2,6 consumidores para cada grupo de 100, ante 1 para 100 em 2001.

CURSO

Cerca de 40% da droga que chega ao mercado europeu usa o Brasil como rota, passando antes pela África. Para sufocar essa importante rota com o combate integrado às quadrilhas, a

Polícia Federal, em parceria com o órgão da ONU, começou a treinar peritos e agentes de países sul-americanos e africanos de língua portuguesa. A aula inaugural do curso, que durará quatro meses e meio, foi ministrada ontem. Essa primeira turma tem 27 representantes de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, além de países sul-americanos. ■

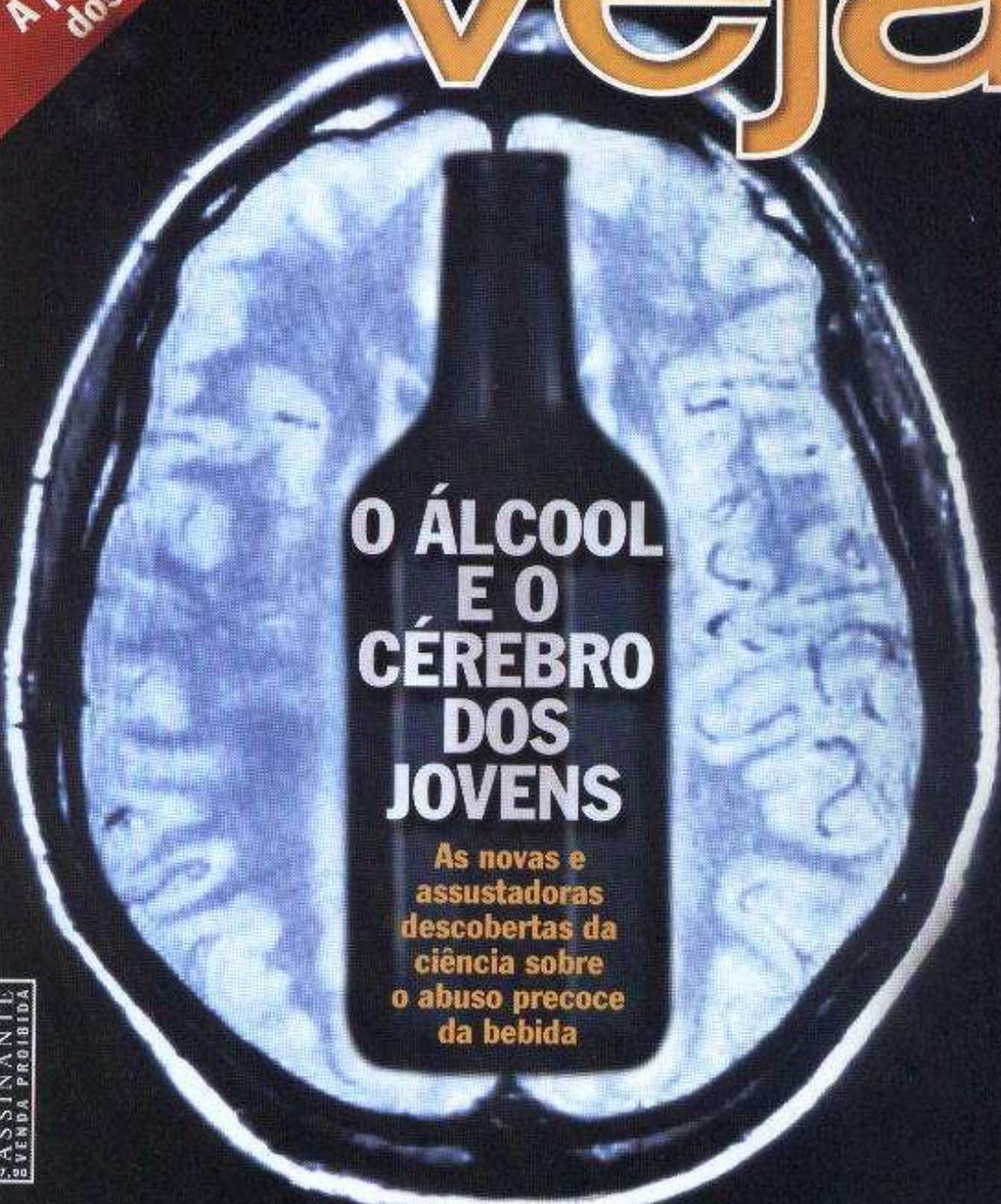


IGREJA RENASCE
A polícia atrás
dos bispos

Editora ABRIL
edição 1985 - ano 39 - nº 46
6 de dezembro de 2006

veja

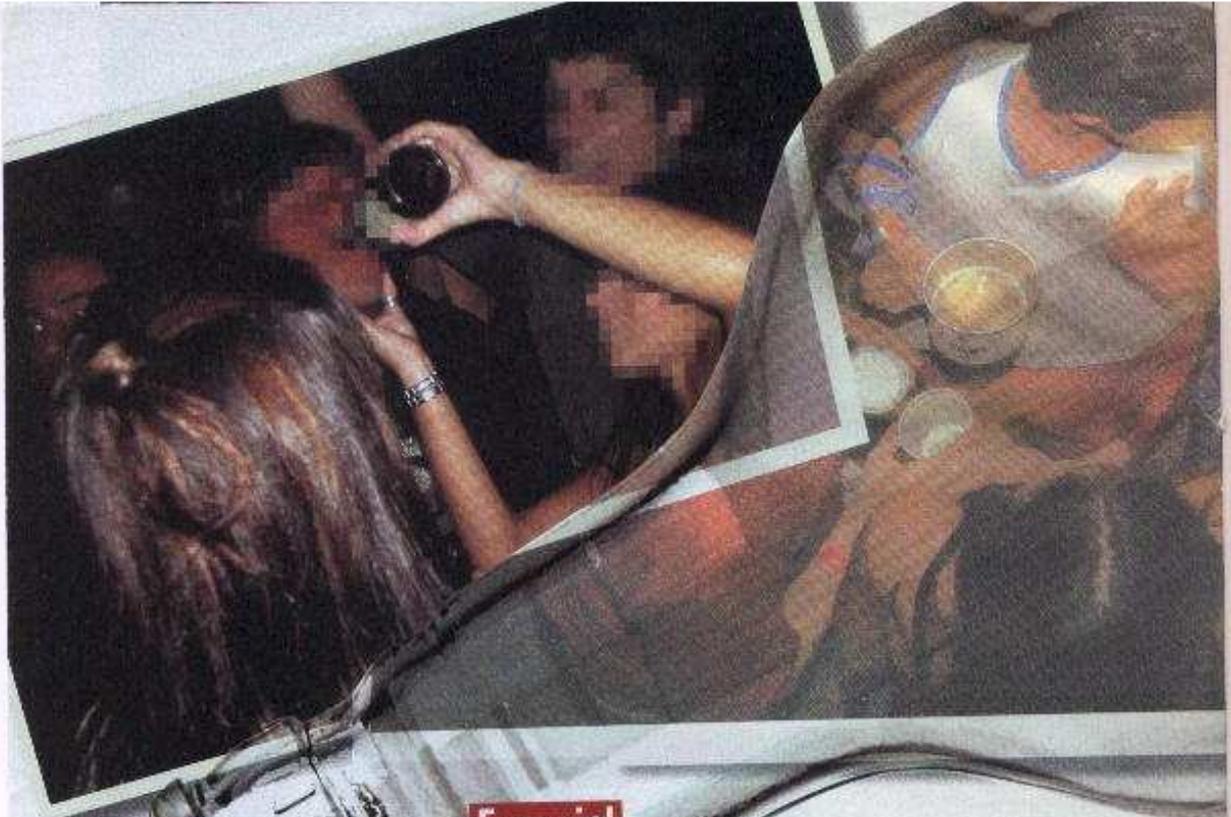
www.veja.com.br



O ÁLCOOL E O CÉREBRO DOS JOVENS

As novas e
assustadoras
descobertas da
ciência sobre
o abuso precoce
da bebida

EXEMPLAR DE
R\$ 7,90
ASSINANTE
VENDA PROIBIDA



Especial

INIMIG

Um alerta da ciência condena um hábito que, em geral, começa em casa: o consumo exagerado de álcool na adolescência pode causar danos em regiões do cérebro ligadas à memória e ao aprendizado, além de aumentar a propensão dos jovens ao alcoolismo

Renaldo Soares

Quando tinha 11 anos, o carioca Fabrício tomou seus primeiros goles de cerveja. Estava na companhia do irmão e de um primo em uma festa. Com 15 anos, acompanhado do pai, embriagou-se pela primeira vez. Aos 16, munido de uma carteira de motorista falsa, ele saiu para dirigir — quase sempre bêbado — e volta e meia se metia em brigas de rua. A presença marcante do álcool na adolescência de Fabrício (*nome fictício*), hoje um DJ de 27 anos, não é um caso isolado. Poderia ter se dado na imensa maioria dos lares brasileiros, em que o consumo de bebida alcoólica por menores de idade é uma prática

não só tolerada como às vezes incentivada pelos próprios pais. Sempre foi assim. O que começa a mudar agora é que esse tipo de comportamento, normalmente encarado como uma das muitas transgressões típicas da adolescência, às quais as famílias não dão grande importância, vem assumindo os contornos de calamidade no meio científico. As pesquisas dedicadas ao tema se intensificaram nos últimos dez anos. A principal constatação dos cientistas é que o consumo de álcool na adolescência e na juventude deixa marcas indelévels no cérebro. Beber é muito mais danoso para o cérebro jovem do que para o dos adultos. Os efeitos a longo prazo são bastante indesejáveis. Eles variam de déficits de aprendizagem, falhas permanentes de memória, difícil-



O ÍNTIMO

dade de autocontrole e ausência de motivação. Além disso, o abuso de álcool na juventude faz com que o jovem fique cinco vezes mais propenso a se tornar alcoólatra na idade adulta.

Atenção! A esta altura da reportagem entra em funcionamento o sistema de defesa de todo adulto perfeitamente normal hoje que se lembra de seus porres homéricos na juventude: "Eu enchi a cara na juventude e não me tornei alcoólatra" é uma reação tão pouco científica quanto outras duas clássicas chucanas mentais: "Eu apanhei muito de meus pais na infância e nem por isso tenho traumas ou os odeio" ou "Bati muito racha a 100 quilômetros por hora nas madrugadas e estou aqui vivo e fixo — além de ter me tornado um motorista muito responsá-

vel". Do ponto de vista pessoal, essas reações devem ser vistas como a fala de sobreviventes, de pessoas que desafiaram o perigo e saíram vivas, intactas, para contar a história. Do ponto de vista da ciência, os sobreviventes são apenas a prova de que o perigo é real e de que não vale a pena fechar os olhos a que os filhos corram os mesmos riscos. A boa sorte, infelizmente, não é hereditária.

Os estudos nessa área ainda precisam ser aprofundados, mas as descobertas feitas até agora são alarmantes. Um dos maiores especialistas no assunto, o pesquisador americano Aaron White, anunciou que existe um "sentido de urgência" na investigação científica sobre uso de álcool na adolescência. Diz ele: "Estamos na mesma situação em que

nos encontrávamos há trinta anos, quando se tornou evidente o risco que corriam os bebês de gestantes que ingeriam álcool. Era urgente advertir todas as grávidas o mais rápido possível". As pesquisas (veja quadro na pág. 98) são unânimes em apontar que o uso exagerado de álcool na adolescência afeta principalmente habilidades cognitivas do cérebro, como memória e aprendizado. Um dos estudos mais completos é o da equipe da psiquiatra americana Susan Tapert, na Universidade da Califórnia. Tapert estudou o cérebro de jovens menores de idade com histórico de consumo de álcool. Ela descobriu em todos eles um dano variável mas permanente em uma região cerebral conhecida como hipocampo. Essa estrutura neuronal é

MONTAGEM COM FOTOS DE PHILIPPE PÉREZ E MICHAEL DO REVERA

DELINQUÊNCIA

Documentos falsos: adolescentes como os cariocas André, Arlindo e Maurício usam identidades fabricadas para burlar o controle na portaria de estabelecimentos que não permitem a entrada de menores

parte do chamado sistema límbico. Ela aparece nos dois hemisférios cerebrais e, de forma pouco conhecida pelos cientistas, é responsável pela navegação espacial e pela memória. Não por acaso, as doenças degenerativas do cérebro, como Alzheimer, são mais cruéis quando destroem as células nervosas do hipocampo. A exposição do hipocampo ao álcool em tenra idade é uma temeridade que os cientistas sustentam que deve ser evitada a todo custo. Disse Susan Tapert à VEJA: "O cérebro do adolescente tem grande plasticidade e teoricamente poderia se recuperar naturalmente de alguns dos danos provocados pelo álcool. Isso, no entanto, precisa ser provado de modo científico".

As principais descobertas feitas até agora revelam que:

- O álcool pode causar danos ao hipocampo, cujo desenvolvimento mais acentuado ocorre a partir do fim da adolescência. Testes em cobaias mostraram que o álcool deixa mais lentos os neurônios envolvidos na formação de novas memórias, o que pode ser a explicação para lapsos em jovens humanos.
- Adolescentes de 15 a 16 anos que haviam se embestado pelo menos 100 vezes na vida se saíram pior em testes de memória do que seus equivalentes sóbrios. Além disso, apresentavam hipocampo menor que o dos que não bebiam.
- O nível de atividade cerebral durante testes de memória e atenção realizados com uso de ressonância magnética fun-

cional (que mede a alteração dos níveis de oxigênio no cérebro) foi menor em adolescentes com histórico de bebedeiras.

■ Dos adultos que haviam começado a beber antes dos 14 anos, 47% se tornaram dependentes; entre os que iniciaram o consumo a partir dos 21 anos, o percentual de dependência foi de 9%.

Dois fatores em especial chamam a atenção dos pesquisadores e tornam esse cenário ainda mais sombrio. Primeiro, a iniciação ao álcool se dá cada vez mais cedo. No Brasil, ela ocorre aos 12 anos e meio, enquanto nos anos 90 acontecia aos 14. Nos Estados Unidos, o primeiro uso se dava entre os 17 e os 18 anos até meados da década de 60. Atualmente, está na faixa dos 14 anos. O outro motivo de apreensão — justamente por ser o que expõe os jovens a possíveis danos

cerebrais — é que eles estão adotando como hábito beber exageradamente, e não apenas nos fins de semana. Essa prática, descrita em inglês como *binge drinking*, é a famosa hebedeira, ou suas variantes mais afóra para designar consumo excessivo de álcool, como "encher a cara", "tomar todas", "meter o pé na jaca" ou "enxugar o copo". Apesar das inúmeras referências jocosas criadas pelo anedotário popular, não há nada de engraçado nesse comportamento, principalmente entre os mais jovens. Porque, além dos danos neurológicos a longo prazo, o adolescente fica exposto a riscos mais imediatos, como envolvimento em acidentes de trânsito, casos de violência sexual, brigas e sexo sem proteção.

Quem circula por locais onde adolescentes costumam se reunir para beber



O ALERTA DA CIÊNCIA

Pesquisas sobre os efeitos do álcool no cérebro dos adolescentes mostram que a substância, consumida num padrão considerado nocivo, afeta regiões responsáveis por habilidades como memória, aprendizado, autocontrole e motivação. Internacionalmente, considera-se nocivo o uso semanal de álcool a partir de 21 doses (homens) e catorze doses (mulheres)*

*Uma dose equivale a uma taça de vinho, a uma lata de cerveja ou a dois dráms de uísque. Estes parâmetros valem para adultos. Adolescentes são mais sensíveis à ação do álcool e podem estar sujeitos a efeitos nocivos em dosagens inferiores às apresentadas aqui.

Hipocampo

O QUE ELE FAZ

Está ligado aos processos de memorização e aprendizado

O QUE FOI PESQUISADO

Experimentos com ratos realizados na Universidade Duke (EUA) mostraram que, em cobaias adolescentes, o álcool tornou mais lenta do que em espécimes adultos a atividade dos neurônios envolvidos na formação de novas memórias. Conforme se aumentou a dosagem de álcool, a atividade cessou completamente

QUAL A CONCLUSÃO

Em adolescentes humanos, isso pode ser a explicação para os lapsos de memória durante as bebedeiras. Pensava-se que esse fenômeno só ocorria em adultos



SALTO PARA A MORTE

Alessandra: fugindo da polícia para não ser detida por andar de moto embriagada, ela se atirou às margens do Rio Tietê e não morreu por milagre, mas até hoje sente os efeitos do tombo

percebe a gravidade da situação. Embora seja proibida a venda de bebidas a menores de 18 anos, meninos e meninas bebem quanto querem e nos mais variados locais: postos de gasolina, bares próximos a escolas, boates, clubes e festas. Se o local restringe a entrada de menores, a solução é simples: os adolescentes pegam carona com grupos de amigos maiores de idade para iludir o controle na portaria. Ou então partem para a delinquência mesmo, falsificando documentos. O carioca Maurício, 16 anos, se orgulha de ter mais de vinte documentos falsos, entre di-

ferentes versões de RG e carteirinhas de universitário. Um de seus amigos de bebedeiras, André, também de 16 anos, conhece os macetes para "envelhecer" uma carteira de identidade postíça. Diz ele: "É só passar hora de café para escurecer o papel, amassar um pouco e morder a borda do plástico para parecer que o documento não é muito novinho. Tem boate

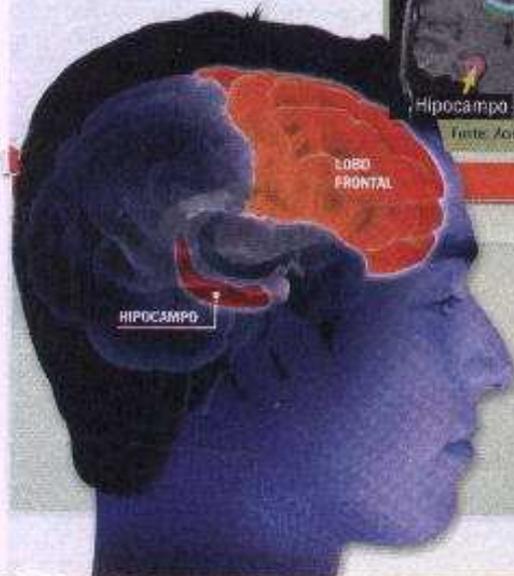
em que a pessoa olha e até percebe que é falso, mas deixa entrar assim mesmo".

O repertório de bebidas é mais amplo do que os truques para burlar o frágil controle na entrada. As preferidas dos adolescentes são as de sabor adoçado, como os coquetéis de frutas cujos nomes são de péssimo gosto e não têm nenhuma relação com o potencial tóxico de



Comparado com o de uma pessoa saudável, o cérebro de um alcoólatra (à dir.) apresenta atrofia. Isso pode ser observado pela dilatação dos ventrículos (estrutura em verde), pelo estreitamento do corpo caloso (a principal conexão entre os dois hemisférios, em azul) e pela redução de hipocampo (região da memória, em rosa).

Fonte: Zoray Louzada, da Universidade Federal de São Paulo



Lobo frontal

O QUE ELE FAZ

Ligada à concentração, ao planejamento e à iniciativa, essa área é essencial para o indivíduo controlar o impulso e medir as consequências de seus atos

O QUE FOI PESQUISADO

Estudo realizado na Universidade da Carolina do Norte submeteu ratos ao equivalente a quatro dias de intensa bebedeira. O dano cerebral nas cobaias adolescentes foi duas vezes maior do que nas adultas

QUAL A CONCLUSÃO

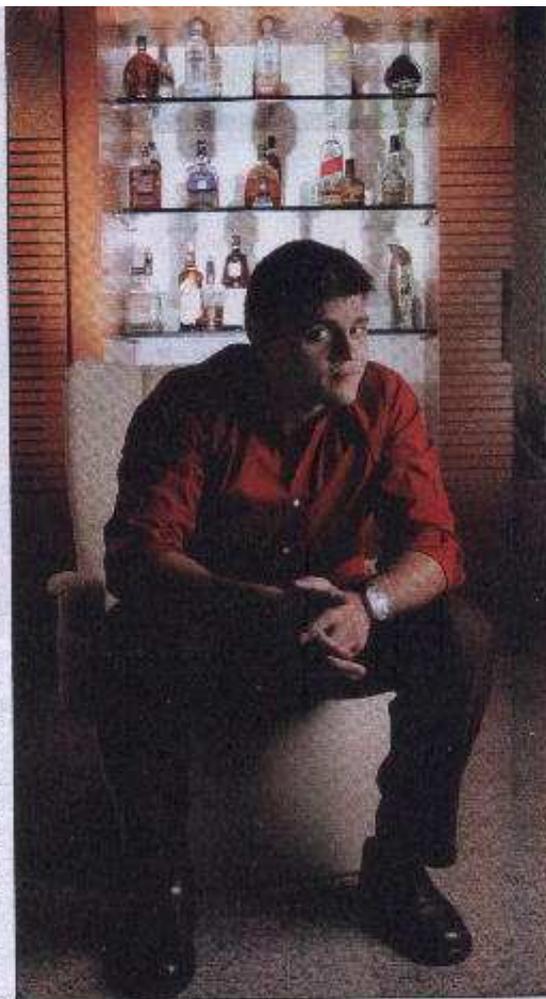
O consumo de álcool em larga escala na adolescência pode levar a pessoa, na fase adulta, a ter dificuldades para, entre outras coisas, tomar decisões e definir o que é certo ou errado

DIREÇÃO PERIGOSA

Paulo Victor: o estudante perdeu a conta de quantas vezes bateu o carro dirigindo bêbado quando era adolescente; no mais grave dos acidentes, ele perdeu a consciência, só acordou no hospital e teve de ficar dois meses de cama

suas composições — *set on the beach* (vodca com groselha, laranja e pêssego) e *unjo mexicano* (tequila com absinto), entre outros. Nesse quesito, um dos mais apreciados é o *gummy*, mistura de vodca com suco em pó que costuma ser usada como chamariz em boates, já incluída no preço da entrada. Outra febre entre os adolescentes são as chamadas *alcopops*, bebidas gasosas que contêm essência de fruta adicionada a algum destilado. Também conhecidas como bebidas *ice*, as *alcopops* possuem teor alcoólico semelhante ao da cerveja e, por seu sabor adocicado, são mais atraentes para quem está começando a beber. Tomaram-se tão populares na Europa e nos Estados Unidos que alguns locais decidiram sobretaxá-las para conter seu avanço.

No Brasil, elas também ganharam terreno. Pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebriad) detectou no ano passado o hábito de adolescentes misturarem destilados (em geral, vodca e uísque) a bebidas energéticas. Foi a primeira vez que a mistura foi mencionada desde que o Cebriad começou, em 1987, a série de pesquisas entre alunos dos ensinos médio e fundamental do Brasil. "Essas *alcopops* se destinam claramente ao segmento de mercado dos menores de idade e são muito perigosas, pois têm um sabor agradável que a cerveja não tem. Muitas vezes os supermercados as expõem na seção de refrigerante, o que é um absurdo", afirma a psiquiatra Analice Gigliotti. Segundo ela, a introdução das *ice* no mercado é uma das explicações para o número cada vez maior de meninas consumindo álcool. Para o presidente da Associação Médica Americana (AMA), J.



Edward Hill, as *alcopops* são "difundidas como alegres, sexy e bacanas, como se fossem menos arriscadas de beber, mas suas conseqüências para a saúde são tudo, menos sexy ou bacanas". O estudante Arlindo, 17 anos, descobriu isso da pior maneira possível. Em uma de suas investidas noturnas com os amigos André e Maurício, apanhou copos de vinho com bebidas *ice*. "Já cheguei carregado. Comecei a dançar, subi num tablado, caí num vão e cortei o braço todo", relata.

Arlindo teve sorte. As noitadas nem sempre terminam bem. Em um episódio que comoveu o Rio de Janeiro em setembro, um carro com cinco jovens que haviam passado a noite em uma boate capotou e bateu numa árvore. Todos os ocupantes

morreram. As vítimas eram de famílias de classe média ou média alta e tinham entre 16 e 22 anos de idade. O rapaz que estava ao volante, um jovem de 18 anos, havia bebido mais do que duas vezes o permitido para dirigir. O episódio está longe de ser um caso isolado. No Brasil, metade dos acidentes automobilísticos fatais está ligada ao consumo de álcool entre jovens de 18 a 25 anos. A paulista Alessandra Erica Elias, 33 anos, que participa de um programa de desintoxicação para dependentes químicos, diz que por milagre não se tornou uma vítima da combinação de álcool com direção na adolescência. Aos 17 anos, pilotando embriagada uma moto em alta velocidade, tentou escapar de uma perseguição policial e se atirou às margens do Rio Tietê, em São Paulo. "Tiquei horas desacordada e até hoje sinto dores na perna por causa do acidente", conta. O estudante carioca Paulo Victor Mombach, 23 anos, por pouco também não entrou nas estatísticas. Ele perdeu a conta de quantas vezes na adolescência se envolveu em acidentes ao dirigir embriagado. No mais grave deles, acordou no hospital, todo imobilizado, e ficou dois meses de cama. "Meus pais me davam bronca, botavam de castigo, tiravam a mesada, mas não adiantava. Eu não tinha maturidade para enxergar que estava exagerando", diz.

A combinação de álcool com direção torna-se especialmente mortal com a chegada das férias e das festas de fim de ano, quando ocorre um verdadeiro banho



POR QUE ÁLCOOL E DIREÇÃO NÃO COMBINAM

Os Estados Unidos adotam a taxa de concentração de álcool no sangue de 0,8 grama por litro como limite para um motorista dirigir com segurança. No Brasil, o permitido é até 0,6 grama por litro. Mas bem antes desses índices o álcool começa a afetar as funções de quem dirige

Fonte: Administração de Segurança no Tráfego dos Estados Unidos (NHTSA, EUA)

de sangue nas rodovias. Nos Estados Unidos, por exemplo, o período entre o Natal e o réveillon é conhecido pelas autoridades como "a temporada mortal". Das mortes no trânsito ocorridas na noite de Natal, 47,4% estão relacionadas ao consumo de álcool, acima da média dos dias comuns (39%). No Ano-Novo, o índice de óbitos associados ao consumo de bebida é ainda mais impressionante: salta para quase 70%. O álcool começa a afetar a habilidade do motorista a partir de uma taxa de concentração no sangue bem abaixo dos limites legais estabelecidos (veja o quadro abaixo).

O Brasil pode se orgulhar de ter um limite mais rígido do que o dos Estados Unidos na tolerância ao teor de álcool no sangue do motorista, mas essa é nossa única vantagem. Enquanto os americanos têm mais de 2.000 leis que regulam o beber e dirigir — lá, a infração é punida até com prisão —, no Brasil nem o simples teste do bafômetro o motorista é obrigado a fazer. "Isso mostra que uma das principais causas de acidentes de trânsito no Brasil é simplesmente ignorada. Aqui, beber e dirigir não é considerado crime; é um comportamento tolerado", diz Ronaldo Laranjeira, coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (Uniad). Também nesse caso, os jovens são as vítimas potenciais. Estudos americanos indicam que, quanto mais jovem o motorista que consumiu álcool, mais risco ele corre de se envolver em acidentes fatais.

A dificuldade de entender o perigo da associação entre bebida e direção é algo típico da adolescência. Nessa fase da vida, a pessoa passa por intensas mudanças físicas e emocionais. Mapeamentos do cérebro mostram que as estruturas responsáveis pelo controle dos impulsos e que ajudam os indivíduos a definir o que é certo e o que é errado ainda não estão completamente formadas. Portanto, o

OS ESTRAGOS NO ORGANISMO

Até agora, pesquisas científicas sobre o consumo de álcool por adolescentes detectaram danos causados em pelo menos quatro regiões do corpo

REGIÃO DO CORPO

CÉREBRO

O QUE FOI DESCOBERTO

Histórico de abuso ou dependência de álcool está ligado à redução de volume do hipocampo e a outras anomalias no corpo caloso

REGIÃO DO CORPO

OSSOS

O QUE FOI DESCOBERTO

O aumento no consumo de álcool está associado à diminuição da densidade mineral óssea em adolescentes do sexo masculino

REGIÃO DO CORPO

FIGADO

O QUE FOI DESCOBERTO

Níveis de enzima que indicam danos ao fígado são maiores em adolescentes com uso problemático de álcool e em obesos que bebem mesmo que moderadamente

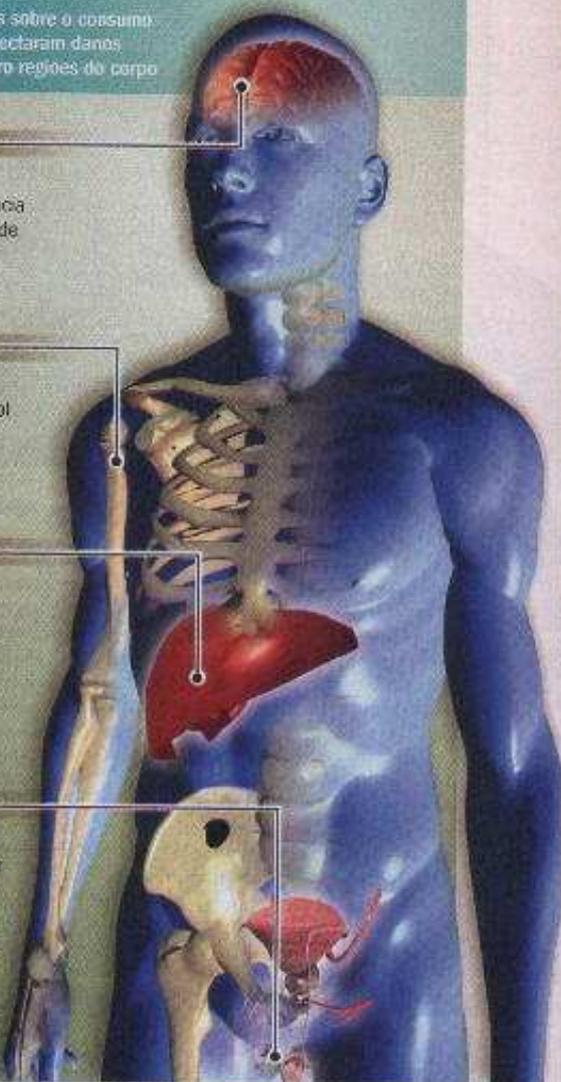
REGIÃO DO CORPO

SISTEMA ENDÓCRINO

O QUE FOI DESCOBERTO

O consumo de álcool pode baixar os níveis de estrogênio, no caso de meninas adolescentes; os níveis de hormônios luteinizantes e de testosterona, nos meninos; e as taxas de hormônios de crescimento, em ambos os sexos

Fonte: Instituto Nacional sobre Abuso de Álcool e Alcoolismo (NIAAA, EUA)



NÍVEL DE ÁLCOOL NO SANGUE (em grama por litro)

O QUE É AFETADO

0,2



Capacidade de fazer uma escolha, como qual pista se vai pegar numa bifurcação

0,3



Tempo de reação a situações como quando o sinal fecha

0,4



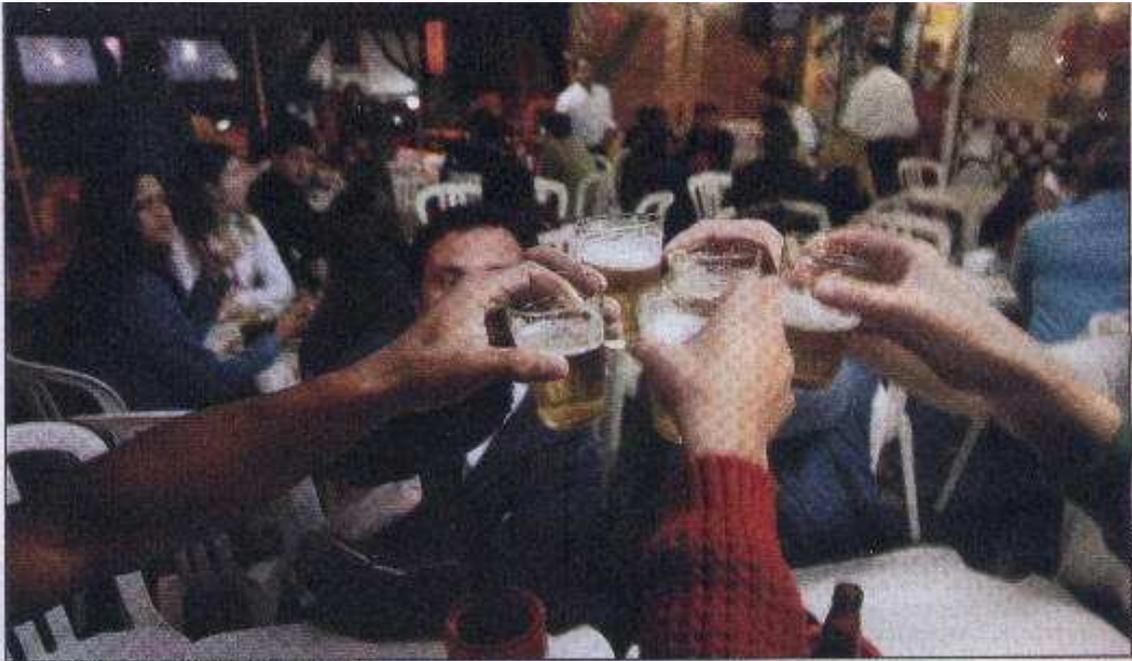
Capacidade de o motorista se manter estável na pista, atenção, coordenação dos movimentos, compreensão e movimento dos olhos

0,8



Concentração, controle da velocidade, capacidade de dirigir em sua faixa de rolamento e troca de marcha, entre outras

FOTO: REINALDO TOLINI/DA



COMPORTAMENTO DESTRUTIVO

Adolescentes que têm as bebidas como hábito ficam sujeitos a acidentes, brigas e sexo sem proteção

adolescente, por natureza, não tem condições de avaliar as conseqüências de seus atos e vive se metendo em encrenca — daí a noção, muito comum, de que se trata de uma fase problemática. “Na adolescência, ocorre uma série de transformações que fazem com que a pessoa fique confusa. É uma confusão boa, de descobrir o que ela vai fazer da vida. Mas, se nessa confusão entram álcool e drogas, fica tudo mais difícil”, afirma a psicóloga Ilana Pinsky, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Não há como definir o momento exato em que começa e em que termina a adolescência. Sabe-se que seu início se dá ao longo de uma mudança ocorrida

entre os 7 e os 11 anos de idade, quando crescem certas regiões cerebrais ligadas à linguagem. A transformação maior acontece por volta dos 18 anos e pode avançar até os 25, quando o córtex pré-frontal amadurece, consolidando o tal senso de responsabilidade que em geral falta aos adolescentes. Cientistas acreditam que esse longo período de desenvolvimento do cérebro pode ser a explicação para comportamentos típicos da adolescência, como a busca por situações novas e potencialmente perigosas, entre elas experimentar álcool e outras drogas.

Como, no caso do álcool, em geral a primeira experiência se dá em casa e com a anuência da família, o problema torna-

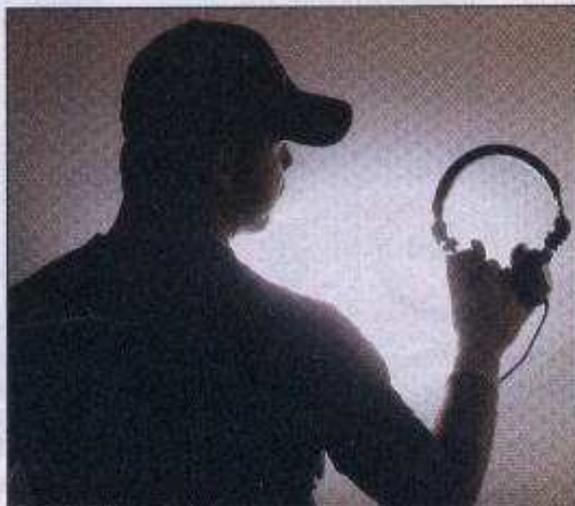
se particularmente difícil de ser enfrentado. O fato de o álcool ser uma droga legalizada gera interpretações equivocadas por parte dos pais. Especialista em adolescentes dependentes químicos, o psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira, da Unifesp, diz que existe “uma grande preocupação da sociedade em torno das drogas ilícitas, mas um descuido completo em relação às drogas legalizadas”. Ele já se acostumou a atender pais desesperados quando descobrem que o filho consome maconha. “Quando você vai ver, o menino fuma maconha uma vez por mês, mas tem um irmão que bebe três vezes por semana, e os pais não estão nem aí. A questão não é a legalidade ou a ilegalidade da substância, e sim o padrão de uso”, afirma. Os especialistas advertem que o exemplo da família é decisivo para definir a relação dos filhos com o álcool (veja quadro na pág. 104). Para a americana Susan Tapert, a palavra-chave é moderação. Diz ela: “Os pais devem estar atentos a quanto e de que maneira eles bebem na presença das crianças”.

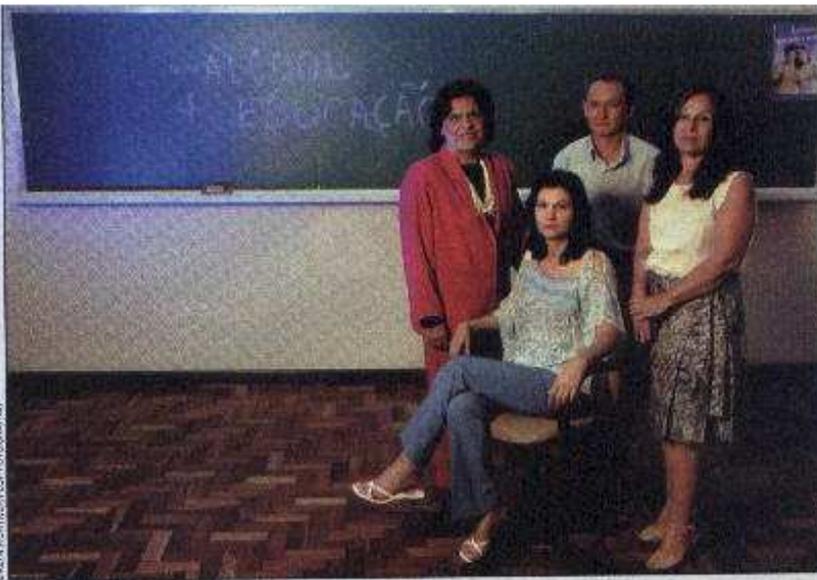
A influência dos pais no comportamento dos filhos é tema controverso na psicologia. Há quem considere desprezível o peso do pai e da mãe na personalidade juvenil, que será influenciada muito

EXEMPLO CASEIRO

Fabrizio: o DJ carioca começou a beber com 11 anos de idade e aos 15 tomou seu primeiro porre, em companhia do pai. Segundo os especialistas, o comportamento dos adultos é fundamental para definir a relação dos filhos com o álcool.

Atitudes negativas dos pais podem levar os filhos a atos destrutivos como se envolver em brigas, matar aula e mentir





O PAPEL DA ESCOLA

Porto Alegre: a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas (Abead) está coordenando um trabalho pioneiro no país. Em parceria com escolas da cidade, passou a orientar os pais de alunos a deixar de servir bebidas alcoólicas a menores em festas de família. A corrente antifalcoo formada pela iniciativa já conseguiu evitar a presença de bebidas em festas de 15 anos promovidas por pais que aderiram ao programa

mais pelo convívio com pessoas alheias ao ambiente doméstico, como amigos e colegas de turma. Outra corrente prega a hegemonia dos genes para explicar a maioria das características pessoais, da timidez à propensão à violência. Um dos maiores estudos já feitos sobre adolescentes no Brasil reforça a tese de que os pais têm, sim, peso fundamental na definição do tipo de adulto que o filho vai ser. Nos últimos dez anos, a psicóloga Lídia Weber, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ouviu mais de 10 000 adolescentes de várias classes sociais em todo o país. O objetivo era medir a associação entre os relacionamentos em casa e a incidência dos chamados comportamentos de risco. A pesquisa concluiu que há relação direta entre atitudes negativas dos pais — bater nos filhos, xingar ou ser omissos na educação — e o comportamento destrutivo dos jovens, como se envolver em brigas, faltar a aulas, usar drogas e mentir. Constatou-se que cerca de

96% dos filhos com bom relacionamento em família nunca haviam se drogado. Já entre os que relataram problemas em casa, 59% usavam regularmente drogas como maconha, crack ou heroína.

Apesar disso, não se pode atribuir aos pais toda a culpa pelo descontrole no consumo de álcool entre adolescentes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o álcool um problema de saúde pública e, como tal, é preciso enfrentá-lo a partir da formulação de políticas governamentais. No caso do Brasil, a OMS sugere que se adote nessa área uma política inspirada na do controle do tabaco, em que o país virou referência mundial. As práticas implantadas aqui reduziram de 39% para 19% o número de fumantes em 25 anos, o que significou menos 36 milhões de brasileiros consumindo nicotina. A principal bandeira dos especialistas que tentam incluir a discussão sobre o álcool na agenda nacional é a proibição total da propaganda de bebidas. Países que

adotaram essa medida reduziram em 30% os acidentes fatais de carro.

Embora a ciência venha mostrando que é preciso fazer algo urgentemente para frear o abuso de álcool na adolescência, o alerta parece não ter se transformado ainda em um clamor da sociedade. "Normalmente existe um intervalo de vinte, trinta anos entre o que a ciência estabelece e o que as pessoas passam a praticar. Foi assim, por exemplo, com as doenças circulatórias", diz Dartiu Xavier da Silveira. O alerta só vai ganhar contornos de clamor social quando as descobertas da ciência sobre os efeitos do álcool em excesso no cérebro dos mais jovens forem tão propagadas quanto os riscos a que se expõem as gestantes que bebem ou fumam. Isso demora. Até lá a regra de ouro é: menor não toma bebida alcoólica. Se tomar, que beba pouco e só em algumas ocasiões. ■

Com reportagem de Daniela Pinheiro

O CAMINHO DO ENTENDIMENTO

A adolescência dos filhos é uma fase complicada para os pais, que se sentem confusos sobre seu papel porque as relações de poder na família são colocadas à prova. Por isso, é natural que tenham dificuldade em lidar com situações como o consumo de álcool. VEJA consultou especialistas e selecionou algumas dicas de como proteger os filhos

Fontes: Suzanne Menckling-Rauzel, Lídia Weber, Sérgio de Paiva Barros e Susan Tapert

INFORMAR: explicar que, quanto mais tardia for a iniciação ao consumo de bebidas alcoólicas (de preferência, a partir dos 21 anos), melhor para eles

APOIAR: orientá-los a chamar um táxi ou ligar para casa se tiverem consumido álcool além da conta e prontificar-se a buscá-los

DAR EXEMPLO: pais que bebem exageradamente dizem aos filhos para não fazer aquilo simplesmente não o faz

IMPOR LIMITES: não é sensato dar total liberdade a meninos de 15, 16 anos e esperar que eles sejam responsáveis por seus atos

CONTROLAR: saber com quem os filhos andam. Os pais devem conhecer os amigos dos filhos, convidá-los a vir à sua casa e procurar manter-se informados sobre os locais que eles frequentam

CONVERSAR: os especialistas são unânimes — ainda não inventaram nada melhor do que o diálogo e a convivência

Médicos querem identificar quem é vulnerável ao álcool

Reações químicas provocadas pela bebida prejudicam seriamente os organismos mais sensíveis

MARTHA SAN JUAN FRANÇA

Durante muito tempo, o hábito de pelo menos 10% dos brasileiros adultos de "tomar conta da garrafa" esteve relacionado a alguma fraqueza moral. Era difícil para os outros 90% da população imaginar algo mais sobre a associação doentia que 22 milhões de pessoas têm com a bebida. Na última década, porém, quando se começou a entender melhor o funcionamento das drogas dentro do organismo e, principalmente seus efeitos no sistema nervoso central, os cientistas passaram a procurar outras justificativas para a vontade de beber. Por trás dessa busca está a esperança de, em um futuro próximo, identificar quem pode apreciar o primeiro gole sem registrar nenhuma alteração na sua qualidade de vida e quem deve fugir desse gesto trivial a qualquer custo.

"Tem gente que pode beber, outros não podem", resume com simplicidade o psiquiatra Saurio Castel, secretário da Associação Brasileira de Estudos de Alcool e Drogas (Abead). "O grande problema é que não se consegue identificar previamente quem pertence ao primeiro ou ao segundo grupo." Na verdade, a gama de reações químicas provocadas pela bebida no organismo não é tão simples de estabelecer. Diferente de outras drogas cuja ação é localizada, o álcool, ou sua variante etanol, presente tanto na cervejinha de domingo como no vinho de festa e de missa, age sobre todas as células —

do coração ao dedão do pé. "Todas as células têm uma membrana protetora pela qual trocam substâncias", explica a biomédica Maria Lúcia Formigoni, da Escola Paulista de Medicina. "O álcool afeta a conformação das membranas e desequilibra as reações celulares." Por esta razão, o consumo exagerado pode provocar deficiências nutricionais, alterações metabólicas, neuropatias, danos no cérebro e no coração.

Quem gosta de repetir uma dose dezenas de vezes costuma culpar o fígado por sensações desagradáveis, como náuseas e gastrite, pelas quais ele nem ao menos é responsável. "O álcool tem a propriedade de irritar as paredes do estômago e do intestino, provocando inflamações agudas", lembra o gastroenterologista

Luiz Edrundo Fonseca, do Departamento de Estudos de Alcoolismo e Farmacodependências do Hospital das Clínicas de São Paulo (Grea). "O fígado, de fato, é o órgão mais afetado pelos excessos, mas costuma sofrer em silêncio."

É no fígado, diz o médico, que o álcool será transformado

em outras substâncias pela ação de uma enzima. Uma dessas, chamada acetaldéido, é considerada o vilão da história pelo seu efeito tóxico sobre as células. Dependendo da pessoa, essa transformação é mais ou menos rápida. Aqueles que acumulam mais desse vilão ou demoram para metabolizá-lo costumam se sentir mal no dia seguinte.

"Quando o fígado vai sendo mais exigido, vai aumentando sua capacidade de metabolismo e conseqüentemente a tolerância ao álcool", frisa Fonseca. Se a agressão for crônica, as células vão degenerar, transformando-se num tecido inútil: é a cirrose, um problema sem volta.

OS RISCOS DE UM COPO CHEIO

O curso do álcool tem conseqüências diretas e indiretas, pois provoca deficiências nutricionais e hormonais. Virtualmente, nenhuma parte do organismo está livre dos efeitos do excesso de consumo.

1 Em seu caminho pelo organismo, o álcool pode irritar o tecido da boca e do estômago.

2 e 3 Ao passar pelo estômago e intestino, que o absorvem, provoca irritações locais, que vão da simples náusea às gastrites e úlceras.

4 Passa pelo fígado, onde é metabolizado. Pode causar lesões e até cirrose.

5 e 6 Depois chega ao coração e pulmões. No coração, pode gerar os distúrbios cardiovasculares, como a hipertensão.

7 No cérebro, o álcool produz uma sensação de euforia e desorientação. Doses maiores podem diminuir as funções cerebrais e a habilidade psicomotora. O exagero leva ao coma. Nas pessoas dependentes, o álcool leva à síndrome de abstinência com náuseas, insônia e tremores.

CONSUMIDOR

CULPA O FÍGADO POR SINTOMAS PELOS QUAIS ELE NÃO É RESPONSÁVEL

ANEXO X

Legislação

- A)** Decreto Lei 28.643 – Dispõe sobre o estabelecimento de perímetro escolar de segurança (03.08.1988)
- B)** Lei Ordinária Diadema 2107/2002 – Normas especiais para funcionamento de bares e similares (13.03.2002)
- C)** Lei 11.343 - Senad - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (23.08.2006)
- D)** Lei Paulínea 2.830 – Código de Posturas do Município de Paulínea (16.10.2006)
- E)** Lei 11.705 – Lei Seca (19.06.2008)

ANEXO A

Decreto Lei 28.643 – Dispõe sobre o estabelecimento de perímetro escolar de segurança (03.08.1988)

Orestes Quércia, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que, nos termos do artigo 141 da Constituição Estadual, compete ao Estado manter a ordem e a segurança pública;

Considerando que, nos termos do Decreto n. 28.642, de 3 de agosto de 1988, foi instituído o Programa de Segurança Escolar, a ser desenvolvido no âmbito das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Educação;

Considerando que o êxito do referido Programa depende, fundamentalmente, da conjugação de esforços de vários seguimentos dos poderes públicos, decreta:

Art. 1º - Fica estabelecido o perímetro escolar de segurança, assim entendido a área contígua aos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual.

Art. 2º - O perímetro escolar de segurança tem prioridade especial nas ações de prevenção e repressão policial, objetivando a tranquilidade de professores, pais e alunos de modo a evitar o mau uso das cercanias das escolas por parte de:

I - vendedor ambulante;

II - pessoa estranha à comunidade escolar.

Art. 3º - A Secretaria da Segurança Pública, em relação a toda e qualquer atividade ambulante, manterá entendimento com as Prefeituras Municipais respectivas, visando a disciplinar, onde não houver regra estabelecida, a proibição de:

I - fixação a menos de 100m (cem metros) de qualquer portão de acesso a estabelecimento de ensino;

II - pessoa física capaz de estabelecer-se com “ponto fixo” de comércio;

III - exercer o comércio sem a competente credencial;

IV - comércio com:

a) medicamentos, quaisquer produtos farmacêuticos e ervas medicinais;

b) gasolina, querosene ou qualquer substância inflamável ou explosiva;

c) fogos de artifício;

d) bebidas com qualquer teor alcoólico;

e) animais vivos ou embalsamados;

f) pastéis, churrasquinhos, lingüiças e carnes de quaisquer espécies;

g) embutidos e laticínios;

h) doces e guloseimas que não estejam devidamente embalados, com indicação visível de sua origem na embalagem;

i) frutas retalhadas;

j) relógios, jóias e óculos.

Art. 4º - A Secretaria da Segurança Pública adotará providências junto aos órgãos competentes para o fiel cumprimento do Decreto n. 62.127, de 16 de janeiro de 1968 (Regulamento do Código Nacional de Trânsito), especialmente quanto à regulamentação do uso de vias públicas (inciso I do artigo 37), objetivando:

I - instituir sentido único de trânsito, quando possível;

II - estabelecer limites de velocidade; e

III - determinar restrições de uso das vias ou parte delas, mediante fixação de locais, horários e períodos destinados ao estacionamento, embarque e desembarque de passageiros.

Art. 5º - A Secretaria da Segurança Pública, mediante resolução, determinará quais as escolas abrangidas por este Decreto, bem como disporá sobre a forma de atuação de seus órgãos visando ao indiciamento dos infratores da legislação referida neste Decreto, com especial atenção aos seguintes dispositivos penais:

I - prática de ato obsceno (artigo 233 do Código Penal Brasileiro);

II - distribuição ou exposição pública de escrito, desenho, pintura, estampa de qualquer objeto obsceno (artigo 234 do Código Penal Brasileiro);

III - desobediência à ordem legal (artigo 330 do Código Penal Brasileiro);

IV - tráfico de entorpecentes (artigo 12 da Lei n. 6.368, de 21 de outubro de 1976);

V - exercício ilegal de profissão ou atividade (artigo 47 da Lei de Contravenções Penais - Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941). Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO B

Lei Ordinária de Diadema - SP, nº 2107/2002

LEI Nº 2107, DE 13 DE MARÇO DE 2002

ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA FUNCIONAMENTO DE BARES E SIMILARES. (Autores: Ver^a Maridite Cristóvão G. de Oliveira e Outros)

JOSE DE FILIPPI JUNIOR, Prefeito do Município de Diadema, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário entre 06:00 e 23:00 horas para funcionamento dos bares ou similares.

§ 1º - Caracteriza bares ou similares os estabelecimentos nos quais, além da comercialização de produtos e gêneros específicos a esse tipo de atividade, haja venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato no próprio local.

§ 2º - O horário referido no "caput" deste artigo poderá ser autorizado ou prorrogado, mediante solicitação de alvará de funcionamento, conforme as peculiaridades do estabelecimento e do local onde se encontra instalado, desde que haja interesse público, preservadas as condições de higiene e de segurança do público e do prédio e, em especial, a prevenção à violência.

Art. 2º - Para efeito desta lei, os bares ou similares que não possuam alvará de funcionamento terão licença especial de funcionamento, expedida pelos órgãos competentes da Prefeitura.

Art. 3º - Fica proibida, a partir da publicação desta Lei, a concessão de novas licenças de funcionamento para bares ou similares, em imóveis localizados a menos de 300

(trezentos) metros de distância de estabelecimento de ensino infantil, fundamental, médio, técnico e superior, público ou privado.

Art. 4º - Aos infratores, nos termos desta Lei, serão aplicadas, pela ordem, as seguintes penalidades:

I - Notificação para regularização, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

II - multa de 100 (cem) UFD.´s - Unidade Fiscal de Diadema, aplicável em dobro, em caso de reincidência;

III - cancelamento do regime especial de funcionamento;

IV - fechamento administrativo do estabelecimento.

§ 1º - Após o fechamento administrativo do estabelecimento, e transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, o Executivo poderá conceder nova licença de funcionamento, atendida a legislação vigente.

§ 2º - Antes da aplicação das penalidades previstas neste artigo, o Poder Executivo, em conjunto com o Legislativo, fará ampla divulgação da Lei.

Art. 5º - A presente Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º - Os recursos para aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente, suplementados, se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Diadema, 13 de março de 2.002.

JOSE DE FILIPPI JUNIOR

Prefeito Municipal

ANEXO C

Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso.

Parágrafo único. Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas.

TÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 3º O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 4º São princípios do Sisnad:

I - o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

II - o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

III - a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;

IV - a promoção de consensos nacionais, de ampla participação social, para o estabelecimento dos fundamentos e estratégias do Sisnad;

V - a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do Sisnad;

VI - o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito;

VII - a integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito;

VIII - a articulação com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do Sisnad;

IX - a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e

reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;

X - a observância do equilíbrio entre as atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito, visando a garantir a estabilidade e o bem-estar social;

XI - a observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas - Conad.

Art. 5º O Sisnad tem os seguintes objetivos:

I - contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados;

II - promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país;

III - promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios;

IV - assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de que trata o art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º A organização do Sisnad assegura a orientação central e a execução descentralizada das atividades realizadas em seu âmbito, nas esferas federal, distrital, estadual e municipal e se constitui matéria definida no regulamento desta Lei.

Art. 8º (VETADO)

CAPÍTULO III

(VETADO)

Art. 9º (VETADO)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. (VETADO)

Art. 13. (VETADO)

Art. 14. (VETADO)

CAPÍTULO IV

DA COLETA, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS

Art. 15. (VETADO)

Art. 16. As instituições com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social que atendam usuários ou dependentes de drogas devem comunicar ao órgão competente do respectivo sistema municipal de saúde os casos atendidos e os óbitos ocorridos, preservando a identidade das pessoas, conforme orientações emanadas da União.

Art. 17. Os dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico ilícito de drogas integrarão sistema de informações do Poder Executivo.

TÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS CAPÍTULO I DA PREVENÇÃO

Art. 18. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;

II - a adoção de conceitos objetivos e de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendam;

III - o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas;

IV - o compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias;

V - a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;

VI - o reconhecimento do “não-uso”, do “retardamento do uso” e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados;

VII - o tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas;

VIII - a articulação entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares;

IX - o investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida;

X - o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas;

XII - a observância das orientações e normas emanadas do Conad;

XIII - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Parágrafo único. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO E DE REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS

Art. 20. Constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas.

Art. 21. Constituem atividades de reinserção social do usuário ou do dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para sua integração ou reintegração em redes sociais.

Art. 22. As atividades de atenção e as de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social;

II - a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais;

III - definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;

IV - atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais;

V - observância das orientações e normas emanadas do Conad;

VI - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Art. 23. As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios desenvolverão programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde e os princípios explicitados no art. 22 desta Lei, obrigatória a previsão orçamentária adequada.

Art. 24. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial.

Art. 25. As instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas poderão receber recursos do Funad, condicionados à sua disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 26. O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, têm garantidos os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário.

CAPÍTULO III

DOS CRIMES E DAS PENAS

Art. 27. As penas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo, ouvidos o Ministério Público e o defensor.

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I - advertência sobre os efeitos das drogas;
- II - prestação de serviços à comunidade;
- III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

I - admoestação verbal;

II - multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

Art. 29. Na imposição da medida educativa a que se refere o inciso II do § 6º do art. 28, o juiz, atendendo à reprovabilidade da conduta, fixará o número de dias-multa, em quantidade nunca inferior a 40 (quarenta) nem superior a 100 (cem), atribuindo depois a cada um, segundo a capacidade econômica do agente, o valor de um trinta avos até 3 (três) vezes o valor do maior salário mínimo.

Parágrafo único. Os valores decorrentes da imposição da multa a que se refere o § 6º do art. 28 serão creditados à conta do Fundo Nacional Antidrogas.

Art. 30. Prescrevem em 2 (dois) anos a imposição e a execução das penas, observado, no tocante à interrupção do prazo, o disposto nos arts. 107 e seguintes do Código Penal.

TÍTULO IV

DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. É indispensável a licença prévia da autoridade competente para produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, observadas as demais exigências legais.

Art. 32. As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária, que recolherão quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.

§ 1º A destruição de drogas far-se-á por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, guardando-se as amostras necessárias à preservação da prova.

§ 2º A incineração prevista no § 1º deste artigo será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público, e executada pela autoridade de polícia judiciária competente, na presença de representante do Ministério Público e da autoridade sanitária competente, mediante auto circunstanciado e após a perícia realizada no local da incineração.

§ 3º Em caso de ser utilizada a queimada para destruir a plantação, observar-se-á, além das cautelas necessárias à proteção ao meio ambiente, o disposto no Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no que couber, dispensada a autorização prévia do órgão próprio do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

§ 4º As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão expropriadas, conforme o disposto no art. 243 da Constituição Federal, de acordo com a legislação em vigor.

CAPÍTULO II DOS CRIMES

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de

direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do caput deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta Lei.

Art. 36. Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa.

Art. 37. Colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e pagamento de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) dias-multa.

Art. 38. Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença o agente.

Art. 39. Conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, além da apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva ou proibição de obtê-la, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade aplicada, e pagamento de 200 (duzentos) a 400 (quatrocentos) dias-multa.

Parágrafo único. As penas de prisão e multa, aplicadas cumulativamente com as demais, serão de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e de 400 (quatrocentos) a 600 (seiscentos) dias-multa, se o veículo referido no caput deste artigo for de transporte coletivo de passageiros.

Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se:

I - a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito;

II - o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância;

III - a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos;

IV - o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva;

V - caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal;

VI - sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação;

VII - o agente financiar ou custear a prática do crime.

Art. 41. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do

crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

Art. 42. O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

Art. 43. Na fixação da multa a que se referem os arts. 33 a 39 desta Lei, o juiz, atendendo ao que dispõe o art. 42 desta Lei, determinará o número de dias-multa, atribuindo a cada um, segundo as condições econômicas dos acusados, valor não inferior a um trinta avos nem superior a 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo.

Parágrafo único. As multas, que em caso de concurso de crimes serão impostas sempre cumulativamente, podem ser aumentadas até o décuplo se, em virtude da situação econômica do acusado, considerá-las o juiz ineficazes, ainda que aplicadas no máximo.

Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

Parágrafo único. Nos crimes previstos no caput deste artigo, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena, vedada sua concessão ao reincidente específico.

Art. 45. É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único. Quando absolver o agente, reconhecendo, por força pericial, que este apresentava, à época do fato previsto neste artigo, as condições referidas no caput deste artigo, poderá determinar o juiz, na sentença, o seu encaminhamento para tratamento médico adequado.

Art. 46. As penas podem ser reduzidas de um terço a dois terços se, por força das circunstâncias previstas no art. 45 desta Lei, o agente não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 47. Na sentença condenatória, o juiz, com base em avaliação que ateste a necessidade de encaminhamento do agente para tratamento, realizada por profissional de saúde com competência específica na forma da lei, determinará que a tal se proceda, observado o disposto no art. 26 desta Lei.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO PENAL

Art. 48. O procedimento relativo aos processos por crimes definidos neste Título rege-se pelo disposto neste Capítulo, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.

§ 1º O agente de qualquer das condutas previstas no art. 28 desta Lei, salvo se houver concurso com os crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta Lei, será processado e julgado na forma dos arts. 60 e seguintes da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.

§ 2º Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta Lei, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

§ 3º Se ausente a autoridade judicial, as providências previstas no § 2º deste artigo serão tomadas de imediato pela autoridade policial, no local em que se encontrar, vedada a detenção do agente.

§ 4º Concluídos os procedimentos de que trata o § 2º deste artigo, o agente será submetido a exame de corpo de delito, se o requerer ou se a autoridade de polícia judiciária entender conveniente, e em seguida liberado.

§ 5º Para os fins do disposto no art. 76 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena prevista no art. 28 desta Lei, a ser especificada na proposta.

Art. 49. Tratando-se de condutas tipificadas nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei, o juiz, sempre que as circunstâncias o recomendem, empregará os instrumentos protetivos de colaboradores e testemunhas previstos na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

Seção I

Da Investigação

Art. 50. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.

§ 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

Art. 51. O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo podem ser duplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

Art. 52. Findos os prazos a que se refere o art. 51 desta Lei, a autoridade de polícia judiciária, remetendo os autos do inquérito ao juízo:

I - relatará sumariamente as circunstâncias do fato, justificando as razões que a levaram à classificação do delito, indicando a quantidade e natureza da substância ou do produto apreendido, o local e as condições em que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias da prisão, a conduta, a qualificação e os antecedentes do agente; ou

II - requererá sua devolução para a realização de diligências necessárias.

Parágrafo único. A remessa dos autos far-se-á sem prejuízo de diligências complementares:

I - necessárias ou úteis à plena elucidação do fato, cujo resultado deverá ser encaminhado ao juízo competente até 3 (três) dias antes da audiência de instrução e julgamento;

II - necessárias ou úteis à indicação dos bens, direitos e valores de que seja titular o agente, ou que figurem em seu nome, cujo resultado deverá ser encaminhado ao juízo competente até 3 (três) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios:

I - a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes;

II - a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, a autorização será concedida desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.

Seção II

Da Instrução Criminal

Art. 54. Recebidos em juízo os autos do inquérito policial, de Comissão Parlamentar de Inquérito ou peças de informação, dar-se-á vista ao Ministério Público para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar uma das seguintes providências:

I - requerer o arquivamento;

II - requisitar as diligências que entender necessárias;

III - oferecer denúncia, arrolar até 5 (cinco) testemunhas e requerer as demais provas que entender pertinentes.

Art. 55. Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o acusado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de 5 (cinco), arrolar testemunhas.

§ 2º As exceções serão processadas em apartado, nos termos dos arts. 95 a 113 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

§ 3º Se a resposta não for apresentada no prazo, o juiz nomeará defensor para oferecê-la em 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos no ato de nomeação.

§ 4º Apresentada a defesa, o juiz decidirá em 5 (cinco) dias.

§ 5º Se entender imprescindível, o juiz, no prazo máximo de 10 (dez) dias, determinará a apresentação do preso, realização de diligências, exames e perícias.

Art. 56. Recebida a denúncia, o juiz designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, ordenará a citação pessoal do acusado, a intimação do Ministério Público, do assistente, se for o caso, e requisitará os laudos periciais.

§ 1º Tratando-se de condutas tipificadas como infração do disposto nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei, o juiz, ao receber a denúncia, poderá decretar o afastamento cautelar do denunciado de suas atividades, se for funcionário público, comunicando ao órgão respectivo.

§ 2º A audiência a que se refere o caput deste artigo será realizada dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento da denúncia, salvo se determinada a realização de avaliação para atestar dependência de drogas, quando se realizará em 90 (noventa) dias.

Art. 57. Na audiência de instrução e julgamento, após o interrogatório do acusado e a inquirição das testemunhas, será dada a palavra, sucessivamente, ao representante do Ministério Público e ao defensor do acusado, para sustentação oral, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por mais 10 (dez), a critério do juiz.

Parágrafo único. Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

Art. 58. Encerrados os debates, proferirá o juiz sentença de imediato, ou o fará em 10 (dez) dias, ordenando que os autos para isso lhe sejam conclusos.

§ 1º Ao proferir sentença, o juiz, não tendo havido controvérsia, no curso do processo, sobre a natureza ou quantidade da substância ou do produto, ou sobre a regularidade do respectivo laudo, determinará que se proceda na forma do art. 32, § 1º, desta Lei, preservando-se, para eventual contraprova, a fração que fixar.

§ 2º Igual procedimento poderá adotar o juiz, em decisão motivada e, ouvido o Ministério Público, quando a quantidade ou valor da substância ou do produto o indicar, precedendo a medida a elaboração e juntada aos autos do laudo toxicológico.

Art. 59. Nos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei, o réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória.

CAPÍTULO IV

DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO

Art. 60. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ouvido o Ministério Público, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e outras medidas assecuratórias relacionadas aos bens móveis e imóveis ou valores consistentes em produtos dos crimes previstos nesta Lei, ou que constituam proveito auferido com sua prática, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

§ 1º Decretadas quaisquer das medidas previstas neste artigo, o juiz facultará ao acusado que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente ou requeira a produção de provas acerca da origem lícita do produto, bem ou valor objeto da decisão.

§ 2º Provada a origem lícita do produto, bem ou valor, o juiz decidirá pela sua liberação.

§ 3º Nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores.

§ 4º A ordem de apreensão ou seqüestro de bens, direitos ou valores poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações.

Art. 61. Não havendo prejuízo para a produção da prova dos fatos e comprovado o interesse público ou social, ressalvado o disposto no art. 62 desta Lei, mediante autorização do juízo competente, ouvido o Ministério Público e cientificada a Senad, os bens apreendidos poderão ser utilizados pelos órgãos ou pelas entidades que atuam na prevenção do uso indevido, na atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e na repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

Parágrafo único. Recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da instituição à qual tenha deferido o uso, ficando esta livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

Art. 62. Os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos nesta Lei, após a sua regular apreensão, ficarão sob custódia da autoridade de polícia judiciária, excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma de legislação específica.

§ 1º Comprovado o interesse público na utilização de qualquer dos bens mencionados neste artigo, a autoridade de polícia judiciária poderá deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Feita a apreensão a que se refere o caput deste artigo, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade de polícia judiciária que presidir o inquérito deverá, de imediato, requerer ao juízo competente a intimação do Ministério Público.

§ 3º Intimado, o Ministério Público deverá requerer ao juízo, em caráter cautelar, a conversão do numerário apreendido em moeda nacional, se for o caso, a compensação dos cheques emitidos após a instrução do inquérito, com cópias autênticas dos respectivos títulos, e o depósito das correspondentes quantias em conta judicial, juntando-se aos autos o recibo.

§ 4º Após a instauração da competente ação penal, o Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos, excetuados aqueles que a União, por intermédio da Senad, indicar para serem colocados sob uso e custódia da autoridade de polícia judiciária, de órgãos de inteligência ou militares, envolvidos nas ações de prevenção ao uso indevido de drogas e operações de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

§ 5º Excluídos os bens que se houver indicado para os fins previstos no § 4º deste artigo, o requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens apreendidos, com a descrição e a especificação de cada um deles, e informações sobre quem os tem sob custódia e o local onde se encontram.

§ 6º Requerida a alienação dos bens, a respectiva petição será autuada em apartado, cujos autos terão tramitação autônoma em relação aos da ação penal principal.

§ 7º Autuado o requerimento de alienação, os autos serão conclusos ao juiz, que, verificada a presença denexo de instrumentalidade entre o delito e os objetos utilizados para a sua prática e risco de perda de valor econômico pelo decurso do tempo, determinará a avaliação dos bens relacionados, cientificará a Senad e intimará a União, o Ministério Público e o interessado, este, se for o caso, por edital com prazo de 5 (cinco) dias.

§ 8º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão.

§ 9º Realizado o leilão, permanecerá depositada em conta judicial a quantia apurada, até o final da ação penal respectiva, quando será transferida ao Funad, juntamente com os valores de que trata o § 3º deste artigo.

§ 10. Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

§ 11. Quanto aos bens indicados na forma do § 4º deste artigo, recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da autoridade de polícia judiciária ou órgão aos quais tenha deferido o uso, ficando estes livres do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

Art. 63. Ao proferir a sentença de mérito, o juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, seqüestrado ou declarado indisponível.

§ 1º Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta Lei e que não forem objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Funad.

§ 2º Compete à Senad a alienação dos bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento já tenha sido decretado em favor da União.

§ 3º A Senad poderá firmar convênios de cooperação, a fim de dar imediato cumprimento ao estabelecido no § 2º deste artigo.

§ 4º Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz do processo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, remeterá à Senad relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União, indicando, quanto aos bens, o local em que se encontram e a entidade ou o órgão em cujo poder estejam, para os fins de sua destinação nos termos da legislação vigente.

Art. 64. A União, por intermédio da Senad, poderá firmar convênio com os Estados, com o Distrito Federal e com organismos orientados para a prevenção do uso indevido de drogas, a atenção e a reinserção social de usuários ou dependentes e a atuação na repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, com vistas na liberação de equipamentos e de recursos por ela arrecadados, para a implantação e execução de programas relacionados à questão das drogas.

TÍTULO V

DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Art. 65. De conformidade com os princípios da não-intervenção em assuntos internos, da igualdade jurídica e do respeito à integridade territorial dos Estados e às leis e aos regulamentos nacionais em vigor, e observado o espírito das Convenções das Nações Unidas e outros instrumentos jurídicos internacionais relacionados à questão das drogas, de que o Brasil é parte, o governo brasileiro prestará, quando solicitado, cooperação a outros países e organismos internacionais e, quando necessário, deles solicitará a colaboração, nas áreas de:

I - intercâmbio de informações sobre legislações, experiências, projetos e programas voltados para atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - intercâmbio de inteligência policial sobre produção e tráfico de drogas e delitos conexos, em especial o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro e o desvio de precursores químicos;

III - intercâmbio de informações policiais e judiciais sobre produtores e traficantes de drogas e seus precursores químicos.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 66. Para fins do disposto no parágrafo único do art. 1º desta Lei, até que seja atualizada a terminologia da lista mencionada no preceito, denominam-se drogas substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

Art. 67. A liberação dos recursos previstos na Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, em favor de Estados e do Distrito Federal, dependerá de sua adesão e respeito às diretrizes básicas contidas nos convênios firmados e do fornecimento de dados necessários à atualização do sistema previsto no art. 17 desta Lei, pelas respectivas polícias judiciárias.

Art. 68. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

Art. 69. No caso de falência ou liquidação extrajudicial de empresas ou estabelecimentos hospitalares, de pesquisa, de ensino, ou congêneres, assim como nos serviços de saúde que produzirem, venderem, adquirirem, consumirem, prescreverem ou fornecerem drogas ou de qualquer outro em que existam essas substâncias ou produtos, incumbe ao juízo perante o qual tramite o feito:

I - determinar, imediatamente à ciência da falência ou liquidação, sejam lacradas suas instalações;

II - ordenar à autoridade sanitária competente a urgente adoção das medidas necessárias ao recebimento e guarda, em depósito, das drogas arrecadadas;

III - dar ciência ao órgão do Ministério Público, para acompanhar o feito.

§ 1º Da licitação para alienação de substâncias ou produtos não proscritos referidos no inciso II do caput deste artigo, só podem participar pessoas jurídicas regularmente habilitadas na área de saúde ou de pesquisa científica que comprovem a destinação lícita a ser dada ao produto a ser arrematado.

§ 2º Ressalvada a hipótese de que trata o § 3º deste artigo, o produto não arrematado será, ato contínuo à hasta pública, destruído pela autoridade sanitária, na presença dos Conselhos Estaduais sobre Drogas e do Ministério Público.

§ 3º Figurando entre o praxeado e não arrematadas especialidades farmacêuticas em condições de emprego terapêutico, ficarão elas depositadas sob a guarda do Ministério da Saúde, que as destinará à rede pública de saúde.

Art. 70. O processo e o julgamento dos crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta Lei, se caracterizado ilícito transnacional, são da competência da Justiça Federal.

Parágrafo único. Os crimes praticados nos Municípios que não sejam sede de vara federal serão processados e julgados na vara federal da circunscrição respectiva.

Art. 71. (VETADO)

Art. 72. Sempre que conveniente ou necessário, o juiz, de ofício, mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ou a requerimento do Ministério Público, determinará que se proceda, nos limites de sua jurisdição e na forma prevista no § 1º do art. 32 desta Lei, à destruição de drogas em processos já encerrados.

Art. 73. A União poderá celebrar convênios com os Estados visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

Art. 74. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 75. Revogam-se a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, e a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002.

Brasília, 23 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Guido Mantega

Jorge Armando Felix

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.8.2006

ANEXO D

LEI Nº 2.830, DE 16 DE OUTUBRO DE 2006

(Proj. de Lei nº 042/2006, de aut. do Executivo, com emenda modificativa do ver. Francisco Bonavita A. Barros”)

"ALTERA PARCIALMENTE O ARTIGO 255 DO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Câmara Municipal APROVOU e eu, Prefeito do Município de Paulínia, SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica estabelecida nova redação para o inciso IV e acrescentados o inciso XI e os §§ 4º, 5º, 6º e 7º ao Artigo 255 da Lei nº 1.950, de 20 de dezembro de 1995 (Código de Posturas do Município de Paulínia), a saber:

“ARTIGO 255 - ...

IV – restaurantes, lanchonetes, pizzarias, lojas de conveniência, fast foods, casas de pasto, adegas, confeitarias, bombonieres, sorveterias, casas de venda de frios e derivados de leite, pastelarias, cafés, panificadoras:

a) nas sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, das 5:00 às 24:00 horas, permitida a execução de música mecânica ou orquestral até às 24:00 horas;

b) nos demais dias da semana, das 5:00 às 22:00 horas; ...

XI – bares, botequins e congêneres:

a) nas sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, das 5:00 às 24:00 horas, permitida a execução de música mecânica ou orquestral até às 24:00 horas;

b) nos demais dias da semana, das 5:00 às 22 horas.

§4º - Para restaurantes, lanchonetes, pizzarias e demais estabelecimentos congêneres, onde a atividade principal é a alimentação, poderá ser concedida a pedido, licença a título precário para a extensão do horário de que trata este artigo em seu inciso IV, desde que o estabelecimento se obrigue a:

- a) não servir bebidas alcoólicas de consumo imediato no balcão;
- b) obedecer critérios de não produzir ruídos;
- c) oferecer segurança e estacionamento a seus clientes.

§5º - O descumprimento de qualquer dos critérios estabelecidos no parágrafo anterior, ocasionará a suspensão da licença para a extensão do horário de funcionamento pelo período de 06 (seis) meses, podendo o requerente pleiteá-la novamente após este período.

§6º - Os bares e cafés localizados no interior de hotéis, clubes, associações, hospitais e velório poderão funcionar a qualquer hora.

§7º - O não cumprimento das disposições previstas neste artigo, sujeitará o infrator a multa no valor de 100 (cem) UFESP, aplicável em dobro no caso de reincidência e, no caso de terceira autuação, ocorrerá o fechamento administrativo do estabelecimento com a respectiva lacração.”

Artigo 2º - As Declarações Cadastrais – DECA expedidas até a data de vigência desta Lei, ficam automaticamente convalidadas e adequadas às suas disposições.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

“Palácio Cidade Feliz”, 16 de outubro de 2006

EDSON MOURA

Prefeito Municipal

Lavrada e publicada no Gabinete do Prefeito, na data supra.

HAMILTON CAMPOLINA JÚNIOR

Secretário dos Negócios Jurídicos

VANDERLI APARECIDA FACCHINI

Secretária Chefe de Gabinete

ANEXO E

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.705, DE 19 JUNHO DE 2008.

Mensagem de Veto

Conversão da Medida Provisória nº 415, de 2008

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de estabelecer alcoolemia 0 (zero) e de impor penalidades mais severas para o condutor que dirigir sob a influência do álcool, e da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para obrigar os estabelecimentos comerciais em que se vendem ou oferecem bebidas alcoólicas a estampar, no recinto, aviso de que constitui crime dirigir sob a influência de álcool.

Art. 2º São vedados, na faixa de domínio de rodovia federal ou em terrenos contíguos à faixa de domínio com acesso direto à rodovia, a venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas para consumo no local.

§ 1º A violação do disposto no caput deste artigo implica multa de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

§ 2º Em caso de reincidência, dentro do prazo de 12 (doze) meses, a multa será aplicada em dobro, e suspensa a autorização de acesso à rodovia, pelo prazo de até 1 (um) ano.

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo em área urbana, de acordo com a delimitação dada pela legislação de cada município ou do Distrito Federal.

Art. 3º Ressalvado o disposto no § 3º do art. 2º desta Lei, o estabelecimento comercial situado na faixa de domínio de rodovia federal ou em terreno contíguo à faixa de domínio com acesso direto à rodovia, que inclua entre suas atividades a venda varejista ou o fornecimento de bebidas ou alimentos, deverá afixar, em local de ampla visibilidade, aviso da vedação de que trata o art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput deste artigo implica multa de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 4º Competem à Polícia Rodoviária Federal a fiscalização e a aplicação das multas previstas nos arts. 2º e 3º desta Lei.

§ 1º A União poderá firmar convênios com Estados, Municípios e com o Distrito Federal, a fim de que estes também possam exercer a fiscalização e aplicar as multas de que tratam os arts. 2º e 3º desta Lei.

§ 2º Configurada a reincidência, a Polícia Rodoviária Federal ou ente conveniado comunicará o fato ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT ou, quando se tratar de rodovia concedida, à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para a aplicação da penalidade de suspensão da autorização de acesso à rodovia.

Art. 5º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes modificações:

I - o art. 10 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII:

“Art. 10.”

XXIII - 1 (um) representante do Ministério da Justiça.

.....” (NR)

II - o caput do art. 165 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;

Medida Administrativa - retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação.

.....” (NR)

III - o art. 276 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 276. Qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165 deste Código.

Parágrafo único. Órgão do Poder Executivo federal disciplinará as margens de tolerância para casos específicos.” (NR)

IV - o art. 277 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 277.”

§ 2º A infração prevista no art. 165 deste Código poderá ser caracterizada pelo agente de trânsito mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas, acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor apresentados pelo condutor.

§ 3º Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165 deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput deste artigo.” (NR)

V - o art. 291 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 291.”

§ 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver:

I - sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência;

II - participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente;

III - transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).

§ 2º Nas hipóteses previstas no § 1º deste artigo, deverá ser instaurado inquérito policial para a investigação da infração penal.” (NR)

VI - o art. 296 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 296. Se o réu for reincidente na prática de crime previsto neste Código, o juiz aplicará a penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.” (NR)

VII - (VETADO)

VIII - o art. 306 passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Parágrafo único. O Poder Executivo federal estipulará a equivalência entre distintos testes de alcoolemia, para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo.” (NR)

Art. 6º Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis que contenham álcool em sua composição, com grau de concentração igual ou superior a meio grau Gay-Lussac.

Art. 7º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

Art. 4º-A. Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixado advertência escrita de forma legível e ostensiva de que é crime dirigir sob a influência de álcool, punível com detenção.”

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogado o inciso V do parágrafo único do art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Brasília, 16 de junho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Alfredo Nascimento

Fernando Haddad

José Gomes Temporão

arcio Fortes de Almeida

Jorge Armando Felix

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.6.2008

Tire suas dúvidas sobre a 'lei seca' para motoristas

Até mesmo durante a ressaca o bafômetro poderá registrar vestígios de álcool no corpo. Médica da Abramet esclarece questões sobre a nova legislação de trânsito.

A nova Lei 11.705, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, deve provocar uma mudança de hábitos da população brasileira. O consumo de qualquer quantidade de bebidas alcoólicas por condutores de veículos está proibido. Antes, era permitida a ingestão de até 6 decigramas de álcool por litro de sangue (o equivalente a dois copos de cerveja).

Quem for pego dirigindo depois de beber, além da multa de R\$ 955, vai perder a carteira de motorista por 12 meses.

Segundo Marcos Pantaleão, advogado da Comissão de Direito de Trânsito da OAB de São Paulo, o motorista que se recusar a fazer exames de bafômetros e de coleta de sangue para verificar a quantidade de álcool consumido estará sujeito às penalidades do

artigo 165, do CTB. "Este dispositivo, em tese, fere o princípio constitucional que ninguém é obrigado a produzir prova contra si próprio", afirma.

Para esclarecer algumas questões mais freqüentes, o **G1** ouviu a médica fisiatra Júlia Greve, do Departamento de Álcool e Drogas da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet).

Tire suas dúvidas

1- Quanto de álcool é permitido beber antes de dirigir com a mudança?

Nada.

2- Quanto tempo o álcool permanece no sangue após o consumo e depois de quanto tempo o motorista poderá dirigir?

Um copo de cerveja demora cerca de seis horas para ser eliminado pelo organismo. Uma dose de uísque, que é bem mais forte do que a cerveja, demora mais tempo do que isso. O mais garantido é que o motorista possa dirigir depois de 24 horas. Se estiver de ressaca e com sintomas provocados pela grande quantidade de álcool consumida, o melhor é ficar em casa. Este é o momento em que o álcool começa a ser tóxico e permanece no corpo por mais tempo.

3- Como o índice de álcool no organismo do motorista vai ser verificado?

De três maneiras: O bafômetro e o exame de sangue são mais sensíveis para detectar dosagens alcoólicas. O exame clínico é menos sensível para a dosagem, mas serve para indicar sinais de embriaguez como olho vermelho, alegria excessiva e falta de coordenação motora, por exemplo.

4- Quando não há bafômetros disponíveis no local da fiscalização, o motorista é obrigado a fazer exame de sangue?

Se o policial tiver indícios fortes de embriaguez do motorista, com testemunhas, por exemplo, ele pode exigir, sim, uma amostra do sangue ou a chamada de um médico para diagnosticar a embriaguez. A ausência do bafômetro, no entanto, pode permitir o questionamento da identificação da embriaguez. O policial precisa ter evidências de que o motorista está embriagado para requerer o exame de sangue ou o exame clínico no motorista.

A pessoa pode se recusar, mas o policial também pode exigir que o motorista seja examinado por um médico-perito.

5- O uso de medicamentos pode alterar o resultado do exame do bafômetro?

Só se o medicamento tiver álcool em sua composição. Depende também da quantidade ingerida e da dosagem do medicamento.

6- A bebida alcoólica usada no preparo de uma sobremesa pode ser detectada no exame de sangue ou no bafômetro?

A quantidade é menor, mas também será detectada pelo exame de bafômetro e de sangue.

7- A lei vale para todos os motoristas e em qualquer lugar?

A lei vale para qualquer condutor e em qualquer lugar onde puder circular um veículo. A fiscalização será feita tanto por policiais rodoviários federais como por policiais militares. Quando existir convênios na área da segurança, guardas municipais e policiais civis também poderão fazer a fiscalização.

8- A 'lei seca' pretende reduzir acidentes no trânsito?

A lei dá uma segurança maior sobre a questão do trânsito, mas é falha quando se fala sobre o bafômetro. Antes de entrar em vigor, todos os pontos de fiscalização e os policiais responsáveis por este trabalho deveriam ser melhor equipados. A fiscalização tem de ser permanente.

A grande questão é saber se a polícia vai ter condições de fiscalizar um número maior de pessoas. Acho que a própria polícia vai modular essa fiscalização, usando o bom senso. Se fizer uma blitz em uma grande avenida de São Paulo, por exemplo, em dias de fim de semana, vai pegar muita gente embriagada.